

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS KARITIANA E KARIPUNA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE SANTO ANTÔNIO

Volume II

Projeto Básico Ambiental – PBA do Componente Indígena

Santo Antônio Energia

São Paulo

Dezembro, 2011



Índice

9.	Introdução.....	1
9.1.	Considerações iniciais: os programas e seus contextos	1
9.2.	Os programas em síntese	2
9.3.	Princípios: quais são e o que buscam?	3
9.4.	O recorte temporal	5
10.	Programa Proteção e Gestão Territorial.....	6
10.1.	Subprograma Gestão Territorial Indígena	7
10.1.1.	Introdução e Justificativas.....	7
10.2.	Objetivos	9
10.2.2.	Público-Alvo	10
10.2.3.	Metodologia.....	10
10.2.4.	Elementos de Custo.....	18
10.2.1.	Cronograma	20
10.2.2.	Articulação Institucional	22
10.2.3.	Interação com Outros Programas Ambientais.....	22
10.2.4.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais.....	22
10.2.5.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração	22
10.2.6.	Referências Bibliográficas	22
10.3.	Subprograma Governança Socioambiental.....	26
10.3.1.	Introdução e Justificativas.....	26
10.3.2.	Objetivos	29
10.3.3.	Público-Alvo	30
10.3.4.	Metodologia.....	30
10.3.5.	Elementos de Custo.....	40
10.3.6.	Cronograma	47
10.3.7.	Articulação Institucional	49
10.3.8.	Interação com Outros Programas Ambientais.....	49
10.3.9.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais.....	49
10.3.10.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração	50
10.3.11.	Referências Bibliográficas	50
10.4.	Subprograma Monitoramento Territorial	52
10.4.1.	Introdução e Justificativas.....	52
10.4.2.	Objetivos	54
10.4.3.	Público-Alvo	56
10.4.4.	Metodologia.....	56
10.4.5.	Elementos de Custo.....	70
10.4.6.	Cronograma	72
10.4.7.	Articulação Institucional	74
10.4.8.	Interação com Outros Programas Ambientais.....	74

10.4.9.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais	74
10.4.10.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração	75
10.4.11.	Referências Bibliográficas	75
11.	Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade.....	76
11.1.	Introdução e justificativa	76
11.2.	Objetivos	77
11.2.1.	Objetivo Geral	77
11.2.2.	Objetivos específicos	77
11.3.	Meta	77
11.4.	Público alvo	78
11.5.	Metodologia.....	78
11.5.1.	Estruturação do Programa	78
11.5.2.	Etapas do Programa	122
11.5.3.	Cronograma de atividades do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade	123
11.5.4.	Elementos de Custo do Programa de Produção e Sustentabilidade 129	
11.5.5.	Monitoramento e Avaliação	131
11.5.6.	Interação com outros Programas Ambientais.....	131
11.5.7.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais.....	132
11.5.8.	Articulação institucional	132
11.6.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração do Programa	133
11.7.	Referências Bibliográficas do Programa	133
12.	Programa de Saúde Indígena	135
12.1.	Subprograma de Infraestrutura Indígena.....	135
12.1.1.	Saneamento e Gestão de Resíduos.....	136
12.1.2.	Adequação de Infraestrutura em Saúde	144
12.2.	Subprograma de Monitoramento em Saúde Indígena.....	173
12.2.1.	Vigilância em Saúde	174
12.2.2.	Monitoramento Da Água – Interface Com Componente Proteção Territorial. Termo De Referência Funai - 2010	196
12.2.3.	Processos Formativos em Saúde	200
12.2.4.	Avaliação Nutricional e Segurança Alimentar.....	209
12.3.	Subprograma de Práticas Tradicionais Indígenas de Alimentação e Saúde.....	220
12.3.1.	Revitalização das Práticas Alimentares Indígenas.....	222
12.3.2.	Terapêutica Tradicional e Cosmologia em Saúde.....	230
13.	Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural	241
13.1.	Breve contextualização do desenvolvimento amazônico	241
13.2.	Justificativa.....	242
13.3.	Meta	245

13.4.	Público alvo	245
13.5.	Metodologia.....	245
13.5.1.	Estrutura do Programa.....	245
13.6.	O programa e suas linhas de ações	246
13.6.1.	Introdução e Justificativas.....	246
13.6.2.	Linhas de ações	247
13.6.3.	Objetivos	248
13.6.4.	Metodologia.....	254
13.6.5.	Elementos Estimados de Custo.....	262
13.6.6.	Cronograma de atividades do Subprograma de Valorização dos Conhecimentos Tradicionais	272
13.6.7.	Monitoramento e Avaliação	274
13.6.8.	Articulação Institucional	274
13.6.9.	Interação com outros Programas Ambientais.....	274
13.6.10.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais.....	274
13.6.11.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração	274
13.6.12.	Referências Bibliográficas	275
14.	Programa de Articulação Indígena e Gestão do PBA	281
14.1.	Subprograma de Gestão do PBA	283
14.1.1.	Justificativa.....	283
14.1.2.	Objetivo Geral	284
14.1.3.	Público – Alvo	288
14.1.4.	Procedimentos Metodológicos.....	288
14.1.5.	Elementos de Custo.....	288
14.1.6.	Cronograma	289
14.1.7.	Monitoramento e Avaliação	291
14.1.8.	Articulação Institucional	291
14.1.9.	Interação com outros Programas Ambientais.....	291
14.1.10.	Legislação Aplicável e Requisitos Legais.....	291
14.1.11.	Responsáveis Técnicos pela Elaboração	291
14.2.	Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA	292
14.2.1.	Justificativa.....	292
14.2.2.	Objetivo Geral	292
14.2.3.	Metas	292
14.2.4.	Indicadores.....	293
14.2.5.	Público – Alvo	293
14.2.6.	Procedimentos Metodológicos.....	293
14.2.7.	Cronograma	293
14.2.8.	Monitoramento e Avaliação	295

14.2.9. Articulação Institucional	295
14.2.10. Interação com outros Programas Ambientais.....	295
14.2.11. Legislação Aplicável e Requisitos Legais	295
14.2.12. Responsáveis Técnicos pela Elaboração	295

Lista de Tabelas

Tabela 10-1 Temas e Trabalhos de Referência

Tabela 10-2 Coordenadas geográficas das estações de monitoramento da ictiofauna

Tabela 12-1 Previsão de Materiais de Saúde para Atendimento nas Aldeias Karitiana e Karipuna

Tabela 12-2 Material para Assistência Odontológica

Tabela 12-3 Previsão de Medicamentos para Atendimento nas Aldeias Karitiana e Karipuna

Tabela 12-4 Equipe Técnica Solicitada e Atividades a Serem Desenvolvidas

Tabela 12-5 Equipamentos de Deslocamento Fluvial

Tabela 12-6 Lista com as coordenadas geográficas das estações de monitoramento da qualidade da água dos poços, igarapés e rios da TI Karipuna.

Tabela 12-7 Lista com as coordenadas geográficas das estações de monitoramento da qualidade da água dos poços, igarapés e rios da TI Karitiana.

Tabela 12-8 Relação das variáveis limnologias que serão monitoradas nos rios/igarapés e poços nas TIs

Lista de Figuras

Figura 11-1 Organograma do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade

Figura 11-2 Etapas para o desenvolvimento da agroindústria

Figura 13-1 Organograma do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural



9. Introdução

9.1. Considerações iniciais: os programas e seus contextos

Conforme constatado nas etapas de diagnóstico e de identificação e avaliação de impactos, a implantação da UHE Santo Antônio, associada a outros projetos estruturantes, representa a inserção de um significativo capital na região. Este gera, necessariamente, animação econômica, novas oportunidades de emprego e de negócios, e, por consequência, promove a aceleração e potencialização de processos de antropização na região onde se insere.

Situadas em região sob influência deste processo, as TIs Karitiana e Karipuna sofrem os impactos dessa dinâmica, como a atração dos indígenas aos centros urbanos e a crescente dependência por dinheiro, além de intensificação de desmatamentos que determinam o gradual isolamento das florestas das TIs, afetando os recursos naturais dos quais os povos indígenas dependem material e culturalmente.

Não obstante, o meio ambiente e seus variados ecossistemas devem ser reconhecidos como um fator indissociado do processo cultural das sociedades indígenas, na medida em que a interação entre sociedades e ambientes naturais se dá através de complexos processos que envolvem valores, hábitos, tradições e conhecimentos locais sobre os ecossistemas.

A estes efeitos adversos, descritos no Capítulo 7, que trata de Impactos, no volume I, se interpõem linhas de ações e medidas mitigadoras, contidas nos Programas e Subprogramas do PBA – CI, apresentados neste volume.

Considerando-se que o processo de antropização e suas consequências são irreversíveis e que os indígenas têm nessa fase de implantação e terão, futuramente, que conviver com essa dinâmica, os programas e subprogramas apresentados neste volume foram elaborados com vistas ao fortalecimento físico e cultural dos indígenas Karitiana e Karipuna, cuja perspectiva busca potencializar suas capacidades e estratégias de resistência, promovendo sua resiliência socioecológica.

Inspirados no Termo de Referência emitido pela FUNAI (2010) e nos resultados do diagnóstico realizado com participação indígena, os Programas e subprogramas são voltados, na área de saúde, à prevenção de doenças, ao saneamento nas aldeias e ao resgate da tradição alimentar e, portanto, nutricional, ao aumento de produtividade das roças e a agregação de valor aos produtos, bem como ao fortalecimento e valorização da cultura indígena e da transmissão de conhecimento ao mesmo tempo em que se reforça a educação indígena diferenciada, bilíngue e multicultural.

Por outro lado, é igualmente importante a proteção do território indígena, de maneira a garantir a integridade dos ecossistemas ali presentes, fonte de recursos para esses povos e fundamentais para a manutenção de seus modos de vida, tradições e cultura. Nesse sentido, ações de desenvolvimento dos indígenas na vigilância e gestão compartilhada do território tornam-se chave.

Adicionalmente, a garantia da conectividade entre as várias áreas sob proteção legal contíguas às TIs Karitiana e Karipuna, quais sejam, Parque Estadual Guajará Mirim, trechos da RESEX Jaci Paraná e FLONA Bom Futuro, estas duas últimas de uso sustentável, assume grande importância. Neste PBA – CI o que se propõe é a articulação entre as instituições afetas ao tema para a criação de unidade de conservação de proteção integral, de forma a garantir um mosaico de áreas efetivamente preservadas do contínuo florestal que ali remanesce.

Frisa-se que, assim como se deu durante a elaboração destes programas, a implantação deve se dar a partir de um processo participativo qualificado, no qual os indígenas devem ser protagonistas junto aos outros diversos atores em cena, de modo que a gestão e execução dos programas e suas arenas decisórias devam buscar promover uma situação dialógica entre os sujeitos, sem perder a objetividade do processo como um todo.

9.2. Os programas em síntese

PROTEÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL - Envolve ações em escala local, realizadas nas TIs Karipuna e Karitiana, regional, com proprietários rurais lindeiros às TIs e instituições de Rondônia, e nacional, com instituições públicas federais e disponibilizando informações em portal na internet. Propõe implementar ações que propiciem aos povos indígenas Karipuna e Karitiana o conhecimento e o controle sobre seus recursos naturais e territórios, a manutenção da conectividade da paisagem da região onde estão inseridas as Tis e a redução de pressões sobre seus territórios. Como objetivo maior, o que se espera é o resgate e valorização do conhecimento indígena relativo aos seus territórios e a internalização do conhecimento não indígena, de maneira a dar suporte, ao final, para a construção de um Plano Indígena de Gestão Territorial, em que as gerações atuais e futuras conheçam, protejam, bem utilizem e resguardem as terras das pressões atuais e futuras.

PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE – O Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade tem por intuito desenvolver projetos e ações que promovam o desenvolvimento de sistemas produtivos e extrativistas vegetais que não gerem impactos negativos às sociedades indígenas, valorizando as práticas tradicionais de produção e extrativismo, agregando técnicas agropecuárias modernas, concebendo e desenvolvendo, produtos, técnicas e processos produtivos que, além de viáveis do ponto de vista técnico e econômico, estejam alinhados às exigências sociais e ambientais, garantindo a subsistência, a segurança alimentar e nutricional, e possibilitando a geração de renda.

SAÚDE INDÍGENA - As ações e propostas do Programa de Saúde Indígena pretendem atender as necessidades estruturantes do ponto de vista operacional em saúde e estar atento ao cenário epidemiológico a que estão submetidas às aldeias indígenas Karitiana e Karipuna. Deste modo busca fortalecer o serviço de Atenção Básica em Saúde orientado pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Têm como objetivo prioritário proteger a população indígena das doenças e problemas regionais e proteger a região e moradores locais da introdução de doenças não presentes na área. Estão previstas ações de melhoria da infraestrutura de saneamento e saúde, monitoramento das doenças, processos formativos em saúde, avaliação nutricional e valorização das práticas indígenas de alimentação e saúde. As intervenções deverão objetivar a promoção da saúde, sendo os indígenas diretamente beneficiados pela redução de doenças e melhoria na qualidade de vida.

EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO CULTURAL – As ações propostas pelo Programa de Educação e Valorização Cultural buscam promover o reconhecimento dos indígenas como detentores de formas de expressão particulares e permanentemente recriadas, ressaltando aspectos promissores para a valorização das comunidades, das formas de pensamento, dos conhecimentos e sua transmissão, das práticas culturais e das artes indígenas. Deste modo, através de oficinas, intercâmbios, inventários, e interfaces com a educação escolar, busca-se contribuir aos esforços empreendidos por esses povos para seu fortalecimento cultural, social e político.

PROGRAMA DE GESTÃO DO PBA – As ações propostas pelo Programa de Gestão do PBA têm como meta, não somente a administração e gestão das ações a serem executadas por este PBA, pois será transversal e inerente ao seu desenvolvimento, o fortalecimento e a autonomia indígena, assim como o franco contato com o empreendedor. Este programa criará instâncias e métodos de consulta e decisão nas quais se busca simetria e equilíbrio entre as variadas formas de poder concernentes a este processo.

9.3. Princípios: quais são e o que buscam?

É de conhecimento dos atores envolvidos em um processo de licenciamento ambiental e elaboração de um PBA, que seu percurso seja permeado por diversas formas de tensões. Diferentes posicionamentos, distintas maneiras de interpretação e manejo de conceitos conformam um mesmo mosaico. Ao se ter consciência metodológica e teórica destas questões, torna-se imprescindível o estabelecimento de princípios, que constituem elementos fundamentais para amenizar consequências desta dissonância.

Dessa forma, a execução dos programas deste PBA e detalhados neste volume serão efetuados não apenas observando as linhas de ações e atividades previstas, dentro de um cronograma estabelecido, mas por meio da observância de princípios e valores. Eles nortearão cada uma das ações e intervenções a serem realizadas nas TIs.

A fim de garantir o respeito aos valores indígenas, a implantação dos programas constantes neste PBA, seus hábitos e sua autonomia deve buscar, portanto, seguir os seguintes princípios elencados a seguir.

- Compreender, valorizar e privilegiar o conhecimento tradicional;
- Proporcionar amplo conhecimento aos indígenas sobre a estrutura do PBA;
- Tomar o conhecimento indígena como resultado de séculos de experimentações com métodos e resultados próprios;
- Proporcionar máxima participação indígena;
- Proporcionar aos indígenas contextos de formação específica para a gestão autônoma do PBA;
- Empoderar as lideranças tradicionais;
- Compreender e respeitar os espaços tradicionais de tomadas de decisão e representatividade, privilegiando modos culturalmente sustentáveis de tomadas de decisões;

- Respeitar o calendário de atividades indígenas (festas, época de derrubada ou plantio de roças, expedições de coleta e caça, etc.) ao fazer o planejamento das atividades;
- Evitar a mobilização dos indígenas fora da aldeia, isto é, priorizar a realização de atividades e reuniões nas aldeias;
- Criar fóruns de discussões intra-aldeãos para a tomada de decisões;
- Respeitar as divisões etárias e de gênero na aldeia;
- Garantir a participação ativa dos povos indígenas na consolidação dos projetos executivos deste PBA, nas áreas de gestão do PBA, proteção e gestão territorial, saúde, fortalecimento étnico e valorização cultural, e produção e sustentabilidade;
- Garantir a interlocução política entre os povos afetados pelo empreendimento;
- Garantir que os profissionais que ingressarem em equipes temáticas ou permanentes para execução do PBA tenham formação adequada;
- Criar indicadores e índices indígenas para avaliação dos impactos;
- Monitorar, avaliar e revisar permanentemente os projetos implantados;
- Respeitar a autonomia indígena para realização de alterações nas ações dos projetos, quando estas forem justificadas e apoiadas pelos comitês gestores constituídos no PBA;
- Tornar transparente a todos os atores envolvidos, ou seja, aldeias indígenas, agências indigenistas e o empreendedor, as formas de decisão e as instâncias de negociação existentes para a consolidação das ações do PBA;
- Garantir que o PBA, por meio de suas ações, se configure como um instrumento de manutenção e fortalecimento das identidades étnicas Karipuna e Karitiana, bem como incremento positivo na qualidade de suas vidas;
- Garantir a integração entre os diversos projetos para que sejam complementares e para que não interfiram negativamente nos cotidianos indígenas;
- Respeitar as especificidades e os valores sociais de cada povo indígena;
- Garantir a consolidação das ações do PBA de maneira transparente a todos os atores envolvidos;
- Desenvolver ações do PBA com objetivo de minorar os impactos socioambientais identificados;
- Valorizar a cultura alimentar dos indígenas, priorizando a compra de alimentos das aldeias ao invés dos alimentos adquiridos na cidade;
- Minimizar a entrada de produtos que gerem resíduos não degradáveis e dar a estes um destino apropriado fora da TI.

Alcançar os princípios enleados não é tarefa simples, porém, torna-se imprescindível para o sucesso do PBA. Os fundamentos acima buscam garantir os pilares dos seguintes

elementos: (i) autonomia, (ii) identidade política, (iii) transparência na gestão, (iv) sustentabilidade do PBA. Estes quatro aspectos devem ser compreendidos enquanto quatro elementos estruturantes, sobre e a partir dos quais as ações se realizarão.

9.4. O recorte temporal

Considerando essas premissas e os objetivos que se pretende alcançar, ressalta-se o previsto no Termo de Referência, no que se refere ao horizonte temporal do PBA. Tema delicado, pois implica diretamente na proporção dos recursos investidos no processo de mitigação, foi intensamente debatido entre a equipe técnica, o empreendedor e a aldeia. Não sem conflitos, mas com o horizonte de que seria necessário se estabelecer um recorte temporal para a execução das ações, considerou-se, em termos metodológicos a instrução do Termo de Referência da FUNAI (2010):

“Propor medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos socioambientais identificados nos estudos ambientais (EIA/RIMA), na fase de implantação, nos resultados destes estudos e levantamentos, bem como durante toda a operação do empreendimento, com a descrição do efeito e do grau de alteração levantados; Elaborar o **Programa de Proteção dos Povos, Terras e Referências Indígenas do Complexo Madeira/PPTIM** de acordo com a realidade socioambiental, as necessidades específicas e o direito a ampla participação das comunidades indígenas na produção dos projetos e ações visando benefícios socioambientais e econômicos a médio e longo prazo para as comunidades indígenas.”. (TERMO DE REFERÊNCIA, FUNAI, 2010, p. 05)

Desta forma, se estabelece, como o primeiro marco temporal, quatro anos, prazo de vigência da presente Licença de Operação. Todavia, este marco não é o único elemento considerado, pois tão importante quanto a duração dos programas é o alcance das metas, bem como o desdobramento temporal dos impactos após a operação da UHE.

Considerando estes aspectos, quais sejam, a orientação do Termo de Referência e o alcance de metas, ao término do segundo ano se julga necessária uma avaliação dos programas para a verificação do sucesso das metas estabelecidas. Isto permite uma configuração na qual no ano 02 (dois) de execução do PBA proceda-se uma avaliação, sendo que ao término do prazo de 04 (quatro) anos, por meio de monitoramento continuado, articulado a partir do PBA, das aldeias impactadas, da FUNAI e do Empreendedor, será efetuada uma avaliação geral dos programas executados, considerando os objetivos estabelecidos e as metas previstas, assim como os impactos e indicadores interculturais propostos e consolidados no decorrer da execução dos Programas.

Frisa-se que, assim como se deu durante a elaboração destes programas, a implantação deve ocorrer em processos participativos qualificados, no quais os indígenas sejam os protagonistas, junto aos outros diversos atores em cena, de modo que a gestão e execução dos programas e suas arenas decisórias promovam realidades dialógicas, propositivas e exequíveis.

10. Programa Proteção e Gestão Territorial

O programa **Proteção e Gestão Territorial**, atendendo ao Termo de Referência emitido pela FUNAI em 2010, foi elaborado com base em estudos e levantamentos realizados juntamente com as comunidades indígenas. O programa apresenta ações formuladas considerando-se os impactos sinérgicos previstos no EIA/RIMA e reavaliados no Capítulo 7 do presente estudo e sua execução será realizada de forma articulada e interdependente entre as Terras Indígenas Karipuna e Karitiana. Ainda atendendo ao Termo de Referência, este programa visa gerar benefícios socioambientais de médio e longo prazo para as comunidades indígenas.

Conforme disposto no Convênio SAE/ESBR/FUNAI Fase 1: “é no cumprimento integral dos objetivos e metas do Convênio Fase 2 que serão atingidas integralmente as metas e objetivos previstos nos PBAs dos AHE Santo Antônio e AHE Jirau de tal forma que inexistam impactos de diversas naturezas junto aos povos indígenas”.

O programa **Proteção e Gestão Territorial** é composto por três subprogramas com escalas de atuação complementares, **Gestão Territorial Indígena**, **Governança Socioambiental** e **Monitoramento Territorial** e suas linhas de ação:

Proteção e Gestão Territorial		
Gestão Territorial Indígena	Governança Socioambiental	Monitoramento Territorial
Capacitação continuada e apoio para vigilância	Gestão territorial compartilhada	Gestão da informação
Expedições de mapeamento do território	Criação do corredor ecológico	Monitoramento remoto da paisagem
Estudos e monitoramento do território	Conservação das matas ciliares	Monitoramento da ictiofauna
Intercâmbios em gestão territorial	Subcoordenação do programa	Monitoramento de quelônios
Plano Indígena de gestão territorial		

Todas as ações propostas estão em concordância com os objetivos e diretrizes apresentados no documento de apoio para construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI (SCHMIDT et al., 2010), em tramitação no Congresso Nacional.

10.1. Subprograma Gestão Territorial Indígena

10.1.1. Introdução e Justificativas

“O território é o alicerce da sustentação física e da reprodução social, econômica e cultural de um grupo social” (LITTLE, 2006). Os povos indígenas têm seus direitos originários sobre os territórios que tradicionalmente ocupam reconhecidos desde a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 231, §1º define:

são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Ainda que seus direitos sejam garantidos, atualmente, a demarcação das Terras Indígenas não tem sido suficiente para garantir sua proteção e a qualidade de vida dos povos indígenas (IEPÉ, 2007) frente aos novos desafios que se apresentam (LITTLE, 2006). As populações indígenas e seus territórios são afetados diretamente pelas dinâmicas econômicas, políticas e ambientais que ocorrem além dos limites da demarcação (LITTLE, 2006).

Alguns desafios são comuns a vários povos indígenas na Amazônia, especialmente a crescente antropização do entorno e os projetos de desenvolvimento e infraestrutura (CTI, 2010; IEPE, 2007). E esta situação tende a se agravar, uma vez que grandes projetos estruturantes respondem pelo aumento de animação econômica na região onde se inserem, à qual nem sempre o Estado responde com agilidade no que se refere ao provimento de infraestrutura de saúde, educação e, principalmente, de proteção ambiental. Em todo o território nacional, enquanto o Governo Federal vem realizando cada vez mais obras de infraestrutura, este vem reduzindo os recursos na proteção dos ambientes naturais impactados por estas obras (ANGELO, 2011). Segundo estudos recentes, o que se observou em 2011, foi que os dois Estados campeões em desmatamento no Brasil são justamente os dois nos quais estão sendo implantadas as grandes usinas hidrelétricas (UHEs): Pará (UHE Belo Monte) e Rondônia (UHEs Santo Antônio e Jirau) (MIOTTO, 2011).

Os grandes empreendimentos de infraestrutura produzem impactos socioambientais que “perduram no tempo e espalham-se pelo território” (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009). A região habitada pelos povos Karitiana e Karipuna vem sendo, desde a década de 1970, palco da implantação de empreendimentos cujos impactos e suas consequências têm sido historicamente subestimados, provocando desequilíbrios ambientais e socioeconômicos com sérias consequências aos povos indígenas (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005).

Foi neste contexto de acúmulo histórico de efeitos adversos sobre os povos indígenas que a UHE Santo Antônio foi implantada. Completam o cenário atual a falta de regularização fundiária e de ordenamento territorial (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005), a grilagem de terras e invasões em áreas protegidas, como as Unidades de Conservação (UCs) e a TI Karipuna (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005; Diagnóstico Socioambiental), o alto índice de

queimadas (Diagnóstico Socioambiental) e as altas taxas de desmatamento no Estado (MIOTTO, 2011), inclusive dentro de UCs (CARVALHO, 2011).

As TI Karipuna e Karitiana são classificadas como áreas prioritárias do (MMA), porém também consideradas como de alto grau de pressão de desflorestamento segundo o “Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira” (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009). Esta pressão já está sendo sentida pelos indígenas e é evidenciada no Diagnóstico Socioambiental. Além das elevadas taxas de desmatamento em seu entorno e da consequente fragmentação florestal, estas TIs sofrem com a pressão de invasores interessados em seus recursos naturais e com o alto número de queimadas no entorno, chegando alguns focos a adentrar as Terras Indígenas (Diagnóstico Socioambiental).

Este processo de antropização do entorno das TIs Karipuna e Karitiana está sendo recrudescido pelo afluxo de pessoas atraídas pela UHE Santo Antônio e pelas novas oportunidades de negócio. Seus efeitos, apontados na [Matriz de impactos e aspectos relevantes](#), como o desmatamento e a crescente fragmentação florestal, o aumento das queimadas, o maior risco de pressão de mineração nas TIs e no entorno e a maior pressão de invasões às TIs e UCs potencializam a vulnerabilidade dos territórios e povos Karipuna e Karitiana.

Nesta conjuntura, e considerando que “o futuro dos povos indígenas depende do controle que eles conseguem ter sobre suas terras” (IEPÉ, 2007), investir na gestão e na vigilância territorial indígena é essencial para a proteção dos territórios e a sobrevivência física e cultural dos povos Karipuna e Karitiana.

Os povos indígenas, conforme define o artigo 7 parágrafo 1º da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, têm o direito de:

escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar na medida do possível o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar de formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

A gestão territorial sempre foi realizada pelos povos indígenas (LITTLE, 2006) de acordo com as características de organização territorial próprias de cada povo (GALLOIS, 2004). Atualmente, contudo, estes povos estão em contato e são influenciados por lógicas espaciais distintas das suas (GALLOIS, 2004), sendo afetados pelo contexto regional em que estão inseridos, bem como pelo cenário político e institucional regional e federal. Desta forma, a gestão territorial indígena deve levar em conta o entorno de suas TIs e todas as atividades externas que promovam impactos em seus territórios e suas condições de vida (VERDUM, 2006), envolvendo ações para além dos limites territoriais demarcados (MILLER, 2008) e que estejam inseridas em processos socioambientais de longo prazo (LITTLE, 2006).

Há diversas experiências de novas formas de gestão territorial indígena na Amazônia (ver exemplos: ATIX, 2010; CTI, 2010; IEPÉ, 2007; LITTLE, 2006), inclusive em Rondônia (KANINDÉ, 2011). A maior parte delas envolve uma etapa diagnóstica, levantamentos e mapeamentos participativos, e uma etapa normativa, o etnozoneamento ou plano de gestão (LITTLE, 2006).

Além da gestão territorial, vários exemplos vêm mostrando que o envolvimento dos povos indígenas na vigilância de seus territórios é essencial para a proteção de suas TIs (ATIX, 2010; GALLOIS; GRUPIONI, 2009; IEPÉ, 2007). Algumas vezes este envolvimento se dá via parceria entre as associações indígenas e os órgãos governamentais competentes (IBAMA e FUNAI) e organizações não governamentais (ONGs), como no caso do Parque Indígena do Xingu (ATIX, 2010).

Considerando a vulnerabilidade dos povos e territórios indígenas frente ao entorno de crescente ocupação, desmatamento e fragmentação florestal, somado ao incremento das queimadas, ao maior risco de pressão de mineração e de invasões às TIs e, considerando a potencialização destes impactos pela UHE Santo Antônio, é importante implementar medidas de mitigação e compensação que propiciem aos povos indígenas Karipuna e Karitiana o conhecimento e o controle sobre seus recursos naturais e territórios.

Atendendo a estas demandas, o subprograma [Gestão territorial indígena](#) apresenta ações de vigilância territorial, de diagnóstico e aprofundamento do conhecimento sobre o território, seus recursos, desafios e soluções e de normatização de uso e conservação dos recursos naturais, organizadas em cinco linhas de ação:

- Capacitação continuada e apoio para vigilância;
- Expedições de mapeamento do território;
- Estudos e monitoramentos do território;
- Intercâmbios em gestão territorial;
- Plano Indígena de Gestão Territorial.

10.2. Objetivos

10.2.1.1. Objetivo Geral

Fortalecer os povos Karipuna e Karitiana no controle, na gestão e na vigilância de seus territórios frente ao cenário de crescente ocupação antrópica do entorno e de alta vulnerabilidade destas TIs potencializado pela UHE Santo Antônio sinergicamente com outros empreendimentos.

10.2.1.2. Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Apoiar os povos Karipuna e Karitiana na vigilância de seus territórios.	Realização de quatro capacitações em vigilância; Fornecimento de equipamentos e materiais para vigilância.	Oficinas realizadas; Materiais e equipamentos fornecidos; Picadas para vigilância do território abertas pelos indígenas.
Propiciar aos povos Karipuna e Karitiana o maior conhecimento sobre suas TIs e recursos naturais importantes.	Realização de estudos etnoecológicos e etnomonitoramento do território e dos recursos naturais.	Oficinas temáticas realizadas e resultados das oficinas apresentados às comunidades; Principais dados sistematizados no banco de dados.
Apoiar o monitoramento participativo das transformações nos territórios a partir de indicadores indígenas e não indígenas.	Realização de 40 oficinas temáticas no primeiro período de execução do PBA-CI.	
Ampliar as referências dos Karipuna e Karitiana em gestão territorial indígena.	Realizar a troca de experiências em gestão territorial com povos indígenas na Amazônia por meio de dois intercâmbios realizados no primeiro período de execução do PBA-CI.	Intercâmbios realizados e experiências registradas em vídeo e em relatos dos indígenas; Práticas incorporadas pelos indígenas.
Consolidar o planejamento de metas, acordos e ações de gestão territorial.	Apoiar os indígenas na construção de seus planos de gestão territorial.	Plano de gestão Karipuna elaborado; Plano de gestão Karitiana elaborado.
Promover a constante reavaliação do plano indígena de gestão territorial.	Nos subseqüentes períodos de execução do PBA-CI (a partir do segundo período), prever oficinas de avaliação e repactuação dos planos de gestão Karipuna e Karitiana.	Oficinas realizadas e reavaliações concretizadas.

10.2.2. Público-Alvo

Todas as ações do programa Gestão Territorial Compartilhada têm como público-alvo o povo Karipuna, situado na TI Karipuna, e o povo Karitiana, localizado na TI Karitiana e nas aldeias Candeias e Joari, situadas fora da TI Karitiana. A descrição metodológica de cada ação, apresentada a seguir, inclui o público-alvo específico da atividade.

10.2.3. Metodologia

As ações do subprograma **Gestão Territorial Indígena** são estruturantes, de médio e longo prazo, devendo ser avaliadas e replanejadas nas renovações da Licença de Operação (LO) do empreendimento. Para efeitos de planejamento do cronograma e dos custos, considerou-se apenas o primeiro período de execução do PBA-CI, que corresponde aos quatro anos da primeira LO, que se encerra em setembro de 2015.

Conforme indicado no Diagnóstico Socioambiental, os povos Karitiana e Karipuna apontam a necessidade de maior conhecimento sobre seus territórios e se mostram preocupados com a manutenção e a valorização de suas culturas e dos conhecimentos tradicionais. Por estas razões, todas as atividades propostas no subprograma **Gestão Territorial Indígena** seguem os princípios de valorização da cultura, troca de conhecimento entre as gerações e construção de um conhecimento intercultural que concilie os saberes indígena e não indígena.

10.2.3.1. Capacitação continuada e apoio para vigilância

A participação dos povos indígenas na vigilância de seu território faz parte da gestão territorial (LITTLE, 2006) e vem surtindo resultados bastante positivos em TIs na Amazônia. Os povos Karipuna e Karitiana também estão envolvidos na vigilância de suas terras, denunciando à FUNAI as ameaças encontradas. A constante vigilância indígena, somada à fiscalização de responsabilidade da FUNAI, é fundamental para a proteção das TIs Karitiana e Karipuna. Assegurar o envolvimento da comunidade na vigilância foi apontado como extremamente importante tanto pelos indígenas quanto por representantes da Coordenação Técnica Local da FUNAI de Porto Velho.

Durante a validação dos programas do PBA-CI nas aldeias Panorama (Karipuna) e Central (Karitiana), os indígenas solicitaram a inclusão no programa Proteção e Gestão Territorial da continuidade da formação em vigilância, nos moldes da capacitação que receberam recentemente. Também solicitaram o fornecimento de equipamentos e materiais para a vigilância, incluindo materiais de navegação (GPS), de registro fotográfico (câmeras com GPS embutido) e para a abertura de picadas (botinas, machados, motosserra, facões, etc.).

Desta forma, está prevista no programa uma capacitação por ano, com duração de 10 dias, a ser realizada em alguma das aldeias Karipuna ou Karitiana, totalizando quatro oficinas no primeiro período de implementação do PBA-CI. Prevê-se a participação de 30 pessoas em cada oficina.

10.2.3.2. Expedições de mapeamento do território

O levantamento de informações geoespaciais oferece uma importante contribuição para a gestão territorial (APEL, 2011). Desta forma, são previstas neste programa **Expedições de mapeamento dos territórios** karipuna e karitiana. Além do levantamento de dados geoespaciais, estas expedições são importantes por permitirem o acesso a áreas de caça e pesca distantes das aldeias. Acessar estas áreas contribui enormemente para a segurança alimentar, uma vez que os indígenas apontam a redução da caça e da pesca nas aldeias, e, ao mesmo tempo, para a manutenção da cultura material e imaterial, pois permitem a exploração de recursos medicinais ou para artesanato pouco abundantes nas aldeias, como madeira para fazer o arco dos Karipuna e plantas medicinais e palha para cobertura das casas Karitiana. Além disso, as expedições funcionam como excelentes oportunidades para a transmissão do conhecimento e de histórias entre as gerações.

São previstas duas expedições por ano para cada aldeia, totalizando 32 expedições para o povo Karitiana e oito expedições para o povo Karipuna na primeira etapa de execução do Componente Indígena do PBA. A duração de cada expedição pode variar de acordo com a região a ser visitada. Para efeitos de planejamento é considerada aqui uma média de dez dias por expedição, com participação de cinco indígenas. As expedições serão planejadas e

realizadas pelos próprios indígenas, com apoio do [Profissional de referência](#). Participarão das expedições os indígenas escolhidos pela comunidade, sendo indicado também o envolvimento de indígenas mais velhos, que podem repassar histórias e conhecimentos sobre cada lugar e recursos. Os indígenas receberão materiais e equipamentos necessários para a coleta, o registro e o processamento das informações.

Como preparo para a coleta de dados sobre o território, será realizada uma capacitação em coleta e processamento de dados prevista no subprograma [Monitoramento Territorial](#). Ao final de cada expedição deve ocorrer uma oficina de processamento dos dados, que será importante para o repasse das informações ao restante da comunidade. Estas oficinas terão duração de três dias e deverão envolver os indígenas participantes das expedições e o [Profissional de referência](#), que os apoiará na sistematização das informações. As informações coletadas e processadas serão inseridas no banco de dados, podendo também ser disponibilizadas no portal (ver subprograma Monitoramento Territorial) de acordo com decisão das comunidades. As informações a respeito de invasões e ameaças à Terra Indígena deverão ser rapidamente repassadas pelas lideranças indígenas à CTL da FUNAI de Porto Velho, para que sejam tomadas as medidas cabíveis, como já vem sendo feito pelos indígenas.

Para os próximos períodos da implementação do programa Proteção e Gestão Territorial poderão ser replanejadas a frequência e a duração destas expedições de acordo com decisão do Comitê Gestor.

As expedições têm como público-alvo direto os indígenas participantes, que serão escolhidos por suas comunidades, e envolvem indiretamente todo o povo, uma vez que as informações coletadas são de importância geral.

10.2.3.3. Estudos e monitoramentos do território

Os [Estudos e monitoramentos do território](#) são compostos por estudos etnoecológicos, estudos políticos e da ocupação regional, bem como etnomonitoramentos que serão realizados em formato de oficinas participativas. As oficinas devem valorizar o conhecimento tradicional e aportar conhecimentos não indígenas, produzindo um conhecimento intercientífico.

Visando não competir com o espaço escolar e, ao mesmo tempo, fornecer novos elementos para os professores indígenas, sugere-se que as oficinas sejam realizadas no âmbito das escolas indígenas, com pleno envolvimento dos professores indígenas. Caso os professores desejem, o [Profissional de referência](#) poderá apoiá-los na articulação com as secretarias municipais e estaduais de educação para validação das horas-aula.

As oficinas serão coordenadas pelos professores indígenas, com apoio do [Profissional de referência](#), e envolverão os alunos como participantes-pesquisadores e dois conhecedores indígenas, ou seja, os indígenas detentores do conhecimento tradicional acerca de determinado tema. Tais conhecedores serão escolhidos pela comunidade e receberão diárias pelos dias envolvidos. Algumas oficinas requerem conhecimentos técnicos e científicos especializados e, portanto, é prevista a contratação de consultor especialista, que será indicado pelo [Profissional de referência](#) ou pelo [Coordenador técnico](#). Também poderão ser

convidados outros membros da equipe técnica do PBA, além de atores de instituições parceiras.

Durante as oficinas os participantes produzirão desenhos, textos e fotos que comporão um material didático bilíngue (na língua materna e em português), a ser utilizado na escola pela própria ou por outras turmas. Este material tem como objetivo consolidar o conhecimento produzido, estimular a valorização contínua do conhecimento tradicional e oferecer subsídios aos professores indígenas. As principais informações produzidas nas oficinas também serão sistematizadas no banco de dados e poderão ser disponibilizadas no Portal, se assim avaliado pela comunidade indígena.

Cada oficina participativa será realizada na própria aldeia e terá duração de 15 dias. Os temas e as classes de alunos que participarão serão escolhidos pela comunidade escolar, com apoio do **Profissional de referência**, podendo ser consultada toda a comunidade indígena. Sugerem-se, *a priori*, os seguintes temas e trabalhos de referência elencados na Tabela 10-1:

Tabela 10-1 Temas e Trabalhos de Referência

Tema	Breve descrição
Calendário sazonal	Levantamento participativo da distribuição das atividades e dos recursos naturais ao longo das diferentes estações do ano, utilizando marcadores indígenas de tempo, como constelações, épocas de floradas, nível do rio e etc. Trabalhos de referência: CABALZAR et al. (2010) e VALENCIA (2010).
Recursos faunísticos e conhecimentos associados	Complementação do levantamento da fauna terrestre e aquática utilizada pelos indígenas para alimentação, festas, rituais, artesanato ou outros usos, bem como das informações ecológicas e culturais associadas a estes animais. Trabalhos de referência: ENDO et al., 2010; GONZALEZ et al., 2010.
Classificação indígena da vegetação e dos ambientes	Levantamento, junto aos indígenas, de suas formas de classificação dos ambientes e da vegetação, comparando-as à classificação não indígena e levantando as informações importantes a respeito de cada ambiente. Trabalhos de referência: ABRAÃO et al., 2010; SILVA et al., 2010.
Etnomonitoramento da caça	Definir as espécies de interesse para o monitoramento, definir os indicadores indígenas e técnicos a serem empregados e efetuar o monitoramento da caça duas vezes ao ano, nas estações de seca e cheia. Trabalhos de referência: ENDO et al., 2010; GONZALEZ et al., 2010.
Etnomonitoramento da pesca	Definir as espécies de interesse para o monitoramento, definir os indicadores indígenas e técnicos a serem empregados e efetuar o monitoramento da caça duas vezes ao ano, nas estações de seca e cheia. Trabalhos de referência: LIMA, 2010; VAN DER VELD et al., 2010.
Geografia e ocupação regional indígena e não indígena	Levantar junto aos indígenas seus relatos de ocupação histórica da região e complementar com informações acerca da ocupação não indígena. Trabalhos de referência: GAVAZZI et al., 1996.
Legislação e política ambiental e	Familiarizar os indígenas com a legislação ambiental e

Tema	Breve descrição
indigenista	indigenista para que saibam seus direitos e com as políticas ambiental e indigenista em níveis regionais, nacionais e internacionais. Trabalhos de referência: IEPÉ, 2008.
Mapeamento das relações interétnicas	Mapear, junto aos indígenas, as relações que possuem com pessoas físicas e instituições, bem como identificar oportunidades e conflitos.
Etnomonitoramento dos recursos hídricos	A participação de comunidades locais no monitoramento da qualidade da água vem crescendo no Brasil, sendo uma ferramenta importante para propiciar o maior entendimento das comunidades sobre a localidade que habitam e para formar massa crítica para as tomadas de decisão junto ao poder público (HERMES et al. 2004). Propiciará aos indígenas obter informações a respeito de seus recursos hídricos e fornecerá dados complementares ao monitoramento realizado por técnicos não indígenas (ver Monitoramento Territorial). Cada escola receberá duas réguas linimétricas que serão instaladas em pontos fixos dos cursos d'água, e um Ecokit ¹ , que permitirá medir parâmetros e índices de poluição da água. Além de abordar conceitos de meio ambiente e de saúde, como importância da qualidade da água consumida, os resultados das análises podem ser explorados em aulas de matemática, nas quais os alunos podem aprender a elaborar gráficos manuais (por exemplo, para visualizar as variações nos parâmetros ao longo do tempo). Trabalhos de referência: TRONCARELLI et al., 2002.

A metodologia específica de cada módulo pode variar de acordo com o tema escolhido e a expectativa da comunidade e dos professores indígenas. Assim, os trabalhos de referência anteriormente citados são sugestões, considerando que foram construídos de forma participativa e intercultural.

Estão previstas, a princípio, duas oficinas por ano para cada aldeia, com participação de 20 pessoas em cada, totalizando oito oficinas para os Karipuna e 32 oficinas para os Karitiana. O público-alvo dos módulos temáticos são principalmente os alunos e professores da escola

¹ Ecokit código 1601, comercializado pela empresa Alfakit, contém termômetro até 70°C, pluviômetro e medidor de sedimentos ecológicos, técnica para DBO (temperatura ambiente), reagentes para 100 testes de cada parâmetro, luvas, minigarrafa coletora, cartelas colorimétricas para comparação visual em material resistente, mini frascos para teste rápido de DBO (demanda bioquímica de oxigênio), informações de segurança, manual de instruções e outros acessórios. O kit analisa: cloro livre, ferro, ortofosfato, nitrogênio amoniacal, pH, transparência, cloreto, dureza total, oxigênio dissolvido, temperatura e sólidos sedimentáveis.

e os conhecedores indígenas, podendo ocorrer a participação de todos os membros da aldeia em determinados momentos.

10.2.3.4. Intercâmbios em gestão territorial

Os intercâmbios entre povos indígenas de diferentes TIs são uma técnica importante para o aprimoramento dos processos de gestão territorial indígena, possuem alto valor didático e propiciam o estabelecimento de laços de amizade e de articulação política (LITTLE, 2006). A troca cultural e de experiências e técnicas ultrapassa a gestão territorial, envolvendo também aspectos de saúde, educação e fortalecimento institucional.

Para a primeira fase do Componente Indígena do PBA estão previstos dois intercâmbios, um dos povos Karipuna e outro dos Karitiana, ambos a serem realizados entre o segundo e o terceiro ano de implementação deste programa. Cada intercâmbio terá duração de 15 dias, desde a data de saída da aldeia até o retorno, e dele participarão dez indígenas.

Nestes intercâmbios, os Karipuna e Karitiana visitarão povos indígenas que realizam ações interessantes em gestão territorial, focando especialmente em manejo dos recursos naturais, vigilância e monitoramento do território e relação com o entorno. A Terra Indígena a ser visitada, o período para a realização e a duração do intercâmbio devem ser escolhidos pelos próprios povos Karipuna e Karitiana, com apoio do [Profissional de referência](#).

Sugerem-se duas experiências bastante positivas, a dos Ashaninka da Terra Indígena Amônia, no Acre, e a dos povos indígenas do Oiapoque. Ambas as experiências envolvem o estabelecimento de uma relação positiva com o entorno, bem como a articulação política regional além de apresentar planos de gestão implementados. As ações ashaninka em gestão territorial sempre foram inovadoras, servindo de exemplo adequado para diversas regiões do Brasil (GAVAZZI, 2007). Os povos do Oiapoque enfrentam pressões similares aos povos Karipuna e Karitiana, as grandes obras de infraestrutura. No caso dos Karipuna, uma terceira opção seria o povo Wajãpi, falante de uma língua do tronco Tupi (IEPÉ, 2011).

Os aprendizados obtidos e a troca de experiências realizada durante o intercâmbio propiciarão subsídios para a elaboração do [Plano Indígena de Gestão Territorial](#). O intercâmbio deverá ser registrado em vídeo e este material deverá ser posteriormente editado e entregue aos indígenas participantes e exibidos nas aldeias Karipuna e Karitiana para que todos possam ter acesso às informações e experiências trocadas. Também serão colhidos depoimentos dos indígenas participantes sobre as experiências vividas, as referências e técnicas aprendidas e uma avaliação sobre o intercâmbio. Poderão ser incorporados ao material audiovisual os registros fotográficos realizados pelos indígenas e demais participantes do intercâmbio. Registros audiovisuais têm se mostrado uma eficiente ferramenta de difusão em aldeias indígenas, com experiências bastante positivas em diversos povos amazônicos.

Para o serviço de registro e edição do material audiovisual propõe-se a contratação de produtora especializada, preferencialmente com experiência em trabalhos com indígenas. Outra opção é a contratação de indígenas com experiência e filmagem e edição, por exemplo, os indígenas capacitados pela ONG Vídeo nas Aldeias. Os contratados deverão disponibilizar cópias do material audiovisual editado (prevendo-se 50 cópias), no período de até 20 dias após o encerramento do intercâmbio. Após a entrega do material audiovisual, os

participantes indígenas organizarão, com apoio do [Profissional de referência](#), uma exibição do vídeo em cada aldeia Karitiana ou Karipuna.

O público-alvo dos intercâmbios são as comunidades dos povos Karipuna e Karitiana, especialmente as lideranças, os representantes das áreas de saúde e educação, os membros da diretoria das associações indígenas e jovens.

10.2.3.5. Plano Indígena de Gestão Territorial

O plano de gestão territorial é um importante instrumento normativo e de planejamento que estabelece metas a serem atingidas por meio da gestão territorial (LITTLE, 2006), complementando as estratégias tradicionais de gestão (CTI, 2010). Seus resultados servem tanto para preparar os povos indígenas ao enfrentamento de significativas pressões a seus territórios ou condições de vida, por exemplo, as advindas das grandes obras de infraestrutura (APIO, 2009), quanto para subsidiar políticas públicas, como acontece no Acre (AQUINO; IGLESIAS, 2005; APEL, 2011; LITTLE, 2006).

A construção de um [Plano Indígena de Gestão Territorial](#) propiciará aos povos Karipuna e Karitiana a formalização do que esperam para seu futuro em termos de qualidade de vida. Para que seja verdadeiramente um plano de gestão indígena, deve ser concebido, implementado, avaliado e alterado por eles (LITTLE, 2006). Diversas metodologias vêm sendo aplicadas por diferentes instituições, em todo o Brasil (LITTLE, 2006), para a elaboração de acordos coletivos à gestão do território indígena, sendo chamados de planos de gestão territorial ou ambiental (APEL, 2011) ou plano de vida (APIO, 2009).

Em geral, os planos de gestão envolvem em sua construção duas etapas, a diagnóstica e a normativa (LITTLE, 2006). Na etapa diagnóstica são realizados levantamentos participativos a respeito do território e seus recursos, dos modos de vida passado e presente de cada povo, dos desafios enfrentados atualmente e das propostas de solução. Já na etapa normativa são definidas as alternativas de manejo dos recursos naturais, classificadas as áreas de uso indígena e estabelecidos os acordos comunitários. Esta etapa pode ser composta pelo etnozoneamento, definido por Little (2006) como um instrumento de ordenamento territorial ou pelo plano de gestão, no qual são consolidadas as informações, os acordos, as metas e os caminhos para atingi-las.

A etapa de diagnóstico terá sido realizada nos [Estudos e monitoramentos do território](#) e nas [Expedições de mapeamento do território](#) e será complementada pelas novas referências em gestão territorial indígena obtidas por meio dos [Intercâmbios em gestão territorial](#).

A etapa normativa, ou seja, a consolidação do [Plano Indígena de Gestão Territorial](#) será realizada por meio de oficinas participativas envolvendo toda a comunidade indígena. As oficinas são uma das técnicas participativas mais empregadas nas experiências em gestão territorial, podendo ter variados conteúdos e ser realizadas em diferentes fases do processo (LITTLE, 2006). É comum que as oficinas sejam realizadas por temas, como saúde, educação, manejo de recursos naturais, divididos segundo a lógica não indígena (ver APIO, 2009), contudo, recomenda-se que as oficinas não sejam assim fragmentadas e que sua lógica seja estabelecida pelos indígenas.

Para esta etapa, são previstas quatro oficinas preparatórias para os Karitiana, sendo uma em cada aldeia, com cerca de quatro dias de duração, além de duas grandes oficinas de consolidação com a participação de representantes de todas as aldeias, com duração de cinco dias. Para o povo Karipuna, como sua população é menor e habita uma única aldeia, são previstas uma oficina preparatória, de quatro dias, e uma oficina de consolidação, com duração de cinco dias, todas envolvendo a comunidade inteira.

A construção de um plano de gestão territorial é demorada, depende de intensa articulação por parte das lideranças indígenas (LITTLE, 2006), de um conjunto sólido de informações, da apropriação pelos indígenas de conceitos estrangeiros e do estabelecimento de consensos sociais, que devem ocorrer dentro da lógica e do ritmo indígena para que sejam efetivos. Prevê-se a construção da primeira aproximação do plano de gestão entre o terceiro e início do quarto ano de implementação do programa [Gestão Territorial Compartilhada](#), para que seus resultados possam ser apresentados no seminário de avaliação previsto no subprograma [Governança Socioambiental](#). Uma segunda aproximação do plano de gestão deverá ocorrer no segundo período de execução deste programa.

Após a construção do [Plano Indígena de Gestão Territorial](#), ocorrerá sua implementação, da forma como foi definida pela comunidade indígena na fase de elaboração. A avaliação participativa dos resultados e desafios na implementação do plano deve ser feita com regularidade, em reuniões envolvendo toda a comunidade e a equipe do Componente Indígena do PBA. Como a primeira aproximação do plano de gestão será construída ao final do primeiro período de execução do Componente Indígena do PBA, não estão previstas oficinas de avaliação para este período, porém, no segundo período de execução do PBA indígena deverão ocorrer oficinas bianuais para avaliação e ajustes do plano de gestão.

O [Profissional de referência](#) apoiará as lideranças indígenas no processo de articulação, construção e implementação do [Plano Indígena de Gestão Territorial](#). Como o território é o recorte no qual acontecem ações de saúde, educação, valorização cultural, produção de subsistência ou comercial, entre outras, a construção do plano de gestão deverá integrar membros de todas as equipes do Componente Indígena do PBA, além de representantes da FUNAI.

Além disso, a gestão territorial indígena, para ser efetiva, deve contemplar diversas escalas de atuação, desde ações locais até articulações regionais e internacionais (MILLER, 2008). Sendo assim, as atividades do presente subprograma são complementadas pelas do subprograma [Governança Socioambiental](#), apresentado mais adiante, que contempla ações de articulação regional.

O público-alvo do [Plano Indígena de Gestão Territorial](#) são as comunidades dos povos indígenas Karitiana e Karipuna.

10.2.4. Elementos de Custo

10.2.4.1. Capacitação continuada e apoio para vigilância

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- O Profissional de referência</p> <p>- 1.200 diárias para indígenas (10 diárias x 30 indígenas x 4 cursos)</p>	<p><u>Equipamentos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 GPS - 5 notebooks - 5 câmeras fotográficas com GPS embutido <p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 kits de material de escritório/papelaria - 4 kits de material de pesca - alimentos para 3.600 refeições (30 pessoas x 4 cursos x 10 dias cada curso x 3 refeições/dia) - 10 machados e 10 limas para machado (2 por aldeia) - 5 motosserras (1 por aldeia) - 1.000L de gasolina para motosserra (40L por aldeia x 5 aldeias x 4 anos) - 5 correntes para motosserra - 30 facões e 30 limas - 30 pares de botinas e 30 pares de meias <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u></p> <p><i>Frete terrestre:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - 8 Aldeia Panorama/TI Karitiana/Panorama - 8 Aldeia Candeias/TI Karipuna/Candeias - 8 Aldeia Joari/TI Karipuna/Joari - 8 Aldeia Central/TI Karipuna/Central - 8 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH 	

10.2.4.2. Expedições de mapeamento do território

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- O Profissional de referência</p>	<p><u>Materiais de Consumo e Equipamentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 40 kits de material de escritório/papelaria - 40 kits de material de pesca - alimentos para 600 refeições (5 pessoas em 40 expedições) - 600L de gasolina (150L x 2 TIs x 2 expedições/ano) - 30 frascos óleo 2T - manutenção de barcos (R\$ 1.000,00/ano x 5 aldeias) - 8.000L Diesel (200L x 40 expedições) - manutenção de veículos (5 aldeias) 	

	<p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Frete terrestre:</i> - 8 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 8 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 8 PVH/Aldeia Joari/PVH - 8 PVH/Aldeia Central/PVH - 8 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH</p>	
--	--	--

10.2.4.3. Estudos e monitoramentos do território

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- O Profissional de referência - 200 diárias para consultor especialista (10 diárias x 1 oficina x 4 anos x 5 aldeias) - 800 diárias para Conhecedores indígenas (2 conhecedores x 40 oficinas x 10 dias) - 800 diárias de pescadores/caçadores indígenas (2 pescadores x 40 oficinas x 10 dias) - 800 diárias de cozinheiras indígena (2 cozinheiras x 40 oficinas x 10 dias)</p>	<p><u>Materiais de Consumo:</u> - 40 kits de material de escritório/papelaria - 40 kits de material de pesca - alimentos para 25 pessoas em 40 oficinas - 1.600 L de gasolina (80L de gasolina/ano x 5 aldeias x 4 anos) - 80 frascos de óleo 2T - 5 Ecolkits - 3 réguas linimétricas para aldeia Panorama</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Trecho aéreo:</i> - 20 SP/PVH/SP</p> <p><i>Frete terrestre:</i> - 9 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 9 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 9 PVH/Aldeia Joari/PVH - 9 PVH/Aldeia Central/PVH - 9 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH</p>	

10.2.4.4. Intercâmbios em gestão territorial

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- O Profissional de referência - 60 diárias de pescador indígena (2 pescadores x 15 dias x 2 intercâmbios) - 60 diárias de cozinheira indígena (2 pescadores x 15 dias x 2 intercâmbios) - 30 diárias de gerente indígena (2 intercâmbios de 15 dias cada) - 60 diárias para filmador (registro e edição de vídeo)</p>	<p><u>Materiais de Consumo:</u> - 2 kits de material de apoio e papelaria - 2 kits de material de pesca - alimentos para 40 pessoas para 30 dias (2 intercâmbios x 15 dias cada) - 50 cópias em DVD do vídeo - 15 diárias de Datashow para exibição do vídeo (3 dias/aldeia)</p>	

	<p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Frete terrestre:</i> - 40 diárias de ônibus para 20 pessoas KM livre (trajeto de PVH até Mato Grosso ou Acre) - 3 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 3 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 3 PVH/Aldeia Joari/PVH - 3 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH</p> <p><i>Trecho fluvial:</i> - 30 diárias de aluguel de barco e motor com piloto - 1.600 L de gasolina (800L/intercâmbio x 2 intercâmbios) - 80 frascos de óleo 2T</p>	
--	---	--

10.2.4.5. Plano Indígena de Gestão Territorial

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- O Profissional de referência</p> <p>- 70 diárias de pescador indígena (5 oficinas de 4 dias + 3 oficinas de 5 dias x 2 pescadores) - 70 diárias de cozinheira indígena (5 oficinas de 4 dias + 3 oficinas de 5 dias x 2 cozinheiras)</p>	<p><u>Materiais de Consumo e Equipamentos:</u> - 8 kits de material de apoio/limpeza - 8 kits de material de escritório/papelaria - 8 kits de material de pesca - alimentos para 30 pessoas em cada uma das 8 oficinas</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Frete terrestre:</i> - 4 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 4 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 4 PVH/Aldeia Joari/PVH - 4 PVH/Aldeia Central/PVH - 4 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH</p>	

10.2.1. Cronograma

Quadro 10-1 Cronograma de atividades do subprograma Gestão Territorial Indígena

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Capacitação continuada e apoio para vigilância		■				■				■				■		
Expedições de mapeamento do território	■		■		■		■		■		■		■		■	
Estudos e monitoramento do território		■		■		■		■		■		■		■		
Intercâmbios em gestão territorial							■	■								
Plano Indígena de Gestão Territorial											■	■	■	■		



Alto (Quando depende da iniciativa do empreendedor)



Médio (Quando tem parceria com alguma instituição)



Baixo (Quando depende da decisão ou ação de terceiros)

10.2.2. Articulação Institucional

Para a realização dos intercâmbios é necessária a articulação com as associações indígenas ou instituições indigenistas que atuem junto ao povo indígena a ser visitado. Para as ações de vigilância, recomenda-se a parceria com a FUNAI para a continuidade da capacitação já realizada em 2011, contudo, a implementação é de responsabilidade exclusiva do empreendedor.

10.2.3. Interação com Outros Programas Ambientais

Para que o Plano Indígena de Gestão Territorial seja efetivo, é importante que envolva representantes das equipes técnicas de todos os programas do PBA-CI.

10.2.4. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Constituição Federal de 1988 – Reconhece os direitos indígenas no Capítulo VIII.

Convenção nº 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Sobre Povos Indígenas e Tribais.

Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

10.2.5. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE	CTF IBAMA
Renata Barros Marcondes de Faria	Bióloga, Mestre em Ciência Ambiental.		

10.2.6. Referências Bibliográficas

ABRAÃO, M. B. et al. Trilhas Tuyuka: um estudo das paisagens florestais do alto Tiquié. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 138-145.

ANGELO, C. País faz mais obras, mas diminui gastos com a conservação. **Folha de São Paulo**, 16/10, Ciência, p.C15. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/991470-pais-faz-mais-obras-mas-diminui-gastos-com-a-conservacao.shtml>. Acesso em: 19/10/2011.

APEL, L.K. **Etnomapeamento na TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu**. Acre: Página 20 - Online 2011. Disponível em: http://pagina20.uol.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=22791&Itemid=37. Acesso em: 13/10/2011.

APIO. **Plano de vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque**. Oiapoque: Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque, 2009. 45 p. Documento síntese das oficinas de planejamento participativo realizadas pela APIO em 2008.

AQUINO, T.V.; IGLESIAS, M.P. Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas. **Jornal Página 20**, Papo de índio, 2005.

ANGELO, C. País faz mais obras, mas diminui gastos com a conservação. **Folha de São Paulo**, 16/10, Ciência, p.C15. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/991470-pais-faz-mais-obras-mas-diminui-gastos-com-a-conservacao.shtml>. Acesso em: 19/10/2011.

ATIX. Associação Terra Indígena Xingu. In: JUNQUEIRA, P.; GRUPIONI, L.D.B. (Org.) **O Contexto Regional e as Estratégias de Gestão Territorial nas Terras Indígenas** – Documento Base do Intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu – MT. Canarana, 2010. 79 p. (mimeo.)

CABALZAR, A. (Org.). Manejo ambiental e pesquisa do calendário anual no rio Tiquié. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 46-55.

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. 47p.

CARVALHO, C. **Desmatamento aumentou 127% em áreas de proteção nos últimos dez anos**. O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/10/06/desmatamento-aumentou-127-em-areas-de-protecao-nos-ultimos-dez-anos-925531398.asp>. Acesso em: 19/10/2011.

CTI. O contexto regional e os programas de gestão territorial do CTI. In: JUNQUEIRA, P.; GRUPIONI, L.D.B. (Org.) **O Contexto Regional e as Estratégias de Gestão Territorial nas Terras Indígenas** – Documento Base do Intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu – MT. Canarana, 2010. p. 30-39.

ENDO, W. (Org.). Padrões de uso da vida silvestre entre os Baniwa. Sustentabilidade da caça no médio rio Içana. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 114-121.

IEPÉ. Gestão territorial. **Boletim povos indígenas e meio ambiente: Amapá e Norte do Pará**, no. 3, julho-setembro, 2007. Disponível em: www.institutoiepe.org.br. Acesso em: 01/11/11.

IEPÉ. **Programa Wajãpi: Linhas de trabalho e atividades em andamento**. Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/programas-de-trabalho/wajapi.html?start=2>. Acesso em: 05/11/11.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. Disponível em: www.institutoiepe.org.br. Acesso em: 01/11/11.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. **Povos indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio e Iepé, 2009. 96p.

GAVAZZI, R.A. (Org.). **Geografia Indígena: Parque Indígena do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental e Ministério da Educação e da Cultura, 1996. 63p.

GAVAZZI, R. A. (Org.). **Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kaxinawá e Ashaninka do rio do Breu**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2007. 69p.

GONZALEZ, J. (Org.). Investigación participativa sobre la actividad de cacería de subsistencia. Comunidad indígena de Santa Isabel (Vaupés, Colômbia). In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 104-113.

HERMES, L.C. (Org.) Participação comunitária em monitoramento da qualidade da água. In: **Circular Técnica 8**. Jaguariuna: EMBRAPA, 2004. 8p.

KANINDÉ. **Diagnóstico e plano de gestão**. Associação de Defesa etnoambiental Kanindé. Disponível em: http://www.kaninde.org.br/index.php?pag_id=3. Acesso em: 07/11/11.

LIMA, F.C.T. Inventário das espécies de peixe do rio Tiquié. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 88-93.

FURNAS/ODEBRECHT/LEME. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA dos Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE's) Santo Antônio e Jirau**. 2005.

LITTLE, P.E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Rio Branco: 2006. Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agencia da GTZ no Brasil.

MILLER, R.P. **Documento orientador para a preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena**. Parte I e II: Análise e Sistematização dos Documentos de Referencia sobre Projetos e Políticas Publicas com Interface Direta e Indireta com Gestão e Conservação da Biodiversidade das Terras Indígenas. Brasília: 2008.

MIOTTO, K. **Desmatamento cresce na Amazônia Legal**. SP: O Eco, 2011. Disponível em: <http://www.oecoamazonia.com/br/blog/319-desmatamento-cresce-na-amazonia-legal> Acesso em:13/10/2011.

PEREIRA, L.F. (Org.). **Legislação ambiental e indigenista: uma aproximação ao direito socioambiental no Brasil**. São Paulo: Iepé-FNMA-MMA, 2008. 88p.

SCHMIDT, M.V. C; GARZÓN, B.R; YAMADA, E.M. (Org.). **Relatório de Consultoria Técnica para a Construção da “Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI”**. Brasília: MMA/PNUD, 2010. 31 p. (não publicado).

SILVA, A.L. (Org.). Manejo ambiental na Rede de Escolas Baniwa e Coripaco. Para viver e estar bem no mundo. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 206-215.

TRONCARELLI, M.C. et al. **Livro das Águas-Índios do Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2002. 112p.

VALENCIA, I. Calendário Ecológico. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 24-31.

VAN DER VELD, P. (Org.). Pesca no Tiquié. In: CABALZAR, A. (Org.). **Manejo do Mundo: Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do rio Negro**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2010. p 78-87.

VERDUM, R. **A Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena: Conceitos, Estratégias e Mecanismos de Apoio no Âmbito do MMA/SDS/DADS**. Brasília: MMA/SDS/DADS, 2006. 57 p. (mimeo).

10.3. Subprograma Governança Socioambiental

10.3.1. Introdução e Justificativas

Em todo o mundo as Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) possuem papel fundamental na conservação ambiental. Na Amazônia brasileira, as TIs muitas vezes funcionam como barreiras mais efetivas ao desmatamento do que as Unidades de Conservação, apresentando 98,4% de sua cobertura vegetal original conservada. São, portanto, estratégicas para a conservação (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009) e fornecedoras de importantes serviços ambientais em nível regional e nacional (LITTLE, 2006).

O mesmo vale para a região na qual se localizam as TIs Karipuna e Karitiana. A matriz é formada por áreas antropizadas, as UCs apresentam alguns remanescentes florestais e as TIs possuem taxas de antropização 20 e 30 vezes menores do que o restante. Enquanto no entorno das TIs Karitiana e Karipuna a antropização equivale a, respectivamente, 24% e 37% da área, dentro destas TIs menos de 1% da área se encontra alterada (Diagnóstico Socioambiental). Até mesmo as Unidades de Conservação apresentam altas taxas de desmatamento. A Floresta Nacional (FLONA) Bom Futuro foi a UC campeã em desmatamento da Amazônia em 2010, tendo 21,6 Km² de sua área desmatada neste ano. Ao todo, a FLONA já perdeu 27% de sua cobertura vegetal original (CARVALHO, 2011). A própria RESEX Jaci-Paraná, criada para ser manejada por populações locais, apresenta altas taxas de desmatamento, decorrentes da substituição da ocupação tradicional por grandes fazendeiros (Diagnóstico Socioambiental).

É nesta matriz, caracterizada ainda pela falta de ordenamento territorial e regularização fundiária e de inadequação socioambiental das propriedades rurais que a UHE Santo Antônio foi implantada. O fluxo de pessoas atraídas pela UHE Santo Antônio e pelas novas oportunidades de negócios criadas recrudescem o processo de antropização da região. Os efeitos deste processo, especialmente, o desmatamento e a crescente fragmentação florestal, o aumento das queimadas, o maior risco de pressão de mineração nas TIs e no entorno e o aumento da pressão de invasões às TIs e UCs (Diagnóstico Socioambiental), potencializam a vulnerabilidade dos povos Karipuna e Karitiana e seus territórios.

Segundo o “Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira”, as duas TIs são classificadas como de alto grau de pressão de desmatamento (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009), situação que já está sendo observada pelos indígenas e foi evidenciada no Diagnóstico Socioambiental. Se mantidos o ritmo de desmatamento e fragmentação florestal, em poucos anos as Terras Indígenas Karitiana e Karipuna serão manchas florestais isoladas (Diagnóstico Socioambiental). O aumento da fragmentação florestal da região afeta a qualidade ambiental dentro das TIs Karipuna e Karitiana, uma vez que o clima e o regime pluviométrico regionais são alterados, aumenta a probabilidade de queimadas (LAURANCE; WILLIAMSON, 2002) e ocorre o isolamento de populações vegetais e animais (MENEZES et al., 2009) importantes para as populações indígenas.

Além disso, as florestas primárias são insubstituíveis para a conservação da biodiversidade em áreas tropicais. Alterações em áreas florestais causam impactos negativos em diversos grupos taxonômicos, especialmente as aves (GIBSON et al., 2011). E as aves possuem papel

extremamente importante na alimentação dos Karitiana e Karipuna, tanto pelo número de etnoespécies consumidas - os Karipuna consomem 22 etnoespécies de aves e os Karitiana 32 – quanto por serem alimentos importantes, consumidos por crianças e por pessoas em períodos de resguardo (Diagnóstico Socioambiental).

Evitar a fragmentação florestal regional e seus efeitos é, portanto, fundamental para a qualidade de vida dos povos indígenas Karipuna e Karitiana. Tabarelli e Gascon (2005) apontam seis diretrizes neste sentido: “(i) incorporar medidas de proteção como parte dos projetos de desenvolvimento; (ii) proteger as áreas extensas e evitar a fragmentação das florestas contínuas ainda existentes; (iii) manejar as bordas da floresta a partir do momento de criação dos fragmentos; (iv) proteger as florestas de galeria para conectar fragmentos isolados de floresta; (v) controlar o uso do fogo e a introdução de espécies de plantas exóticas e limitar o uso de biocidas em áreas adjacentes aos fragmentos florestais; e (vi) promover o reflorestamento e a ampliação da cobertura florestal em áreas críticas da paisagem”.

Seguindo estas diretrizes, para manter a conectividade da paisagem da região onde estão inseridas as TIs é necessário promover a proteção e a restauração dos remanescentes florestais e das matas ciliares e estimular práticas ambientalmente mais responsáveis nas propriedades rurais, especialmente as lindeiras às TIs.

A melhor possibilidade para a manutenção do contínuo florestal da região é a criação de um corredor ecológico, ou mosaico, interligando as TIs Karipuna e Karitiana e as Unidades de Conservação: o Parque Estadual de Guajará-Mirim, a FLONA Bom Futuro e a RESEX Jaci-Paraná. A interligação entre as TIs e UCs na forma de corredor ecológico ou de mosaico permitirá conter o desmatamento e a fragmentação florestal e garantir o fluxo gênico, potencializando a conservação nestas áreas e mantendo a disponibilidade de caça para os indígenas. Tanto o corredor quanto o mosaico são figuras previstas na legislação ambiental brasileira, porém na prática ainda são incipientes as experiências deste tipo (CARNEIRO FILHO; SOUZA, 2009). Um exemplo positivo é o mosaico que vem se constituindo no Oiapoque, formado por agricultores familiares, assentamentos, Terras Indígenas e Unidades de Conservação (IEPÉ, 2010).

Ainda, a criação de unidade de conservação de proteção integral no trecho da FLONA Bom Futuro e da RESEX Jaci Paraná constitui medida adequada para fazer frente às pressões de desmatamento a que essa área encontra-se atualmente submetida e que é potencializado pela UHE Santo Antônio de forma sinérgica com outros empreendimentos.

Com relação às matas ciliares, sua importância para a manutenção do equilíbrio ecológico, a conservação da biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos e solos (SIGAM/SMA, 2011) é reconhecida legalmente desde 1965, quando foram consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Art. 2 do Código Florestal. A conservação das florestas ciliares nas proximidades e a montante de suas aldeias é essencial para os povos indígenas. Estas áreas contribuem para a qualidade dos recursos hídricos que passam pelas aldeias e que são usados pelos indígenas para diversas atividades, como de higiene, banhar e lavar roupas e louças, de lazer, especialmente das crianças, e de subsistência, sendo locais de caça e pesca (Diagnóstico Socioambiental).

A vegetação ripária oferece recursos importantes para algumas espécies de peixes (BARRELLA et al., 2000) e de animais (MARINHO-FILHO; GASTAL, 2000), afetando toda a cadeia trófica, e contribui para manutenção da cobertura florestal e do fluxo gênico, criando corredores ecológicos ao longo da rede hidrográfica (SALIS; TAMASHIRO, 1994), o que se reflete na disponibilidade de caça e pescado para os indígenas. A degradação desta vegetação provoca o assoreamento do leito do rio, o menor tempo de retenção da água pluvial e, nos casos mais graves, o próprio desaparecimento de rios de pequeno porte (FARIA; ARQUES, 1999).

Evitar a degradação e promover a proteção das matas ciliares passa também pela aproximação dos indígenas e seus parceiros com os proprietários rurais vizinhos. Esta articulação possibilita, ainda, melhorar o controle das queimadas e reduzir a pressão e as invasões nas TIs. Há na Amazônia brasileira interessantes experiências de articulação dos indígenas com atores e instituições regionais ou nacionais que potencializam a gestão territorial indígena (ver CPI/AC, 2009; JUNQUEIRA; GRUPIONI, 2010). O contexto para estas articulações está cada vez mais favorável, uma vez que vêm crescendo as iniciativas governamentais de diminuição do desmatamento e de promoção da regularização fundiária, como o projeto Municípios Verdes (GUIMARÃES et al., 2011), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e os programas BNDES Florestal e Compensação Florestal (MARCOVITCH, 2011).

Considerando a vulnerabilidade dos territórios indígenas frente ao cenário de aumento da ocupação antrópica e suas consequências potencializadas pela UHE Santo Antônio, a alteração na oferta de recursos aquáticos para os Karipuna e, considerando ainda, que a FLONA Bom Futuro e a RESEX Jaci-Paraná não têm sido eficientes para a conservação da biodiversidade, é prioritário implementar medidas de proteção dos remanescentes florestais situados entre as TIs Karipuna e Karitiana e estimular a restauração florestal das Áreas de Preservação Permanente.

Atendendo a estas demandas, o subprograma **Governança socioambiental** busca manter a conectividade da paisagem promovendo a proteção do corredor ecológico e dos remanescentes florestais e matas ciliares, além de estimular práticas ambientalmente mais adequadas nas propriedades lindeiras às TIs. Para tanto, contempla quatro linhas de ações:

- Gestão territorial compartilhada;
- Criação do corredor ecológico;
- Conservação das matas ciliares;
- Subcoordenação do programa.

10.3.2.1. Objetivo Geral

As ações do subprograma **Governança Socioambiental** visam criar o arranjo técnico, político e institucional necessário para potencializar os resultados da **Gestão Territorial Indígena**, bem como propiciar a conservação da biodiversidade mantendo a disponibilidade dos recursos essenciais à qualidade de vida dos povos Karipuna e Karitiana e a integridade de seus territórios.

10.3.2.2. Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

10.3.2.3.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Manter a conectividade entre as TIs Karitiana e Karipuna.	Inclusão de zona de uso restrito nos Planos de Manejo da FLONA Bom Futuro e da RESEX Jaci-Paraná.	Planos de Manejo com zona de proteção integral na faixa que se encontra entre as TIs.
	Nova UC de proteção integral entre as TIs.	Estudos técnicos elaborados; Articulação com ICMBio encaminhada.
Reduzir a pressão antrópica no entorno das TIs e a consequente perda de recursos naturais essenciais aos povos indígenas Karipuna e Karitiana.	Gestão compartilhada das UCs no entorno das TIs.	Representantes Karitiana e Karipuna participando dos conselhos gestores da FLONA Bom Futuro e da RESEX Jaci-Paraná; 10 encontros realizados com participação das diferentes instituições envolvidas.
	Gestão compartilhada das fronteiras entre os povos Karitiana e Karipuna e seus vizinhos.	Participação de indígenas e proprietários rurais nos encontros; Plano de trabalho de médio prazo (cinco anos) elaborado pela equipe; Número de proprietários rurais participando dos Seminários de avaliação integrada.
	Arranjo político e institucional para a gestão compartilhada consolidado.	Participação dos diferentes atores e instituições regionais nos Seminários de avaliação integrada.
Promover a conservação das APPs associadas às bacias do rio das Garças, do Igarapé	Todas as áreas de APPs estimadas.	100% das áreas de interesse, georreferenciadas e diagnosticadas quanto ao <i>status</i>

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Preto, do rio Candeias e do rio Jaci Paraná.		de conservação até o Ano 2 de atividades do programa.
	Proprietários e moradores das áreas de interesse conscientizados sobre a importância ambiental e a obrigação legal em relação a essas áreas.	Número de proprietários rurais visitados; Número de proprietários rurais interessados em participar; Número de participações em programas de rádio, seminários, palestras e eventos sobre o tema; Taxa de desmatamento das APPs prioritárias.
	APPs de interesse restauradas.	Áreas prioritárias para restauração florestal definidas; Proposta de restauração elaborada e apresentada às instituições e atores pertinentes; Oportunidades e parceiros identificados; Áreas demonstrativas restauradas.
	Órgãos responsáveis por ações de fiscalização acessando as informações disponibilizadas pelo programa.	Informações disponibilizadas no portal; Parceiros acessando as informações.
Coordenar o programa Proteção e Gestão Territorial e garantir os resultados das ações.	Selecionar e treinar os membros da equipe.	Equipe treinada no primeiro ano de execução do projeto; Planejamento do Ano 1 realizado pela equipe.
	Programa Proteção e Gestão Territorial avaliado pelos indígenas e parceiros.	Dois encontros de avaliação realizados com a participação dos indígenas, equipe técnica e parceiros; Dados consolidados do programa disponibilizados no portal.

10.3.3. Público-Alvo

Todas as ações do subprograma **Governança Socioambiental** têm como público-alvo o povo Karipuna e o povo Karitiana. A descrição metodológica de cada ação, apresentada a seguir, inclui os públicos-alvo específicos.

10.3.4. Metodologia

As ações do subprograma **Governança Socioambiental** são estruturantes e foram previstas para estender-se por médio e longo prazo, sendo reavaliadas nas renovações da Licença de

Operação do empreendimento. Para tanto, está previsto para o último ano antes da renovação da LO um seminário para avaliação integrada dos impactos relacionados à UHE Santo Antônio e dos resultados das ações de mitigação e compensação de impactos. As discussões contribuirão para o planejamento do segundo período do programa **Proteção e Gestão Territorial**, a ser realizado pelo Comitê Gestor, que decidirá por finalizar, ampliar ou alterar as ações do programa, bem como indicará ações que merecem continuidade, porém dependem de outras fontes de financiamento. Para efeitos de planejamento do cronograma e dos custos foi considerado apenas o primeiro período de execução do PBA-CI.

Para a implementação do subprograma **Governança Socioambiental** será contratada uma equipe técnica permanente, além de consultores temporários para atividades específicas. Comporão a equipe o subcoordenador do programa **Proteção e Gestão Territorial**, o profissional sênior responsável pela articulação política e institucional, nomeado **Profissional da articulação**, e um profissional pleno responsável pelas atividades nas aldeias, considerado como **Profissional de referência**.

O **Subcoordenador técnico** deverá ser um profissional pleno, com formação superior preferencialmente em ciências naturais, com pós-graduação e experiência em coordenação de projetos e em ações de gestão territorial ou ambiental em terras indígenas. Entre suas atribuições estará o relacionamento com os parceiros institucionais, com os agentes do entorno e apoiar o **Profissional da articulação** nas articulações necessárias para a realização das atividades e ações do programa **Proteção e Gestão Territorial**, garantindo a implementação das atividades previstas no programa, o cumprimento dos seus objetivos e a coordenação da equipe técnica.

O **Profissional da articulação** está previsto no Programa de Gestão do PBA, uma vez que será responsável pelas atividades de articulação política e institucional de todos os programas do PBA-CI. No âmbito do programa **Proteção e Gestão Territorial** são responsabilidades deste profissional as ações de articulação política e institucional com vizinhos das TIs, órgãos públicos (como FUNAI, ICMBio, SEDAM), universidades, ONGs e outros possíveis parceiros, de forma a promover o arranjo para a implementação do corredor ecológico, da gestão compartilhada entre TIs e UCs e da gestão compartilhada de fronteiras.

O **Profissional de referência** deverá ser um profissional pleno, com formação superior, experiência mínima de dois anos com povos indígenas e disponibilidade para longas temporadas em área indígena. Será responsável pelas atividades de proteção e gestão territorial desenvolvidas junto às aldeias.

Todos os profissionais que atuarão no presente programa deverão participar do treinamento promovido pela subcoordenação para, em seguida, formular seus planos de trabalho de forma compartilhada entre os membros da equipe. Estes planos de trabalho deverão então ser pactuados com os povos Karitiana e Karipuna.

As ações do presente subprograma estão em concordância com os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI), mais especificamente aqueles que visam o acesso dos povos indígenas aos recursos naturais prioritários localizados fora dos limites das TIs, a elaboração e execução de planos de recuperação de áreas degradadas nas TIs e na faixa de segurança etnoambiental e a

promoção da interface das Terras Indígenas com outras áreas legalmente protegidas (SCHMIDT et al., 2010).

10.3.4.1. Gestão territorial compartilhada

As ações de **Gestão territorial compartilhada** estarão a cargo do **Profissional da articulação**, com apoio de um **Estagiário**, ambos previstos no Programa de Gestão do PBA, com a colaboração do **Subcoordenador técnico**. São de responsabilidade do empreendedor a contratação da equipe e o fornecimento de infraestrutura, equipamentos, materiais e recursos humanos (consultores e outros profissionais temporários) necessários para o desenvolvimento das atividades.

Articulação regional

Para garantir o arranjo político e institucional adequado à implementação das diversas ações do subprograma **Governança Socioambiental**, o **Profissional da articulação** realizará o diagnóstico do contexto político e institucional no qual estão inseridas as TIs Karitiana e Karipuna, elaborará o plano de trabalho de médio e longo prazo e estimulará ações integradas entre os diferentes atores.

No primeiro ano de execução do programa **Proteção e Gestão Territorial**, serão mapeadas as instituições, os fóruns e as redes locais já existentes, bem como identificadas as articulações entre estas instituições e potenciais conflitos ou sobreposição de atividades. Em paralelo, serão identificadas e acompanhadas as políticas públicas que interferem direta ou indiretamente sobre os povos indígenas, seus territórios e seus recursos essenciais (por exemplo, as políticas de ordenamento territorial e adequação socioambiental de propriedades rurais). Ainda nesta fase, serão levantadas as oportunidades para a implementação de estratégias de potencialização socioambiental do entorno das TIs Karipuna e Karitiana e para o envolvimento de novos parceiros.

No início do segundo ano, com base no mapeamento dos desafios e oportunidades realizado na fase de diagnóstico, o **Profissional da articulação** deverá elaborar um Plano de Trabalho apresentando as atividades a serem realizadas em médio e longo prazo, visando à promoção da articulação entre os diferentes atores e a implementação das ações do presente subprograma. A partir deste Plano de Trabalho, o profissional, acompanhado de lideranças indígenas, deverá promover uma agenda progressiva de aproximação e articulação com os diferentes atores e instituições locais e regionais.

A partir do terceiro ano, espera-se que o **Profissional da articulação** possa elaborar planos de trabalho em conjunto com os parceiros. Com estes planos elaborados, o profissional deve prospectar possíveis fontes de financiamento públicas ou privadas para a animação dos fóruns e redes existentes e para a promoção dos projetos previstos nos planos de trabalho. Acompanhando o processo, as lideranças indígenas se fortalecerão na articulação política e institucional para que possam gradativamente assumir as ações de articulação, conforme se sintam seguras.

A Articulação regional tem como público-alvo a SEDAM, a FUNAI, o ICMBio e outras instituições locais e regionais a serem definidas (por exemplo, a Universidade Federal de Rondônia e ONGs com atuação na região, como a ONG Kanindé).

Gestão compartilhada entre TIs e UCs

O mosaico composto pelas TIs Karipuna e Karitiana, o Parque Estadual de Guajará-Mirim (UC de proteção integral), a FLONA Bom Futuro e a RESEX Jaci Paraná (UCs de uso sustentável) sofre grande pressão antrópica. Todas estas áreas enfrentam desafios semelhantes, como combater o desmatamento ilegal e as invasões e garantir a conectividade florestal para a manutenção da biodiversidade local. Nesse contexto, promover a Gestão compartilhada é um caminho que possibilita o fortalecimento das instituições gestoras, a otimização de recursos financeiros e humanos e a melhoria os resultados de fiscalização e vigilância tanto das UCs quanto das TIs.

Para fomentar a Gestão compartilhada, o **Profissional da articulação** deverá provocar espaços transparentes de diálogo intercultural e interinstitucional, promover a construção de uma agenda comum entre as instituições e fornecer os dados técnicos e científicos gerados no âmbito do subprograma **Monitoramento Territorial** para subsidiar as discussões e tomadas de decisão.

No primeiro período de execução do Componente Indígena do PBA, isto é, até a renovação da Licença de Operação, estão previstos oito encontros técnicos entre as lideranças indígenas e as instituições envolvidas na gestão e fiscalização das UCs (FUNAI de Porto Velho e de Ji-Paraná, SEDAM, ICMBio), podendo ser convidados outros atores ou instituições que possam contribuir para a construção de um cenário favorável à gestão compartilhada, por exemplo, universidades e outras instituições de pesquisa ou ONGs de atuação regional. Os encontros devem ser realizados prioritariamente em uma das aldeias indígenas envolvidas, caso os indígenas prefiram, ou em uma cidade próxima. Todos os encontros devem contar com a mediação de consultor especializado, de forma a garantir o melhor aproveitamento do tempo e dos recursos humanos disponíveis e apoiar na resolução de possíveis conflitos. O planejamento e a organização destes encontros serão de responsabilidade do **Profissional da articulação** junto com o **Profissional de referência**.

Quando o grupo de atores estiver fortalecido deverá ser estabelecida uma agenda de trabalho comum, prevendo projetos interinstitucionais, para os quais o **Profissional da articulação** prospectará financiamento. O grupo contará com um espaço virtual para troca de informações, situado no Portal previsto no subprograma **Monitoramento Territorial**. Também poderá ter acesso a determinadas áreas do Banco de Dados, caso o **Profissional da articulação** e o **Subcoordenador técnico** julguem necessário.

O público-alvo desta atividade são os representantes da SEDAM, da FUNAI local e regional e do ICMBio regional, os chefes das UCs (RESEX Jaci-Paraná e FLONA Bom Futuro) e as lideranças indígenas Karipuna e Karitiana. Poderão ser envolvidos também pesquisadores e membros da sociedade civil organizada para acompanhar os resultados destas ações.

Gestão compartilhada de fronteiras

A atividade Gestão compartilhada de fronteiras será coordenada pelo **Profissional da articulação**, com a participação do **Profissional de referência**, de representantes indígenas e da FUNAI local. Envolve ações de promoção do diálogo e da colaboração entre indígenas e vizinhos no monitoramento das fronteiras das TIs Karipuna e Karitiana e ações de ampliação

da proximidade e da compreensão mútua, prevenindo conflitos territoriais e promovendo a redução dos impactos nas TIs e seus recursos, por exemplo, os efeitos do desmatamento das matas ciliares sobre a qualidade dos recursos hídricos e das queimadas que adentram as TIs a partir das fronteiras.

O primeiro passo para a implementação da Gestão compartilhada de fronteiras será o cadastro socioambiental das propriedades lindeiras às TIs Karipuna e Karitiana, o qual será realizado no âmbito do subprograma **Monitoramento Territorial**. Serão mapeados, junto com os indígenas e a FUNAI, os vizinhos com os quais existem relações positivas ou conflituosas. Considerando-se estas informações e o **Mapa de vulnerabilidades** (ver Diagnóstico Socioambiental) serão redefinidas as áreas prioritárias para abordagem, bem como as etapas de aproximação. Serão considerados também os subsídios levantados no mapeamento de instituições e oportunidades realizado na atividade **Articulação regional**.

A agenda de aproximação poderá envolver reuniões particulares ou coletivas com os vizinhos, a troca de experiências entre os indígenas e seus vizinhos, oficinas sobre ocupação regional indígena e não indígena ou outras atividades de aproximação.

De forma a realizar o levantamento dos custos mantendo uma flexibilidade para a definição de atividades de acordo com cada situação, foram previstos 10 encontros, cujos temas e formato poderão ser revistos posteriormente, a partir dos recursos humanos e financeiros previstos. Estes encontros serão realizados em Porto Velho ou outro município a ser definido, com a participação de lideranças indígenas, vizinhos e representantes da FUNAI. Foram também consideradas 20 visitas curtas entre indígenas e vizinhos.

Estas ações terão como público-alvo os povos indígenas Karipuna e Karitiana, representantes da FUNAI local e os proprietários vizinhos às TIs. Poderão ser envolvidos também pesquisadores e membros da sociedade civil organizada para acompanhar os resultados destas ações.

Seminário de avaliação integrada

Para finalizar o primeiro período de quatro anos do programa **Proteção e Gestão Territorial** propõe-se a realização de um seminário em parceria com os atores regionais identificados e vinculados ao presente programa, envolvendo também os diferentes setores da sociedade local. Devem também ser convidados representantes indígenas dos povos afetados pela UHE Jirau e membros da equipe técnica que executa o Componente Indígena do PBA destas TIs.

O seminário terá o formato de um encontro de quatro dias, a ser realizado no segundo semestre do último ano do primeiro período de execução do programa **Proteção e Gestão Territorial**. Os participantes receberão previamente um documento base apresentando informações para nivelar a compreensão e nortear as discussões. Durante o evento serão discutidos e avaliados os principais resultados dos estudos e monitoramentos socioambientais realizados nas aldeias indígenas e seu entorno, bem como das ações de mitigação e compensação implementadas no âmbito de todos os programas do Componente Indígena do PBA dos povos Karipuna e Karitiana. Ao final do processo de avaliação, serão discutidos os desafios futuros e os encaminhamentos para a potencialização dos resultados

positivos e a minimização de efeitos negativos, especialmente no que tange a **Governança Socioambiental** das TIs e entorno, incluindo seus vizinhos e as UCs da região.

Por ser de ampla abrangência, este seminário está orçado no Programa de Gestão do PBA. Contudo, devido à sua intrínseca relação com as atividades do programa Proteção e Gestão Territorial, a descrição do seminário é mantida também aqui.

O planejamento do seminário ficará a cargo das equipes dos programas **Proteção e Gestão Territorial** e **Gestão do PBA**, com apoio do **Auxiliar Administrativo** e do **Estagiário**. Contará também com a contratação temporária de cinco profissionais para: (i) a elaboração do documento base; (ii) a mediação do seminário; (iii) a realização da logística; (iv) a relatoria do seminário e (v) o registro em vídeo. As informações consolidadas no relatório serão disponibilizadas no Portal, cada aldeia receberá duas cópias do vídeo e será realizada uma exibição do vídeo em cada aldeia.

O seminário poderá ser realizado em uma das aldeias envolvidas no Programa, se os indígenas Karipuna e Karitiana assim concordarem, ou em núcleos urbanos próximos, como Nova Mutum, Jaci-Paraná e mesmo na cidade de Porto Velho. Deverão participar cerca de 60 pessoas, sendo o público-alvo: os representantes indígenas Karipuna e Karitiana; as equipes dos programas do Componente Indígena do PBA; os profissionais dos setores público (por exemplo, FUNAI, MPF, SEDAM, ICMBio e INCRA) e privado (Santo Antônio Energia) e todos os parceiros envolvidos ou em potencial (ONGs, vizinhos das TIs, moradores da RESEX, universidades, etc.). Serão também convidados especialistas para abordar alternativas de enfrentamento aos problemas ambientais identificados ao longo da execução do Programa, visando contribuir para a formulação de novas estratégias de enfrentamento dos impactos observados. É interessante que participem também membros da equipe técnica e lideranças dos povos indígenas afetados pela UHE Jirau.

10.3.4.2. Criação do corredor ecológico

Os povos indígenas Karitiana e Karipuna concordam com a necessidade urgente do estabelecimento de um corredor ecológico interligando o Parque Estadual de Guajará-Mirim, a TI Karipuna e a TI Karitiana. Este corredor é também apontado como prioridade e importância extremamente alta no documento de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos benefícios da Biodiversidade Brasileira, elaborado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente em 2007.

Para o estabelecimento do corredor é necessário promover a proteção do remanescente florestal localizado entre as TIs Karitiana e Karipuna (**Figura xxx**). Essa faixa de vegetação se encontra parcialmente dentro da FLONA Bom Futuro, administrada pelo ICMBio, e parcialmente na RESEX Jaci Paraná, administrada pela SEDAM, sendo ambas UCs de uso sustentável.

Para a conservação deste remanescente florestal e o estabelecimento do corredor ecológico, são duas as ações principais: o zoneamento destas áreas nos planos de manejo da FLONA e da RESEX e, posteriormente, a transformação destas áreas em uma nova Unidade de Conservação, de proteção integral, preferencialmente Estação Ecológica ou Reserva Biológica. Estas ações não dependem exclusivamente do empreendedor. Seu papel será o de apoiar os indígenas na articulação, por meio da contratação do Profissional da articulação

e da equipe do programa Proteção e Gestão Territorial, e o de fornecer dados para a produção do documento de subsídio para a criação do corredor ecológico e dos estudos técnicos para a criação da Unidade de Conservação descritos a seguir.

Para o zoneamento dos Planos de Manejo da FLONA e da RESEX, o **Profissional da articulação** deve coordenar a elaboração de um documento que apresente:

- As justificativas para o zoneamento restrito destas áreas, tanto por sua importância na manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais da região, quanto pela necessidade de proteção dos povos e territórios Karipuna e Karitiana;
- A importância de estimular atividades de pesquisa e/ou turismo visando promover maior circulação de pessoas na região e assim evitar a ação de madeireiros e invasores;
- A área a ser ocupada pelo corredor ecológico dentro da RESEX e da FLONA;
- Os dados técnicos e científicos sobre a área, incluindo dados de desmatamento e queimadas dentro da FLONA e da RESEX, os vetores de desmatamento, a análise de conectividade da paisagem e os pontos de maior vulnerabilidade.

Com base nestas informações, o **Profissional da articulação** deverá apoiar os indígenas Karipuna e Karitiana nas articulações com ICMBio e SEDAM para a definição destas áreas no zoneamento dos Planos de Manejo da FLONA Bom Futuro e da RESEX Jaci-Paraná. Os indígenas também devem pleitear sua participação nos conselhos destas duas UCs.

Em um segundo momento, o **Profissional da articulação** deve apoiar a elaboração dos estudos técnicos para a criação da Unidade de Conservação de proteção integral, fornecendo dados técnicos e científicos disponíveis no Banco de dados do presente programa ou disponibilizados por parceiros. Conforme a Instrução Normativa no. 5 do ICMBio, os estudos devem conter:

- Caracterização das diferentes formações vegetais e sua fauna associada;
- Caracterização do uso do solo dentro dos limites propostos;
- Avaliação dos principais indicadores socioeconômicos dos municípios abrangidos;
- A caracterização da população tradicional residente, quando houver, no caso das Florestas Nacionais.

Além das informações acima, os estudos devem apresentar a caracterização da população residente, contendo o número e tamanho médio das propriedades e o padrão de ocupação da área. Estes dados, contudo, devem ser fornecidos pelos órgãos gestores das respectivas UCs, o ICMBio e a SEDAM.

O terceiro passo é apoiar os órgãos competentes nas mobilizações para as consultas públicas, garantindo a participação dos indígenas e instituições parceiras. Caso a UC criada seja uma Estação Ecológica ou uma Reserva Biológica, não é obrigatória a consulta pública,

o que facilita o processo. A criação desta nova UC é de responsabilidade do ICMBio e o **Profissional da articulação** pode apoiar nas mobilizações, articulações e sistematização de dados importantes.

O público-alvo desta atividade são as lideranças indígenas Karipuna e Karitiana, os representantes da SEDAM, do ICMBio regional e federal e da FUNAI local, regional e federal. Poderão ser envolvidos também pesquisadores e membros da sociedade civil organizada. O público beneficiado serão os povos Karipuna e Karitiana.

10.3.4.3. Conservação das Matas Ciliares

A conservação das matas ciliares influencia na qualidade dos recursos hídricos vitais aos povos indígenas, promove corredores para a fauna e propicia recursos essenciais para os peixes, tendo assim, papel importante na segurança alimentar dos povos Karipuna e Karitiana. Considerando o crescente desmatamento e a fragmentação de habitats na região é importante promover a ações de conservação das matas ciliares que vão desde conscientização ao estímulo da restauração florestal.

As ações deste subprojeto serão coordenadas pelo **Profissional da articulação**, juntamente com o **Subcoordenador técnico**, contando com o envolvimento da equipe de geoprocessamento do subprograma **Monitoramento Territorial** e com a contratação temporária de consultor especialista em restauração florestal. Pode-se estimular o estabelecimento de parceria com instituições com experiência em restauração florestal e, ocorrendo essa parceria, não haverá necessidade de contratação de consultor especialista.

O **Profissional da articulação** será o responsável pela articulação política e institucional, criando o cenário para que as ações de monitoramento compartilhado e os projetos de restauração florestal. O desenvolvimento das ações foi planejado nas seguintes etapas: o mapeamento das matas ciliares abrangidas pelo recorte definido; a conscientização da população local e dos proprietários rurais; o monitoramento participativo das matas ciliares e o apoio a ações de restauração florestal das APPs.

O passo inicial da primeira etapa é a definição das áreas prioritárias de matas ciliares associadas às bacias do Rio das Garças, do Igarapé Preto, do rio Candeias e do rio Jaci Paraná que deverão ser monitoradas. Esta definição deve ocorrer já no primeiro semestre da implementação do programa **Proteção e Gestão Territorial** e deve considerar a opinião das equipes técnicas, dos povos indígenas Karipuna e Karitiana e da FUNAI. Assim que definido o recorte das matas ciliares a serem monitoradas, a equipe de geoprocessamento do projeto **Monitoramento Territorial** deverá estimar o passivo ambiental destas APPs, relacionando, se possível, aos dados obtidos pelo levantamento fundiário.

A conscientização dos proprietários rurais e dos moradores das áreas de interesse a respeito da importância das APPs para a manutenção dos recursos hídricos e da obrigação legal em relação a essas áreas é uma etapa importante para a viabilização deste subprojeto. Deve ser investido tempo na divulgação de informações, na participação em programas de rádio, palestras e outros eventos regionais e na aproximação com escolas da região e com os sindicatos, as cooperativas e as associações de produtores rurais. Estas atividades serão realizadas pelo profissional sênior ou pelo Subcoordenador técnico do programa Gestão

Territorial, podendo ser convidados membros das equipes técnicas de outros programas ou especialistas de instituições parceiras.

O monitoramento remoto das APPs mapeadas será realizado pela equipe do projeto **Monitoramento Territorial** e permitirá fornecer dados de desmatamento e alterações no uso e ocupação da terra para os órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, bem como fornecer informações aos atores envolvidos no monitoramento participativo. Em caso de constatação de desmatamento, o profissional sênior, sob orientação do **Subcoordenador técnico**, poderá informar as autoridades competentes, acompanhando o andamento das notificações.

O monitoramento participativo será realizado pelos povos indígenas por meio dos etnomonitoramentos previstos no subprograma **Gestão Territorial Indígena**. Também poderão ser realizadas atividades de monitoramento participativo junto aos alunos de escolas não indígenas da região e junto aos vizinhos das TIs Karitiana e Karipuna. A metodologia a ser empregada no monitoramento participativo com estes atores será definida pela equipe técnica do presente programa, após a aproximação inicial aos atores.

Caso a equipe técnica e os indígenas assim avaliem, as informações levantadas nos monitoramentos poderão ser divulgadas no portal na internet, na forma de um Observatório Local. Além de servir como ferramenta de monitoramento participativo, envolvendo a comunidade local e os povos indígenas, este portal pode ser usado como ferramenta de aproximação dos diferentes atores.

Com base nos dados apontados pelo monitoramento remoto e pelo monitoramento participativo e, avaliando-se a importância na manutenção dos recursos hídricos importantes para os povos indígenas Karitiana e Karipuna, serão elencadas as áreas prioritárias para as ações de restauração florestal. A priorização destas áreas deve levar em conta também a disposição dos proprietários rurais ou órgãos competentes (no caso de áreas localizadas em UCs ou de projetos de assentamentos) em efetuar a restauração florestal. Elencadas as áreas, serão cadastrados os proprietários rurais interessados em recompor suas APPs. Estes receberão apoio técnico para a elaboração do projeto de restauração florestal e para a busca de mecanismos e oportunidades para a implementação.

O consultor especialista, sob supervisão do **Profissional da articulação**, deverá elaborar proposta técnica a ser apresentada aos proprietários rurais cadastrados. Esta proposta deve conter as áreas prioritárias para a restauração florestal, as alternativas técnicas de restauração, os possíveis mecanismos de incentivos (fiscais, financeiros, e etc.) e as possibilidades de parcerias para as ações de restauração. As ações devem atender à Resolução CONAMA n°. 429, que dispõe sobre metodologias de recuperação de APPs. A proposta técnica deverá ser apresentada aos proprietários rurais para que estes planejem suas ações de restauração florestal.

São responsabilidades do empreendedor a contratação do **Profissional da articulação** e do consultor especialista em restauração florestal para a elaboração da proposta técnica. Os custos de restauração da vegetação, por exemplo, os materiais, equipamentos, sementes e outros para ficarão a cargo dos proprietários rurais.

As ações de **Conservação das matas ciliares** têm como público-alvo os proprietários rurais no entorno das TIs Karipuna e Karitiana, especialmente aqueles por cujas propriedades passam recursos hídricos importantes para estes povos indígenas. Poderão ser envolvidos também pesquisadores e organizações não governamentais que atuem em projetos de restauração florestal. Recomenda-se o estabelecimento de parcerias com instituições públicas, como IBAMA, INCRA, EMBRAPA e Emater, e privadas, como universidades, escolas e ONGs, tanto para otimizar o monitoramento e a fiscalização das matas ciliares, quanto para promoção da restauração florestal destas áreas. O público beneficiário destas ações são os povos Karipuna e Karitiana.

10.3.4.4. Subcoordenação do Programa

As atividades do programa **Proteção e Gestão Territorial** foram planejadas para incorporar a participação indígena em todas as suas etapas, do planejamento das ações à avaliação dos resultados. No primeiro ano de execução, as atividades planejadas deverão ser pactuadas com as aldeias, sendo então periodicamente reavaliadas e repactuadas. Sempre no último ano do período de execução do programa os resultados deverão ser avaliados pela equipe técnica em conjunto com as comunidades envolvidas, para subsidiar a adequação da proposta de trabalho do Programa para o próximo período.

Cada membro da equipe técnica deverá encaminhar relatórios de atividades semestrais para o **Subcoordenador técnico**, assim como os consultores contratados deverão enviar seus relatórios ao final de cada atividade desenvolvida. O **Subcoordenador técnico** consolidará as principais informações em um relatório anual.

A subcoordenação do programa **Proteção e Gestão Territorial** tem como público-alvo os membros da equipe técnica.

Seleção e treinamento da equipe

A **Subcoordenação da gestão territorial** deverá: (i) elaborar os critérios para a seleção da equipe técnica e dos consultores; (ii) organizar e executar o processo de seleção; (iii) recrutar os profissionais e garantir sua capacitação.

Antes do início da implementação em campo das atividades do programa, o subcoordenador deverá providenciar um treinamento inicial direcionado aos técnicos contratados, apresentando os princípios de trabalho, o contexto da região e as técnicas de levantamentos participativos. Além disso, a equipe deverá receber noções antropológicas sobre os povos indígenas Karipuna e Karitiana, fornecidas por um consultor indígena de cada povo.

Para contribuir na elaboração e execução do treinamento deverão ser contratados por diárias um antropólogo sênior com experiência em processos de gestão territorial e dois representantes indígenas, sendo um Karipuna e um Karitiana.

Coordenação e avaliação do programa

Com relação ao gerenciamento da equipe e das atividades do programa **Proteção e Gestão Territorial**, o **Subcoordenador técnico** deverá: (i) promover o planejamento semestral das atividades; (ii) garantir o suporte logístico, de material e de equipamentos para sua equipe e

consultores; (iii) monitorar o desenvolvimento das ações mantendo um espaço permanente de diálogo com as comunidades indígenas; (iv) garantir a incorporação na base de dados das informações levantadas por sua equipe e (v) elaborar relatório anual consolidando as principais informações dos relatórios elaborados pelos profissionais da equipe e pelos consultores. O **Estagiário** apoiará o subcoordenador nos serviços administrativos e na logística.

A subcoordenação deverá promover a avaliação contínua do programa **Proteção e Gestão Territorial** para: (i) identificar demandas ou potencialidades para que estas sejam consideradas e incorporadas na estratégia do programa **Proteção e Gestão Territorial**; (ii) garantir a integração das visões da equipe técnica e dos indígenas; (iii) promover a avaliação integrada entre as atividades realizadas nas aldeias e as atividades do entorno ou de articulação política; (iv) realizar avaliações qualitativas e quantitativas dos resultados das atividades e ações empregadas.

Esta avaliação contínua se dará por meio de reuniões periódicas com os membros da equipe técnica, reuniões anuais com as comunidades indígenas (podendo ser aproveitadas as assembleias das associações indígenas caso estes assim desejem) e reuniões bianuais integrando a subcoordenação deste programa, as equipes técnicas, os representantes indígenas e outras instituições parceiras. Todas as reuniões envolvendo os indígenas devem ocorrer prioritariamente nas aldeias.

Para além das atividades de coordenação da equipe e de avaliação do programa **Proteção e Gestão Territorial**, o **Subcoordenador técnico** deve: (i) manter a integração de seu programa com os outros programas do Componente Indígena do PBA; (ii) estabelecer parcerias para viabilizar o desenvolvimento ou a ampliação das atividades do Programa; (iii) captar recursos financeiros complementares aos recursos do empreendedor; (iv) contribuir na agenda de articulação do **Profissional da articulação**; (v) manter diálogo com instituições e atores regionais para estimular a integração de ações semelhantes, visando à otimização do uso dos recursos humanos e financeiros e a potencialização dos resultados do Programa e (vi) acompanhar discussões de temas que se relacionam com gestão territorial indígena.

10.3.5. Elementos de Custo

10.3.5.1. Gestão Territorial Compartilhada

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>O Profissional da articulação</p> <p>- 36 diárias de consultor mediador (consultor pleno)</p>	<p>Articulação regional e Gestão compartilhada entre TIs e UCs</p> <p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <p>- 480 diárias de aluguel de veículo pequeno (120 dias/ano)</p> <p>- 240 diárias de aluguel de veículo 4x4 (60 dias/ano)</p> <p>- 192 diárias de hospedagem participantes indígenas (8 encontros x 6</p>	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
	<p>indígenas x 4 dias) - 192 diárias de alimentação completa para participantes indígenas (8 encontros x 6 indígenas x 4 dias) - 192 diárias para almoço convidados (8 encontros x 6 convidados x 4 dias) - 32 diárias de aluguel de sala de reuniões (capacidade 15 pessoas) - 32 diárias de alimentação e hospedagem para consultor mediador</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Trecho aéreo:</i> - 10 PVH/BSB/PVH <i>Frete terrestre:</i> - 10 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 10 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 10 PVH/Aldeia Joari/PVH - 10 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH</p>	
<p>O Subcoordenador técnico do programa</p> <p>O Profissional da articulação</p> <p>O Profissional de referência</p>	<p>Gestão compartilhada de fronteiras</p> <p>(10 encontros em Porto Velho e 20 visitas entre indígenas e vizinhos)</p> <p><u>Materiais de Consumo:</u> - 30 kits de material de escritório/papelaria - 120 diárias de hospedagem participantes indígenas (10 encontros x 3 indígenas x 4 dias) - 80 diárias de hospedagem para convidados (10 encontros x 2 indígenas x 4 dias) - 120 diárias de alimentação completa para participantes indígenas (8 encontros x 3 indígenas x 4 dias) - 80 diárias para almoço para convidados (10 encontros x 2 convidados x 4 dias) - 40 diárias de aluguel de sala de reuniões (capacidade 15 pessoas) - 120 diárias de alimentação visitas aos vizinhos (20 visitas x 6 pessoas)</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <i>Frete terrestre:</i> - 12 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 12 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 12 PVH/Aldeia Joari/PVH - 12 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH</p>	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- A equipe técnica dos programas do PBA-CI</p> <ul style="list-style-type: none"> - 20 diárias de filmador/editor (para registro audiovisual e edição) - 15 diárias para consultor pleno (elaboração do documento base) - 7 diárias para consultor sênior (mediação do seminário) - 30 diárias para consultor pleno (organização e logística) - 20 diárias para consultor pleno (relatoria do seminário, consolidação dos resultados e elaboração relatório final). 	<p>Seminário de avaliação integrada</p> <p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 15 cópias do vídeo editado - 15 diárias de aluguel de Datashow - 15 diárias de aluguel de gerador - 20L de gasolina para gerador - 2 frascos óleo SAE 90 ou SAE 40 para gerador - Impressão e encadernação do documento base (40 páginas x 60 cópias) - impressão e encadernação do consolidado dos resultados (80 páginas x 20 cópias) - 240 diárias de alimentação (60 pessoas x 4 dias) - 160 diárias de hospedagem (40 pessoas x 4 dias) - 30 diárias de aluguel de veículo comum <p>Deslocamentos e Transportes:</p> <p><i>Trecho aéreo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 CGH/PVH/CGH <p><i>Frete terrestre:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 4 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 4 PVH/Aldeia Joari/PVH - 4 PVH/Aldeia Central/PVH 	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
	- 4 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH	

10.3.5.2. Criação do Corredor Ecológico

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<ul style="list-style-type: none"> ○ Profissional da articulação ○ Subcoordenador técnico 	<p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Impressão e encadernação do documento técnico (200 páginas x 5 cópias) - 80 diárias de alimentação (2 pessoas x 10 dias x 4 anos) - 80 diárias de hospedagem (2 pessoas x 10 dias x 4 anos) - 80 diárias de aluguel de veículo pequeno (20 dias/ano) <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u></p> <p>Trecho aéreo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 CGH/PVH/CGH <p>Frete terrestre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 4 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 4 PVH/Aldeia Joari/PVH - 4 PVH/Aldeia Central/PVH - 4 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH 	

10.3.5.3. Conservação das matas ciliares

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<ul style="list-style-type: none"> - O Profissional da articulação - O Subcoordenador técnico - 90 diárias de consultor especialista em restauração florestal (consultor pleno) 	<p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 240 diárias de aluguel de veículo 4x4 (60 dias/ano) - impressão de materiais de conscientização (folders, posters, cartilha, etc.) <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u></p> <p><u>Trecho aéreo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 CGH/PVH/CGH <p><u>Frete terrestre:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 PVH/Aldeia Panorama/PVH - 4 PVH/Aldeia Candeias/PVH - 4 PVH/Aldeia Joari/PVH - 4 PVH/Aldeia Central/PVH - 4 PVH/Aldeia Bom Samaritano/PVH 	

10.3.5.4. Subcoordenação do programa

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<ul style="list-style-type: none"> - Profissional da articulação (previsto no Programa de Gestão do PBA, a ser contratado durante toda a execução de Programa). - Estagiário (previsto no Programa de Gestão do PBA, a ser contratado durante toda a execução de Programa). - Subcoordenador técnico (profissional sênior contratado durante toda a execução de Programa) - Profissional de referência (profissional pleno contratado durante toda a execução de Programa) - Auxiliar administrativo (previsto no Programa de Gestão do PBA, a ser contratado durante toda a execução de Programa). 	<p><u>Infraestrutura e despesas escritório</u> (durante toda execução do programa,):</p> <ul style="list-style-type: none"> - aluguel de escritório com 2 salas - 5 mesas individuais + 1 mesa reunião - linha telefônica + cota mensal - 3 cotas mensais de celular - serviços de correio - serviços de impressão - serviços de limpeza - cotas para luz e água - Seguro (escritório, veículos). - Despesas com internet (servidor) - manutenção de equipamentos - manutenção de softwares - manutenção da sede - alimentação (água e café) - cota de combustível <p><u>Equipamentos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 desktop completo (configuração mínima: Memória 4GB DDR2; Hard disk 1TB; Drives DVD-RW; Rede 10/100 mbits; Monitor LCD 23" Widescreen; Teclado PS2 ABNT II padrão; Mouse óptico com padrão PS/2, dois botões com scroll; Sistema operacional Windows 7). - 2 HD externos de 500 GB - 2 filtros de linha + 2 estabilizadores - 2 notebooks (configuração mínima: 	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
	<p>Corel 2 Duo, 2.10 GHz, 4 GB Memória Ram, HD 320 GB, sistema operacional 64 Bits, Leitor e gravador de DVD, placa de vídeo 512 MB).</p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 kits para notebook (suporte + teclado + mouse) - 1 impressora + cartuchos - 2 aparelhos de celular (subcoordenador + articulador + prof. Referência) - 1 aparelhos de telefonia fixa - 2 câmeras fotográficas (configuração mínima: mínimo de 8 Megapixels, fonte de baterias recarregáveis e memória interna mínima de 26 MB. - 2 baterias extras para câmera fotográfica - 2 Aparelhos de GPS a prova d´água, com 1000 Waypoints, modo TRckBack, mínimo 250 trilhas com mínimo de 50 pontos cada. - 1 gravador de áudio digital compacto de 2 canais - 1 Filmadora HDD com tela LCD e baterias recarregáveis com cartão de memória de no mínimo 5 GB - 3 kits de equipamentos de proteção individual (EPIs) <p><u>Materiais de Consumo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 2 kits de material de apoio de campo - 1 kit de primeiros socorros - 1 kit de vídeos demonstrativos técnicos e de outros povos indígenas: - material de escritório/papelaria - suprimentos de informática (3 cartuchos/toner, 20 CDs, 20 DVDs, 10 mini Dvs) por ano. - material de apoio/limpeza - 2 pendrive de 4 GB - 3 caixas pretas Marfinite, com encaixe à prova de chuvas Mod. 1040 de 25,5 litros <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u></p> <p><i>Trecho aéreo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - 8 CGH/PVH/CGH 	
<p>- A equipe técnica</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10 diárias de antropólogo (consultor sênior) - 3 diárias de 1 representante 	<p>Seleção e treinamento da equipe</p> <p>Material de consumo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 10 diárias de hospedagem para o 	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>indígena Karipuna</p> <p>- 3 diárias de representante indígena Karitiana</p>	<p>antropólogo</p> <p>- 10 diárias de alimentação para o antropólogo</p> <p>- 6 diárias de hospedagem (2 indígenas x 3 dias)</p> <p>- 6 diárias de alimentação (2 indígenas x 3 dias)</p> <p>- 10 diárias de aluguel de sala para treinamento (10 pessoas)</p> <p>Deslocamentos e Transportes:</p> <p><i>Trecho aéreo:</i></p> <p>- 1 CGH/PVH/CGH</p> <p><i>Frete terrestre:</i></p> <p>- 2 PVH/Aldeia Panorama/PVH</p> <p>- 2 PVH/Aldeia Candeias/PVH</p> <p>- 2 PVH/Aldeia Joari/PVH</p> <p>- 2 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH</p>	
<p>- A equipe técnica</p>	<p>Coordenação e avaliação do programa</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u></p> <p>Frete terrestre:</p> <p>- 8 PVH/Aldeia Panorama/PVH</p> <p>- 8 PVH/Aldeia Candeias/PVH</p> <p>- 8 PVH/Aldeia Joari/PVH</p>	

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
	- 8 PVH/Aldeia Central e Bom Samaritano/PVH	

10.3.6. Cronograma

Quadro 1-10-2 Cronograma de atividades do subprograma de Governança Socioambiental

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Gestão Territorial Compartilhada	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Articulação regional	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Gestão compartilhada de TIs e UCs	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Gestão compartilhada de fronteiras	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Seminário de avaliação integrada	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Verde	Verde	Verde	Verde
Criação de corredor ecológico	Amarelo	Amarelo	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja	Laranja
Conservação das matas ciliares	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Subcoordenação do programa	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
Seleção e treinamento da equipe	Verde	Verde	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo	Amarelo
Coordenação e avaliação do programa	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde



Alto (Quando depende da iniciativa do empreendedor)



Médio (Quando tem parceria com alguma instituição)



Baixo (Quando depende da decisão ou ação de terceiros)

10.3.7. Articulação Institucional

Os resultados das ações do subprograma Governança Socioambiental dependem da articulação com diferentes atores e instituições. São necessárias articulações com a FUNAI, a SEDAM e o ICMBio. São também recomendadas articulações com o IBAMA, o Ministério Público Estadual (MPE) e o INCRA, com a equipe técnica do PBA-CI da UHE Jirau, com universidades, por ex., a UNIR e a Universidade de São Paulo (USP) e com organizações não governamentais que já atuam na região, como a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ou com experiência em articulação política e gestão territorial, como o Instituto Socioambiental (ISA), o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e a Comissão Pró-Índio (CPI).

10.3.8. Interação com Outros Programas Ambientais

Programa de Compensação Ambiental e Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.

10.3.9. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Decreto nº 1.141 de 5 de maio de 1994 - Estabelece atribuições conjuntas ao MMA e à FUNAI, quanto à proteção ambiental das Tis de acordo com as diretrizes para sua proteção e dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.

Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 6101/2007 – estabelece em seus artigos 27 e 28 do anexo I, a competência do MMA, pelo Departamento de Extrativismo da Secretaria do Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, para o fomento à gestão ambiental e ao desenvolvimento sustentável das populações tradicionais e povos indígenas.

Instrução Normativa nº 5, de 15 de maio de 2008 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de estudos técnicos e consulta pública para a criação de unidade de conservação federal.

Instrução Normativa nº 17, de 15 de agosto de 2011 - Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso em cumprimento às obrigações de compensação ambiental dirigidas a unidades de conservação federais, nos termos da exigência estabelecida no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, de apoio à implantação e à manutenção de unidade de conservação nos casos de licenciamento ambiental de significativo impacto ambiental.

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 – Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Lei nº 233 de 6 de junho de 2000 – Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico de Rondônia.

Lei nº 7.754 de 14 de abril de 1989 – Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.

Lei nº 700 de 27 de dezembro de 1996 - Define os limites do Parque Estadual de Guajará-Mirim, criado através do Decreto nº 4.575 de 23 de março de 1990 e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 429, de 28 de fevereiro de 2011 - Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

10.3.10. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE	CTF IBAMA
Renata Barros Marcondes de Faria	Bióloga, Mestre em Ciência Ambiental		

10.3.11. Referências Bibliográficas

BARRELLA, W.; PETRERE JR, M.; SMITH, W. et al. As relações entre as matas ciliares, os rios e os peixes. **Matas ciliares: conservação e recuperação**. 2ª ed., p.187-208, 2000. São Paulo: RR Rodrigues & HF Leitão Filho, eds.

CARNEIRO FILHO, A.; SOUZA, O. B. **Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009. 47p.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE – CPI/AC (Coord.) **Formação para a Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas – Documento Base para Intercâmbio da RCA**. Rio Branco/Marechal Thaumaturgo – Acre, 2009. 18 p.

FARIA, A. P.; MARQUES, J. S. O desaparecimento de pequenos rios brasileiros. **Ciência Hoje**, v. 148, p. 56–61, 1999.

GIBSON, L. et al. Primary forests are irreplaceable for sustaining tropical biodiversity. **Nature**, 478: 378-381, 2011.

GUIMARÃES, J. et al. **Municípios verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém: Imazon, 2011. 158p.

JUNQUEIRA, P.; GRUPIONI, L.D.B. (Org.) **O Contexto Regional e as Estratégias de Gestão Territorial nas Terras Indígenas** – Documento Base do Intercâmbio da RCA ao Parque Indígena do Xingu – MT. Canarana, 2010. 79 p.

LAURANCE, W.; WILLIAMSON B. Positive Feedbacks among Forest Fragmentation, Drought, and Climate Change in the Amazon. **Conservation Biology**, v. 15, n. 6, p.1529-1535, 2001.

LITTLE, P.E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Rio Branco: 2006. Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil.

MARCOVITCH, J. **Gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: EDUSP, 2011. 312p.

MARINHO-FILHO, J.; GASTAL, M. Mamíferos das matas ciliares dos cerrados do Brasil Central. **Matas Ciliares: conservação e recuperação**. 2ª ed., p.209–221, 2000. São Paulo: RR Rodrigues & HF Leitão Filho, eds.

MENEZES, M.N.; GUAPINDAIA, A.A.C.; LEÃO, M.A.C. de S. **Análise do Componente Indígena dos Estudos de Impacto Ambiental**. Brasília: FUNAI. 2009. 99 p. Parecer Técnico nº 21 apresentado ao IBAMA.

PORTER-BOLLAND, L.; et al. Community managed forests and forest protected areas: An assessment of their conservation effectiveness across the tropics. **Forest Ecology and Management**, 2011 (no prelo). Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378112711003215>. Acesso em: 28/10/11.

SALIS, S.; TAMASHIRO, J.; JOLY, C. Florística e fitossociologia do estrato arbóreo de um remanescente de mata ciliar do rio Jacaré-Pepira, Brotas, SP. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 17, n. 2, p. 93-103, 1994.

SCHMIDT, M.V.C; GARZÓN, B.R; YAMADA, E.M. (Org.). **Relatório de Consultoria Técnica para a Construção da “Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI”**. Brasília: MMA/PNUD, 2010. 31 p. (não publicado).

SIGAM/SMA. Projeto de Recuperação de Matas Ciliares. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sistema Integrado de Gestão Ambiental**. Disponível em: <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=7883>. Acesso em: 24/10/11.

TABARELLI, M., GASCON, C. Lições da pesquisa sobre fragmentação: aperfeiçoando políticas e diretrizes de manejo para a conservação da biodiversidade. **Megadiversidade**. Belo Horizonte: Conservation International do Brazil, 2005. v. 1, nº 1, p. 181-188.

10.4. Subprograma Monitoramento Territorial

10.4.1. Introdução e Justificativas

Atualmente, a paisagem na área de estudo é bastante definida pelos limites das Terras Indígenas, predominantemente constituída por vegetação em estágio avançado de conservação dentro dos limites das Terras Indígenas, no entorno das TIs composto por pastos, áreas agrícolas com diversos tipos de cultivo e vegetação nativa, quando presente, apresenta-se altamente fragmentada com exceção do trecho de confluência dos rios Branco e Jacy-Paraná, interior da RESEX Jacy-Paraná.

Dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e interpretados no Diagnóstico Socioambiental apontam fortes vetores de desmatamento evidenciando pressão sobre o território indígena. As percepções indígenas sobre o desmatamento apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005) e posteriormente ratificadas pelos pesquisadores durante a coleta de dados para o Diagnóstico Socioambiental, também indicam o avanço progressivo do desmatamento no entorno das Terras Indígenas, principalmente relacionando a proximidade das ações de desmatamento das Terras Indígenas com a diminuição da oferta de caça.

Dentro dos limites das Terras Indígenas observam-se valores relativamente baixos de desmatamento (0,49% do território), enquanto no entorno das TIs é possível observar 31% do total da área sem cobertura vegetal significativa, destes, 16% desmatados entre 2004 e 2010, ou seja, 50% do desmatamento no entorno das Terras Indígenas ocorreu recentemente (INPE, 2011). A expansão de ramais são os principais indutores de desmatamentos, especialmente ramais na localidade União Bandeirantes e ramal km 67, principal acesso para BR-364 das localidades Pirapetinga e Rio Pardo.

Como consequências de médio e longo prazo, é possível identificar o adensamento das áreas desmatadas, aumentando o grau de isolamento dos remanescentes florestais e refletindo no empobrecimento biológico dessas áreas e conseqüentemente a formação de manchas isoladas de habitats similares. Por fim, altera-se também a oferta de caça e de pesca para as comunidades indígenas.

A crescente antropização do entorno das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana, o aumento da pressão de pescadores e caçadores e, no caso do rio Jaci Paraná, as alterações no nível do rio podem afetar a qualidade dos recursos hídricos e as comunidades aquáticas, especialmente recursos importantes para os indígenas como peixes e quelônios de água doce.

A pesca é extremamente importante para os povos Karipuna e Karitiana. É realizada principalmente com linha e anzol, mas muitos indígenas utilizam o arco e flecha, além do timbó e técnicas de tapagens tradicionais. A maioria das aldeias possuem poucas dezenas de moradores, apenas uma é mais populosa, com mais de 150 moradores. O esforço de pesca dos indígenas está também relacionado com o tamanho dos corpos d'água presentes em cada aldeia. Enquanto pequenas aldeias (como Candeias e Panorama) possuem acesso a grandes rios, a aldeia Central tem apenas o igarapé Sapoti como alternativa local aos seus moradores para a pesca (Diagnóstico Socioambiental).

Além da pesca dos próprios indígenas, a ictiofauna desses rios e igarapés sofre pressões das mais variadas ordens, tanto a montante quanto nos trechos a jusante. A alteração das matas ciliares, a pesca predatória por pescadores profissionais e amadores (Diagnóstico Socioambiental) e o risco da introdução de espécies exóticas são ameaças constantes que podem prejudicar a disponibilidade de peixes para os indígenas. Rios que sofrem barramento têm a dinâmica de suas águas alteradas, resultando em um declínio da riqueza e alteração da biodiversidade (RICHTER et al., 1997).

A área de remanso do rio Jaci Paraná deve cobrir uma extensão de aproximadamente 50 km, indo de sua atual foz até trecho localizado a cerca de quatro quilômetros a jusante do limite da TI Karipuna. Com isso, o segmento que possui mais de 60 km margeando o limite nordeste-leste da TI até a foz do igarapé Formoso será o último trecho livre do rio Jaci Paraná, no qual as espécies encontrarão as características hidrológicas naturais deste rio. Como as barragens geralmente causam modificações na condição físico-química do ambiente e em seus aspectos ecológicos (AGOSTINHO et al., 2007), o monitoramento das abundâncias das diferentes espécies da assembleia permite identificar alterações nas comunidades naturais, principalmente sobre as espécies preferenciais no consumo dos indígenas. Uma das espécies de maior interesse dos indígenas, conforme verificado no Diagnóstico Socioambiental, é a jatuarana, que assim como a branquinha, curimatãs e sardinhas terão a parte de sua rota migratória que passa (ou passava) pelo rio Madeira interrompida com a construção da barragem, conforme indica o Estudo de Impacto Ambiental – EIA (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005). No mesmo estudo, o EIA aponta a necessidade de “[...]medidas adicionais que visem à conservação das comunidades de peixes nas áreas de entorno”, mais uma justificativa para a implantação das ações propostas neste subprograma.

O trecho do Jaci Paraná que circunda a TI Karipuna também é reconhecido pela abundância de tracajás (*Podocnemis unifilis*) que desovam em suas praias. Essa espécie deposita de 20 a 30 ovos por cova e a maioria morre no primeiro ano de vida, poucos chegam a idade adulta, já que o seu crescimento é lento (KLEMENS, 2000). O consumo da carne e de ovos do tracajá tem sofrido um aumento muito maior do que a capacidade de suporte dessas populações e, em algumas regiões da Amazônia, essa espécie está em evidente declínio ou extinta localmente (KEMENES; PEZZUTI, 2007). O alto valor oferecido nas feiras clandestinas das grandes cidades da região favorecem o comércio ilegal e a caça predatória desse quelônio. Como o trecho a jusante do rio Jaci Paraná, após a TI, ficará praticamente todo ele alagado pela área do reservatório, a população dessa espécie pode sofrer uma forte alteração na sua dinâmica de distribuição e reprodução. Considerando a importância deste recurso na dieta alimentar dos Karipuna, especialmente no período de seca, se faz necessário o monitoramento da presença e da ocorrência de covas ao longo do rio nos limites da TI Karipuna e a criação de programas que estimulem a conservação dessa espécie.

O subprograma Monitoramento Territorial justifica-se, portanto, como um meio para reconhecer, avaliar e propor ações minimizadoras dos impactos de pressão territorial sobre as Terras Indígenas Karipuna e Karitiana causados diretamente ou potencializados pela instalação e operação do empreendimento.

De forma complementar, a execução deste Subprograma possibilitará o aumento do conhecimento sobre a cobertura vegetal e uso das terras, os processos de desmatamento e queimadas, a interpretação da dinâmica territorial do entorno das TIs e as alterações nas comunidades aquáticas de extrema importância na alimentação indígena. Pretende, ainda, reunir informações básicas sobre a estrutura fundiária limdeira das TIs durante a fase de implantação do PBA, para posterior correlação de dados da dinâmica territorial do entorno das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana.

O Subprograma de Monitoramento Territorial abrange um conjunto de diretrizes gerais, ações de controle e acompanhamento dos principais vetores de pressão antrópica no entorno das Terras Indígenas, o mapeamento em detalhe da cobertura vegetal e uso das terras do entorno e dos limites das TIs, bem como a capacitação e formação de analistas do território para execução das atividades propostas, sendo estruturado em quatro linhas de ação:

- Gestão da Informação;
- Monitoramento Remoto da Paisagem;
- Monitoramento da ictiofauna;
- Monitoramento de quelônios.

10.4.2. Objetivos

10.4.2.1. Objetivo Geral

O subprograma **Monitoramento territorial** tem como objetivo geral detectar possíveis alterações ambientais dentro e no entorno das TIs Karipuna e Karitiana decorrentes ou potencializadas pela UHE Santo Antônio. Este subprograma se divide em dois eixos: monitoramento remoto da paisagem e monitoramentos dos meios físico e biótico. O primeiro visa analisar as transformações no padrão de uso e ocupação do solo e na disponibilidade de recursos prioritários no interior e no entorno das TIs Karitiana e Karipuna. Já o segundo visa monitorar a ictiofauna e a população de quelônios destas Terras Indígenas.

10.4.2.2. Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Monitorar os processos de queimadas e desmatamento e acompanhar os resultados das ações de fiscalização.	Fornecer subsídios para as estratégias de fiscalização e de gestão compartilhada.	Mapa dos focos de calor anual; Mapa do uso e ocupação da terra; Série de dados georreferenciados organizada e atualizada;
Monitorar as Áreas de Preservação Permanente dos rios e igarapés prioritários para os indígenas.	Fornecer subsídios para as ações de gestão compartilhada e de monitoramento dos recursos hídricos realizado pela equipe de saúde.	Parceria firmada e atuante com INPE ou SIPAM para qualificação de equipe.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Estruturar e atualizar a base de dados geoespacial.	Disponibilizar para os povos Karitiana e Karipuna dados qualificados.	Documentos de referência de estruturação.
Conhecer as espécies de peixes presentes nas TIs Karipuna e Karitiana.	Realizar inventário representativo das espécies de peixes de cada local.	Ictiofauna coletada trimestralmente em cinco pontos no rio Jaci Paraná e em cinco igarapés que nele desaguam, no trecho situado na TI Karipuna; Ictiofauna coletada trimestralmente no principal curso d'água de cada aldeia da TI Karitiana; Acompanhamento da equipe de monitoramento da ictiofauna de pescarias de timbó realizadas pelos indígenas; Fotos e coleta das espécies que não forem registradas (desde que autorizado pelos indígenas e IBAMA).
Descrever as assembleias de peixes das TIs.	Realizar coletas com esforço padronizado a fim de identificar as espécies mais comuns, mais abundantes e as mais raras de cada TI.	Banco de dados atualizado a cada coleta, com a lista de espécies e a abundância relativa de cada uma.
Conhecer e monitorar aspectos da estratégia de vida das espécies de peixes das TIs.	Realizar amostragem de ovos e larvas nos pontos de monitoramento da ictiofauna.	Áreas com maior abundância de ovos e larvas identificadas (Dados apresentados nos Relatórios Parciais e Finais); Áreas de reprodução da jatuarana identificadas. (Dados apresentado nos Relatórios Parciais e Finais).
Avaliar a variação temporal e espacial das assembleias de peixes das TIs	Conhecer as similaridades entre as assembleias dos diferentes pontos de coletas e diferentes períodos hidrológicos	Gráficos confeccionados com dados de análises multidimensionais que expressem a complementariedade das assembleias coletadas em diferentes locais e dos diferentes períodos hidrológicos nas duas TIs (entregues junto com os Relatórios Parciais e Finais).
Integrar as informações disponíveis sobre ictiofauna no trecho a jusante da TI Karipuna do rio Jaci Paraná	Analisar os dados sobre ictiofauna do programa de Monitoramento da SAE para identificar as possíveis relações entre as assembleias do trecho a jusante do limite da TI com o trecho que passa pela TI	Análises estatísticas adequadas para mensurar a correlação entre as assembleias do trecho a jusante do limite da TI com as assembleias coletadas no trecho dentro da TI (entregues junto com os Relatórios Parciais e Finais).
Monitorar espécies de maior interesse dos indígenas.	Quantificar e acompanhar as variações nas populações de	Gráficos confeccionados com a relação da abundância relativa da

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
	adultos, larvas e ovos de jatuarana e de outras espécies que os indígenas apontarem como prioritárias.	jatuarana ao longo do período de amostragem (entregues junto com os Relatórios Parciais e Finais).
Monitorar a população de tracajás na TI Karipuna.	Estimar o tamanho da população e a proporção de cada faixa etária de tracajá. Estimar o número de desovas nas praias do trecho monitorado.	Número de covas, de adultos e de jovens de tracajás anualmente estimados para os 60 km do rio Jaci na TI Karipuna.
Atividades para a preservação dos tracajás da TI Karipuna	Identificar áreas preferenciais de postura.	Programa de conservação dos tracajás elaborado após o primeiro ano de coleta de dados. Número de ninhos protegidos até a eclosão dos ovos. (A partir do segundo ano.) Programa de conservação dos tracajás executado (A partir do segundo ano.)
Efeitos da UHE Santo Antônio sobre a população de tracajás no rio Jaci Paraná	Cruzar os dados coletados desde no estudo de Impacto e no Monitoramento da equipe de herpetofauna da SAE para identificar as alterações causadas pela UHE.	Correlação entre a abundância de tracajá no trecho do Jaci na TI e da área de remanso, testada por análises estatísticas adequadas (Dados apresentados a partir do terceiro ano de monitoramento).

10.4.3. Público-Alvo

Todas as ações do subprograma **Monitoramento Territorial** têm como público-alvo os povos Karipuna e Karitiana. A descrição metodológica de cada ação, apresentada a seguir, inclui os públicos-alvo específicos.

10.4.4. Metodologia

As ações do subprograma **Monitoramento territorial** são estruturantes e foram previstas para estender-se por médio e longo prazo, sendo reavaliadas nas renovações da Licença de Operação (LO) do empreendimento. A cada novo período as ações poderão ser revistas, ampliadas ou reformuladas de acordo com o entendimento do Comitê Gestor. Para efeitos de planejamento do cronograma e dos custos, foi considerado o primeiro período e execução do PBA-CI.

As atividades de monitoramento deverão sempre ser acompanhadas por um indígena, a ser escolhido pela comunidade, e pelo **Profissional de referência**. Os consultores contratados devem atender às orientações do **Subcoordenador técnico** e devem inserir os dados coletados no banco de dados do programa Proteção e Gestão Territorial. A cada seis meses de atividade cada técnico responsável por um dos componentes deverá entregar um relatório parcial e a cada ano, um relatório detalhado, sendo uma cópia para os indígenas, uma cópia

para a FUNAI, uma para a subcoordenação do programa e outra para a Santo Antônio Energia.

10.4.4.1. Gestão da informação

Visando gerenciar o grande volume de dados que será gerado pelos técnicos e consultores do programa [Proteção e Gestão Territorial](#) e os dados de outros programas de monitoramento ambiental do PBA pertinentes as análises deste programa, é necessário estruturar e manter atualizada uma base de dados. Esta base servirá também para a gestão da informação dos outros programas do PBA-CI e por instituições parceiras, por exemplo, FUNAI, universidades ou ONGs.

Para assegurar a correta gestão dos dados e informações geradas ou requeridas pelos projetos, as atividades de [Gestão da Informação](#) deverão ser executadas logo no início da implementação do programa [Proteção e Gestão Territorial](#), definindo em conjunto com representantes indígenas e as outras equipes do PBA-CI, as diretrizes, os métodos e modelos para estruturação, captação, tratamento, armazenamento e transmissão de dados geográficos e tabulares dos programas. Tais diretrizes, métodos e modelos definidos criarão uma sistemática de trabalho facilitadora ao processo de gestão das informações geradas e demandadas pelos projetos, pelas comunidades de interesse e pelos atores envolvidos.

As informações coletadas e armazenadas deverão estar disponíveis para as equipes de trabalho em um portal central de trabalho acessível através da internet, segundo critérios temáticos e hierárquicos, ou seja, genericamente, o especialista tem acesso às suas informações, os subcoordenadores às informações dos seus especialistas e de seus projetos, o coordenador geral e os indígenas a todas as informações e outras instituições e atores às informações que lhes couberem. O conteúdo do portal deverá estar integrado a uma interface de georreferenciamento, como por exemplo, Google Earth™, através da utilização de API (*application program interface*), para que todos os dados disponibilizados que tenham um componente locacional, sejam acessados através de sua localidade.

Essa mesma base de informações poderá ser acessada parcialmente por meio de portal acessível pela internet, para o público geral de interesse, sendo que sua disponibilização deverá seguir critérios de requisitos legais de projeto e critérios de seleção dos atores responsáveis.

No mesmo portal disponível ao público em geral, podem, a critério dos atores responsáveis e além do que previsto nos insumos legais para execução deste PBA, ser desenvolvidos instrumentos de comunicação, tais como blogs, integração com ferramentas de mídias sociais, entre outros. Estes instrumentos facilitarão a comunicação e o intercâmbio de dados e informações entre as instituições parceiras, especialmente as envolvidas nas ações de gestão compartilhada (ver subprograma Governança Socioambiental).

A sistematização na base de dados central e sua disponibilização aos públicos internos e externos através de um portal compõem uma importante ferramenta para o acompanhamento dos resultados pelas equipes, o intercâmbio de informações entre as instituições e para dar transparência ao processo, colocando a sociedade a par dos impactos positivos e negativos do empreendimento e dos programas do Componente Indígena do PBA.

Para a definição da metodologia, os especialistas, coordenadores e gerentes técnicos e a equipe de tecnologia da informação, responsável pelo projeto de gestão da informação, deverão cumprir as seguintes tarefas e etapas:

Tarefas / Etapas
Definição de Metodologia
Reunião de Start para definições táticas
Estruturação dos dados
Estruturação dos Dados Georreferenciados
Identificação dos modelos e requisitos de dados
Definição da nomenclatura aplicada
Documentos-referência de modelagem, captação, tratamento e disponibilização de dados georreferenciados
Estruturação dos Dados primários
Modelagem dos dados primários dos projetos de acordo com requisitos técnicos
Documentos-referência de modelagem, captação, tratamento e disponibilização de dados primários
Estruturação dos Dados secundários
Modelagem dos dados secundários dos projetos de acordo com requisitos técnicos
Documentos-referência de modelagem, captação, tratamento e disponibilização de dados primários
Dimensionamento da Equipe de TI necessária

Após esta primeira etapa de definição metodológica, inicia-se o processo de desenvolvimento das bases de dados, que, depois de concluído, permitirá a criação do portal:

Tarefas / Etapas
Estruturação do banco de dados
Criação do banco de dados
Gerenciamento
Criação das tabelas

Tarefas / Etapas
Criação das relações entre tabelas
Criação dos usuários
Evidência da criação do banco de dados
Carregamento inicial do banco de dados
Gerenciamento
Dados primários
Dados secundários
Atores
Usuários
Evidência do carregamento inicial
Evidência da conclusão da Estruturação

O portal será construído de acordo com as tarefas abaixo:

Tarefas / Etapas
Desenvolvimento do Portal
Gerenciamento
Definição do fluxo de processo de informações e categoria de acesso a dados
Desenvolvimento do Portal Interno
Camada de visualização
Camada de dados
Camada de aplicação
Evidência de conclusão do Portal Interno
Desenvolvimento do Portal Externo

Tarefas / Etapas

Camada de visualização

Wireframe

Layout

Camada de dados

Camada de aplicação

Evidência de conclusão do Portal Externo

Capacitação indígena

As ações de Capacitação indígena preveem a capacitação em geotecnologias de técnicos da Coordenação Técnica Local da FUNAI de Porto Velho e representantes das TIs Karipuna e Karitiana, para que possam aprender ou aprimorar seus conhecimentos e ferramentas em análise do território.

Prevê-se a segmentação em dois módulos, a **Formação básica**, para que sejam apresentados e consolidados os principais conceitos e ferramentas das geotecnologias e o módulo de **Formação específica**, fornecendo subsídios para elaboração, análise e apresentação de dados geoespaciais do entorno e do limite das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana. Com a mesma estrutura e conteúdo programático, os módulos voltados para formação indígena e os módulos formado para os técnicos da FUNAI poderão ser realizados em momentos distintos, visando aproveitar ao máximo a visão territorial dos indígenas durante suas oficinas.

Cada módulo é dividido em oficinas organizadas por tema, cada oficina com 10 dias de duração. As oficinas deverão ser ministradas pelo profissional de nível pleno especializado em geotecnologias, preferencialmente com aplicações na realidade indígena, e com experiência em trabalhos em comunidades indígenas. Este profissional, chamado de Analista em geoprocessamento, é membro da equipe técnica do programa Proteção e Gestão Territorial.

O número de vagas deverá ser definido com as comunidades indígenas, os membros da CTL da FUNAI de Porto Velho e a equipe executora do PBA, no início das atividades do PBA-CI. Para fins de mensuração de custos foi considerada a participação de dois agentes da FUNAI, quatro representantes indígenas (dois da TI Karipuna e dois da TI Karitiana) e a execução das oficinas em sala alugada em Porto Velho.

Deverá também ser fomentada a criação do Núcleo Indígena de Estudos Geoespaciais (NIEG), composto por técnicos da FUNAI e representantes indígenas, para que possam acompanhar as atividades do Analista de geoprocessamento, de elaboração, interpretação,

discussão e apresentação dos dados geoespaciais do entorno e dos limites das Terras Indígenas. O NIEG realizará encontros trimestrais no escritório em Porto Velho ou nas aldeias, a ser decidido pelos participantes.

A) Formação básica

A **Formação básica** visa apresentar e consolidar conhecimentos fundamentais em análise do território. As oficinas previstas neste módulo são:

- Percepção territorial
- Recursos digitais
- Introdução à ciência cartográfica
- Sistema de posicionamento global
- Sensoriamento remoto
- Introdução aos sistemas de informações geográficas

Os conteúdos básicos de cada oficina são apresentados no quadro abaixo:

Oficina	Conteúdo
Percepção territorial	Discutir a percepção indígena e não indígena do conceito território/ espaço dos alunos, visando direcionar a didática dos módulos seguintes.
Recursos digitais	Apresentar e praticar meios de captura, armazenagem e estruturação de dados coletados através de câmeras digitais e filmadoras, bem como reciclar conhecimentos dos aplicativos do pacote MS-Office e detalhamento das funcionalidades do sistema de disponibilização de dados (portal web).
Introdução à ciência cartográfica	Apresentar e discutir o histórico e elementos da cartografia sistemática e forma da Terra, elementos básicos para a representação terrestre como: projeções, escalas, sistemas de coordenadas, simbologias e convenções, tipos de levantamentos e representações.
Sistema de posicionamento global	Apresentar e discutir histórico do Sistema de Posicionamento Global. Sistemas disponíveis, tipos de serviços, tipos de receptores, modelos utilizados e suas aplicações.
Sensoriamento remoto	Apresentar e discutir conceitos referentes ao processo de formação de imagens orbitais, tipos de sistemas sensores, principais programas espaciais privados e governamentais, e desenvolver atividades relacionadas aos programas da agência espacial norte americana

Oficina	Conteúdo
	LANDSAT e programa Sino-Brasileiro CBERS (visita a INPE).
Introdução aos sistemas de informações geográficas	Apresentar, discutir e aplicar conceitos básicos dos sistemas de informações geográficas, armazenamento dos dados em um SIG, organização dos dados, tipos de representação e relações topológicas.

Estão previstas como atividades complementares do módulo de **Formação básica** uma visita técnica ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Unidade São José dos Campos e outra à Unidade Cachoeira Paulista com intuito de apresentar aos participantes: as tecnologias utilizadas para concepção e lançamento de sistemas imageadores, o Centro de Missão Coleta de Dados da MECB (Missão Espacial Completa Brasileira), a criação e aplicações de softwares de tratamento digital de imagens e geoprocessamento e metodologia utilizada para elaboração dos dados de queimadas e desmatamento (PRODES e BDQueimadas). Também é recomendada uma visita técnica nas dependências do SIPAM de Rondônia para apresentação das atividades executadas na região de estudo.

B) Formação específica

A **Formação específica** prevê a elaboração e aplicação de oficinas detalhadas de geotecnologias visando a capacitação em geotecnologias para desenvolver, monitorar, acompanhar e publicar dados geoespaciais do entorno e do território das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana.

Os temas previstos nas oficinas de **Formação específica** são:

- Gerência de informações geoespaciais
- Processamento digital de imagens
- Análise espacial e álgebra de mapas
- Cartografia temática

Oficina	Conteúdo
Gerencia de informações geoespaciais	Apresentar, discutir e aplicar os principais modelos de gerência de SIGs, tipos de utilização, níveis de decisão para a gestão e controle das informações geográficas.
Processamento digital de imagens	Apresentar, discutir e aplicar as principais técnicas de processamento digital de imagem, como filtros, realces, manipulação de histograma, segmentação e classificação de imagens digitais.
Análise espacial e álgebra de	Apresentar, discutir e aplicar conceitos de análise espacial e

Oficina	Conteúdo
mapas	geoprocessamento, como sobreposição, união, intersecção, agregação de informações geoespaciais, análise de dados tabulares e álgebra de mapas utilizando o software ArcGIS.
Cartografia temática	Apresentar e discutir a teoria das cores, principais formas e meios de disponibilização e publicação de dados geoespaciais.

Monitoramento remoto da paisagem

As ações de Monitoramento remoto da paisagem preveem formas de fomentar a continuidade das análises territoriais do Diagnostico Socioambiental identificadas como pressão direta as Terras Indígenas Karipuna e Karitiana. São apresentados a seguir os componentes do Monitoramento remoto da paisagem: [Cobertura vegetal e uso das terras](#) e [Dinâmica Territorial](#) definindo as formas e periodicidade das análises dos ecossistemas remanescentes, a distribuição desses elementos na paisagem, sua conectividade, nível de fragmentação e estado de conservação e de regeneração.

Todas as informações processadas e analisadas deverão ser sistematizadas e incorporadas no banco de dados. Caberá à equipe executora definir as informações relevantes, como mapas, tabelas, textos, entre outros para disponibilização no portal web.

Para acompanhamento e execução das atividades de [Monitoramento remoto da paisagem](#), prevê-se a contratação, já no primeiro período de execução do PBA-CI, de profissional nível pleno com especialização em geotecnologias e experiência comprovada em trabalhos em comunidades indígenas, o Analista de geoprocessamento.

O Analista de geoprocessamento deverá ter formação superior em ciências naturais, com pós-graduação em geotecnologias e experiência em coordenação e execução de projetos de gestão territorial utilizando geotecnologias em terras indígenas. Entre suas atribuições estará a contribuição técnica para contratação e execução dos trabalhos referentes à capacitação indígena, o acompanhamento e execução dos mapeamentos de cobertura vegetal e uso das terras, aos processos de desmatamento e queimadas, bem como a fomentar a criação do Núcleo Indígena de Estudos Geoespaciais. Além disso, o profissional será responsável por articular ações de continuidade das atividades de monitoramento remoto da paisagem.

Visando estabelecer continuidade das atividades do presente subprograma, caberá também ao Analista de geoprocessamento desenvolver, ao término do segundo ano, com a participação das comunidades indígenas, uma proposta de convenio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) cujo objetivo principal é o fornecimento mensal de dados de desmatamento e processos de queimadas do entorno das TIs.

Prevê-se como a primeira atividade desse Subprograma o refinamento dos limites do entorno das TIs mapeados no Diagnostico Socioambiental através da realização de um seminário técnico organizado pela equipe técnica com a participação das comunidades Karipuna e

Karitiana, FUNAI, podendo ser convidada também a equipe técnica responsável pelo componente indígena do PBA de Jirau.

Cobertura vegetal e uso das terras

Prevê-se como atividade do **Monitoramento remoto da paisagem** o mapeamento anual da cobertura vegetal e uso das terras do entorno e do território das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana.

Para composição do marco zero do monitoramento remoto da paisagem, a consultoria contratada deverá apresentar no primeiro semestre após a contratação o mapeamento da cobertura vegetal e uso das terras utilizando o mosaico de imagens ALOS de junho 2010 disponíveis no banco de dados da Santo Antônio Energia, bem como relatório técnico da distribuição das categorias mapeadas. Para conclusão dessa atividade, prevê-se sobrevoo de helicóptero para verificação e/ou ratificação das categorias mapeadas.

Os mapeamentos de cobertura vegetal e uso das terras deverão contemplar também as classificações e conhecimentos indígenas levantados nas oficinas de **Estudos e monitoramentos do território** (subprograma **Gestão Territorial Indígena**).

Os produtos anuais previstos e de responsabilidade da consultoria no primeiro ano e do analista de geoprocessamento nos anos seguintes são:

- Mapa da cobertura vegetal e uso das terras em formato digital compatível com aplicativos da ESRI (*shapefile*) utilizando imagens orbitais gratuitas de média resolução espacial atendendo escala mínima de 1: 50.000 (execução: primeiro ano – consultoria, próximos anos – Analista de geoprocessamento);
- Relatório técnico da distribuição das categorias mapeadas;
- Análise comparativa dos anos anteriores, visando identificar as variações na cobertura vegetal e uso das terras.

Visando capacitar e fomentar a continuidade das atividades previstas, inicialmente os mapeamentos serão desenvolvidos por consultoria especializada e repassados para o Analista de geoprocessamento e o Núcleo Indígena de Estudos Geoespaciais (NIEG). Posteriormente, a consultoria disponibilizará os materiais ² e equipe para que os mapeamentos sejam executados pelo Analista de geoprocessamento, com acompanhamento do NIEG. Em todas as etapas listadas anteriormente, caberá ao Analista de geoprocessamento acompanhar, contribuir, executar e repassar os conhecimentos e a metodologia para a equipe do NIEG, conforme quadro abaixo:

Quadro 10-3 Equipes executoras dos mapeamentos de cobertura vegetal e uso das terras

EQUIPE	ANO

² Consideram-se materiais: infraestrutura básica para aplicação da metodologia proposta, como computadores, licenças de softwares proprietários, receptores GPS, câmeras digitais, filmadoras etc.

	1°	2°	3°	4°
Consultoria	Executa	-	-	-
NIEG	Acompanha	Executa	Executa	Executa
Analista de geoprocessamento	Acompanha	Executa	Executa	Executa

Dinâmica Territorial

Prevê-se como atividade do **Monitoramento remoto da paisagem** o acompanhamento pelo Analista de geoprocessamento junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização, monitoramento e publicação de dados referentes ao desmatamento na Amazônia Legal, bem como a articulação com entidades do terceiro setor que realizam o monitoramento mensal da atividade de desmatamento na Amazônia Legal.

Para o acompanhamento efetivo do desmatamento do entorno e nos limites das Terras Indígenas, prevê-se as seguintes atividades para execução do analista de geoprocessamento:

- Articulação de reuniões com equipe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pela produção e publicação de dados referentes aos processos de desmatamento e queimadas, visando estabelecer parceria INPE – NIEG;
- Articulação de reuniões com equipe do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) responsável pela produção e publicação de dados referentes ao processo de desmatamento, visando estabelecer parceria IMAZON – NIEG;
- Acompanhar as ações de fiscalização e monitoramento do desmatamento no entorno das TIs Karipuna e Karitiana realizadas pela FUNAI, SEDAM e/ou IBAMA;
- Analisar os resultados das ações de fiscalização e monitoramento do desmatamento no entorno das TIs Karipuna e Karitiana realizadas pela FUNAI, SEDAM e/ou IBAMA, visando incorporação desses resultados na análise territorial bimestral;
- Apresentar proposta de cooperação técnica para as ações de fiscalização e monitoramento do desmatamento no entorno das TIs Karipuna e Karitiana realizadas pela FUNAI, SEDAM e/ou IBAMA;
- Atualização, análise e publicação bimestral de dados da dinâmica territorial.

Como análise complementar da dinâmica territorial, caberá ao Analista de geoprocessamento analisar e apresentar mapeamento e relatório semestral da fragmentação florestal do entorno das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana, bem como distribuição espacial das ocorrências de focos de calor registradas pelo INPE.

Também será sua responsabilidade promover os encontros trimestrais do NIEG, incorporar os resultados das análises no banco de dados e selecionar, junto com o NIEG, os dados relevantes para publicação no portal web.

Caberá ao NIEG acompanhar e revisar dados e publicações realizadas por consultores, consultorias e pelo [Analista de geoprocessamento](#), bem como todas as atividades e ações realizadas no âmbito do subprograma de [Monitoramento territorial](#).

Cadastro socioambiental das propriedades

Prevê-se como atividade do [Monitoramento remoto da paisagem](#) o cadastramento de propriedades lindeiras das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana visando caracterizar as propriedades e identificar os residentes, as atividades produtivas e o perfil populacional do entorno das TIs, bem como a identificação das lideranças comunitárias e propriedades chave³. Este procedimento deve subsidiar o monitoramento do uso e ocupação da terra e das queimadas nestas propriedades, além das ações de gestão compartilhada de fronteiras descritas no subprograma [Governança Socioambiental](#).

Para sua consecução, inicialmente será atualizado e complementado o mapa de estrutura fundiária, apresentado no diagnóstico, utilizando-se dados disponíveis no INCRA. A seguir, para cada propriedade ou conjunto de propriedades, dependendo do tamanho, será elaborado mapa georreferenciado contendo áreas de uso e de vegetação nativa, cursos d'água (com base na hidrografia de maior detalhe disponível para localidade), identificando-se, sempre que possível, os passivos ambientais em relação às APPs, bem como desmatamentos e focos de calor recentes.

A etapa seguinte consiste em aplicação de questionários visando o cadastramento, que deverá conter minimamente as seguintes informações: (i) a localização georreferenciada da propriedade; (ii) a identificação da pessoa responsável (proprietário, capataz, administrador, ou outro tipo de vínculo com a propriedade, como meeiro, posseiro etc.) e de seu cônjuge, incluindo número da documentação básica e o vínculo com a propriedade; (iii) o tempo de moradia no estado, no município e na propriedade atual; (iv) a composição familiar, isto é, informações básicas sobre a família (idade, sexo, relação com o chefe-de-família, grau de escolaridade, atividades econômicas, renda familiar, local de trabalho etc.); (v) o número de residências na propriedade, número de famílias residentes e ocupação do chefe-de família; (vi) a organização comunitária, se houver; (vii) as igrejas e associações existentes e frequentadas, se houver; (viii) o breve descritivo da propriedade, incluindo presença/ausência de reserva legal, e (ix) o nível de relacionamento com os indígenas.

No caso da TI Karitiana, onde cerca de 80 propriedades encontram-se mapeadas, as entrevistas serão realizadas por meio de quatro equipes de duas pessoas percorrendo os ramais lindeiros a TI que acessam as fazendas. Em caso de proprietários não residentes, sempre que possível será realizado contato por telefone.

Já no que se refere à TI Karipuna, cujo perímetro é muito extenso e os dados fundiários precários, serão selecionadas fazendas prioritárias, antecipando-se ao mapeamento de propriedades prioritárias que precederá os contatos, tendo como critérios dados de vetores de desmatamentos e de queimadas, bem como informações fornecidas pelos indígenas,

³ A serem definidas pelos critérios de taxa de desmatamento, número de focos de calor, bom relacionamento com os indígenas ou, ainda, que possuem boa estrutura e não apresentam passivos ambientais.

relativas ao tipo de contato entre estes e os residentes nas fazendas, positivas ou conflituosas. Para efeito de planejamento, estima-se 100 propriedades a serem visitadas para aplicação de questionários, também considerando sempre quatro equipes de duas pessoas.

Os dados serão sistematizados em planilhas juntamente com demais informações disponíveis a respeito da propriedade, espacializados no mapa das propriedades lindeiras e incorporados ao banco de dados.

No caso das propriedades e posses existentes nas unidades de conservação, o levantamento fundiário dependerá do apoio e da disponibilização de dados por parte dos órgãos responsáveis por sua gestão, quais sejam, ICMBio no caso da FLONA Bom Futuro, e SEDAM no caso da RESEX Jaci Paraná e, portanto, não foi orçado neste subprograma.

Este trabalho deverá se iniciar no primeiro ano, ao final do qual as propriedades prioritárias deverão estar mapeadas para o início das atividades do subprograma [Governança Socioambiental](#).

O público alvo desta atividade são pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias e não proprietárias, tais como posseiros, agregados, empregados, arrendatários, parceiros, meeiros, inquilinos localizadas no entorno das Terras Indígenas Karipuna e Karitiana. O público beneficiado são os povos Karipuna e Karitiana.

10.4.4.2. Monitoramento da ictiofauna

Os locais de coleta da ictiofauna nos rios e igarapés são os mesmos que foram propostos para a equipe de monitoramento de recursos hídricos (Tabela 10-2). Caso os indígenas se interessem, pode-se articular parceria com instituições de pesquisa para aumentar os pontos de coleta de dados da ictiofauna, sem que isso represente encargos adicionais ao empreendedor. Ressalta-se, contudo, que cada ação a se realizar nas aldeias deve ser anteriormente autorizada por toda a comunidade. Essa parceria com pesquisadores poderá se estender também para oficinas nas escolas de cada comunidade, nos moldes das oficinas planejadas nos Estudos e monitoramentos do território (ver Gestão Territorial Indígena), inclusive na elaboração de materiais intercientíficos.

Tabela 10-2 Coordenadas geográficas das estações de monitoramento da ictiofauna

Estação	Coordenadas geográficas (Datum WGS 1984)
RIOS/IGARAPÉS	
Rio Jaci Paraná #1	-09 35.09199' -64 22.73790'
Rio Jaci Paraná #2	-09 45.30700' -64 18.99000'
Rio Jaci Paraná #3	-09 53.84500' -64 18.88100'
Rio Formoso	-09 53.82516' -64 19.15121
Igarapé Trindade	-09 48.09319' -64 18.38136'
Igarapé Fortaleza	-09 35.24855' -64 22.91924'

Igarapé Katsiká	-09 45.20339' -64 19.06439'
Igarapé Aripã	-09 45.32734' -64 19.17580'
Igarapé Sapoti #1	-09 17.89974' -64 00.12163'
Igarapé Sapoti #2	-09 17.65405' -64 00.16788'
Igarapé Preto	-09 11.27000' -63 56.84900'
Rio Candeias	-09 17.45234' -63 46.79527'

Fonte: Dados de Campo, 2011.

As coletas serão realizadas utilizando-se um conjunto de malhadeiras (de malhas entre 30 e 200 mm medidos entre nós opostos, com altura e comprimento conhecidos para posterior cálculo de CPUE) por períodos de 24 horas. Como amostras complementares, redes de cerco (100 m de área estimada de captura) com malha 5 mm entre nós opostos deverão ser utilizadas para capturar espécies de pequeno porte (que não são capturadas com os demais instrumentos de pesca) em praias de areia ou lama, pedrais e bancos de macrófitas aquáticas, conforme a disponibilidade desses ambientes nas TIs ao longo do ciclo hidrológico.

Puçás, covos e peneiras deverão ser utilizados sempre que a condição ambiental permitir, priorizando aplicação de um esforço padronizado de coleta. A utilização desses instrumentos tem como objetivo complementar o inventário taxonômico capturando espécies de pequeno porte em ambientes especiais normalmente não amostrados eficientemente com os demais instrumentos (troncos submersos, folhço em igarapés, raízes adventícias, kinon – banco flutuante de folhço - e outros detritos flutuantes encontrado nos remansos dos rios, etc.).

O esforço deve ser padronizado, mas também condizente ao local. Rios de grande porte, como o Candeias, certamente possibilitarão todos os métodos de coleta, enquanto em igarapés, como do Bom Samaritano, serão viáveis apenas metodologias utilizadas em pequenos corpos de água. Sendo assim, para os igarapés até de terceira ordem, o uso das malhadeiras deve ser substituído pela metodologia adotada em MENDONÇA et al. (2005), que consiste resumidamente em uma amostragem de um trecho de 50 m do igarapé, utilizando-se redes de bloqueio e puçá. O mesmo se dará para os rios que durante o verão apresentarem uma largura média inferior a três metros e profundidade média menor que 50 cm.

É comum os indígenas realizarem a pesca com timbó durante o período da seca. Caso haja consentimento por parte deles, os pesquisadores poderão acompanhá-los para fotografar as espécies de piabas (peixes de pequeno porte, geralmente tetragonopteríneos) e até mesmo coletar alguns exemplares para confirmação da espécie e depósito em coleções ictiológicas de referência.

As coletas de ovos e larvas serão restritas aos pontos dos rios (na TI Karipuna será nas cinco estações do Jaci Paraná, no Fortaleza e Formoso; na TI Karitiana será apenas no Candeias). Para tanto, devem ser utilizadas redes de ictioplâncton com aro de 50 cm de diâmetro e comprimento de 1,5 metros para cada coleta de larvas na coluna d'água, nas margens e no meio do rio. A malha deve ser de 300µm de modo a reter todos os ovos e larvas. As redes

devem ser equipadas com um fluxômetro, com o qual se determinará a quantidade de água filtrada em cada uma das coletas, e com um copo coletor nas suas extremidades posteriores no qual as larvas e ovos serão retidos.

Informações sobre parâmetros ambientais, como oxigênio dissolvido, pH, condutividade e temperatura, deverão ser obtidas em cada oportunidade de coleta, independentemente do instrumento de pesca utilizado, confrontando-os com os dados obtidos para a ictiofauna.

Para a TI Karipuna, em cada Relatório Anual, deve ser feito um retrospecto com os dados possíveis de serem relacionados com os estudos do EIA/RIMA, do Diagnóstico Socioambiental e com o Programa de Conservação da Ictiofauna do Programa de Preservação e Conservação do PBA. Os três pontos de coleta que devem ser usados como referência são: o da foz do rio Jaci Paraná (pré-enchimento); o a montante da área urbana, braço do futuro reservatório do UHE Santo Antônio; e o ponto que será estabelecido a montante do remanso do reservatório (após o enchimento). Essa avaliação visa comparar a evolução dos principais parâmetros ecológicos das assembleias de peixes ao longo do tempo e aplicar análises que ajudem na compreensão do quanto a represa está alterando as assembleias, principalmente na comparação dos peixes coletados na área de remanso com os coletados no trecho livre do rio.

10.4.4.3. Monitoramento de quelônios

As amostragens serão realizadas na TI Karipuna, durante a estação de seca. Deverá ser monitorado o trecho de aproximadamente 60 km do rio Jaci Paraná que contorna o limite nordeste-leste da TI Karipuna, até o local onde o igarapé Formoso deságua no Jaci. O monitoramento deverá ser realizado nos quatro meses que contemplam a transição entre a fase hidrológica de vazante-seca do rio Jaci, a cada 15 dias.

O método consiste em percorrer o rio com um barco a motor, em uma velocidade média entre 18 a 24 km/h, quantificando os quelônios que forem avistados em troncos, pedras, praias e localizando os rastros de desovas, as quais devem ser desenterradas para a quantificação dos ovos e, posteriormente, enterradas novamente (modificado de CONWAY-GÓMEZ, 2007).

No primeiro ano de atividade, o consultor técnico deverá elaborar, junto com a equipe de etnomonitoramento, um programa específico para a conservação do tracajá. Esse programa deve promover oficinas para a comunidade e é desejável que se produzam materiais intercientíficos em conjunto com os indígenas.

Para cada Relatório Anual deve ser feito um retrospecto com os dados possíveis de serem relacionados no estudo do EIA/RIMA, do Diagnóstico Socioambiental e com o Programa de Monitoramento da Herpetofauna de rio do PBA. Essa avaliação visa comparar os principais dados sobre o tracajá ao longo do tempo e aplicar análises que ajudem na compreensão do quanto a represa está alterando essa população, principalmente na comparação da área de remanso do Jaci com o seu trecho livre na TI Karipuna.

10.4.5. Elementos de Custo

10.4.5.1. Gestão da informação

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Contratação de consultoria especializada para criação do banco de dados e do portal na internet		

10.4.5.2. Monitoramento remoto da paisagem

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>- 1 Analista de geoprocessamento pleno Contratação anual (4 anos)</p> <p>- 1 Consultoria especializada para mapeamentos da cobertura vegetal e uso das terras (1 ano).</p> <p>- 400 diárias para formação dos indígenas (4 indígenas x 10 oficinas x 10 dias por oficina).</p> <p>- 256 diárias para participação indígena nos encontros do NIEG (4 indígenas x 4 encontros trimestrais x 4 dias por encontro x 4 anos).</p> <p>- Participantes: 2 membros FUNAI local</p>	<p><i>Capacitação indígena e Uso do solo</i></p> <p><u> Materiais de Consumo e Equipamentos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 48 kits de material de escritório - 4 aparelho receptor GPS - 2 microcomputadores configuração mínima: processador com quatro núcleos de processamento, disco rígido de 250 GB, memória RAM de 8 GB e placa de vídeo de 1 GB. - 2 notebooks configuração mínima: processador com quatro núcleos de processamento, disco rígido de 250 GB, memória RAM de 4 GB e placa de vídeo de 1 GB. - 1 HD externo de 1TB - 4 licenças sistema operacional Windows XP - 4 licenças pacote Office - 1 licença ArcGIS, pacote ArcInfo. - 1 licença das extensões ArcGIS: Maplex, Spatial Analyst, 3D Analyst, Data Interoperability e Publisher. - 1 licença ArcGIS Server - 1 licença Global Mapper - 1 Licença ENVI - 1 Licença Acrobat Pro Extended - 1 impressora plotter A0 - 1 impressora laser A4 - 400 diárias de alimentação para participantes indígenas da formação. - 256 diárias de alimentação dos indígenas para encontros do NIEG. <p><u>Hospedagem e alimentação visita INPE:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - 12 diárias de hospedagens e alimentação em Cachoeira Paulista (2 dias x 6 participantes) - 12 diárias de hospedagem e alimentação em São José dos Campos (2 dias x 6 	<p>Locação de escritório mobiliado.</p>

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
	<p>participantes)</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> <u>Trecho aéreo:</u> - 16 CGH/PVH/CGH - 14 PVH/GRU/PVH <u>Frete terrestre:</u> - 4 meses de locação de veículo 4x4 com motorista e combustível - 30 aldeia Central ou outra/PVH/aldeia Central ou outra - 30 aldeia Panorama/PVH/aldeia Panorama <u>Frete terrestre para 7 pessoas:</u> - 1 GRU/ Cachoeira Paulista/ GRU - 1 GRU/ São José dos Campos/ GRU</p>	
16 técnicos por 2 meses para aplicação de questionários.	<p><u>Cadastro socioambiental das propriedades</u></p> <p><u>Materiais de Consumo e Equipamentos:</u> - 48 kits de material de escritório - 4 aparelhos receptores GPS</p> <p><u>Deslocamentos e Transportes:</u> Locação de 8 veículos 4x4 por 3 meses, considerando combustível (192 tanques de diesel).</p>	

10.4.5.3. Monitoramento da ictiofauna

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>Contratação de um indígena para acompanhar as coletas - 3 diárias por campanha na TI Karipuna.</p> <p>Contratação de um indígena para acompanhar as coletas - 7 diárias por campanha na TI Karitiana.</p>	<p>Contratação de empresa com experiência comprovada na área, com um responsável técnico para acompanhar a equipe de campo e um pesquisador sênior responsável pelos relatórios parciais e finais.</p>	

10.4.5.4. Monitoramento de quelônios

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
<p>Contratação de um indígena para acompanhar as coletas - 8 diárias por campanha na TI Karipuna.</p>	<p>Contratação de empresa com experiência comprovada na área, com um responsável técnico para acompanhar a equipe de campo e um pesquisador sênior responsável pelos relatórios parciais e finais.</p>	

10.4.6. Cronograma

Quadro 10-4 Cronograma de atividades do subprograma de Monitoramento Territorial

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Gestão da Informação	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Capacitação indígena	■	■	■	■												
Monitoramento remoto da paisagem	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Mapeamento da cobertura vegetal e uso das terras	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Dinâmica territorial	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Cadastro Socioambiental	■	■	■	■												
Monitoramento da ictiofauna	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Monitoramento de quelônios*			■				■				■				■	

*O período de monitoramento de quelônios deve se iniciar sempre dois meses após o início da vazante.

Alto (Quando depende da iniciativa do empreendedor)
 Médio (Quando tem parceria com alguma instituição)
 Baixo (Quando depende da decisão ou ação de terceiros)

10.4.7. Articulação Institucional

10.4.7.1. Gestão da informação

Visando otimizar a troca de informações e facilitar a manutenção de dados atualizados sobre as TIs e as UCs do mosaico, as instituições envolvidas na governança compartilhada poderão ter acesso a algumas áreas da base de dados, podendo acompanhar ou incrementar os dados. A configuração de quais instituições terão acesso aos dados será definida ao longo do projeto, conforme se estabeleçam as parcerias, prevendo-se as seguintes: a FUNAI de Porto Velho; a FUNAI de Ji-Paraná; algumas coordenadorias da FUNAI de Brasília; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM).

Também serão incluídas as instituições de pesquisa envolvidas ou parceiras dos projetos de monitoramento previstos no presente programa, por exemplo, Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA) e outras.

10.4.7.2. Monitoramento remoto da paisagem

São recomendadas parcerias com o INPE e com o SIPAM-RO para visitas dos indígenas a serem capacitados em geoprocessamento, bem como parceria com o IMAZON para análise de dados de desmatamento.

10.4.7.3. Monitoramento da ictiofauna e de quelônios

Parcerias com os grupos de pesquisa das áreas de ictiofauna e quelônios da UNIR e INPA podem ser realizadas a fim de que a experiência desses profissionais possa contribuir com os indígenas e os responsáveis pelo andamento do programa. Isso será muito útil nos momentos de avaliação das atividades, bem como na compreensão dos dados coletados. Caso as parcerias atendam ao monitoramento previsto neste PBA, estas poderão substituir a contratação da consultoria.

10.4.8. Interação com Outros Programas Ambientais

As informações de ictiofauna e quelônios devem ser complementadas, e sempre que possível, compartilhadas com as respectivas atividades dos Programas Ambientais da Santo Antônio Energia, são eles: Programa de Conservação da Ictiofauna e Programa de Conservação da Fauna - Herpetofauna de rio.

10.4.9. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

10.4.10. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE	CTF IBAMA
Daniel Maragna Anton, Esp.	Gestor ambiental		3584149
Julio do Vale, MSc.	Biólogo		324771
Egidio Caleiro Santoro	Engenheiro Mecatrônico, MBA em TI.		5416821

10.4.11. Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, A. A.; GOMES, L. C.; PELICICE, F. M. Ecologia e manejo de recursos pesqueiros em reservatórios do Brasil. Maringá - PR: EDUEM, 2007. p. 501.

CONWAY-GÓMEZ, K. Effects of Human Settlements on Abundance of Podocnemis unifilis and P. expansa Turtles in Northeastern Bolivia. Chelonian Conservation and Biology, v. 6, n. 2, p. 199-205, 2007.

KEMENES, A.; PEZZUTI, J. C. B. Estimate of Trade Traffic of Podocnemis (Testudines, Pedocnemididae) from the Middle Purus River, Amazonas, Brazil. Chelonian Conservation and Biology, v. 6, n. 2, p. 259–262, 2007.

KOIFMAN, S. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 17, n. 2, p. 413–423, 2001.

LEME Engenharia S/A. Estudo de Impacto Ambiental – EIA dos Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE's) Santo Antônio e Jirau. 2005.

MENDONÇA, F. P.; MAGNUSSON, W. E.; ZUANON, J. Relationships between Habitat Characteristics and Fish Assemblages in Small Streams of Central Amazonia. Copeia, v. 2005, n. 4, p. 750-763, 2005.

RICHTER, B. D.; BRAUN, D. P.; MENDELSON, M. A.; MASTER, L. L. Threats to imperiled freshwater fauna. Conservation Biology, p. 1081–1093, 1997.

SMITH, N. J. H. The impact of cultural and ecological change on Amazonian fisheries. Biological conservation, v. 32, n. 4, p. 355–373, 1985.

11. Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades".⁴

11.1. Introdução e justificativa

O Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade é o resultado dos levantamentos participativos realizados em campo nas referidas TIs, entre março e dezembro de 2011, tendo como base os procedimentos metodológicos do Termo de Referência da FUNAI (2010).

O programa tem como finalidade incentivar o desenvolvimento de projetos e ações que visem à mitigação e compensação dos impactos decorrentes do empreendimento UHE Santo Antônio em relação às comunidades das Terras Indígenas (TIs) Karitiana e Karipuna, localizadas na área de abrangência global, conforme a percepção do ponto de vista indígena e da equipe técnica.

Este programa visa prevenir, corrigir, mitigar e/ou compensar os seguintes impactos:

IMPACTOS
▪ Intensificação da exploração dos recursos naturais na região do entorno às TIs;
▪ Pressão sobre a territorialidade Indígena Karitiana e Karipuna;
▪ Diminuição da oferta de caça, pesca e produtos extrativistas vegetais;
▪ Aumento de riscos ambientais (desmatamento, contaminação ambiental, incêndios florestais, entre outros);
▪ Intensificação da fragmentação dos ambientes naturais;
▪ Pressão, global e cumulativa, socioeconômica e demográfica, sobre as áreas de ocupação indígenas atuais, antigas e potenciais;
▪ Insegurança dos Karitiana e Karipuna em relação às dimensões do impacto da obra,

⁴ Definição de desenvolvimento sustentável, segundo "Nosso futuro comum" ou Relatório Brundtland, Gro Harlem Brundtland (1987).

IMPACTOS

para as gerações atuais e futuras, especialmente sobre os seus territórios e áreas de vida;

- Aumento populacional no entorno das TIs.

Considerando os impactos sobre os meios produtivos e extrativistas indígenas, o presente Programa justifica-se pela necessidade de implementação de medidas mitigadoras que promovam o desenvolvimento de atividades produtivas e extrativistas que objetivem garantir a subsistência e potencializar a geração de renda para as populações indígenas Karitiana e Karipuna.

11.2. Objetivos

11.2.1. Objetivo Geral

O programa objetiva, de forma geral, contribuir para a garantia da subsistência e segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, através do apoio às atividades produtivas e do desenvolvimento de projetos agroecológicos e agroindustriais.

11.2.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos do Programa são:

- Apoio a atividades de capacitação em agropecuária, agroindustrialização e artesanato;
- Apoio ao desenvolvimento de projetos experimentais, em pequena escala, de produção agropecuária, extrativismo e artesanato.
- Apoio a instalação e operação de agroindústrias de pequeno porte;
- Apoio ao desenvolvimento de embalagens, marketing e comercialização da produção agroextrativista.

11.3. Meta

O programa tem como meta desenvolver sistemas produtivos e extrativistas vegetais que não gerem impactos negativos as sociedades indígenas, em especial, concebendo e desenvolvendo produtos e processos produtivos que, além de viáveis do ponto de vista técnico-econômico, estejam alinhados às exigências sociais e ambientais, garantindo a subsistência, a segurança alimentar e nutricional, e possibilitando a geração de renda.

11.4. Público alvo

O público-alvo do Programa são os agricultores, extrativistas, artesões e demais membros das comunidades das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna (entre homens, mulheres e jovens), bem como os demais atores envolvidos no processo (FUNAI, SAE, etc.), totalizando aproximadamente 400 pessoas.

11.5. Metodologia

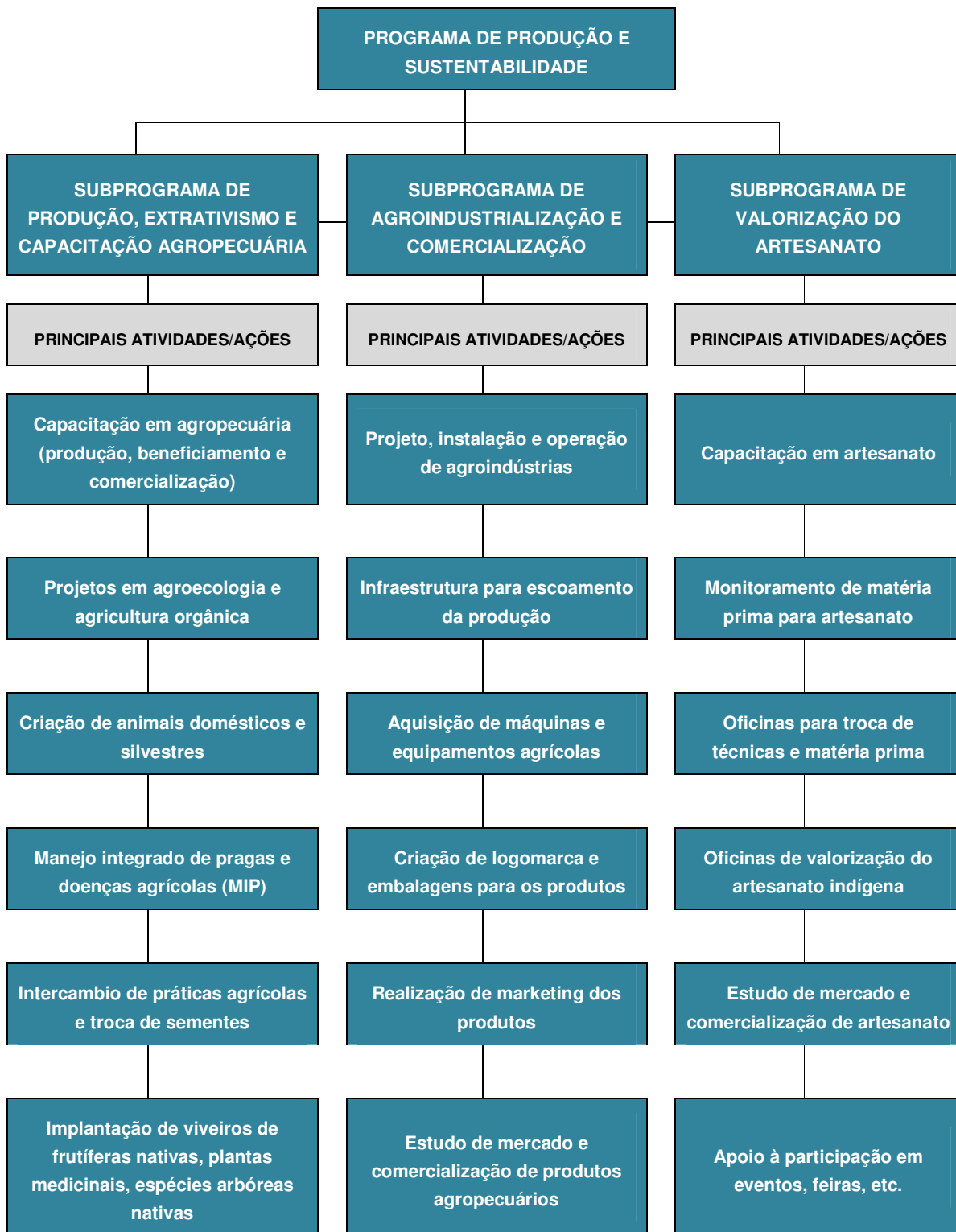
11.5.1. Estruturação do Programa

Para a operacionalização do **Programa de Produção e Sustentabilidade** optou-se pela estruturação em três Subprogramas, inter relacionados:

- 1 - Produção, extrativismo e capacitação agropecuária;
- 2 - Agroindustrialização e comercialização;
- 3 - Valorização do artesanato.

A descrição das principais atividades/ações dos subprogramas está apresentada no organograma a seguir:

Figura 11-1 Organograma do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade



11.5.1.1. Subprograma de Produção, Extrativismo Vegetal e Capacitação Agropecuária

A) Introdução

Os projetos de subsistência e geração de renda contidos neste subprograma têm como finalidade a diversificação e integração das explorações e práticas agrícolas, pecuárias e florestais (madeiras e não madeiras), com a utilização de técnicas agroecológicas, reciclagem e uso dos recursos naturais das TIs e o desenvolvimento de metodologias de planejamento da produção para a comercialização diferenciada (Programas e políticas públicas, feiras, cestas, supermercados de produtos de origem indígena, etc.), em interface com o subprograma de Agroindustrialização e Comercialização.

Estas ações propiciarão geração e incremento de renda e melhoria da qualidade de vida, aumentando a auto-estima, desenvolvendo as comunidades e suas relações sociais.

B) Objetivos do Subprograma

a) *Objetivo Geral*

O objetivo geral do Subprograma de Produção, Extrativismo Vegetal e Capacitação Agropecuária é incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas e extrativas vegetais, baseadas em técnicas agroecológicas e de agricultura orgânica, nas Terras Indígenas Karitiana e Karipuna, visando à subsistência e à geração de renda.

b) *Objetivos Específicos, Metas e Indicadores*

Os objetivos específicos do subprograma são:

- Capacitar as populações indígenas para a produção agropecuária e extrativismo vegetal, comercialização da produção agropecuária e beneficiamento de produtos agropecuários e extrativistas;
- Desenvolver projetos visando agregar valor às atividades produtivas e extrativistas tradicionais já existentes, gerando novas fontes de renda para as populações indígenas;
- Desenvolver projetos agroecológicos e de agricultura orgânica;
- Desenvolver projetos de criação de animais domésticos e silvestres;
- Desenvolver projeto de manejo integrado de pragas e doenças agrícolas;
- Incentivar o intercâmbio de práticas agrícolas e troca de sementes indígenas entre aldeias e outras TIs;
- Incentivar e fomentar a implantação de viveiros de frutíferas nativas, plantas medicinais, espécies arbóreas nativas, etc.

As metas do subprograma são:

- Contribuir para a subsistência e geração de renda das comunidades indígenas;
- Geração de material próprio de propagação de plantas (sementes e mudas), formando banco de germoplasma;
- Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies animais;
- Educação ambiental e capacitação em agropecuária;
- Adaptação de técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais agrícolas e de criação de animais domésticos e silvestres.

Os indicadores do subprograma são:

- Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
- Incremento de renda;
- Incremento na produção e produtividade agropecuária;
- Incremento quantitativo e qualitativo de material genético vegetal.

Quadro 11-1 Relação entre objetivos específicos, metas e indicadores do subprograma

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Capacitar as populações indígenas para a produção agropecuária e extrativismo vegetal;	Educação ambiental e formação técnica em agropecuária;	Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
Capacitar as populações indígenas em beneficiamento de produtos agropecuários e extrativistas;	Educação ambiental e capacitação em agropecuária;	Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
Capacitar as populações indígenas em técnicas de comercialização da produção agropecuária;	Educação ambiental e capacitação em agropecuária;	Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
Desenvolver projetos visando agregar valor às atividades produtivas e extrativistas tradicionais já existentes, gerando novas fontes de renda para as populações indígenas;	Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais, por meio da agregação de valor às atividades econômicas já existentes;	Incremento de renda;
Desenvolver projetos agroecológicos;	Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais;	Incremento de renda; Incremento da produção agrícola;
Desenvolver projetos de criação de animais domésticos e silvestres;	Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de criação de animais domésticos e silvestres; Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies animais;	Incremento de renda; Incremento da produção agrícola;
Desenvolver projeto de manejo integrado de pragas e doenças agrícolas;	Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais, por meio de projetos experimentais de manejo integrado de pragas e doenças;	Incremento de renda;
Incentivar o intercambio e prática de troca de sementes indígenas entre aldeias e outras TIs;	Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais (germoplasma);	Incremento quantitativo e qualitativo de material genético vegetal;
Incentivar e fomentar a implantação de viveiros de frutíferas nativas, plantas medicinais, espécies arbóreas nativas, etc., e capacitar as populações indígenas na melhoria de sementes.	Geração de material próprio de propagação de plantas (sementes e mudas);	Incremento quantitativo e qualitativo de material genético vegetal.

C) Linhas de ação

O subprograma está compartimentalizado em duas *linhas de ação*: a) – *Apoio à capacitação agropecuária*; b) – *Apoio ao desenvolvimento de projetos de produção e extrativismo*.

A seguir é apresentado o escopo das linhas de ação:

a) *Apoio à capacitação indígena na área de agropecuária*

Os cursos de capacitação (formação e treinamento) recomendados para os agricultores e extrativistas das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna poderão ser ministrados por diversas instituições, como o SENAR/RO, SEBRAE, EMATER, EMBRAPA, UNIR, IDARON, entre outros, e/ou por consultores, contratados temporariamente.

Os cursos deverão ser realizados nas comunidades indígenas e seu conteúdo, assim como as formas de realização dos mesmos, deverá ser adaptado à realidade das comunidades, com acompanhamento integral dos técnicos responsáveis pelo programa de Produção e Sustentabilidade. Os cursos de capacitação e treinamento serão ofertados às comunidades de acordo com as especificidades das ações de cada terra indígena.

O empreendedor deverá fornecer o suporte para o desenvolvimento das atividades de capacitação, como transporte, alimentação, diárias para técnicos e auxiliares indígenas, equipamentos e materiais didáticos, entre outros. Estes custos deverão estar contidos nos projetos executivos a serem elaborados de forma participativa com os indígenas.

O público alvo são agricultores e extrativistas das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna, entre homens, mulheres e jovens, e demais membros das comunidades que tenham interesse. As turmas que irão compor os cursos de capacitação deverão ser formadas após reuniões de planejamento com as comunidades, de acordo com as demandas de cada TI/aldeia.

Os cursos objetivam abranger as áreas de produção agropecuária e extrativismo vegetal, beneficiamento de produtos agropecuários e extrativistas e técnicas de comercialização da produção agropecuária.

Os cursos de capacitação da área de **agricultura** recomendados para serem ofertados para as comunidades indígenas são:

- Boas práticas em agricultura
- Cultura da Banana
- Cultura da mandioca
- Cultura do Babaçu, Pupunha, Açaí e outras palmeiras
- Cultura do Café
- Cultura do Milho
- Preparo, Conservação e Utilização de Produtos de Origem Vegetal
- Fruticultura

- Manejo e Conservação do Solo
- Olericultura (horticultura)
- Tratorista
- Viveirista

Os cursos de capacitação da área de **pecuária** recomendados para serem ofertados para as comunidades indígenas são:

- Apicultura
- Meliponicultura
- Avicultura
- Suinocultura
- Criação e manejo de animais silvestres
- Preparo, Conservação e Utilização de Produtos de Origem Animal

Os cursos de capacitação da área de **silvicultura** (cultura de árvores) recomendados para serem ofertados para as comunidades indígenas são:

- Silvicultura e manejo florestal
- Operação e manutenção de motosserra

O curso de capacitação da área de **aquicultura** recomendado para ser ofertado para as comunidades indígenas é:

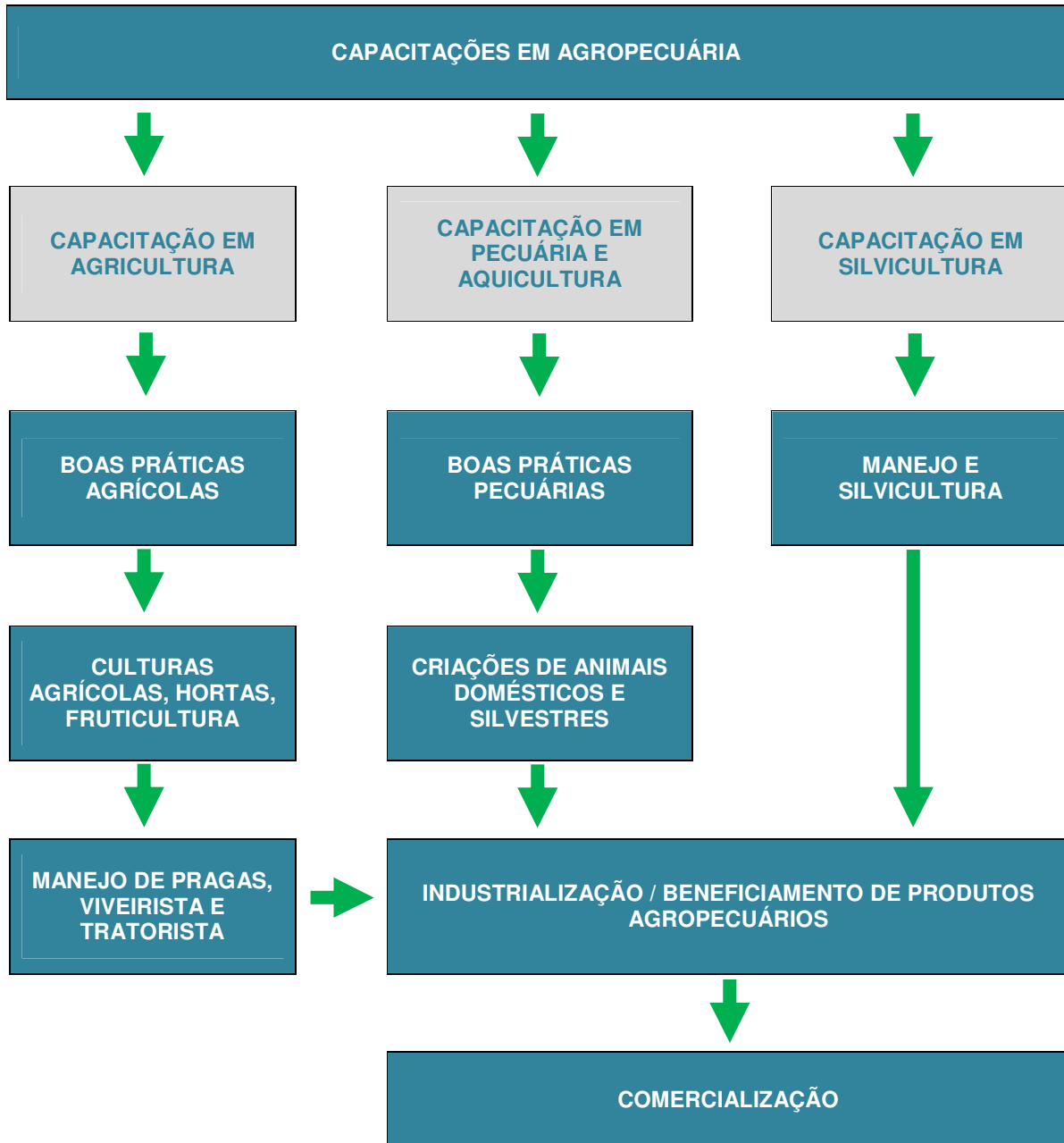
- Piscicultura

O curso de capacitação da área de **comercialização** de produtos agropecuários recomendado para ser ofertado para as comunidades indígenas é:

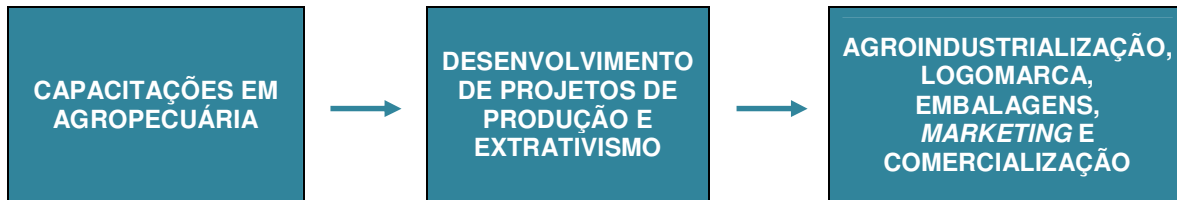
- Cadeia produtiva, *marketing* e estudo de mercado agropecuário

Os cursos de capacitação em agropecuária possuem duração variada, de um dia (8 h) a uma semana (40 h), sendo que os 22 cursos propostos totalizam **672 horas**, e deverão ser iniciados no primeiro semestre e encerrando em até um ano após o início do Programa.

As capacitações deverão seguir a seguinte sequência recomendada:



As capacitações antecedem e são pré-requisitos para o delineamento e início da operação dos projetos de produção (agropecuária e artesanato) e extrativismo e da implementação das atividades de agroindustrialização.



A seguir é apresentado a descrição e o conteúdo programático dos cursos de capacitação:

Quadro 11-2 Conteúdo programático recomendado para os cursos demandados pelas comunidades e propostos pela equipe técnica

Agricultura:

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Boas práticas em agricultura	40 h (5 dias)	16
Conteúdo programático: <ul style="list-style-type: none"> ▪ O que são boas práticas agrícolas (BPAs) ▪ Vantagens das BPAs ▪ Como implementar as BPAs ▪ Segurança alimentar e nutricional ▪ Segurança do trabalho ▪ Rotação de culturas ▪ Métodos de plantio ▪ Controle de pragas e doenças ▪ Adubação orgânica ▪ Agricultura alternativa, orgânica, biodinâmica e sustentável ▪ Sistemas agroflorestais ▪ Colheita, transporte e beneficiamento ▪ Comercialização 		
Instituições parceiras: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ UNIR ▪ IDARON ▪ FUNAI ▪ SAE 		

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cultura da Banana	24 h (3 dias)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solo e clima ▪ Manejo ▪ Pragas e doenças ▪ Cultivares ▪ Adubação ▪ Industrialização (doces, compotas, chips, etc.) ▪ Comercialização 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ UNIR ▪ IDARON ▪ SEBRAE ▪ FUNAI ▪ SAE 		
CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cultura da mandioca	24 h (3 dias)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solo e clima ▪ Manejo ▪ Pragas e doenças ▪ Cultivares ▪ Adubação ▪ Industrialização (Farinha de mandioca, chips, fécula, etc.) ▪ Comercialização 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ UNIR ▪ IDARON ▪ SEBRAE ▪ FUNAI ▪ SAE 		

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cultura do Babaçu, Pupunha, Açaí e outras palmeiras	24 h (3 dias)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solo e clima ▪ Manejo ▪ Pragas e doenças ▪ Cultivares ▪ Adubação ▪ Industrialização (frutos, palmitos, óleos, etc.) ▪ Comercialização ▪ Projeto experimental 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ UNIR ▪ IDARON ▪ CONAB ▪ SEBRAE ▪ FUNAI ▪ SAE 		
CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cultura do Café	16 h (2 dias)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solo e clima ▪ Manejo ▪ Pragas e doenças ▪ Cultivares ▪ Adubação ▪ Industrialização ▪ Comercialização 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ CONAB ▪ UNIR ▪ IDARON ▪ FUNAI 		

<ul style="list-style-type: none"> SAE 		
CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cultura do Milho	8 h (1 dia)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> Solo e clima Manejo Pragas e doenças Cultivares Adubação Industrialização Comercialização 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunidades indígenas SENAR/RO EMATER EMBRAPA CONAB UNIR IDARON FUNAI SAE 		
CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Preparo, Conservação e Utilização de Produtos de Origem Vegetal	40 h (5 dias)	16
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejamento e estratégia Aspectos legais da atividade Boas práticas de fabricação (BPFs) Instalações Edificações Equipamentos Instalações hidráulicas e elétricas Tratamento de efluentes Higienização e sanitização Processo de produção Embalagens e armazenamento Cuidados com a matéria prima Informações gerais sobre a produção de geléias, doces e compotas de frutas Processamento de geléias e doces Processamento da frutas para produção compota e geléia Cuidados na estocagem e expedição dos produtos acabados Comercialização Publicidade e marketing 		

- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- SEBRAE
- EMATER
- CONAB
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Fruticultura	16 h (2 dias)	16

Conteúdo programático:

- Frutas cultivadas
- Frutas da floresta
- Pragas e doenças
- Industrialização (sucos, polpas, extratos, sementes, etc.)
- Comercialização

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- CONAB
- UNIR
- IDARON
- SEBRAE
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Manejo e Conservação do Solo	16 h (2 dias)	16

Conteúdo programático:

- O solo (física e química do solo)
- Tipos de solo
- Fertilidade do solo
- Análise de solo
- Correção do solo
- Erosão e conservação do solo

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Olericultura (horticultura)	8 h (1 dia)	16

Conteúdo programático:

- Hortaliças
- Formas de cultivo
- Tipos de horta
- Hortas escolares
- Compostagem
- Pragas e doenças
- Importância das hortaliças na alimentação
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- SEMED/SEDUC
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Tratorista	40 h (5 dias)	18

Conteúdo programático:

- Segurança do trabalho agroflorestal
- Mecânica básica
- Direção defensiva
- Primeiros socorros
- Tipos de tratores
- Implementos
- Teoria e prática de condução de tratores

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- DETRAN
- IBAMA/ICMBio
- SEDAM
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM AGRICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Viveirista	24 h (3 dias)	16

Conteúdo programático:

- Tipos de viveiro
- Espécies (árvores, frutíferas, hortaliças, medicinais, etc.)
- Instalação e equipamentos do viveiro
- Produção de sementes e mudas
- Insumos e mão de obra
- Planejamento da produção
- Instalação de viveiro experimental

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI
- SAE

Pecuária:

CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Apicultura	40 h (5 dias)	18

Conteúdo programático:

- Introdução à apicultura
- Manejo apícola
- Produtos (mel, própolis, pólen, geléia real, etc.)
- Doenças
- Instalações e equipamentos
- Planejamento do apiário
- Construção de colméias racionais

- Obtenção dos enxames
- Produção e comercialização
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- IBAMA/ICMBio
- SEDAM
- IDARON
- UNIR
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Meliponicultura (abelhas sem ferrão)	40 h (5 dias)	16

Conteúdo programático:

- Introdução à meliponicultura
- Principais espécies
- Produtos (mel, própolis, pólen, etc.)
- Manejo
- Doenças
- Instalações e equipamentos
- Planejamento do meliponário
- Construção de colméias racionais
- Obtenção dos enxames
- Produção e comercialização
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- IBAMA/ICMBio
- SEDAM
- IDARON
- UNIR
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Avicultura	40 h (5 dias)	16

Conteúdo programático:

- Instalações e equipamentos
- Planejamento da produção
- Raças mais indicadas
- Sistemas de criação
- Avicultura orgânica
- Manejo da alimentação
- Manejo geral
- Sanidade
- Manejo das poedeiras
- Incubação dos ovos
- Escalonamento da produção
- Legislação
- Processamento e comercialização
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI
- SAE

CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Suinocultura	40 h (5 dias)	16

Conteúdo programático:

- Instalações e equipamentos
- Planejamento da produção
- Raças mais indicadas
- Sistemas de criação
- Suinocultura orgânica
- Manejo da alimentação
- Manejo geral
- Sanidade
- Escalonamento da produção
- Legislação
- Processamento e comercialização
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI

<ul style="list-style-type: none"> SAE 		
CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Preparo, Conservação e Utilização de Produtos de Origem Animal	40 h (5 dias)	18
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejamento e estratégia Aspectos legais da atividade Instalações Edificações Equipamentos Instalações hidráulicas e elétricas Tratamento de efluentes Higienização e sanitização Processo de produção Embalagens e armazenamento Cuidados com a matéria prima Informações gerais sobre a produção carne, leite, ovos, e outros produtos de origem animal Cuidados na estocagem e expedição dos produtos acabados Comercialização Publicidade e marketing Projetos experimentais 		
<p>Instituições parceiras:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunidades indígenas SENAR/RO EMATER EMBRAPA SEBRAE ANVISA Ministério da Agricultura UNIR IDARON FUNAI SAE 		
CAPACITAÇÃO EM PECUÁRIA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Criação de Animais Silvestres	40 h (5 dias)	18
<p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> Instalações e equipamentos Planejamento da produção Espécies potenciais Sistemas de criação Visita técnica (dia de campo) Manejo da alimentação Manejo geral 		

- Sanidade
- Escalonamento da produção
- Legislação
- Processamento e comercialização
- Projetos experimentais

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- SEBRAE
- UNIR
- IBAMA/ICMBio
- IDARON
- CEMETRON
- FUNAI
- SAE

Silvicultura:

CAPACITAÇÃO EM SILVICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Silvicultura e manejo florestal	40 h (5 dias)	18

Conteúdo programático:

- Aspectos ecológicos (solos, clima, fauna, flora, etc.)
- Noções básicas de botânica e vegetação
- Principais espécies arbóreas da região e suas características (dendrologia)
- Silvicultura (cultura de árvores)
- Inventário florestal
- Manejo florestal
- Noções básicas de hidrologia e hidrografia
- Geoprocessamento ambiental
- Restauração ecológica (recuperação de áreas degradadas)
- Produção de sementes e mudas (viveiro florestal)
- Instalação de área experimental de restauração ecológica

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- SEDAM
- IBAMA/ICMBio
- FUNAI

- SAE

CAPACITAÇÃO EM SILVICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Operação e manutenção de motosserra	40 h (5 dias)	18
Conteúdo programático: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Segurança do trabalho agroflorestal ▪ Primeiros socorros ▪ Tipos de motosserra ▪ Manutenção de motosserra ▪ Teoria e prática de operação de motosserra 		
Instituições parceiras: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunidades indígenas ▪ SENAR/RO ▪ EMATER ▪ EMBRAPA ▪ UNIR ▪ SEDAM ▪ IBAMA/ICMBio ▪ FUNAI ▪ SAE 		

Aquicultura:

CAPACITAÇÃO EM AQUICULTURA	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Piscicultura	40 h (5 dias)	18
Conteúdo programático: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalações e equipamentos ▪ Planejamento da produção ▪ Espécies mais indicadas ▪ Sistemas de criação ▪ Visita técnica (dia de campo) ▪ Piscicultura orgânica ▪ Manejo da alimentação ▪ Manejo geral ▪ Escalonamento da produção ▪ Legislação ▪ Processamento e comercialização ▪ Estudo de viabilidade técnica e ambiental ▪ Projetos experimentais 		
Instituições parceiras:		

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- EMATER
- EMBRAPA
- IDARON
- SEDAM
- IBAMA/ICMBio
- UNIR
- FUNAI
- SAE

Comercialização:

CAPACITAÇÃO EM COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	CARGA HORÁRIA APROXIMADA	IDADE MÍNIMA
Cadeia produtiva, <i>marketing</i> e estudo de mercado	40 h (5 dias)	18

Conteúdo programático:

- Princípios de economia
- Estrutura de mercado
- Comercialização
- Políticas públicas de comercialização (PAA, PNAE, CONAB, etc.)
- Cadeia produtiva da mandioca
- Cadeia produtiva do milho
- Cadeia produtiva do feijão
- Cadeia produtiva do café
- Cadeia produtiva dos produtos de origem animal
- Produtos orgânicos
- Certificação
- *Marketing*
- Agronegócio

Instituições parceiras:

- Comunidades indígenas
- SENAR/RO
- SEBRAE
- CONAB
- EMATER
- EMBRAPA
- UNIR
- FUNAI
- SAE

b) *Apoio ao desenvolvimento de projetos de produção e extrativismo*

As ações de apoio à produção agropecuária e extrativismo visam o incentivo ao plantio e condução de culturas agrícolas e criação de animais domésticos e silvestres para o auto consumo, fornecimento de matéria-prima para agroindústrias e para fins comerciais.

Após a realização dos primeiros cursos de capacitação e treinamento (a ser realizado nos primeiros seis meses da implementação do Programa) os indígenas terão condições para delinear os projetos experimentais para o desenvolvimento de atividades produtivas e extrativistas sustentáveis, com o devido acompanhamento técnico especializado.

Estas atividades produtivas serão desenvolvidas em um período inicial de três anos, após o primeiro ano de capacitação e treinamento da população indígena. Após este período os projetos serão avaliados quanto a sua renovação, alteração ou encerramento.

Os projetos executivos serão elaborados no decorrer do primeiro semestre do primeiro ano de desenvolvimento do subprograma, simultaneamente com as primeiras ações formativas de capacitação e treinamento em agropecuária.

As atividades de apoio e desenvolvimento de projetos de produção recomendados para os agricultores e extrativistas das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna poderão ter como suporte as ações de assistência técnica de diversas instituições, como o SENAR/RO, SEBRAE, EMATER, EMBRAPA, UNIR, IDARON, IBAMA, ICMBio, SEDAM, entre outros, e/ou por consultores, contratados temporariamente.

O empreendedor deverá fornecer o suporte para o desenvolvimento das atividades produtivas, como transporte, alimentação, diárias para técnicos e auxiliares indígenas, insumos diversos (sementes, mudas, adubos, fertilizantes, matrizes animais, ração animal, vacinas, etc.), equipamentos e materiais. Estes custos deverão estar quantificados nos projetos executivos a serem elaborados de forma participativa com os indígenas.

A estruturação desta linha de ação está contida no quadro a seguir.

Quadro 11-3 Atividades a serem desenvolvidas na linha de ação de desenvolvimento de projetos de produção e extrativismo

AÇÕES / ATIVIDADES:
<ul style="list-style-type: none">▪ Desenvolvimento de projetos visando agregar valor às atividades produtivas e extrativistas tradicionais já existentes, como:<ol style="list-style-type: none">1. Fabricação de farinha de mandioca2. Artesanato indígena.
<ul style="list-style-type: none">▪ Estudo de viabilidade e desenvolvimento de novos projetos econômicos, como:<ol style="list-style-type: none">1. Produção agroecológica e agricultura orgânica

AÇÕES / ATIVIDADES:

2. Agroindustrialização (frutas, castanhas, palmeiras, etc.)
3. Criação de animais domésticos (avicultura, suinocultura, piscicultura, etc.)
4. Criação de animais silvestres (anta, paca, capivara, aves, quelônios – tartarugas e jacarés, etc.)

- Desenvolvimento de projetos de manejo integrado de pragas e doenças agrícolas, principalmente nas culturas:

1. Bananeira
2. Mandioqueira

- Desenvolvimento de projetos para incentivar o intercâmbio de práticas agrícolas e troca de sementes indígenas entre aldeias e outras TIs;

- Desenvolvimento de projetos para incentivar a implantação de viveiros de espécies:

1. Frutíferas nativas
2. Plantas medicinais
3. Espécies arbóreas nativas
4. Outras

As atividades serão compostas de ações de apoio às práticas de cultivo, manejo das culturas e criações, combate a doenças e pragas e melhoria da produção e produtividade, objetivando a produção de alimentos de origem vegetal e animal para a subsistência e potencializando a geração de renda para as populações das comunidades indígenas. Cada uma das Terras Indígenas/aldeias públicas alvo deste Programa possuem demandas específicas, desta forma algumas ações poderão não ocorrer em todas as TIs/aldeias. Destaca-se que algumas atividades dependerão de estudo de viabilidade técnica e ambiental.

As principais atividades produtivas propostas estão listas a seguir.

Quadro 11-4 Principais atividades produtivas potenciais a serem desenvolvidas experimentalmente por Terras Indígenas e aldeias

ATIVIDADES PRODUTIVAS	TERRAS INDÍGENAS / ALDEIAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agricultura orgânica e olericultura (horticultura) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana

ATIVIDADES PRODUTIVAS	TERRAS INDÍGENAS / ALDEIAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apicultura e Meliponicultura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avicultura (galinha caipira) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de animais silvestres 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura da banana 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura da mandioca (raiz e farinha) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura de palmeiras (babaçu, açaí, pupunha, entre outras) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura do café 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura do feijão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana

ATIVIDADES PRODUTIVAS	TERRAS INDÍGENAS / ALDEIAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura do milho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fruticultura (caju, mamão, laranja, tangerina, jaca, cacau, entre outras.) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de viveiros de mudas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manejo integrado de pragas agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Piscicultura 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna ▪ Estudo para outras aldeias
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtos extrativistas vegetais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Silvicultura (florestamento, reflorestamento, restauração ecológica, recuperação de florestas ciliares, sistemas agroflorestais, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana

ATIVIDADES PRODUTIVAS	TERRAS INDÍGENAS / ALDEIAS
	<ul style="list-style-type: none"> Aldeia Juari – TI Karitiana Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> Suinocultura 	<ul style="list-style-type: none"> Aldeia Central – TI Karitiana Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana Aldeia Candeias – TI Karitiana Aldeia Juari – TI Karitiana Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> Troca de sementes e intercâmbio de práticas agrícolas (oficinas locais e regionais) 	<ul style="list-style-type: none"> Aldeia Central – TI Karitiana Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana Aldeia Candeias – TI Karitiana Aldeia Juari – TI Karitiana Aldeia Panorama – TI Karipuna Outras TIs dos estados de Rondônia, Amazonas e Acre, entre outros
<ul style="list-style-type: none"> Viveiro de frutíferas nativas, plantas medicinais, espécies arbóreas nativas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Aldeia Central – TI Karitiana Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana Aldeia Candeias – TI Karitiana Aldeia Juari – TI Karitiana Aldeia Panorama – TI Karipuna

11.5.1.2. Subprograma de Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Agropecuários

A) Objetivos

a) *Objetivo Geral*

O objetivo geral do subprograma é incentivar e fomentar o desenvolvimento de atividades de agroindustrialização, criação de logomarca indígena e articulação para comercialização dos produtos agropecuários das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna.

b) *Objetivos Específicos, Metas e Indicadores*

Os objetivos específicos do Subprograma são:

- Subsidiar a instalação e operação de agroindústrias de pequeno porte, com finalidades múltiplas;
- Fornecer infraestrutura para escoamento da produção;

- Fornecer equipamentos para facilitar as atividades produtivas agropecuárias;
- Criar logomarca indígena e desenvolver embalagem para os produtos agropecuários;
- Realizar *marketing* dos produtos agropecuários indígenas;
- Realizar estudo de mercado e comercialização (mercados locais, PAA, PNAE, etc.).

A meta do subprograma é:

- Contribuir para a subsistência e geração de renda das comunidades indígenas.

O indicador do subprograma é:

- Incremento de renda.

Quadro 11-5 Relação entre objetivos específicos, metas e indicadores do subprograma

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Subsidiar a instalação e operação de agroindústrias de pequeno porte, com finalidades múltiplas;	Contribuir para a subsistência e geração de renda das comunidades indígenas.	Incremento de renda.
Fornecer infraestrutura para escoamento da produção;		
Fornecer equipamentos para facilitar as atividades produtivas agropecuárias;		
Criar logomarca indígena;		
Desenvolver embalagem para os produtos agropecuários;		
Realizar <i>marketing</i> dos produtos agropecuários indígenas;		
Realizar estudo de mercado e comercialização.		

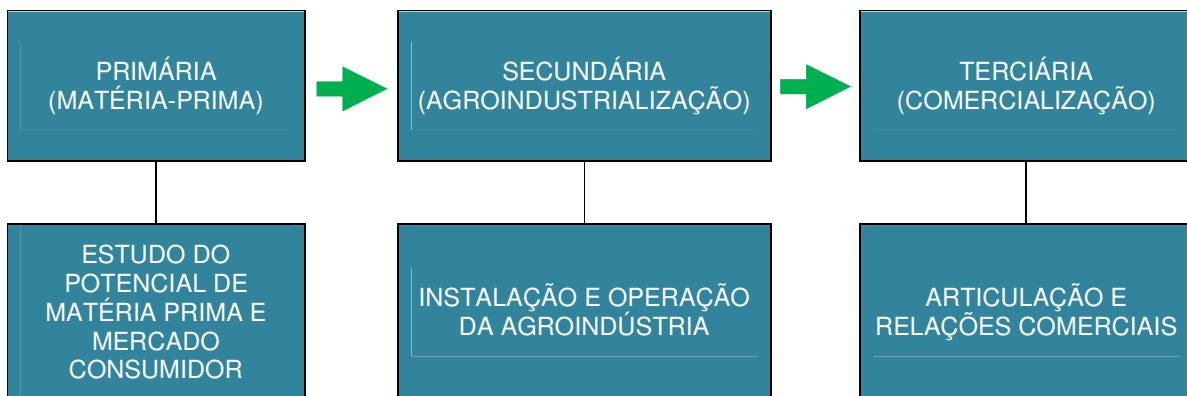
B) Linhas de ação

a) Agroindustrialização

Agroindustrializar significa beneficiar os produtos agropecuários e/ou transformar a matéria-prima agropecuária gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal (MDA, 2007).

São consideradas como etapas fundamentais para o desenvolvimento da agroindústria: Primária (matéria prima); secundária (agroindustrialização); e terciária (comercialização), conforme figura a seguir.

Figura 11-2 Etapas para o desenvolvimento da agroindústria



Para que um projeto agroindustrial obtenha resultados positivos é necessário que as etapas primária (matéria-prima), secundária (agroindústria) e terciária (comercialização) estejam ordenadas e sincronizadas. Antes mesmo de se começar a implantar a agroindústria na TI, será necessário fazer um amplo estudo de mercado.

As atividades de agroindustrialização poderão estar sujeitas a processo de licenciamento na SEDAM, ANVISA, Ministério da Agricultura, entre outros órgãos fiscalizadores e regulamentadores.

Principais projetos a serem desenvolvidos nas Terras Indígenas:

- Fabricação de farinha de mandioca;
- Aproveitamento de frutas (doces e compotas), castanhas e palmitos;
- Extração de óleo de babaçu e outras palmeiras.

As atividades agroindustriais deverão seguir as Boas Práticas de Fabricação (BPFs) e normativas diversas.

Com relação às casas de farinha, deverá ser consultado o “Manual de referência para casas de farinha” e o “Manual de boas práticas de casas de farinha”, ambos do SEBRAE.

Principais projetos de agroindustrialização a serem desenvolvidos nas Terras Indígenas são apresentados a seguir.

Quadro 11-5 Projetos de agroindustrialização potenciais a serem desenvolvidos nas Terras Indígenas

ATIVIDADES PRODUTIVAS	TERRAS INDÍGENAS / ALDEIAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fabricação de farinha de mandioca (construções e reformas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ TI Karitiana Aldeia Central (construção de agroindústria e reforma de edificação já existente); ▪ TI Karitiana Aldeia Juari (construção de agroindústria); ▪ TI Karitiana Aldeia Candeias (construção de agroindústria). ▪ TI Karipuna Aldeia Panorama (construção de agroindústria).
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento de frutas (doces e compotas), castanhas e palmitos (construção de agroindústria) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extração de óleo de babaçu e outras palmeiras (construção de agroindústria) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aldeia Central – TI Karitiana ▪ Aldeia Bom Samaritano – TI Karitiana ▪ Aldeia Candeias – TI Karitiana ▪ Aldeia Juari – TI Karitiana ▪ Aldeia Panorama – TI Karipuna

Observações:

As estruturas físicas das agroindústrias deverão ser de uso múltiplo, isto é, a mesma estrutura será usada para diversas finalidades agroindustriais.

Recomenda-se que a instalação e operação das casas de farinha seja a primeira atividade a ser implementada, tanto pela familiaridade das comunidades com o processo quanto pela abundância de matéria prima nas TIs.

As edificações deverão possuir além das estruturas para a fabricação de farinha outro ambiente individual, separado por alvenaria, com instalações elétricas e hidráulicas básicas,

possibilitando a adequação para outras finalidades, como fabricação de doces, sucos, compotas, óleos, castanhas, cozinha para eventos, etc.

A descrição geral das agroindústrias deverá ser apresentada em projeto executivo a ser elaborado participativamente com as comunidades, após a realização das atividades formativas iniciais, projeto básico, inventário de matéria prima e estudo prévio de mercado.

b) Logomarca, embalagens, marketing e comercialização

Descrição:

Esta linha de ação terá como objetivo elaborar as embalagens, apoiar o marketing dos produtos e realizar o estudo de mercado dos produtos agropecuários, analisando os arranjos locais, cadeias produtivas e canais de comércio, para a posteriormente promover a sua comercialização, que poderá ser tanto para os mercados privados locais e regionais quanto para Programas e Políticas Públicas.

Logomarca e embalagens:

O presente projeto visa atender a demanda no desenvolvimento de logomarca e embalagens para os produtores indígenas, com a utilização do design como diferencial na maneira de expor seus produtos, agregando valor aos mesmos.

Para a implementação da ação será necessário realizar parceria entre a EMATER (orientação sobre produtos e dimensionamento de embalagens) e a UNIR (auxílio na elaboração da arte final e processos para a confecção da logomarca e das embalagens), entre outros parceiros potenciais.

Marketing:

Como estratégias de marketing deverão ser apoiados projetos para divulgação dos produtos indígenas, como portfólios, folders, banners, cartões de apresentação, entre outros. Também será importante o incentivo e apoio à participação em feiras, encontros, seminários, congressos e eventos em geral relacionados a produtos e produtores indígenas.

Estudo de mercado e comercialização:

Para que o produtor indígena consiga obter sucesso na comercialização de seus produtos é necessário que conheça os fundamentos do mercado. Conforme Nasser (2000) *apud* Bentes-Gama (2007), estudos de mercado estão ligados à necessidade de conhecimento das especificidades regionais enquanto bases produtivas ou dinâmicas.

A realização de análise interdisciplinar sobre a ecologia, manejo e estudos de mercado são primordiais para a compreensão das relações envolvidas no processo de produção, e, assim proporcionar a expansão de atividades produtivas (BENTES-GAMA, 2007).

Desta forma, após analisarmos a amplitude de informações que o processo exige, inicia-se o estudo de mercado propriamente dito.

Estrutura do estudo de mercado:

ESTRUTURA DO ESTUDO DE MERCADO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDÍGENAS	
<ul style="list-style-type: none">▪ Definição do público-alvo e objetivos da pesquisa	Qual a real necessidade e os motivos que o levaram a realizar essa pesquisa? No início dessa caminhada a definição dos objetivos será muito útil.
<ul style="list-style-type: none">▪ Definição da coleta dos dados	Nessa etapa, será definido como levantar os dados de sua pesquisa.
<ul style="list-style-type: none">▪ Definição do método de pesquisa de dados primários	Qual o tipo de pesquisa mais adequado ao propósito? Definição dos procedimentos para a sua realização.
<ul style="list-style-type: none">▪ Definição da amostra	Conhecimento do tamanho do público a ser pesquisado.
<ul style="list-style-type: none">▪ Elaboração dos instrumentos de pesquisa	Elaboração questionários, formulários e roteiros de pesquisas.
<ul style="list-style-type: none">▪ Aplicação da pesquisa	A forma como será abordada, garantirá o bom desempenho da sua pesquisa.
<ul style="list-style-type: none">▪ Tabulação dos dados	Reunir os dados e trabalhá-los de maneira a facilitar a sua análise.
<ul style="list-style-type: none">▪ Elaboração do relatório final	A elaboração do relatório final permitirá analisar os dados obtidos na pesquisa e identificar aspectos relevantes para a tomada de decisão.
<ul style="list-style-type: none">▪ Tomada de decisão	Com os resultados obtidos a partir da pesquisa será possível determinar as ações necessárias em benefício do negócio em questão.

Comercialização:

A ação de apoio à comercialização de produtos agropecuários objetivará o estudo de mercado e inserção dos produtos nos mercados de comercialização institucionais (PNAE, PAA, etc.) e privados (mercados locais em Porto Velho e regionais).

Parceria para comercialização institucional:

A meta da ação de comercialização é incentivar a participação dos agricultores e extrativistas das TIs Karitiana e Karipuna em programas e políticas públicas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE/FNDE), que garante, através da Lei 11.947/2009, que 30% do valor repassado para o PNAE aos estados e municípios sejam usados para a compra de produtos da agricultura familiar, dando prioridade às comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária.

O valor anual individual por agricultor e/ou extrativista indígena no PNAE é de até R\$ 9.000,00.

O PNAE além de garantir renda aos agricultores e extrativistas indígenas também tem papel fundamental na qualidade e diversidade da alimentação escolar, regionalizando-a e cumprindo o respeito aos hábitos alimentares e alimentos locais.

Outro programa de comercialização a ter a participação incentivada, nesta linha de ação, que também prioriza a compra de produtos da agricultura familiar, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/MDA-MDS-CONAB), que em suas diversas modalidades (doação, compra direta, leite, etc.), garante uma renda anual (semestral no caso do leite) individual de até R\$ 4.500,00.

11.5.1.3. Subprograma de Valorização e Fomento ao Artesanato

A) Objetivos

a) Objetivo Geral

O objetivo geral do subprograma é incentivar e fomentar ações que visem revitalizar conhecimentos e técnicas Karitiana e Karipuna de confecção de artesanatos, a fim de valorizar a identidade indígena.

b) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Os Objetivos específicos do subprograma de valorização e fomento do artesanato são:

- Localizar, conhecer e valorizar as plantas que oferecem a matéria prima na natureza;
- Capacitar os artesãos indígenas, por meio de cursos e oficinas;
- Apoiar a participação dos artesãos indígenas em feiras Estaduais e Nacionais;
- Agregar valor econômico ao artesanato;
- Conhecer, a partir dos ensinamentos dos mais velhos, a arte do artesanato entre os jovens e crianças, permanecendo vivas as tradições;
- Diminuir riscos de acidentes, durante as saídas das aldeias;

- Valorizar conhecimentos e o trabalho das artesãs;
- Incentivar o intercambio e prática de troca de sementes indígenas entre aldeias e outras TIs;

As metas do subprograma são:

- Revitalização de técnicas de confecção de artesanato, bem como a valorização do conhecimento tradicional dos mais velhos;
- Geração de alternativas de renda culturalmente sustentáveis, agregando valor econômico à arte indígena e inserindo artefatos indígenas em redes de comercialização de produtos sustentáveis;
- Geração de material genético próprio de perpetuação de espécies vegetais (germoplasma);
- Diminuição do fluxo em locais não apropriados de venda como ruas, estradas;
- Educação ambiental e formação técnica em agropecuária;
- Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais, por meio da agregação de valor às atividades econômicas já existentes.

Os indicadores do subprograma são:

- Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
- Incremento de renda;
- Incremento quantitativo e qualitativo de material genético vegetal, contribuindo para a sustentabilidade e diversidade da produção de artesanato;

Quadro 11-6 Relação entre objetivos específicos, metas e indicadores do subprograma

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Capacitar os artesãos indígenas, por meio de oficinas, cursos, treinamentos, etc.;	Realizar ações de Educação ambiental e formação em artesanato;	Percentual de aproveitamento nos cursos e número de atores capacitados;
Localizar, quantificar, monitorar e valorizar as espécies vegetais e seus produtos que oferecem matéria prima para artesanato;	Adaptar técnicas ecológicas e sustentáveis à realidade cultural dos povos indígenas, no uso dos recursos naturais;	Incremento de renda;
Apoiar a participação dos artesãos indígenas em feiras Municipais, Estaduais e Nacionais;	Geração de alternativas de renda culturalmente sustentáveis, agregando valor econômico à arte indígena e inserindo artefatos indígenas em redes de comercialização de produtos sustentáveis;	Valorização da arte indígena;
Incentivar a valorização do artesanato, a partir dos ensinamentos dos anciões, entre os jovens e crianças;	Revitalização de técnicas de confecção de artesanato, bem como a valorização do conhecimento tradicional dos mais velhos;	
Incentivar o intercâmbio de técnicas e prática de troca de sementes indígenas, com finalidade de confecção de artesanatos, entre aldeias e TIs.	Geração de alternativas de renda culturalmente sustentáveis, agregando valor econômico à arte indígena e inserindo artefatos indígenas em redes de comercialização de produtos sustentáveis.	Incremento quantitativo e qualitativo de material para artesanato.

B) Linhas de ação

Os cursos de *capacitação, oficinas, levantamentos de matéria-prima e encontros* sobre artesanato totalizam 376 horas, e deverão ser implementados no primeiro semestre do Programa.

- Artesanato de cipó, artesanato em palha de tucumã, artesanato de fibra vegetal, fabricação de velas em ouriço de castanha, utilização de bucha vegetal, artesanato de troncos e raízes e estudo de mercado de artesanato: **32 h** cada uma das 7 (sete) oficinas, sendo o total de horas de capacitação por aldeia: **224 h**.

Como os cursos deverão ser oferecidos em todas as aldeias/TIs, as sete oficinas serão ofertadas em **4** (quatro) aldeias, TI Karitiana aldeias Central/Bom Samaritano, aldeia Juari, aldeia Candeias e TI Karipuna aldeia Panorama, totalizando **896 h**.

- Realizações de Encontros Indígenas para trocas de sementes e outros materiais para artesanato entre as aldeias Karitiana e Karipuna e outras etnias próximas.

Estão programados **4** (quatro) encontros com duração de dois dias (**16 h**) cada, totalizando **64 h**.

- Realização de um levantamento, nas comunidades indígenas, sobre o interesse dos jovens para o resgate do artesanato e valorização do artesanato já existente, com duração de quatro dias (**32 h**).

Os levantamentos serão realizados em **4** (quatro) aldeias, TI Karitiana aldeias Central/Bom Samaritano, aldeia Juari, aldeia Candeias e TI Karipuna aldeia Panorama, totalizando **128 h**.

- Realização de um levantamento da matéria prima disponível na natureza para o trabalho artesanal, com duração de quinze dias (**120 h**), em **4** (quatro) aldeias, TI Karitiana aldeias Central/Bom Samaritano, aldeia Juari, aldeia Candeias e TI Karipuna aldeia Panorama, totalizando **480 h**.

- Registro dos trabalhos será realizado durante todas as atividades relacionadas ao artesanato nas aldeias/TIs: TI Karitiana aldeia Central, TI Karitiana aldeia Bom Samaritano, aldeia Juari, aldeia Candeias e TI Karipuna aldeia Panorama.

A seguir é possível observar os dados quantitativos de horas dos os cursos de *capacitação, oficinas, levantamentos de matéria-prima e encontros* sobre artesanato

Quadro 11-7 Dados quantitativos de horas dos os cursos de *capacitação, oficinas, levantamentos de matéria-prima e encontros sobre artesanato*

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA POR AÇÃO	Nº DE AÇÕES	TIs/ALDEIAS	CARGA HORÁRIA TOTAL
Capacitação em artesanato	32 h	7	4	896 h
Encontros entre TIs/aldeias	16 h	1	4	64 h
Levantamento de interesse em artesanato	32 h	1	4	128 h
Levantamento de matéria prima	120 h	1	4	480 h
TOTAL				1568 h
Registro dos trabalhos				1568 h

a) *Capacitação em artesanato*

Os cursos de capacitação em artesanato recomendados para os artesões das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna poderão ser ministrados por instituições diversas, como SENAR/RO, SEBRAE, UNIR, ONGs, entre outros, e/ou por consultores contratados temporariamente.

Os cursos de capacitação deverão ser realizados nas comunidades indígenas e seu conteúdo, assim como as formas de realização dos mesmos, deverá ser adaptado à realidade das comunidades com acompanhamento integral dos técnicos responsáveis pelo Programa.

O público alvo das ações são os artesões das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna, entre homens, mulheres e jovens, e demais membros das comunidades que tenham interesse.

Ainda que constem nos itens apresentados a seguir toda a relação de cursos relacionados às atividades do presente PBA-CI, estes serão ofertados às comunidades de acordo com as especificidades das ações de cada terra indígena.

O empreendedor deverá fornecer o suporte para o desenvolvimento das atividades de capacitação, como transporte, alimentação, diárias para técnicos e auxiliares indígenas, equipamentos e materiais didáticos, entre outros. Estes custos deverão estar contidos nos projetos executivos a serem elaborados de forma participativa com os indígenas.

A seguir é apresentada a relação de cursos de capacitação em artesanato demandados pelas comunidades indígenas e propostos pela equipe técnica.

Quadro 11-8 Cursos de capacitação na área de artesanato a serem ofertados às comunidades indígenas

CURSO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Artesanato em Cipó	32	16	15
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Conhecimento do material; ▪ Retirada do cipó; ▪ Preparo do material; ▪ Montagem das peças; ▪ Fabricação de cestos com palha, balaios, cestos para pão, flores, roupas, doces; ▪ Fases de acabamento. 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cipó: Ambé, Titica ou Timbó, coletado nas TIs ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação ▪ Deslocamento ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual) ▪ Alimentação durante o curso. ▪ Diárias de uma cozinheira ▪ Material didático - caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc. 		
Artesanato em Palha de Tucumã	32	16	15
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Conhecimento do material; ▪ Retirada da palha de tucumã; ▪ Limpeza da palha; ▪ Montagem das peças; ▪ Fabricação de cestos com palha, balaios, cestos para pão, flores, roupas, doces; ▪ Fases de acabamento. 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Folhas de Tucumã (broto) coletadas na aldeia. ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; 		

CURSO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual) ▪ Alimentação durante o curso. ▪ Diárias para uma cozinheira ▪ Material didático - caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc.
Artesanato de Troncos e Raízes	32	16	15
Conteúdo programático:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Limpeza do material; ▪ Preparo dos materiais raízes e troncos; ▪ Limpeza dos troncos; ▪ Montagem das peças; ▪ Revestimento do tronco com cipó; ▪ Pintura das peças e fases de acabamento.
Material necessário:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tronco, cipó e sementes de todos os tipos, bambu e ouriço de castanha coletada na aldeia; ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual); ▪ Alimentação durante o curso; ▪ Diárias para uma cozinheira; ▪ Material didático - caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc.
Artesanato de Fibra Vegetal	32	16	15

CURSO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Conhecimento do material; ▪ Retirada da palha; ▪ Preparo da madeira; ▪ Limpeza da palha; ▪ Montagem das peças; ▪ Fabricação de cestos com palha, balaios, cestos para pão, flores, roupas, doces; ▪ Pinturas das peças; ▪ Fases de acabamento. 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Palha da banana, milho e tucumã coletados na aldeia ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação; ▪ Deslocamento ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual) ▪ Alimentação durante o curso ▪ Diárias para uma cozinheira ▪ Material didático- caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc. 		
Fabricação de velas em ouriço de castanha	32	16	15
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Conhecimento do material; ▪ Abertura e limpeza do ouriço; ▪ Aprendendo a utilizar a parafina; ▪ Utilização de produtos aromatizados; ▪ Função do barbante 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ouriço da castanha; ▪ Parafina; ▪ Barbante; ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual); ▪ Alimentação durante o curso; ▪ Diárias para uma cozinheira; 		

CURSO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Material didático - caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc. 	
Utilização da Bucha Vegetal	32	16	15
Conteúdo programático:		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação ambiental; ▪ Conhecimento do material; ▪ Retirada das sementes da bucha e sua utilização; ▪ Secagem, tratamento, clareamento, tingimento; ▪ Conservação da bucha vegetal; ▪ Confecção dos trabalhos; ▪ Noções sobre preservação de acidentes no trabalho; 	
Material necessário:		<ul style="list-style-type: none"> ▪ A bucha vegetal é coletada na aldeia; ▪ Diárias do técnico responsável pela capacitação; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado na prática. (individual); ▪ Alimentação durante o curso; ▪ Diárias para uma cozinha; ▪ Material didático - caixa permanente (15 cadernos, 30 lápis, caixa caneta esferográfica azul, 15 réguas, 20 pasta plástica, 15 borrachas, 1 caixa pincel atômico, 1 crepe, 1 resma de papel A4, 10 lápis de cor, 10 canetinha, 10 giz de cera, 15 tesoura sem ponta, 4 durex, 15 apontadores, 2 apagador para quadro branco, 1 caixa de piloto para quadro branco, 1 rolo barbante, 5 sacos balões coloridos para dinâmicas, etc. 	
Estudo de Mercado de artesanato	32	16	15
Conteúdo programático:		Oficina para capacitação em Mercados de Consumo e Comercialização de Produtos Étnicos e <i>Marketing</i> de Produtos Étnicos e Mercados	

CURSO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
	Sustentáveis;		
Justificativa:	O estudo de mercado apresenta dois aspectos estreitamente relacionados: um aspecto quantitativo, que diz respeito ao dimensionamento da procura atual e à projeção de seu crescimento futuro; e um aspecto qualitativo, que se refere à identificação dos principais fatores que influenciam ou determinam essa procura – preços, renda, gostos dos consumidores, inovações, técnicas, modificações nas políticas fiscal, tarifária, cambial, flutuações do comércio externo, etc.		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diárias do consultor responsável; ▪ Deslocamento de ida e volta do consultor; ▪ Compra do material a ser utilizado; ▪ Alimentação; ▪ Diárias para uma cozinheira. 		

b) Oficinas de artesanato

As oficinas em artesanato nas Terras Indígenas Karitiana e Karipuna serão um momento para a troca de experiência entre pessoas de diferentes locais (TIs/aldeias) e de diferentes gerações.

As oficinas deverão ser realizados nas comunidades indígenas e seu conteúdo, assim como as formas de realização das mesmas, deverá ser adaptado à realidade das comunidades com acompanhamento integral dos técnicos responsáveis pelo Programa.

O público alvo das ações são os artesãos das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna, entre homens, mulheres e jovens, e demais membros das comunidades que tenham interesse.

O empreendedor deverá fornecer o suporte para o desenvolvimento das oficinas, como transporte, alimentação, diárias para técnicos e auxiliares indígenas, equipamentos e materiais didáticos, entre outros. Estes custos deverão estar contidos nos projetos executivos a serem elaborados de forma participativa com os indígenas.

A seguir é apresentada a relação de oficinas demandadas pelas comunidades indígenas e propostos pela equipe técnica.

OFICINAS	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Encontros Indígenas para trocas de sementes entre as aldeias Karitiana e Karipuna e outras etnias próximas	-	Livre	Livre

OFICINAS	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer as aldeias que farão parte do encontro; ▪ Conhecer culturas que disponibilizam as sementes; ▪ Trocar informações e conhecimentos sobre o artesanato; ▪ Promover o relacionamento cultural entre as aldeias. 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diárias do técnico responsável pela a organização do encontro; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado; ▪ Alimentação; ▪ Diárias para uma cozinheira; ▪ Combustível para o deslocamento dos indígenas; ▪ Material didático. 		
Levantamento, nas comunidades indígenas, sobre o interesse dos jovens para o resgate do artesanato e valorização do artesanato já existente	-	Livre	Livre
Conteúdo programático:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento de dados dos jovens na aldeia; ▪ Identificação das pessoas que ainda tem o conhecimento do artesanato original; ▪ Conhecer os saberes tradicionais do artesanato; ▪ Palestras sobre a valorização do artesanato já existente, orientadas por indígenas que tem o conhecimento tradicional do artesanato. 		
Material necessário:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diárias do técnico responsável pela a organização do encontro; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado; ▪ Alimentação; ▪ Diárias para uma cozinheira; ▪ Combustível para o deslocamento dos indígenas; ▪ Material didático. 		
Inventário da matéria prima disponível nas TIs para o trabalho artesanal		Livre	Livre
Justificativa:	A floresta oferece uma grande riqueza de matérias primas muitas delas pouco conhecidas. Entretanto, o artesanato hoje torna-se preso a um pequeno		

OFICINAS	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
			circulo de atividades, ficando repetitivo e sem originalidade. Conhecer o que a floresta tem a oferecer propiciará o surgimento de novas alternativas, favorecendo o surgimento de novas ideias e diversificando os produtos de artesanato.
Conteúdo programático:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inventário da matéria prima utilizada pelos indígenas para fabricação do artesanato nos dias atuais; ▪ Levantamento de outros materiais disponíveis na natureza que não é de conhecimento dos indígenas; ▪ Levantamento e identificação de sementes com potencial para produção de artesanato.
Material necessário:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diárias do técnico responsável pela a organização do encontro; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado; ▪ Alimentação; ▪ Diárias para uma cozinheira; ▪ Combustível para o deslocamento dos indígenas; ▪ Material didático.

c) *Registro das atividades relacionadas ao artesanato*

OFICINAS	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Registro das atividades relacionado ao artesanato		Livre	Livre
Justificativa:			Fazer um registro das realizações é uma forma de valorizar as tradições que muitas vezes são esquecidas com o tempo. Serão arquivos que valorizarão a cultura e os ensinamentos e poderão ser utilizados como forma de artigo e publicações, promovendo e divulgando o artesanato indígena, e fará com que a comunidade de Rondônia valorize o artesanato regional.
Objetivo			Registrar os trabalhos que serão realizados na aldeia, com equipamento de áudio visual e ilha de edição, para a valorização do artesanato regional.
Ações:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição de equipamentos de registro audiovisual e ilha de edição;

OFICINAS	CARGA HORÁRIA	IDADE	PESSOAS POR TURMA
Material necessário:			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização do material em todas as oficinas. ▪ Diárias do técnico responsável pela a organização do encontro; ▪ Deslocamento de ida e volta do técnico; ▪ Compra do material a ser utilizado; ▪ Alimentação; ▪ Diárias para uma cozinheira; ▪ Combustível para o deslocamento dos indígenas; ▪ Material didático; ▪ Câmera fotografia; ▪ Filmadora; ▪ Tripé; ▪ Gravador digital.

11.5.2. Etapas do Programa

O **Programa de Produção e Sustentabilidade** pode ser sistematizado quatro etapas:

1) *Planejamento das atividades a serem desenvolvidas para a implementação do Programa:*

- Planejamento estratégico participativo para desenvolvimento das ações de apoio e desenvolvimento das atividades produtivas e extrativistas (Projeto executivo);
- Organização das demandas dos recursos necessários (humanos e materiais) para implementação do presente Programa do PBA-CI;
- Seleção de recursos humanos indígenas e não-indígenas para execução das ações a serem desenvolvidas;
- Organização de cronograma das atividades a serem implementadas no Programa do PBA-CI (Plano de Ação);
- Organização da infraestrutura de apoio para execução de oficinas, cursos, mutirões, palestras, reuniões e visitas técnicas, entre outras.

2) *Contatos e parcerias para o desenvolvimento das ações dos projetos:*

- Mobilização de grupos focais (atores nas comunidades indígenas, equipe técnica, FUNAI, SAE, etc.);
- Estabelecimento de parcerias com Entidades Públicas e Privadas para atuação nos Programas e Projetos a serem implementados pelo empreendedor (SAE) nas Terras Indígenas;
- Articulação com profissionais convidados para ministrar cursos, oficinas ou outras atividades estabelecidas.

3) *Desenvolvimento do programa propriamente dito:*

- Execução das atividades organizativas inter-relacionadas com os demais programas do Componente indígena (organização de oficinas, cursos de capacitação, mutirões, palestras, visitas técnicas, entre outras);
- Execução das ações de apoio e desenvolvimento de atividades produtivas e de sustentabilidade socioeconômica;
- Execução das ações de apoio à infraestrutura, máquinas e equipamentos agropecuários;
- Avaliação continuada do planejamento inicialmente realizado, assim como das atividades executadas, permitindo ajustes em caso de necessidade. No primeiro ano será a cada três meses, no segundo ano a cada quatro meses, e no terceiro e quarto ano a cada seis meses.

4) *Avaliação de ações implementadas e relatórios de monitoramento:*

- Supervisão e monitoramento permanente pelo responsável técnico do Programa de ações de produção e sustentabilidade desenvolvidas nas TIs com apresentação de relatórios periódicos a serem discutidos em reuniões com lideranças indígenas e em reuniões participativas com a comunidade das duas TIs;
- Elaboração de relatório técnico integrado periódico com avaliação das ações desenvolvidas nas TIs para apresentação ao Conselho Gestor. No primeiro ano a cada quatro meses, no segundo ano a cada seis meses e anualmente no terceiro e quarto ano.

11.5.3. Cronograma de atividades do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade

A implementação do **Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade** inicia-se com a contratação e estruturação da equipe técnica, a serem realizadas em um prazo de 90 dias a partir da aprovação do e assinatura do termo de compromisso pelo empreendedor, FUNAI e comunidades indígenas.

Como atividade inicial será realizado cursos de capacitação e treinamento em agropecuária, agroindustrialização, silvicultura, aquicultura, artesanato e comercialização, com oferta mensal a partir do segundo trimestre até o final do primeiro ano e nos três anos seguintes com oferta semestral. Os cursos enfocam a produção agropecuária e extrativismo vegetal, beneficiamento de produtos agropecuários e extrativistas e técnicas de comercialização da produção agropecuária e artesanato.

Após os primeiros cursos de capacitação e reuniões de discussão, realizado nos primeiros nove meses, serão elaborados os projetos executivos e planos de trabalho para o desenvolvimento de atividades produtivas e extrativistas, que deverão ter o enfoque em projetos que visem agregar valor às atividades produtivas e extrativistas tradicionais já existentes, agroecologia, criação de animais domésticos e silvestres, manejo integrado de pragas e doenças agrícolas, intercâmbio e prática de troca de sementes indígenas entre aldeias e outras TIs e implantação de viveiros de frutíferas nativas, plantas medicinais,

espécies arbóreas nativas, etc., e capacitar as populações indígenas na melhoria de sementes.

Estas atividades produtivas terão acompanhamento até o quarto ano do Programa.

Serão elaborados relatórios mensais de acompanhamento e monitoramento.

As avaliações dos resultados serão semestrais e anuais, sendo a avaliação final após quatro anos do início do Programa.

A seguir é apresentado o cronograma do subprograma de forma gráfica.

11.5.4. Elementos de Custo do Programa de Produção e Sustentabilidade

11.5.4.1. Recursos humanos

A seguir é apresentada a relação da equipe técnica permanente recomendada para a implementação do Programa:

- 1 Coordenador do Programa

Formação: Engenheiro Agrônomo, Florestal, Biólogo, ou áreas afins

Função: Responsável pelo Programa

- 2 Subcoordenadores

Formação: Engenheiro Agrônomo, Florestal, Biólogo, Médico Veterinário, Zootecnista ou áreas afins

Função: Execução do Programa em dois eixos:

- Capacitação agropecuária e artesanato
- Projetos de produção, extrativismo, agroindustrialização e comercialização.

Equipe temporária:

- Profissionais, professores, instrutores e outros;
- Indígenas para participação nas atividades produtivas (diárias);
- Indígenas para cozinha e serviços gerais (diárias).

11.5.4.2. Recursos materiais

A relação completa de recursos materiais necessários para a execução do Programa está condicionada à elaboração dos projetos executivos para as atividades produtivas e agroindustriais, que deverá ser elaborada de forma participativa com os indígenas.

A seguir é apresentada a relação preliminar de materiais e equipamentos agrícolas necessários para a execução do Programa.

Os materiais, máquinas e equipamentos necessários são:

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS	
DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Trator agrícola/florestal, com pá carregadeira	2

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS	
DISCRIMINAÇÃO	QUANT.
Implementos agrícolas (grades, arado, carreta, etc.)	Diversos
Caminhão/caminhonete	3
Equipamentos para casas de farinha	5
Equipamentos diversos para agroindústrias	5
Gasolina (para roçadeira e motosserra)	1.200/ano
Diesel	10.000,00/ano
Pneus (para trator e caminhão/caminhonete)	10
Óleo 2 tempos (para roçadeira e motosserra)	200
Motosserra	5
Roçadeira	5
Insumos em geral (fertilizantes, adubos, calcário, etc.)	Diversos/ano
Ferramentas agrícolas (pá, enxada, terçado, trado, serrote, lima, etc.)	Diversos
Ferramentas diversas (martelo, prego, alicate, chave de fenda, etc.)	Diversos
Sementes e mudas diversas (agrícolas, frutíferas e arbóreas nativas)	Diversos/ano
Matrizes de aves	Diversos/ano
Matrizes de suínos	Diversos/ano
Matrizes de peixes	Diversos/ano
Ração animal (para aves, suínos e peixes)	Diversos/ano
Fundo de manutenção das atividades produtivas nas aldeias*	Diversos/ano
Material de informática (computadores, impressoras, máquinas fotográficas, GPS, etc.)	Diversos
Material de escritório	Diversos

11.5.4.3. Construção civil

Será necessário para a realização das atividades propostas a execução de estruturas físicas para comportar as etapas necessárias ao processo de agroindustrialização dos produtos indígenas.

As obras de construção civil previstas necessárias para a execução do Programa são a construção de 4 (quatro) agroindústrias (uma na aldeia Karitiana Central, uma na aldeia

Candeias, uma na aldeia Juari e uma na TI Karipuna – aldeia Panorama) e a reforma de uma edificação de alvenaria (casa de farinha da aldeia Central).

A seguir é listada a relação de custo das obras de construção civil do subprograma:

DISCRIMINAÇÃO	M ² Aprox.	QUANT.
Instalações de Avicultura	100	4
Instalações de Suinocultura	600	5
Instalações de Piscicultura ⁵	-	-
Instalações de armazenamento de produtos agrícolas	50	3
Instalações de armazenamento de materiais e ferramentas agrícolas	50	3
Instalações para armazenamento de máquinas e equipamentos agrícolas.	200	3

11.5.5. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do presente Programa terão por base os relatórios elaborados pelas equipes de campo e relatórios das atividades que serão elaborados pelos coordenadores do PBA-CI e que serão encaminhados à FUNAI, Ministério Público e Santo Antônio Energia periodicamente, conforme o cronograma apresentado.

Os relatórios serão apresentados e discutidos com os Comitês Gestores Locais e com o Comitê Gestor Geral, de forma a garantir ampla compreensão e participação indígena no andamento do processo.

Os relatórios técnicos deverão ser apresentados em conformidade com a NBR 10719:2009 (ABNT, 2009).

11.5.6. Interação com outros Programas Ambientais

O Programa de Produção e Sustentabilidade possui interação direta com os Programas Indígenas:

- Programa de Proteção Territorial
- Programa de Valorização do conhecimento Tradicional
- Programa de Valorização das práticas indígenas em alimentação e saúde
- Programa de Gestão do PBA-CI

⁵ A viabilidade técnica e ambiental da atividade de piscicultura deverá ser amplamente estudada e discutida com as comunidades indígenas.

11.5.7. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

- Lei 6.001/1973 - Dispõe sobre o Estatuto do Índio;
- Decreto 1.141/1994 - Dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas;
- Decreto 3.799/2001 - Altera dispositivos do Decreto 1.141/1994, que dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas.
- Normativa 01/1995 - Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – Norma que disciplina o ingresso em Terras Indígenas com a finalidade de desenvolver pesquisa.

11.5.8. Articulação institucional

Para a realização do Programa será necessário a formação de articulação entre as associações indígenas Karitiana e Karipuna, o empreendedor e diversas outras instituições públicas e privadas. As principais instituições e atores envolvidos no subprograma são:

- Associações indígenas (Karitiana e Karipuna);
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio;
- SAE - Santo Antônio Energia;
- UNIR – Universidade Federal de Rondônia;
- SEBRAE;
- SENAR;
- EMBRAPA;
- EMATER;
- IDARON;
- SEDAM;
- IBAMA / ICMBio;
- SEMED
- SEDUC
- SESAI
- Demais instituições

11.6. Responsáveis Técnicos pela Elaboração do Programa

A seguir é apresentada a relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Programa Indígena de Produção e Sustentabilidade:

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA
CEUSNEI SIMÃO	Engenheiro Florestal, M.Sc.	CREA PR-67783/D	481408
LILIAN PEREIRA LOBO	Engenheira Agrônoma	CREA RO- 3886/D	

11.7. Referências Bibliográficas do Programa

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRAISLEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719:2009**. Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação. ABNT: Rio de Janeiro, 2009. 9 p.

BENTES-GAMA, M. de M.; LIMA, P. de T. N. A. de; OLIVEIRA, V. B. V. de. **Recursos florestais não madeireiros: experiências e novos rumos em Rondônia**. Porto Velho: Embrapa Rondônia: 2006. 23 p. (Embrapa Rondônia. Documentos, 115).

BRASIL. Lei 11.346/2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: 2006.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira: uma metodologia**. Versão revista e atualizada. Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL. Brasília, DF: 2004.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. **Termo de Referência do Programa de Proteção aos Povos, Terras e Referências/Áreas Indígenas do Complexo Madeira – PPTIM** (UHE Santo Antônio e Jirau). Ministério da Justiça. DPDS. CGGAM. Brasília, DF: 2010.

KANINDÉ. Associação de Defesa Etnoambiental. **Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas**. Porto Velho, RO / Brasília: DF: ACT Brasil. 2007.

LEÃO, A. C. S.; AZANHA, G.; MARETTO, L. C. Estudo Socioeconômico sobre as Terras e Povos Indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHES *Jirau e Santo Antônio*). **Diagnóstico final e avaliação de impactos nas Terras Indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-Wau**. Brasília, DF: 2004.

MEANTE, R. E. X. Projeto **de implantação de Piscicultura na Comunidade Indígena Karipuna**. Projeto Técnico. Porto Velho: 2010.

MESA. Madeira Energia S/A. **Plano Básico Ambiental – PBA**. Aproveitamento Hidroelétrico Santo Antônio. Volume III, Seção 20: Programa de Apoio às Comunidades Indígenas. Porto Velho, RO: 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Roteiro para elaboração de projetos agroindustriais para os territórios rurais. Brasília, 2007. 39 p.

12. Programa de Saúde Indígena

Considerando o trabalho realizado como diagnóstico da situação das Terras Indígenas na área de influência da UHE Santo Antônio, verificou-se que a TI Karitiana, a mais próxima da área de influência direta, distando em linha reta, 47 km do reservatório da UHE de Santo Antônio, constitui-se enquanto um dos pontos mais vulneráveis às pressões antrópicas, bem como alterações culturais em seus regimes lingüístico e xamânico, assim como no acesso aos serviços de saúde pública da região. Não menos vulnerável é a Terra Indígena Karipuna, na qual habitam os últimos representantes desse povo. A população tradicional nestas terras indígenas tem se deparado com as conseqüências negativas do aumento da pressão exercida por agricultores, pecuaristas e garimpeiros, posto que a indução do fluxo migratório extraordinário para a região foi motivado pela abertura de novos postos de trabalho. O aumento na pressão sobre as terras indígenas também tem alterado aspectos culturais da população local (FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005).

O relato das comunidades indígenas que, no cenário no qual se realizaram as avaliações diagnósticas, tornaram-se dados qualitativos, e atestam-se três grandes problemas associados ao empreendimento: (a) morosidade em atendimentos médicos, (b) dificuldade no processo de atendimento e resolutividade em saúde nas unidades hospitalares e ambulatoriais, ambos gerados pela sobrecarga à atual rede assistencial do serviço público de saúde em Porto Velho. Estes fatos geram (c) maiores períodos de permanência fora da aldeia e do convívio familiar, acarretando em risco a saúde individual e coletiva, incluindo desde contágio com doenças transmissíveis e sexualmente transmissíveis como ocorrência de causas externas, sejam violência e acidentes até mesmo maiores possibilidades de acesso a álcool e drogas na cidade. Riscos à saúde também advém da diminuição na organização interna para atividades produtivas, para a manutenção de espaços de uso comunitário, na transmissão de saberes entre indígenas e na reprodução de práticas tradicionais indígenas, que também se constituem em desdobramentos decorrentes da maior permanência dos indígenas fora das aldeias.

O Programa de Saúde Indígena - PBA apresentado a seguir foi elaborado com vistas a mitigar e/ou compensar tais impactos apontados. Os programas e sub programas apresentados constituem-se no resultado de discussões da equipe técnica com indígenas, membros da SAE, gestores e profissionais de saúde local e em diálogo permanente com técnicos que trabalharam no PBA indígena como um todo, além da consulta a referenciais teóricos que subsidiaram análises ao longo do texto.

Este programa de saúde indígena será coordenado por profissional de saúde com experiência em saúde indígena. As ações aqui planejadas estão fortemente ligadas entre si e terão maior efetividade quando executadas com planejamento participativo da DSEI Porto Velho. São órgãos entendidos como colaboradores nesta proposta a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, o Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho, o Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia – CESIR, a Universidade Federal de Rondônia e a Secretaria Estadual de Saúde.

12.1. Subprograma de Infraestrutura Indígena

Para compreender a importância da infraestrutura em saúde indígena deve se observar a realidade sanitária das aldeias indígenas e o fluxo de atenção que se faz necessário quando um doente necessita de atendimento, seja por causa de malária, uso dos serviços de saúde

ou desnutrição e diarreias, por exemplo. O primeiro atendimento ao indígena é realizado na aldeia, através da atuação do Agente Indígena de Saúde - AIS ou de profissionais de saúde que estejam nas aldeias. Não havendo resolatividade em saúde, o encaminhamento ocorre da aldeia para o pólo-base e/ou Casa de Saúde do Índio – CASAI. A ausência de assistência na própria aldeia e estrutura física para atendimento, potencializa este trânsito de indígenas em busca de acesso aos serviços de saúde na cidade, sendo necessária a permanência deste paciente na CASAI, por períodos geralmente longos. A partir daí são classificados os casos e encaminhados para a rede do SUS, seja ambulatorial ou para o serviço hospitalar. Estes atendimentos podem ocorrer tanto na área de abrangência da CASAI quanto ser encaminhada para fora do Estado, devido marcações de exames e consultas especializadas. Outro fator que têm dificultado o acesso dos indígenas ao SUS é o gradativo aumento da demanda na região, causada pela instalação das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio. Neste sentido, há um acréscimo no tempo de permanência dos indígenas na CASAI, longe de suas aldeias e costumes. Deste modo, entende-se ser estratégico um processo de compensação e mitigação que aperfeiçoe a estrutura de atenção a saúde do índio em Porto Velho e entorno, sendo esta a linha conceitual que concebe este programa.

A organização do programa é delineada conforme organograma:



12.1.1. Saneamento e Gestão de Resíduos

12.1.1.1. Introdução e Justificativas

No presente, é amplamente reconhecido que o saneamento, dentre as atividades de saúde pública, constitui um importante meio de prevenir doenças. Segundo a Organização Mundial de Saúde, saneamento é “o controle de todos os fatores de meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito deletério sobre o seu bem-estar físico, mental ou social” (Mota, 1999:405). Assim, o objeto do saneamento é a promoção da saúde do ser humano, bem como a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

Agravos como diarreias, enteroparasitoses, hepatite A e E, dermatofitoses e a presença de ectoparasitas podem proliferar e se manter devido à falta ou inadequação de medidas de saneamento. Dentre os fatores que contribuem para uma maior incidência ou prevalência dessas doenças encontram-se a baixa disponibilidade de água potável, seu fornecimento com qualidade indevida, a inadequada disposição dos dejetos e um inadequado destino dos resíduos. Os investimentos em saneamento possibilitam a redução, por exemplo, da morbidade infantil por diarreia, desnutrição, parasitoses intestinais, doenças oculares e doenças da pele, entre outras.

O esgotamento sanitário é aquele que apresenta o mais longo caminho a ser percorrido dentre as condições de saneamento, a fim de se atingir um nível adequado que possa garantir melhorias nas condições de moradia e saúde da população, bem como preservar a qualidade do meio ambiente. Ainda que ações de construção sejam executadas sempre haverá novas demandas e a população indígena vem experimentando relativo padrão de crescimento. Considerando ainda a reduzida compreensão das particularidades da população indígena brasileira sobre seu comportamento e seus hábitos sanitários e a associação destes com seu estado e sua dinâmica de saúde, devem ser instituídas medidas de estrutura e monitoramento relacionadas à saúde ambiental. Na persistência das precárias condições de infra-estrutura domiciliar e de saneamento básico hoje existente, haverá uma manutenção na ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias, atingindo especialmente a população infantil.

Ao considerarmos o quadro constante de diminuição dos recursos locais, tendo como índice a significativa inserção de produtos industrializados aos hábitos indígenas de consumo, resíduos se acumulam com rapidez. A falta de gestão adequada destes causa riscos à saúde dos indígenas e contamina os ambientes das unidades familiares, assim como os ambientes de uso ampliado, como terreiros, igarapés e pátios. Também, a criação de porcos e galinhas, priorizados para manutenção no consumo de alimentos protéicos, gera contaminação ambiental, poluição das águas e disseminação de parasitoses, pois ao se constituir uma atividade de produção alimentar pouco apreendida pelos indígenas, estes necessitam de acompanhamento técnico.

Um desdobramento das freqüentes saídas de pessoas da aldeia, sobretudo, homens em idade produtiva, acarreta na diminuição de atividades realizadas coletivamente, como limpeza de terrenos, coleta de lixo e manutenção de espaços comunitários, piorando a situação de saneamento. Estes eventos colocam em risco um elemento fundamental aos povos indígenas, que são as práticas e relações sociais avaliadas pelo grupo como positivas e imprescindíveis à manutenção das relações de parentesco e comensalidade.

No cenário dos impactos sócio-ambientais que se acumulam e ocorrem concomitantemente, as aldeias passam a ter mais visibilidade e, atualmente recebem um assédio maior de forâneos para pesquisas, atividades profissionais, obras, cursos e/ou reuniões. Estes levam às aldeias hábitos e produtos estrangeiros à lógica aldeã, que além de interferirem na vida social indígena, sobrecarregam estruturas já precárias de saneamento e instalações físicas. Portanto, se faz necessário além da melhoria do sistema de gestão de resíduos e esgotamento sanitário nas aldeias, a implantação de um sistema de abastecimento de água que atenda a essa nova demanda de atividades nas aldeias e que, sobretudo, atenda aos indígenas, visto que o consumo de água potável é inerente à garantia da saúde.

As idas até a cidade foram aumentadas depois da implantação do empreendimento, em que houve melhoria das estradas, aumento no número de veículos entre os moradores, mais dinheiro circulante além de novas atividades que passaram a estar inseridas na dinâmica social. A própria usina foi considerada um chamariz, pois indígenas trabalhavam na obra ou vislumbravam novas oportunidades de emprego. Além disso, a demora no diagnóstico em saúde e tratamento de doenças também faz com que os indígenas permaneçam mais tempo na cidade, sobrecarregando estruturas como a CASAI e a Casa de Apoio da FUNAI. A precária estrutura sanitária da Casa de Apoio da FUNAI tem sido a cada dia agravada, aumentando a exposição a doenças transmissíveis, infecciosas e parasitárias, causando danos à saúde dos indígenas e aumentando a possibilidade de disseminação de agravos para dentro das aldeias. A adequação da estrutura sanitária da Casa de Apoio da FUNAI visa corroborar para a efetividade das demais ações de vigilância em saúde previstas neste PBA.

Elemento vital neste processo é o Agente Indígena de Saneamento (AISAN). O AISAN está ausente nas aldeias de Joari, Candeias, e nos Karipuna, na aldeia Panorama. Sua contratação faz-se necessária devido a presença de sistemas de abastecimento de água, a crescente necessidade de ações de remoção de resíduos e a presença de obras que serão realizadas nas aldeias. Mesmo quando presente, como no caso da aldeia Central, há grande desestímulo diante da falta de instrumentalização técnica apropriada, significativa demanda de serviços referentes ao acúmulo de lixo gerado e falta de recursos materiais e tecnologia para o desenvolvimento de suas atividades. Neste contexto justifica-se a implantação de um programa de saneamento básico.

12.1.1.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Promover melhorias significativas na área de saneamento, tornando o ambiente intra e peri-aldeia mais adequado à permanência de população humana. Proporcionar condições de higiene e saúde ambiental que favoreçam a redução gradativa de agravos em saúde e redução da presença de vetores.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
Perfurar poço artesiano e construir sistema de abastecimento de água nas aldeias Joari e Bom Samaritano, instalar rede de distribuição de água em todas as aldeias e retificar malha já existente	Expandir rede de água potável e disponível aos domicílios aldeados.	Diminuição expressiva na ocorrência diarréia e distúrbios de veiculação hídrica
Construir módulos sanitários de alvenaria, em substituição ao de madeira e fossa negra, nas aldeias Bom Samaritano e Joari e ampliar esta estrutura na aldeia Central, Candeias e Panorama.	Expandir rede de esgoto e adequar o destino de resíduos líquidos em todas as aldeias, incentivando o uso e manutenção dos módulos sanitários.	A totalidade das famílias indígenas com acesso aos módulos sanitários de alvenaria.
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos no espaço aldeado de todas as aldeias.	Dar suporte às ações de coleta e destino adequado dos resíduos sólidos nas aldeias.	Redução dos resíduos dispersos nas aldeias. Diminuição dos focos de contaminação ambiental e a presença de insetos e vetores. Menor risco de acidentes por animais peçonhentos e por resíduos perfuro cortantes.
Articular com SEMA retirada periódica de resíduos recicláveis das aldeias e articular programa de gestão local de resíduos sólidos.	Retirar periodicamente das aldeias os resíduos recicláveis e conferir destino adequado aos demais resíduos sólidos.	Redução da incidência de diarréia, distúrbios gastrointestinais, enteroparasitoses e doenças transmissíveis por vetores. Valor gerado na venda para

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
		reciclagem de resíduos sólidos.
Readequar a estrutura sanitária da Casa de Apoio da FUNAI	Garantir adequada estrutura sanitária na Casa de Apoio da FUNAI	Redução na contaminação do ambiente e na transmissão de doenças entre indígenas que freqüentam a Casa de Apoio da FUNAI

12.1.1.3. Metodologia

A) Água e Esgoto

Será consultado o Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI de Porto Velho devido à necessidade de adequação técnica operacional das obras a serem edificadas para adequação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O DSEI deverá disponibilizar os projetos e planilhas de execução, quando houver, para aquisição de materiais e discriminação da estrutura e dependências necessárias às obras. As aldeias Joari e Bom Samaritano dependem em caráter emergencial da perfuração de poço artesiano e construção de rede de abastecimento de água. Portanto, pretende-se através de contratação de mão de obra em engenharia a adequação destas estruturas à realidade das aldeias. Também haverá a construção de módulos sanitários em alvenaria a partir de um dimensionamento prévio junto a SESANI e em discussão permanente com as lideranças indígenas e empreendedor. Pretende-se com estas ações expandir a rede de fossas sépticas e propor uma remodelagem sanitária, removendo “banheiros” de vala negra e outros pontos de uso, e provendo as aldeias de melhor estrutura sanitária com a expansão desta rede. Portanto, se faz necessária a contratação de empresa de engenharia para adequação destas estruturas a realidade das aldeias. Ressalta-se que, mesmo diante da realização do diagnóstico, ainda não se tornou possível definir a localização nem quantificar o número de módulos sanitários necessários em cada aldeia. Para isso, deve-se prever a realização de reuniões entre as diferentes instâncias, tendo em vista uma possível adequação entre a demanda dos indígenas e a posição da SESANI e o empreendedor. Isso porque em todas as aldeias indígenas almejam a construção de banheiros por família, em contraposição ao modelo já existente de módulos sanitários coletivos, cuja manutenção não tem sido adequada ao coletivo. Independente da decisão pela implantação de sanitários coletivos ou familiares, ações educativas voltadas para indígenas e AISAN estão previstas em processos formativos em saúde.

A rede elétrica domiciliar, de iluminação Peridomicílio e dos espaços de uso comum também precisam ser expandidas. Nas aldeias Bom Samaritano, Joari, Candeias e Panorama a instalação desta rede é importante devido a inexistência de energia elétrica contínua. Nas demais aldeias serão extensão da rede, quando possível. Ressalta-se, entretanto, que esta é uma responsabilidade do Estado através da empresa prestadora de serviços a ELETROBRAS. Vislumbra-se a necessidade de comunicação entre esta companhia e empreendedor, visto que a rede de energia elétrica hoje se faz imprescindível para qualidade de vida dos indígenas e, se fará necessária em decorrência da execução das obras nas aldeias, assim como em futuras edificações, como espaços multiuso, Postos de Saúde,

unidades de beneficiamento de alimentos, cozinhas comunitárias, módulos sanitários, galinheiros, entre outros.

B) Gestão de Resíduos

Inicialmente será realizado um levantamento em cada uma das aldeias da quantidade de pontos de coleta necessários a atender a demanda de resíduos sólidos produzido nos domicílios e espaços de uso comum. Estes pontos deverão ser instalados e devidamente identificados no intuito de proporcionar à população uma sistemática e consciente destinação dos diferentes tipos de resíduos: papéis, plásticos, metais, químicos, eletrônicos e similares, objetivando, em um segundo momento, atividade de remoção e venda para reciclagem. Para tanto serão adquiridas ferramentas básicas para o serviço de manejo dos resíduos coletados. Torna-se necessário instituir um fundo de recursos para incentivo a manutenção periódica do serviço de retirada destes resíduos no primeiro ano de execução do projeto. As associações indígenas irão articular com a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA a remoção dos resíduos sólidos recicláveis e auxílio no planejamento da gestão local dos resíduos sólidos não recicláveis, entendendo ser necessária a participação da comunidade indígena, através de seus representantes, como os Agentes Indígenas de Saneamento - AISAN e as próprias Associações Indígenas Karipuna e Karitiana, em todas as etapas. Este programa deve estar articulado com o Sub Programa de Processos Formativos em Saúde, a fim de integrar as ações de melhoria da infra-estrutura de saneamento com as ações continuadas de educação em saúde e meio ambiente.

C) Readequação Sanitária FUNAI

Ir-se-á adequar a situação sanitária da Casa de apoio da FUNAI de Porto Velho, promovendo obras de melhoria da infra estrutura em saneamento. Deverá ser contratada mão de obra em engenharia e construção para execução das obras. Vale mencionar que esta ação contribuirá para qualidade de vida não só dos Karitiana e Karipuna, mas também para indivíduos de outras etnias. Todos estes indivíduos indígenas que por vezes lá freqüentam estão expostos ao adoecimento devido a falta de condição adequada de estrutura sanitária. As ações educativas com indígenas durante os processos formativos devem prever oficinas de higiene e saúde, a fim de colaborar para a manutenção de hábitos e dinâmicas que garantam a limpeza e adequação sanitária desse espaço.

12.1.1.4. Elementos de Custo

A) Água, Esgoto

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Empresa engenharia/DSEI Porto Velho	-	Poço artesiano e sistema de abastecimento de água na aldeia Joari e Bom Samaritano. Rede de distribuição de água em todas as aldeias e retificar malha já existente.

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Empresa engenharia Consultar SESANI-DSEI		Módulos sanitários de alvenaria nas aldeias Bom Samaritano e Joari, e ampliar esta estrutura na aldeia Central, Candeias e Panorama

B) Gestão de resíduos

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Mão de obra para instalação de estrutura de coleta seletiva de resíduos	Materiais para ações de saneamento (carrinho de mão, ancinho, pá, enxada, picareta, cavadeira, caixa de adesivo plástico para encanamento, vedante para tubulação de PVC, caixa de torneiras, caixa de ferramentas completa, capinadeira motorizada).	Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos recicláveis no espaço aldeado.

C) Readequação Sanitária FUNAI

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Empresa de Engenharia		Casa de Apoio da FUNAI Porto Velho

12.1.1.5. Cronograma por ordem de prioridade

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Perfurar poço artesiano e construir sistema de abastecimento de água nas aldeias Joari e Bom Samaritano																
Instalar rede de distribuição de água em todas as aldeias e retificar a malha já existente																
Construir módulos sanitários de alvenaria nas aldeias Bom Samaritano e Joari e adequar esta estrutura na aldeia Central, Candeias e Panorama																

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos na aldeia Joari			Alto	Alto												
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos na aldeia Panorama			Alto	Alto												
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos na aldeia Candeias			Alto	Alto												
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos na aldeia Bom Samaritano			Alto	Alto												
Instalar pontos de alocação seletiva de resíduos sólidos na aldeia Central			Alto	Alto												
Articular retirada periódica de resíduos (SEMA)			Médio	Médio												
Readequação da estrutura sanitária da Casa de Apoio da FUNAI (FUNAI)			Médio	Médio												
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.1.1.6. Articulação Institucional

Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Velho - SEMAS; Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental – SESANI, Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena – DSEI Porto Velho Saneamento Ambiental – SESANI – DSEI.

12.1.1.7. Interação com Outros Programas Ambientais

Sub-programa de Processos Formativos em Saúde; Programa de Produção e Sustentabilidade. Plano Básico Ambiental Componente Indígena UHE Jirau.

12.1.1.8. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Portaria 479/2001 da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) - Estabelece as diretrizes para a elaboração de projetos de estabelecimento de saúde, de abastecimento de água, melhorias sanitárias e esgotamento sanitário, em áreas indígenas.

Resolução CONAMA 357/05. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

Resolução CONAMA 344/04. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

Lei nº 5.318, de 26/9/1967 . Institui a Política Nacional de Saneamento e cria o Conselho Nacional de saneamento

Lei nº 6.398, de 31/8/1981 . Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental

Portaria Ministerial nº 53, de 1º/3/1979 . Estabelece as normas aos projetos específicos de tratamento e disposição de resíduos sólidos, bem como a fiscalização de sua implantação, operação e manutenção

12.1.1.9. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ ANTROPOLOGIA SOCIAL	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	CI 12212148-8

12.1.1.10. Referências Bibliográficas

HELLER, L., MÖLLER, L. M. Saneamento e saúde pública. In: BARROS, R. T. V.; CHERNICHARO, C. A. L.; HELLER, L.; von SPERLING, M. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, v.2, p.51-61, 1995.

MOTA, S. Saneamento. In: ROUQUAYROL, M. Z., ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. Rio de Janeiro: MEDSI Editora Médica e Científica Ltda; p. 405-29. 1999.

PENA, João Luiz and HELLER, Léo. Saneamento e saúde indígena: uma avaliação na população Xakriabá, Minas Gerais. Eng. Sanit. Ambient. [online]. 2008, vol.13, n.1, pp. 63-72. ISSN 1413-4152.

TISS, C., HERNANDES, I. C. Atendimento na Cidade versus Atendimento em Área - Um estudo entre os Kulina nas terras indígenas do Médio Juruá e Cacau/Amazonas/Brasil. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.comin.org.br/pub_pesquisas.php.

12.1.2. Adequação de Infraestrutura em Saúde

12.1.2.1. Introdução e Justificativas

De acordo com o Relatório de Gestão do DSEI Porto Velho, 2010 as principais dificuldades atuais para a execução dos serviços de saúde são questões relacionadas ao acesso geográfico, sazonalidade (período das chuvas e vazantes), redução gradativa de teto orçamentário, infraestrutura para execução de ações de saúde insuficientes, falta de manutenção dos equipamentos e veículos, frota de transporte insuficiente, falta de materiais e insumos para realização de alguns programas (SISVAN, DSTs e Hepatites, Malária), alta rotatividade e carência de profissionais.

Foi identificada durante a fase de diagnóstico nas Terras Indígenas a necessidade de aparelhamento e construção de locais para atendimento e realização das ações de saúde nas aldeias, como farmácia e posto de saúde. Em tempos onde se espera uma sobrecarga de doenças já endêmicas na região por conta da instalação das UHEs e entendendo ser necessário dar suporte ao serviço de saúde indígena para maior capacidade deste em atender a população com eficiência e maior capacidade resolutiva, principalmente dentro da terra indígena e nas estruturas adjacentes como a Casa de Saúde do Índio de Porto Velho - CASAI, é fundamental o aperfeiçoamento dos serviços de atenção básica em saúde. Vale lembrar que a CASAI é uma unidade de apoio ao serviço de saúde indígena, sendo referência para os encaminhamentos da região, o que faz dela ponto de convergência de toda população indígena do Estado de Rondônia, parte sul do Estado do Amazonas e Acre e parte norte do Estado do Mato Grosso. Esta área esta habitada por aproximadamente 49 povos de diferentes culturas, etnias e em níveis variados de contato com a sociedade nacional, totalizando uma população de aproximadamente 11.000 indígenas, distribuídos em mais de 140 aldeias (SIASI, 2010).

A adequação da infraestrutura em saúde é elemento estratégico ao empreendedor, quando este visualiza a possibilidade de reduzir ou compensar as novas demandas de assistência aos serviços de saúde e, a maior necessidade da utilização destes, tendo em vista também a ausência de incremento orçamentário por parte do governo federal nos órgãos locais e regionais de assistência em saúde.

Contribui assim com a estratégia de monitoramento da situação de saúde das comunidades indígenas. No intuito de promover a Atenção Básica à Saúde, entendendo ser esta um conjunto de ações em saúde, promoverá a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação e que, se desenvolve através do exercício de práticas gerenciais e sanitárias, democráticas e

participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas às populações de territórios bem delimitados, pelas quais assumem responsabilidade. Deste modo, propiciará o uso de tecnologias que devem resolver os problemas de saúde das populações (de maior frequência e relevância). Porém, a ausência de estrutura física para execução de ações em saúde em algumas aldeias contribui negativamente para a operacionalização do setor saúde e comprometimento da qualidade da assistência em saúde indígena. O déficit de material assistencial em saúde mostrou-se seriamente comprometedor com ênfase nas atividades de diagnóstico e saúde bucal.

O Posto de Saúde construído pela SAE na aldeia Central carece de readequação física e estrutura mínima para atendimento (insumos, materiais e equipamentos). Não há postos de saúde nas aldeias Joari e Candeias. Não existe transporte exclusivo para profissionais de saúde em nenhuma das aldeias, pois os veículos doados pela SAE, embora acordados que deveriam estar disponíveis para a saúde, são utilizados para amplas funções além da assistência à saúde, demandadas a partir da maior necessidade de idas à cidade.

Com o aumento da população, os serviços de saúde na cidade de Porto Velho estão sobrecarregados e por isso as vagas para atender os indígenas são poucas, além da dificuldade de locomoção no trânsito congestionado. Isso faz com que haja demora no diagnóstico e tratamento dos indígenas, que permanecem mais tempo na cidade, aumentando a exposição à doenças e sobrecarregando espaços como o alojamento da FUNAI e a Casa de Saúde do Índio.

12.1.2.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Adequar à estrutura física de oferta de serviços de saúde nas aldeias e na CASAI Porto Velho, potencializando a capacidade resolutiva em saúde e subsidiando ações de diagnóstico e tratamento em saúde.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
Adquirir insumos e materiais para unidade de saúde da aldeia Karitiana Joari	Disponer recursos básicos para as demandas em saúde e suporte para as ações do programa de Monitoramento em Saúde	Aumento da oferta de serviços de saúde
Adquirir insumos e materiais para unidade de saúde da aldeia Karitiana Central	Disponer recursos básicos para as demandas em saúde e suporte para as ações do programa de Monitoramento em Saúde	Aumento da oferta de serviços de saúde
Adquirir insumos e materiais para unidade de saúde da aldeia Panorama, na TI Karipuna	Disponer recursos básicos para as demandas em saúde e suporte para as ações do programa de Monitoramento em Saúde	Aumento da oferta de serviços de saúde

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
Adquirir veículos de saúde para a CASAI e polo-base de Porto Velho	Prover deslocamento e transporte de pacientes em tempo hábil	Aumento da oferta de serviços de saúde
Contratar profissionais de saúde a ser selecionado pelo DSEI Porto Velho	Manter recursos humanos em saúde nas TIs por tempo integral	Aumento da oferta de serviços de saúde
Instalar sistema de comunicação via radia nos veículos do pólo-base	Ampliar a cobertura de informação e capacidade de deslocamento da logística de saúde	Tempo gasto com acesso aos serviços
Construir unidades de saúde na aldeia Joari	Expandir as instalações físicas de saúde e acomodar medicamentos, insumos e equipamentos de forma segura, adequada e ambientalmente correta	Aumento da oferta de serviços de saúde
Construir unidades de saúde na aldeia Candeias		
Construir alojamento para os profissionais de saúde na aldeia Joari		
Construir alojamento para os profissionais de saúde na aldeia Candeias		
Ampliar a CASAI de Porto Velho		
Adequar a unidade de saúde da aldeia Central às especificações técnicas em saúde e realizar a reforma das estruturas		

12.1.2.3. Metodologia

A) Extensão de Instalações de Saúde

Para a efetivação das construções previstas, deverá ser contratada mão de obra em engenharia e ser consultado o Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho, devido à necessidade de adequação técnica operacional para os serviços de saúde das instalações a serem edificadas. O DSEI deverá esclarecer através do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental – SESANI, disponibilizando os projetos e planilhas de execução para aquisição de materiais e discriminação da estrutura e dependências necessárias às obras, quando houver. Caberá a SESANI especificar a instalação de dependências e elementos estruturantes nas aldeias, construção de unidades de apoio e alojamento para os servidores da saúde e as adequações estruturantes e operacionais da CASAI Porto Velho.

B) Materiais, Equipamentos e Veículos

Serão necessários a aquisição de insumos, equipamentos assistenciais e a elaboração de um fundo de Farmácia e exames diagnósticos, não cobertos pela rede SUS em Porto Velho. Para tanto deverá ser consultado o Serviço de Recursos Logísticos – SELOG e a Divisão de Atenção à Saúde Indígena – DIASI do DSEI Porto Velho, devendo estes especificar

tecnicamente as informações necessárias para a aquisição dos materiais, equipamentos e veículos.

12.1.2.4. Elementos de Custo

A) Extensão de Instalações de Saúde

RECURSOS HUMANOS	RECURSOS MATERIAIS	CONSTRUÇÃO CIVIL
Mão de Obra em engenharia e arquitetura	SESANI - DSEI	Unidade de Saúde Candeias
		Unidade de Saúde Joari
		Ampliação CASAI Porto Velho
		Adequação Unidade de Saúde aldeia Central
		Farmácia na aldeia Bom Samaritano

B) Materiais, equipamentos e veículos

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Barco	1	Barco tipo voadeira com satisfatória capacidade de carga e motor adequado, equipado com material de primeiros socorros e capota marítima
Ambulância	2	Veículo equipado com suporte avançado de vida e capacidade de deslocamento em terreno acidentado
Veículo de transporte terrestre	1	Veículo tipo VAN com capacidade de transporte de vários passageiros
Construção de Posto de Saúde	2	Construir Unidade de Saúde nas aldeias Joari e Candeias, adquirir equipamento e mobília. – Consultar SESANI - SESAI
Veículo tipo pick-up	1	Veículo com cabine dupla e capacidade de transporte de passageiros satisfatória (5 ou mais passageiros)
Alojamento para profissionais de saúde	2	Construir alojamento nas Aldeias Joari e Candeias e adquirir mobília necessária – SESANI - SESAI
Ampliação da CASAI Porto Velho	1	Construção de novas enfermarias e adequação das dependências, com aquisição de mobília e equipamentos – SESANI - SESAI

Adequar a unidade de saúde da aldeia Central as especificações técnicas em saúde	1	Construção e remodelação das dependências do Posto de Saúde na aldeia Central, aquisição de central de ar e equipamentos e mobília – Consultar SESANI - SESAI
Computador	1	Instalação de sistema de informação e processamento de dados na CASAI de Porto Velho
Impressora Multifuncional	1	Instalação de sistema de informação e processamento de dados na CASAI de Porto Velho
Fundo assistencial em saúde	1	Subsídios para realização de exames diagnósticos não cobertos pelo SUS em RO, aquisição de medicamentos não disponíveis na farmácia – Consultar a DIASI - SESAI

Devido a não efetivação das ações e planos emergenciais denominada Fase 1 pelo Termo de Referência da FUNAI são inseridas neste PBA a proposta elaborada pelo DSEI Porto Velho e detalhada no Termo de Cooperação entre a Santo Antônio Energia e a Fundação Nacional de Saúde as quais serão atendidas durante a execução.

Tabela 12-1 Previsão de Materiais de Saúde para Atendimento nas Aldeias Karitiana e Karipuna

Item	Descrição	Unidade	Qtd
01	Luva para procedimento, Aplicação: para uso hospitalar, Material: em látex natural, Tamanho/ Capacidade: P, Características Adicionais: formato anatômico, ambidestra, resistente à tração, lubrificada com pó bioabsorvível, Unidade de Fornecimento: caixa c/ 100 unidades.	Caixa	50
02	Luva para procedimento, Aplicação: para uso hospitalar Material: em látex natural, Tamanho/Capacidade: M, Características Adicionais: formato anatômico, ambidestra, resistente à tração, lubrificada com pó bioabsorvível, Unidade de Fornecimento: caixa c/ 100 unidades.	Caixa	50
03	Luva para procedimento, Aplicação: para uso hospitalar Material: em látex natural, Tamanho/Capacidade: G, Características Adicionais: formato anatômico, ambidestra, resistente à traça, lubrificada com pó bioabsorvível, Unidade de Fornecimento: caixa c/100 unidades.	Caixa	30
04	Álcool etílico, Tipo: hidratado, Teor Alcoólico: 70,00 % (70,00° GL), Apresentação: líquido – frasco 01 litro.	Frascos	40
05	Caixa de plástico resistente com tampa aba lateral ou similar para facilitar a abertura, atóxico, liso, modelo empilhável. As caixas deverão ser de plástico resistente a produtos químicos (glutaraldeído e hipoclorito de sódio). Capacidade 100 Litros.	Unidades	06

Item	Descrição	Unidade	Qtd
06	Máscara Cirúrgica Descartável com 03 camadas. Eficiência de Filtragem bacteriana superior a 96%. Não alérgico. 100% polipropileno. Sem látex. Sem fibra de vidro. Totalmente atóxica com elásticos para sustentação e clipe de alumínio para ajuste nasal. Caixa com 50 unidades.	Caixas	10
07	Óculos para proteção, transparente Constituído em uma única peça de policarbonato e incolor e fechado dos lados, resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como: fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros.	Unidades	10
08	Bobina de gelo reciclável com capacidade de 1 litro. Constituída por um frasco plástico em polietileno, contendo hidroxietil celulose em concentração comestível, conservante e água (gelo reciclável de gel).	Unidades	100
09	Termômetro de vidro resistente, com coluna de mercúrio ampla e centralizada, escala em graus Celsius graduada de 35 a 42 graus centígrados, embalados individualmente com capa protetora.	Unidades	30
10	Abaixador de língua/espátula de madeira descartável, formato convencional sem rebarbas, com extremidades arredondadas com 14 cm de comprimento, 1,4 cm de largura, 0,2 cm de espessura. Embaladas individualmente com dados de identificação e procedência. Pacotes com no mínimo 100 peças.	Pacotes	20
11	Mascara para proteção contra os bacilos da tuberculose. Contém 99% BFE para partículas de 0,1 microns. Hipoalérgico, fluido resistente e confortável, possui clips nasal que se molda facilmente aos diferentes tamanhos e tipos de rosto, procedência nacional - caixa com 20.	Caixas	10
12	Fita adesiva autoclave, com alta adesividade, embalagem individual, rolo com 19mm x 30mm.	Unidades	10
13	Conjunto composto de máscara plástica para inalação sem rebarbas, adulto em plástico (atóxico), maleável, com adaptação e resistente à desinfecção e esterilização química, acompanha copo plástico de medicamentos, extensão plástica maleável com conector. Embalagem com dados de identificação e procedência.	Unidades	30
14	Conjunto composto de máscara plástica para inalação, sem rebarbas, infantil em plástico (atóxico), maleável, com adaptação e resistente à desinfecção e esterilização química, acompanha copo plástico de medicamentos, extensão plástica maleável com conector. Embalagem com dados de identificação e procedência.	Unidades	30
15	Compressa de gaze hidrófila tamanho 7,5 cm x 7,5 cm, com oito dobras, com no mínimo 13 fios/cm ² , confeccionada em fios de algodão puro,	Pacotes	30

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	sem falhas e/ou fiapos soltos, apresentando perfeita uniformidade entre as dobras, pacote com 500 unidades. Embalagem com dados de identificação e procedência.		
16	Saco para lixo hospitalar, resistente, capacidade 50 litros, embalagem contendo 10 (dez) unidades.	Pacotes	50
17	Algodão hidrófilo, em mantas uniformes, envolvidos em papel embalagem com 250g, (rolo ou pacote)	Pacotes	60
18	Álcool etílico 96% frasco com 1000 ml.	Frascos	50
19	Canetas para identificação de tubetes, coletores e outros.	Unidades	10
20	Rolos de fita adesiva larga de 10 cm.	Unidades	40
21	Rolos de fita adesiva larga de 15 cm.	Unidades	40
22	Grampeador.	Unidades.	05
23	Termômetro a laser. Equipamento de tecnologia de última geração, sendo de grande utilidade para a verificação de temperatura dos imunobiológicos nos volumes (caixas térmicas), recebidos ou expedidos. Tem a forma de uma pistola, com um gatilho que ao ser pressionado aciona o envio de um feixe de raio laser que ao atingir o objetivo é verificada sua temperatura, registra no <i>display</i> digital do aparelho a temperatura real do momento. Para um registro preciso faz-se necessário manter a pressão no gatilho por um tempo mínimo de sete segundos.	Unidades	02
24	Caixa térmica destinada ao transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 05 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 180 litros.	unidades	02
25	Caixa térmica destinada ao transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 05 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 120 litros.	unidades	02
26	Caixa térmica destinada ao transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com	Unidades	03

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 05 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 80 litros.		
27	Caixa térmica destinada ao transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 05 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 60 litros.	Unidades	03
28	Caixa térmica destinada para transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 03 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 30 litros.	Unidades.	05
29	Caixa térmica destinada para transporte e acondicionamento de vacinas. Isolamento térmico em poliuretano de alto impacto, lavável com densidade mínima de 35 kg/m ³ e uma espessura mínima de 03 cm. Características: parte interna na cor branca e externa azul. Tampa articulada com trava, alças laterais de suporte, material atóxico, capacidade interna de 17 litros.	Unidades.	05
30	Kit para papanicolau composto por: 01 espéculo vaginal descartável, tamanho grande; 01 espátula de ayres; 01 escova cervical; 02 luvas de látex; 02 lâmina de vidro com extremidade fosca; 01 caixa porta lâmina, isenta de rebarbas com perfeito acabamento, lubrificado. Embalagem individual, em papel grau cirúrgico com indicador biológico, contendo os dados de identificação e procedência; data de validade; tipo de esterilização; número de lote e registro no ministério da Saúde.	Unidades	150
31	Kit para papanicolau composto por: 01 espéculo vaginal descartável, tamanho médio; 01 espátula de ayres; 01 escova cervical; 02 luvas de látex; 02 lâmina de vidro com extremidade fosca; 01 caixa porta lâmina, isenta de rebarbas com perfeito acabamento, lubrificado. Embalagem individual, em papel grau cirúrgico com indicador biológico, contendo os dados de identificação e procedência; data de validade; tipo de esterilização; número de lote e registro no ministério da Saúde.	Unidades	500
32	Kit para papanicolau composto por: 01 espéculo vaginal descartável, tamanho pequeno; 01 espátula de ayres; 01 escova cervical; 02 luvas; 01 lâmina de vidro com extremidade fosca; 01 caixa porta lâmina, isenta de rebarbas com perfeito acabamento, lubrificado. Embalagem	Unidades	50

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	individual, em papel grau cirúrgico com indicador biológico, contendo os dados de identificação e procedência; data de validade; tipo de esterilização; número de lote e registro no ministério da Saúde.		
33	Lâminas para exame PCCU, com superfície fosca na ponta para a identificação, caixa com 50 unidades.	Caixas	10
34	Fixador para colposcopia/citologia celular frasco com 10 ml, não estéril, spray.	Unidades	20
35	Seringas 5ml e agulhas para coletas.	Unidades	500
36	Garrotes.	Pacotes	06
37	Descartex 13 litros.	Unidades.	60
38	Termômetro de cabo extensor.	Unidades	40
39	Fita adesiva para vedação das caixas térmicas.	Unidades	10
40	Bloodstop	Unidades	500
41	Régua milimetrada p/ leitura PPD	Unidades	15
42	Seringas agulhadas hipodérmicas 1ml	Unidades	500
43	Coletor para escarro	Unidades	1.000
44	Tubo plástico pra acondicionamento de Lâminas	Unidades	80
45	Bico de Bunsen	Unidade	01
46	Otoscópio com 05 espéculos de diferentes medidas e estojo, garantia de 01 ano, engate com sistema de rosca, cabo em metal com capa antiderrapante para melhor empunhadura, com regulagem de intensidade de luz, cabeçote em metal nobre cromado, acondicionado em bolsa próprio de curvim.	Unidades	03
47	Esfigmomanômetro mecânico, tipo aneróide, para medição de pressão arterial em pacientes infantil. Faixa de medição de 0 a 300 mmHg; precisão de +/- 2 mmHg com braçadeira em tecido antialérgico flexível, não elástico e resistente com fecho em metal ou velcro; manguito em borracha sintética ou látex; válvula de controle da saída de ar em metal cromado; pêra para insuflação em borracha sintética ou látex; com válvula unidirecional de bomba de ar.	Unidades	05
48	Esfigmomanômetro mecânico, tipo aneróide, para medição de pressão arterial em pacientes adulto. Faixa de medição de 0 a 300 mmHg;	Unidades	05

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	precisão de +/- 2 mmHg com braçadeira em tecido antialérgico flexível, não elástico e resistente com fecho em metal ou velcro; manguito em borracha sintética ou látex; válvula de controle da saída de ar em metal cromado; pêra para insuflação em borracha sintética ou látex; com válvula unidirecional de bomba de ar.		
49	Estetoscópio duplo tubo na cor azul com sistema dotado de alta sensibilidade para ausculta de sons cardíaco - pulmonares. Cabeçote confeccionado em material em aço cromado resistente. Haste flexível com olivas macias acompanha bolsa em nylon com zíper. Fabricado conforme especificações aprovadas pela Portaria do IMETRO/DIMEL. Registrado na ANVISA/Ministério da Saúde, com garantia de 12 meses.	Unidades	10
50	Sonar portátil para batimentos cardíacos fetais, com garantia de 02 anos, possui alta sensibilidade para ausculta individual ou coletiva, frequência 2,2 Mhz, utiliza o método de ultra-som para transmissão dos batimentos, possibilita a ausculta cardíaco fetal a partir da décima semana, capa de couro sintético, com porta transdutor, saída para fone de ouvido, botão liga/ desliga com ajuste de volume, led indicador de bateria fraca, suporte para cordão (alça) com baterias inclusas. Dimensões: 45 x 85 x 190 mm. Acompanha: 01 fone de ouvido, 01 transdutor para ausculta individual, 01 frasco de gel de contato de 100 ml e um cordão para alça e 04 baterias de 09 v. Garantia de 12 meses.	Unidades	04
51	Aparelho de DVD: _Design slim e moderno; Reproduz multiformatos DVD, DVD-R, DVD-RW (modo vídeo), DVD+R, DVD+RW, CD, CD-R, CD-RW, VCD e SVCD; Reproduz arquivos de fotos com extensão JPEG; Reproduz arquivos MP3 e WMA ; Ez View: permite ajustar as imagens do DVD para o tamanho da tela da TV (16:9) ou (4:3); Opções de legendas, dublagens, ângulo da câmera, zoom em 3 níveis (2x, 4x, normal)- é possível selecionar diferentes maneiras de assistir o filme desde que o disco possua essas opções: Função Bookmark; Instant Replay; Instant Skip; Bloqueio para crianças; Conversor digital / analógico de áudio de 24 bits / 192 kHz ; Voltagem 110-240V .	Unidade	01
52	Câmera digital resolução com no mínimo 4.1 Mega Pixel, com bateria recarregável com NP-BD1 (inclusa). Comunicação USB, com 31 MB interna de memória, sensor: CCD, Flash integrado, monitor LCD 3.0"- Clear Photo Plus, zoom óptico 3x, digital 10x e smart zoom 15x dimensão: 5,9 x 9 x 2cm (LxAxP), contendo carregador de baterias, cabo Av/USB, Software Picture Motion Browser, cordão de mão, capa editora e capa de couro.	Unidades	01
53	Projektor de multimídia com painel LCD de 0.62 –polegada, proteção de lente morizada, ajuste de altura motorizada, ajuste de Keystone automático, APA automático e procura automática de sinal- VPL-CS7	Unidade	01

Item	Descrição	Unidade	Qtd
	equipado com lentes zoom de curta distância focal que abrem 80 polegadas e apenas 2.3m de distância.		
54	Balança Pediátrica	Unidades	03
55	Balança Platafórmica	Unidades	03
56	Régua Antropométrica	Unidades	03
57	Tensiomêtro Digital	Unidades	03
58	Negatoscópio simples	Unidade	01
59	Kit especial saúde da família – semina educativa. Álbum seriado grande planejamento familiar e reprodutivo álbum seriado grande de AIDS álbum seriado grande de DST kit de planejamento familiar modelo pélvico de acrílico pênis de borracha 12 cm moreno com escroto pênis de borracha 15 cm negro sem escroto pênis moreno com uretra e ejaculação sem suporte pênis moreno com suporte, uretra, ejaculação e sêmen artificial quadro de métodos contraceptivos família colchete mini família mini kit fetal modelo pélvico de borracha vulva de silicone modelo uterino para DIU recém nascido pelve feminina em tecido seio de pano branco quadro imantado DVD Planejamento familiar 3 estórias DVD La paloma azul com 3 estórias DVD Realidade não virtual DVD contracepção de emergência seio na prancha moreno seio de silicone mala especial para transporte com rodinha DVD Saiba como utilizar seu material educativo.	Unidade	01

Tabela 12-2 Material para Assistência Odontológica

Item	Descrição	Und	Qtd
01	Ácido Fosforico em gel a 37% + 2% de Digluconato de Clorexidina (seringa com 2,5 ml – Pacote com 3 unidades), uso odontologico, para condicionamento de esmalte. Embalagem plastica, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao e prazo de validade e registro no Ministério da Saude.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Pc	6
02	Agente de união com fluor fotopolimerizável. esmalte/dentina (2 em 1) a base de acetona e água contendo:01 frasco de primer/adensivo (4ml).Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Frs	4
03	Agulha descartável Gengival curta cx com 100 unid – 30 G curta - 22 x 0,3	Cx	4

Item	Descrição	Und	Qtd
	mm (esterilizada por óxido de etileno ou raio gama cobalto, tri biselada e siliconizada)		
04	Agulha descartável Gengival longa cx com 100 unid –27 G x 1" longa (esterilizada por óxido de etileno ou raio gama cobalto, tri biselada e siliconizada)	Cx	6
05	Álcool gel 70% com triclosan 500 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	6
06	Álcool 70, frasco contendo 1 litro com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	6
07	Anestésico odontológico, mepivacaina com vasoconstritor caixa c/ 50 tubetes /1,8ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Cx	4
08	Anestésico odontológico, mepivacaina sem vasoconstritor caixa com 50 tubetes 1,8ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	CX	5
09	Aplicadores para adesivo. Dobram-se facilmente para colocação precisa em áreas de difícil acesso. Pescoço dobrável. Pontas em fibras não absorventes. Tamanho fino de 1.5 mm. Embalagem contendo 100 aplicadores.	Cx	6
10	Broca cirúrgica n° 700	Und	3
11	Broca cirúrgica n° 702 XXL	Und	3
12	Broca Carbide, 245	Und	4
13	Broca diamantada de Granulação Média, Esférica, para Alta Rotação N° 1012– Esterilizada por radiação gama	Und	4
14	Broca diamantada de Granulação Média, Esférica, para Alta Rotação N° 1013– Esterilizada por radiação gama	Und	4

Item	Descrição	Und	Qtd
15	Broca diamantada de Granulação Média, Esférica, para Alta Rotação N° 1014– Esterilizada por radiação gama	Und	4
16	Broca diamantada de Granulação Média, Esférica, para Alta Rotação N° 1016– Esterilizada por radiação gama	Und	4
17	Cápsulas de amálgama – 01 porção, com presa regular, 40% de Prata, 31,3% de Estanho, 28,7% de Cobre – Caixa com 50 cápsulas	Cx	6
18	Cápsula de amálgama– 02 porção, com presa regular, 40% de Prata, 31,3% de Estanho, 28,7% de Cobre – Caixa com 50 cápsulas	Cx	6
19	Cariostático. Vidro contendo 20 ml com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	3
20	Carbono para checar oclusão	Und	3
21	Cimento de hidróxido de cálcio, uso odontológico, , em pasta. Embalagem: conjunto com 02 bisnagas, espátula e bloco de manipulação, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Cjto	3
22	Curativo alveolar. Frasco com 10 g. Fórmula isenta de eugenol, não provoca irritações ao contato com o tecido alveolar. Contém própolis para estimular a cicatrização. É principalmente indicado na prevenção e tratamento pelos estafilococos e estreptococos. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data da entrega.	frasco	4
23	Escova de aço para lavar brocas	Und	2
24	Escova profilática de Robson do tipo plana.	Und	18
25	Eugenol, solução de uso odontológico. Embalados em frascos escurecidos para proteção de luz, com 20 ml e providos de contagotas, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	frasco	2
26	Evidenciador de placa bacteriana pastilha. Embalagem caixa com 60 unidades.com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.Com	Cx	6

Item	Descrição	Und	Qtd
	validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega		
27	Esponja hemostática de colágeno hidrolizado (gelatina) Liofilizada. Embalagem contendo 10 unidades, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega	Cx	3
28	Flúor Gel fosfato acidulado; frasco com 250 ml e validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega	frasc	4
29	Glutaraldeido solução a 2 %,tempo de atividade 28 dias, acompanha ativador químico, frasco de 5,0 L . com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e e validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	6
30	Hidróxido de cálcio P.A.- Frasco com 10 gramas.com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e e validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega –	Und	2
31	Lubrificante spray para instrumentos de alta e baixa rotação – Caixa contendo 01 Frasco com 200ml (143g), 02 bicos lubrificadores e 01 papel absorvente, e validade mínima de cinco anos, contados a partir da data de entrega	Cx	2
32	Roletes de algodão para isolamento relativo de uso odontológico pct. Com 100 Unidades	Pct	12
33	Luva cirúrgica, número 7,0 descartável, estéril, em látex natural, textura uniforme, formato anatômico, com alta sensibilidade táctil, boa elasticidade, resistente a tração, comprimento igual ou superior a 18 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima entre 0,22 a 0,23 mm, acondicionado em involucro interno com dobras para abertura asséptica, conforme padrão hospitalar, com indicação de mão direita e esquerda, número visível no involucro e na luva, embalagem individual, aos pares, em papel grau cirúrgico, abertura em petala, com dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.CX C/ 600 pares		
35	Luva cirúrgica, número 8,5, descartável, estéril, em látex natural, textura uniforme, formato anatômico, com alta sensibilidade táctil, boa elasticidade, resistente a tração, comprimento igual ou superior a 18 cm, lubrificada com pó bioabsorvível, espessura mínima entre 0,22 a 0,23 mm, acondicionado em involucro interno com dobras para abertura aséptica, conforme padrão hospitalar, com indicação de mão direita e esquerda, número visível no involucro e na luva, embalagem individual, aos pares, em papel grau	Cx	1

Item	Descrição	Und	Qtd
	cirúrgico, abertura em petala, com dados de identificação, tipo de esterilização, procedência, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.CX C/ 600 pares		
36	Matriz em aço inox 0,5 mm com 0,5 mt de comprimento	Und	1
37	Matriz em aço inox 0,7 mm com 0,5 mt de comprimento	Und	1
38	Material Restaurador Intermediário pó, composto por 80% de óxido de zinco e 20% de polímeros metacrilato de metila, ultra-fino, coloração marfim, compatível com os tecidos bucais, atóxico e resistente aos fluidos bucais. Embalados em frascos com aproximadamente 38 g, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	2
39	Macro escova. Tamanho: 36 cm	Und	1
40	Macromodelo Evolução da Doença Periodontal vem com 3 modelos demonstrando a Gengiva Lígida, Gengivite e Periodontite. Medidas: 08 x 11 x 08 cm.	Und	1
41	Fantoches para educação e saúde .Contém 06 fantoches modelos: Dente, Escova, Creme Dental, Dentista, Fio Dental e Bactéria, com bolsa para transporte. Tamanho médio 40 cm	Jogo	1
42	Modelo Dentição Mista - Acrílico Transparente :MODELO DENTIÇÃO MISTA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE demonstra uma boca com dentes decíduos, permanentes e germes inclusos, facilitando o entendimento das dentições decídua e permanente	Und	1
43	Macro Maxi Modelo Escovação com arcada superior, arcada inferior, língua e articulador metálico flexível, que permite posicionar na oclusão tipo I, oclusão tipo II, oclusão tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovação dentária, de língua e uso de fio dental. Medidas: 10 x 10;	Und	1
44	Maleta contendo 3 Macromodelos: 01 Macro Maxi Modelo Escovação com arcada superior, arcada inferior, língua e articulador metálico flexível, que permite posicionar na oclusão tipo I, oclusão tipo II, oclusão tipo III e mordida cruzada. Ideal para treinamento de escovação dentária, de língua e uso de fio dental. Macromodelo Doença Periodontal com 3 modelos demonstrando Gengivite, Periodontite e Periodontose, medindo: 08 x 11 x 08 cm cm, Macromodelo Cárie com 4 molares demonstrando dente Hígido, Cárie de Esmalte, Cárie de Dentina e Exposição Pulpar medindo 20 x 09 x 08 cm, Macro Escova medindo 35 cm e Macro Espelho medindo 35 cm.;	Maleta	1

Item	Descrição	Und	Qtd
45	Macro Modelo Evolução da Cárie Descrição - Macro Evolução da Cárie em resina. - Este modelo abre e fecha, para demonstração correta das fases. - Dente sadio; - Cárie de esmalte; - Cárie de dentina; - Endo (Canal). Dimensões - 06 cm de largura - 19 cm de comprimento ;	Und	20
46	Óxido de zinco pó,100% puro, para uso odontológico, com granulometria fina, homogênea. Embalado em frasco leitoso contendo aproximadamente 50 g. trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	2
47	Pó para polimento em amalgama e resina tipo amalgams com 50 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega	Und	1
48	Resina fotopolimerizável condensável na cor A 3 utilizável para dentes posteriores com indicação para restaurações diretas com características mínimas de 100% de zircônia/ sílica, que possua opacidade tanto para esmalte como para dentina com efeito camaleão semelhante ao dente natural cujas características químicas seja no mínima de: BIS-GAMA e TEGDMA , matriz inorgânica Zircônia/sílica 100% e 71% de volume seringa com 4 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	2
49	Resina fotopolimerizável condensável na cor A 2 utilizável para dentes posteriores com indicação para restaurações diretas com características mínimas de 100% de zircônia/ sílica, que possua opacidade tanto para esmalte como para dentina com efeito camaleão semelhante ao dente natural cujas características químicas seja no mínima de: BIS-GAMA e TEGDMA , matriz inorgânica Zircônia/sílica 100% e 71% de volume seringa com 4 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	1
50	Resina fotopolimerizável condensável na cor A 3,5 utilizável para dentes posteriores e anteriores com indicação para restaurações diretas com características mínimas de 100% de zircônia/ sílica, que possua opacidade tanto para esmalte como para dentina com efeito camaleão semelhante ao dente natural cujas características químicas seja no mínima de: BIS-GAMA e TEGDMA , matriz inorgânica Zircônia/sílica 100% e 71% de volume seringa com 4 gramas,com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no	Und	2

Item	Descrição	Und	Qtd
	Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.		
51	Resina fotopolimerizável condensável na cor UD (DENTINA UNIVERSAL) utilizável para dentes posteriores e anteriores com indicação para restaurações diretas com características mínimas de 100% de zircônia/sílica, que possua opacidade tanto para esmalte como para dentina com efeito camaleão semelhante ao dente natural cujas características químicas seja no mínima de: BIS-GAMA e TEGDMA, matriz inorgânica Zircônia/sílica 100% e 71% de volume seringa com 4 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, c/ validade mínima de 2 anos, a partir da data de entrega	Und	2
52	Resina fotopolimerizável condensável na cor B 2 utilizável para dentes posteriores e anteriores com indicação para restaurações diretas com CARACTERÍSTICAS MÍNIMA DE 100% de zircônia/ sílica, que possua opacidade tanto para esmalte como para dentina, com efeito, camaleão semelhante ao dente natural cujas características químicas seja no mínima de :BIS-GAMA e TEGDMA , matriz inorgânica Zircônia/sílica 100% e 71% de volume seringa com 4 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	2
53	Removedor de manchas- tartarite- frasco com 30 ml, Com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega. ..	Und	1
54	Selante de fósulas e fissuras com flúor fotopolimerizavel na branca, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde, com validade mínima de dois anos, contados a partir da data de entrega.	Und	1
55	Tiras de lixa para acabamento e polimento de resina a base de óxido de alumínio com centro neutro, granulação média e fina, com centro neutro, 4mm x 170mm – Caixa com 150 unidades	Cx	3
56	Tira de lixa metálica pacote com 50 tiras	Pcte	6
57	Tiras de poliéster – 10 x 120 x 0,05mm – Pacote com 50 unidades	Pcte	6
58	TRICRESOL FORMALINA. Frasco com 10 ml. Anticéptico, desinfetante para canais radiculares. Composto de formaldeído e O-cresol em partes iguais.	Und	2

Item	Descrição	Und	Qtd
59	Fio de sutura mononylon 3-0 com agulha cortante, caixa com 24 unidades.	Cx.	6
60	Fio de sutura mononylon 4-0 com agulha cortante, caixa com 24 unidades.	Cx.	6
61	Luva de látex para procedimento, punho longo, tamanho pequeno, caixa com 100 unidades.	Cx	2
62	Luva de látex para procedimento, punho longo, tamanho médio, caixa com 100 unidades.	Cx	3
63	Luva de látex para procedimento, punho longo, tamanho grande, caixa com 100 unidades.	Cx	12

Tabela 12-3 Previsão de Medicamentos para Atendimento nas Aldeias Karitiana e Karipuna

Item	Fármaco	Apresentação	Quantidade
1.	Acebrofilina 25mg/5ml	Frasco	50
2.	Acebrofilina 50mg/5ml	Frasco	50
3.	Ácido Acetil Salicílico 100 Mg	Comprimido	500
4.	Ácido Ácetil Salicílico 500 Mg	Comprimido	200
5.	Ácido Ascórbico 500mg	Comprimido	3.000
6.	Ácido Fólico 5 Mg	Comprimido	4.000
7.	Ácido Valpróico 250mg/ml	Frasco	30
8.	Albendazol 10ml	Frasco	180
9.	Albendazol 400mg	Comprimido	450
10.	Amitriptilina 25mg	Comprimido	1.000
11.	Amoxicilina 250mg	Frasco	100
12.	Amoxicilina 500mg	Comprimido	2.800
13.	Benzalcônio+cloridrato de nafazolina +soro fisiológico	Frasco	50

Item	Fármaco	Apresentação	Quantidade
14.	Captopril 25mg	Comprimido	2.000
15.	Carbamazepina 2%	Frasco	100
16.	Carbamazepina 200mg	Comprimido	500
17.	Cefalexina 250mg	Frasco	50
18.	Cefalexina 500mg	Comprimido	1.000
19.	Cetoconazol 200mg	Comprimido	1.000
20.	Cetoconazol creme	Tubo	100
21.	Cloreto de benzalcônio +soro fisiológico . Pediátrico	Frasco	50
22.	Complexo B	Comprimido	2.500
23.	Complexo B gotas	Frasco	60
24.	Deltametrina xampu	Frasco	100
25.	Dexametasona + Neomicina	Tubo	100
26.	Dexametasona 4mg	Comprimido	100
27.	Dexclorfeniramina 2mg	Comprimido	200
28.	Dexclorfeniramina 2mg/ml	Frasco	40
29.	Diazepan 5mg	Comprimido	500
30.	Diclofenaco Potássico 50mg	Comprimido	2.000
31.	Diclofenaco 75mg	Ampola	200
32.	Diclofenaco dietilamônio emugel	Tubo	100
33.	Dimeticona 40mg	Comprimido	1.000
34.	Dimeticona 15ml	Frasco	100
35.	Dipirona Sódica 500mg	Comprimido	1.000
36.	Dipirona Sódica 500mg/ml	Frasco	400

Item	Fármaco	Apresentação	Quantidade
37.	Dobesilato de cálcio+prednisolona+lidocaína	Tubo	30
38.	Eritromicina 250mg	Frasco	50
39.	Eritromicina 500mg	Comprimido	500
40.	Específico pessoa	Frasco	20
41.	Fenobarbital 100mg	Comprimido	500
42.	Fenobarbital 40mg/ml	Frasco	100
43.	Fenoterol 5mg/ml	Frasco	15
44.	Fluconazol 150mg	Comprimido	100
45.	Furosida 40 Mg	Comprimido	1.200
46.	Glibenclamida 5 Mg	Comprimido	2.00
47.	Hidroclorotiazida 25 Mg	Comprimido	1.200
48.	Hidróxido de Alumínio +Magnésio+dimeticona	Frasco	300
49.	Ibuprofeno 100 Mg/5ML	Frasco	50
50.	Ibuprofeno 200 Mg	Comprimido	500
51.	Ipratrópio 0.25mg/ml	Frasco	15
52.	Ivermectina 6 Mg	Comprimido	200
53.	Loratadina 10 Mg	Comprimido	200
54.	Mebendazol 20mg/ml	Frasco	100
55.	Medroxiprogesterona 150mg	Ampola	50
56.	Metenamina+ cloreto de metiltionínio 120/20mg	Comprimido	1.400
57.	Metformina 850 Mg	Comprimido	100
58.	Metildopa 250 Mg	Comprimido	300

Item	Fármaco	Apresentação	Quantidade
59.	Metildopa 500 Mg	Comprimido	300
60.	Metoclopramida 10mg	Comprimido	1.000
61.	Metoclopramida 10mg/2ml	Ampola	100
62.	Metoclopramida 4mg/21gts	Frasco	100
63.	Metronidazol250mg +Nistatina 100.00UI vaginal	Tubo	100
64.	Metronidazol 250 Mg	Comprimido	4.000
65.	Metronidazol 80mg/ml	Frasco	60
66.	N-Butilescopolamina + dipirona	Frasco	100
67.	N-Butilescopolamina 10mg + dipirona 250mg	Comprimido	1.000
68.	N-Butilescopolamina 20mg+ dipirona 2.500mg/5ml	Ampola	100
69.	Nimesulida 100mg	Comprimido	2.000
70.	Nimesulida 50mg/ml	Frasco	250
71.	Nistatina 100.000UI/ml	Frasco	50
72.	Noretisterona 0,35mg	Comprimido	4.830
73.	Norfloxacina 400mg	Comprimido	700
74.	Paracetamol 200mg/ml	Frasco	400
75.	Paracetamol 500mg	Comprimido	1.000
76.	Pergamanato de Potássio 100mg	Comprimido	200
77.	Polimixina B+Neomicina+dexametazona	Frasco	50
78.	Polimixina B+Neomicina+Hidrocortizona	Frasco	50
79.	Predinisona 20mg	Comprimido	200
80.	Ranitidina 150mg	Comprimido	500

Item	Fármaco	Apresentação	Quantidade
81.	Ranitidina 15mg/ml	Frasco	100
82.	Reidratante oral	Envelope	1.000
83.	Rifamicina spray	Frasco	50
84.	Saccharomyces Cerevisiae adulto	Flaconete	400
85.	Saccharomyces Cerevisiae pediátrico	Flaconete	600
86.	Secnidazol 450mg/ml	Frasco	50
87.	Secnidazol 500mg	Comprimido	200
88.	Sulfa + Trimetoprima 200/40mg/5ml	Frasco	50
89.	Sulfa+Trimetoprima 400/80mg	Comprimido	300
90.	Sulfadiazina de Prata creme	Pote	05
91.	Sulfato Ferroso 25mg	Frasco	100
92.	Sulfato Ferroso 40mg	Comprimido	4.000
93.	Tiabendazol 500mg	Comprimido	200
94.	Vitaminas A + D pomada	Tubo	100

Tabela 12-4 Equipe Técnica Solicitada e Atividades a Serem Desenvolvidas

Equipe de Saúde	Principais atividades a serem realizadas, propostas pelo DSEI (em consonância aos programas preconizados pelo Ministério da Saúde), Comunidades Indígenas e Equipe Técnica.
01 Clínico Geral	1- Atendimento e acompanhamento clínico, referência e contra referência dos indígenas nas Aldeias Karitianas e Karipunás
01 Enfermeiro/ Aldeia	2-Intensificação das ações de controle da malária com a utilização dos Kits de Testes rápidos-IMUNOTESTE;
03 Técnicos de Enfermagem /Aldeias	3- Implementação do Programa de DST/HIV/AIDS e hepatites virais;
	4-Intensificação das ações de imunização nas áreas indígenas

Equipe de Saúde	Principais atividades a serem realizadas, propostas pelo DSEI (em consonância aos programas preconizados pelo Ministério da Saúde), Comunidades Indígenas e Equipe Técnica.
05 AIS(Agentes Indígenas de Saúde)	5-Implementação do modelo de atenção integral à saúde da mulher e da criança
05 AISAN (Agentes Indígenas de Sanamento)	6- Saneamento primário das aldeias
03 Motoristas	7-Acompanhamento de doenças crônico-degenerativas
	8-Coleta de sangue, fezes e urina para exames laboratoriais de toda a população;
	9- Identificação de fontes e coletas de amostras para análise da água e Elaboração de medidas preventivas;
	10- Coleta para exames preventivos do câncer PAPANICOLAU
	11-Implementação da Vigilância Alimentar e Nutricional;
	12-Palestras sobre medidas preventivas da malária com entrega dos mosquiteiros impregnados de longa duração;
	13- Palestras sobre saúde da mulher, doenças infecto- contagiosas, DST e AIDS.
	14-Palestras sobre álcool e drogas e discutir medidas preventivas com as comunidades, AIS, AISAN e microscopistas;
	15-Palestras sobre tuberculose
	16-Palestras sobre verminoses e prevenção e prevenção nas aldeias
	17-Estudo da situação de manejo dos resíduos sólidos;
	18-Levantamento de equipamentos médicos e farmacêuticos necessários para equipar as unidades de saúde nas aldeias a serem construídos na segunda fase.
	19-Sistematização dos dados e apresentação de relatório de diagnóstico e plano de ação de medidas preventivas para água e destino dos resíduos sólidos.
II Equipe Odontologia	Atendimento Básico

Equipe de Saúde	Principais atividades a serem realizadas, propostas pelo DSEI (em consonância aos programas preconizados pelo Ministério da Saúde), Comunidades Indígenas e Equipe Técnica.
01 Odontólogo	1-Aumento de resolutividade e cobertura das ações coletivas de saúde bucal;
01 Técnico de Higiene Dental	2-Avaliação bucal de toda a população
01 Auxiliar de Consultório Dentista	3-Palestras sobre higiene bucal, pelo técnico de higiene dental, com aplicação de flúor e levantamento de total de escovas e cremes dentais a serem adquiridos e distribuídos nas aldeias;
	4-Levantamento de Equipamentos e insumos odontológicos;
III-Equipe Veterinária	Controle e prevenção de doenças de animais domésticos
Clínica veterinária (Credenciada)	<p>1-Tratamento veterinário (diagnóstico, medicação vacinação) da população de animais domésticos</p> <p>2-Palestras sobre cuidado e prevenção de doenças com animais domésticos, e levantamento da população canina e outros animais e criação doméstica.</p> <p>3-Levantamento de dados da situação para elaborar um plano de medidas de controle da população de morcego, carrapatos e de doenças que atingem a criação de animais domésticos.</p>
IV Equipe técnica a ser disponibilizada para o DSEI	Apoio ao DSEI: DSEI/CDSI/CASAI
01 Enfermeiro (Gerente Técnico)	1- Coordenar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas Equipes
01 Enfermeiro/ Casai	2- Atendimento das demandas de saúde advindas das aldeias para a CASAI;
01 Assistente Social	3-Atendimento e auxílio para solucionar problemas indígenas;
01 chefe de logística	4-Direção e administração das atividades de saúde realizadas pela CASAI;
03 Assistentes	5- Organizar os serviços administrativos dos técnicos responsáveis

Equipe de Saúde	Principais atividades a serem realizadas, propostas pelo DSEI (em consonância aos programas preconizados pelo Ministério da Saúde), Comunidades Indígenas e Equipe Técnica.
Técnicos	pelas ações de complementaridade das ações
01 Técnico do SIASI	6- Sistematização e avaliação das informações
01 Técnico de enfermagem /CASAI	7- Implementação, controle, e avaliação da saúde da mulher e da criança, controle de tuberculose, DST/AIDS, acompanhamento das doenças crônicas degenerativas
03 Agente de endemias	8- Controle e acompanhamento das atividades de controle da malária nas Aldeias
03 Microscopistas	9- Coletas de lâminas, análise e tratamento da malária
01 Aux. de Infra Estrutura	10- Manutenção da estrutura física, pequenos reparos de hidráulica e elétrica (CASAI e nas Aldeias)
01 Assist. Técnico aos Serviços de Engenharia	11- Organização dos serviços para realização do monitoramento e controle da qualidade da água e implementação das ações preventivas e/ou corretivas das condições sanitárias existentes nas Aldeias, alimentação dos sistemas de abastecimento.
03 Assessores Indígenas	12-Acompanhamento e monitoramento das ações de saúde realizadas pelo DSEI

Item	Profissionais	Quant.	Área Atuação
01	Assessor Indígena	03	CDSI /Casai
01	Assistente Técnico	03	DSEI /Cont.Social
02	Enfermeiros – 1 Ger. Técnico (DSEI) 1 Casai 1 Aldeia	03	DSEI /Aldeia
03	Odontólogo	01	Aldeia /Área
04	Chefe de Logística- CASAI	01	Casai

Item	Profissionais	Quant.	Área Atuação
05	Técnico do SIASI	01	DSEI
06	Assist. Técnico aos Serv. Engenharia	01	SESANI
07	Assistente Social	01	Casai
08	Agente de Endemias	03	Aldeia/Casai
09	Auxiliar de Infra Estrutura	01	Casai/Aldeia
10	Microscopista	03	Aldeias
11	Técnicos de Enfermagem	04	Aldeia/ Casai
12	Técnico em Higiene Dental	01	Adeia
13	Motoristas	03	Casai/Aldeia
14	Ag. Indígena de Saúde - AIS	04	Aldeia
15	Ag. Indígena de Saneamento- AISAN	05	Aldeia
16	Médico	01	Aldeia/Área
17	Auxiliar de Consultório de Dentista	01	Aldeia

Tabela 12-5 Equipamentos de Deslocamento Fluvial

Item	DESCRIÇÃO	Qtd/Unid
01	Barco alumínio, material casco de alumínio, comprimento aproximado de 7,0m, boca 1,30m chapa de 2mm, estrado de alumínio	01
02	Barco alumínio, material casco de alumínio, comprimento aproximado de 5,0m, boca 1,30m chapa de 2mm, estrado de alumínio	01
03	Motor de popa Yamaha 25 HP , aplicação barco alumínio, características adicionais válvulas automáticas descompressão, refrigerado, 2 marchas, 2 cilindros, cap. Tanque mínima 25, tipo motor 2 tempos, vel. 4.500 a 5.800	01

04	Motor de popa Yamaha 40HP aplicação barco alumínio, características adicionais válvulas automáticas descompressão, refrigerado, 2 marchas, 2 cilindros	01
05	Motor de popa Yamaha 15 HP , aplicação barco alumínio, características adicionais válvulas automáticas descompressão, refrigerado, 2 marchas, 2 cilindros, cap. Tanque 23, tipo motor 2 tempos, vel. 4.500 a 5.800.	01

12.1.2.5. Cronograma

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Construir estruturas de saúde nas aldeias Joari, Candeias, Bom Samaritano e adequação da unidade de saúde da aldeia Central	■	■	■	■												
Construir alojamento para os profissionais de saúde nas aldeias Joari e Candeias	■	■	■	■												
Ampliação da estrutura física da CASAI de Porto Velho	■	■	■	■												
Adquirir insumos e materiais para unidades de saúde (DSEI)			■	■												
Adquirir veículos utilizáveis na saúde para equipe de área da a CASAI - PVH (DSEI)	■	■														
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.1.2.6. Articulação Institucional

Secretaria de saúde Indígena - SESAI, Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI Porto Velho, Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental – SESANI, Serviço de Recursos Logísticos do DSEI - SELOG.

12.1.2.7. Interação com Outros Programas Ambientais

Monitoramento em Saúde Indígena – Suporte operacional das ações em saúde, Plano Básico Ambiental Componente Indígena UHE Jirau

12.1.2.8. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Lei 9.836/1999 – Lei que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o subsistema de atenção à saúde indígena, que cria regras de atendimento diferenciado e adaptado às peculiaridades sociais e geográficas de cada região.

Decreto 3.799/2001 - Altera dispositivos do Decreto 1.141/1994, que dispõe sobre proteção ambiental, saúde e apoio às comunidades indígenas.

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências

Portaria 852/1999 do Ministério da Saúde - Cria os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

12.1.2.9. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ SOCIAL ANTRPOLOGIA	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	CI 12212148-8

12.1.2.10. Referências Bibliográficas

Alves, CLM.; Escobar, A. Utilização do serviço de saúde por crianças indígenas menores de cinco anos na área de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho. Anais de Iniciação Científica. PIBIC/UNIR. Porto Velho, 2004

ATHIAS, R.; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: discursos antropológicos e médicos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 425-431, 2001.

Escobar AL, Rodrigues AF, Alves CLM, Orellana JDY, Santos RV, Coimbra Jr. CEA. Causas de internação hospitalar indígena em Rondônia. O distrito sanitário especial indígena de Porto Velho (1998-2001). In: Coimbra Jr. CEA, Santos RV, Escobar AL, organizadores.

Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 127-47.

Fundação Nacional de Saúde, 2000. Política de atenção à saúde dos povos indígenas.

VARGAS, Karem Dall'acqua; MISOCZKY, Maria Ceci; WEISS, Maria Clara Vieira e COSTA, Wildce da Graça Araujo. A (des)articulação entre os níveis de atenção à saúde dos Bororo no Polo-Base Rondonópolis do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá-MT. Physis [online]. 2010, vol.20, n.4, pp. 1399-1418. ISSN 0103-7331.

Relatório de Gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho. Fundação Nacional de Saúde, CORE Rondônia. FUNASA, 2010.

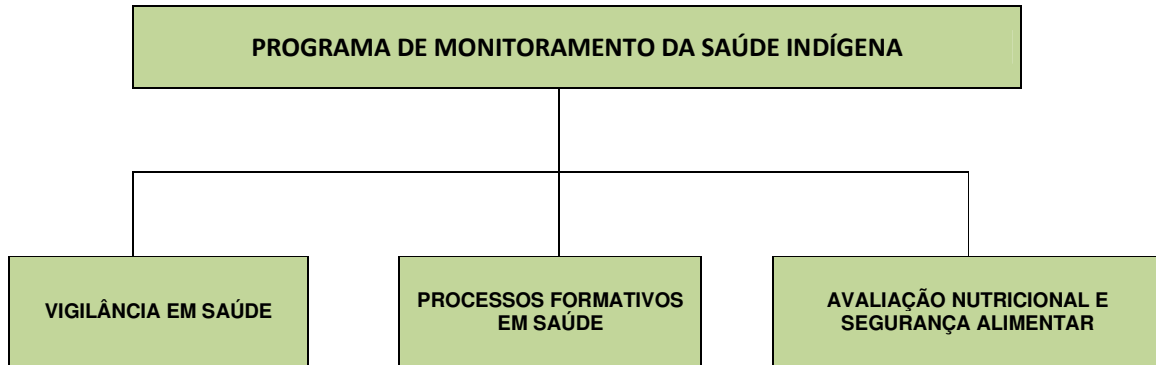
12.2. Subprograma de Monitoramento em Saúde Indígena

O Relatório “Povos Indígenas, suas Populações e Áreas, e os Graus de Impacto Provocado pelas Usinas Hidrelétricas Compreendidas no Plano 2010” (IPARJ, 1989) adota o conceito de impacto global referente aos efeitos sofridos pelos indígenas quando confrontados com danos globais como hidrelétricas. Estes danos acabam por interferir em muitos ou quase todos os setores da vida de um povo. Desta forma, a simples classificação de impacto, seria insuficiente para compreender a verdadeira natureza do dano que uma hidrelétrica pode causar em um povo indígena e seu território. É de fundamental importância que se tenha um profundo e detalhado conhecimento da história, da cultura e dos problemas regionais dos povos indígenas a serem atingidos por um determinado empreendimento hidrelétrico para que se possa descrever um quadro mais real de como a população poderá vir a ser impactada e, assim, obter diretrizes adequadas para a interação com esses povos e para o tratamento do dano em si. O monitoramento do crescimento físico de crianças, por exemplo, é apontado como uma ferramenta útil na avaliação das condições de saúde. Para os povos indígenas, esse acompanhamento é particularmente relevante, tendo em vista as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais aos quais estão submetidas, questões estas que podem favorecer a deterioração das condições nutricionais (Escobar *et al*, 2003). Assim sendo, atividades sistemáticas de monitoramento em saúde justificam-se e devem ser criteriosamente concebidas, primando por técnicas validadas de investigação e pesquisa, as quais tentam correlacionar à presença das obras na região, as demais obras e atividades humanas existentes e os fenômenos naturais que se apresentam no processo saúde-doença.

Este monitoramento e a avaliação periódica da situação de saúde, principalmente em populações circunscritas, propiciam um melhor delineamento dos agravos em saúde e elucidação das etiologias e teias que se constituem durante o surgimento e permanência de entidades mórbidas na região. Instituir ações que sejam eficazes e sólidas neste sentido permitirá a racionalidade das intervenções futuras bem como reduzirá o poder de impacto das alterações sócio-ambientais, num contexto mais amplo.

Este programa visa identificar precocemente agravos em saúde indígena e qualificar as informações geradas pelo serviço de saúde, de modo que se possa ter um real dimensionamento dos impactos gerados pelo acréscimo populacional bem como derivada da interação social de indígenas com novas massas humanas recém chegadas na região. Ou seja, o incremento ou surgimento de agravos decorrentes de maior pressão sobre as Terras Indígenas deverá ser alvo norteador de trabalho e atuação do programa. Também foi identificada na fase de diagnóstico uma invisibilidade da situação e atuação da CASAI, tendo em vista que esta não sistematiza as informações produzidas naquela unidade, estando comprometido o detalhamento dos problemas de saúde enfrentados pelos indígenas na utilização do serviço de saúde de referência. Entende-se assim que, as informações permitem o conhecimento (quantitativo ou qualitativo) de determinada situação, com o propósito de tomar decisões e agir, com o objetivo de propor mudanças na realidade compreendida no espaço indicado. Essas informações passariam a ser ferramentas importantes para avaliação da gestão, para a aferição da eficiência e da eficácia de intervenções dos projetos e de modificação da realidade na situação de saúde das comunidades indígenas.

A organização do programa é delineada conforme organograma e dividido nos seguintes subprogramas:



12.2.1. Vigilância em Saúde

12.2.1.1. Introdução e Justificativas

Uma das experiências de implantação de barragens pelo setor elétrico mais estudadas é a hidrelétrica de Tucuruí no Pará, a qual inundou 2.430Km² atingindo com alagamento e construção de linhas de transmissão algumas terras indígenas. Além dos efeitos diretos acarretados pelo alagamento de extensas áreas, como, por exemplo, o aumento da densidade de mosquitos e a circulação de plasmódio em animais, a utilização de potentes desfolhantes como o Tordon 101 BR (picloran 2,4 D) para a limpeza das áreas de utilização das linhas de transmissão, resultou na morte de animais, contaminação dos cursos d'água e episódios de intoxicação exógena aguda (Koifman, 2001). Entre os Gavião, umas das etnias afetadas, observou-se na década seguinte a ocorrência de 2 casos de câncer em adultos jovens, vivendo nas proximidades de linhas de transmissão de alta tensão elétrica. Vale observar que existe um persistente debate na comunidade científica acerca da possível natureza causal da associação entre exposição aos campos eletromagnéticos de baixa frequência, e o desenvolvimento de tumores malignos, sobretudo leucemia e tumores de cérebro (Cinelli, et al, 1998; Preece et al, 2000).

Atento as possíveis alterações do cenário socioambiental e epidemiológico nas áreas de influência do AHE de Santo Antonio, justifica-se uma enfática atuação junto à saúde das populações indígenas, sendo o monitoramento e a consolidação dos serviços de proteção e promoção da saúde alvos desta contribuição.

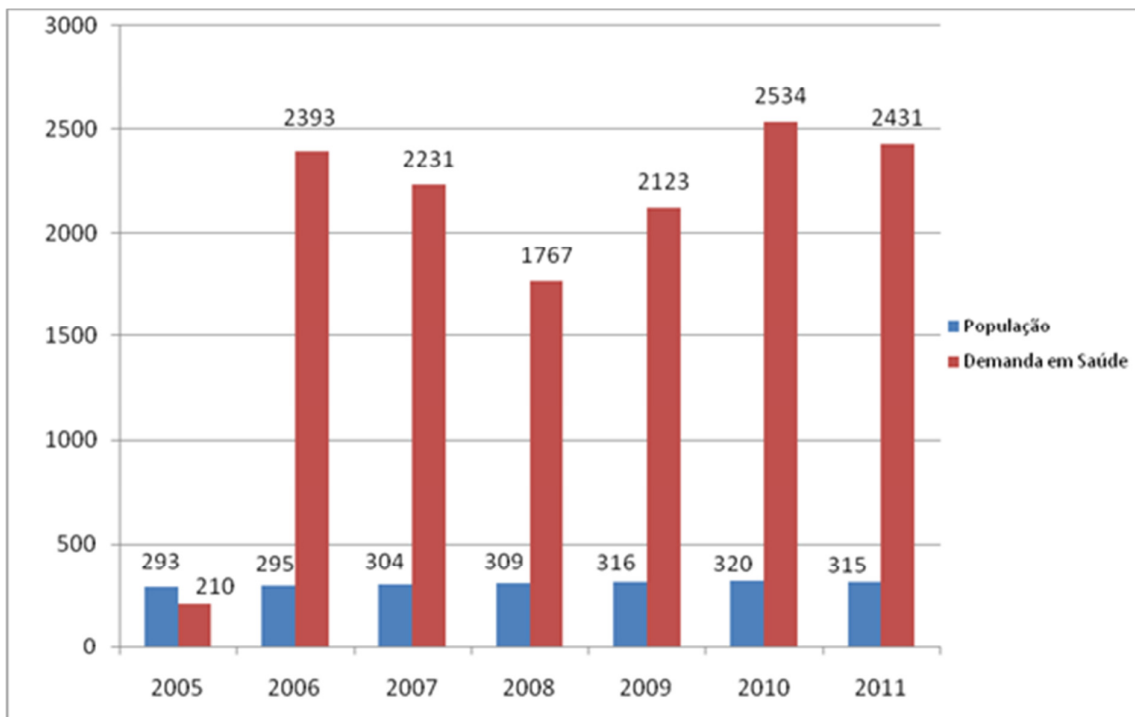
O aumento da população na região e desmatamentos pressupõe incremento de doenças transmitidas por vetores, como as arboviroses, por exemplo. Tendo em vista o aumento do fluxo de pessoas indígenas e não indígenas nas aldeias, estas doenças, bem como hábitos prejudiciais à saúde, são levados até a aldeia. A gradativa diminuição dos recursos alimentares e plantas medicinais locais, bem como alterações na qualidade da água e no clima, também são atribuídas ao aumento do desmatamento e invasões nas terras indígenas e entorno, com conseqüente repercussão na saúde e qualidade alimentar.

O diagnóstico realizado nas aldeias revelou que o constante deslocamento dos indígenas até a cidade deve-se à instalação da UHE Santo Antônio. De um lado a cidade de Porto Velho se tornou referência para a resolução de temas referentes aos povos indígenas, concentrando reuniões e mobilizações, por outro, a própria melhoria das vias de acesso às aldeias para a construção de obras com fins mitigatórios permitiu acesso facilitado de veículos. Este caso é comum nas Terras Indígenas Karipuna e Karitiana, sobretudo os que se localizam na aldeia Central. Os estudos de diagnósticos localizaram que a partir da construção da UHE Santo

Antônio, e a pretensa animação econômica geraram a busca por emprego e renda na cidade. O sucesso temporário desta busca gerou o aumento da circulação de dinheiro no interior da aldeia, porém, teve como consequência o aumento da dependência por produtos e serviços oriundos dos núcleos urbanos. Se de um lado aumentou o acesso a direitos sociais, como documentação, aposentadoria o programa Bolsa Família, ou a produtos de higiene, alimentos e medicamentos, por outro, se criaram novos contextos de exposição dos indígenas a doenças e agravos à saúde, como DST's, alcoolismo, tabagismo e doenças crônicas degenerativas.

Neste novo cenário esperado, acredita-se que as doenças transmissíveis contribuirão com o aumento de demanda por serviços de saúde na região. Contudo, em um grande número de doenças transmissíveis, para as quais se dispõe de instrumentos eficazes de prevenção e controle, o Brasil tem colecionado êxitos importantes. Esse grupo de doenças encontra-se em franco declínio, com reduções drásticas de incidência. Entretanto, algumas dessas apresentam quadro de persistência, ou de redução, ainda recente, configurando uma agenda inconclusa nessa área, sendo necessário o fortalecimento das novas estratégias, recentemente adotadas, que obrigatoriamente impõem uma maior integração entre as áreas de prevenção e controle e à rede assistencial. Um importante foco da ação de controle desses agravos está voltado para o diagnóstico e tratamento das pessoas doentes, visando à interrupção da cadeia de transmissão. Soma-se a isso uma situação de vulnerabilidade em saúde do ponto de vista nutricional e de informação das etnias Karitiana e Karipuna, que carece de intervenção no sentido de monitorar as possíveis alterações neste novo cenário socioambiental e epidemiológico. Abaixo se descreve a situação de demanda por serviços de saúde entre os Karitiana e Karipuna, até agora identificada pelo DSEI Porto Velho. Apesar de uma flutuação de ocorrência de morbidade identificada pelos dados secundários fornecido até o momento pelo DSEI Porto Velho e descritos no diagnóstico, que pode estar ligada a fragilidade do sistema de informação do serviço de saúde indígena, identifica-se uma sobrecarga nos serviços de saúde visto a crescente demanda por assistência entre os indígenas, sendo esta demanda todas as ações de saúde realizadas na assistência preventiva e terapêutica (Gráfico 12-1). A evidente menor demanda no ano de 2005 deve-se ao fato de que naquele ano não havia equipe de saúde atendendo estas aldeias.

Gráfico 12-1 População Karitiana e Karipuna e demanda por serviços notificados pelo pólo-base Porto Velho, entre os anos de 2005 a 2006.



Fonte: SIASI – DSEI Porto Velho, 2011.

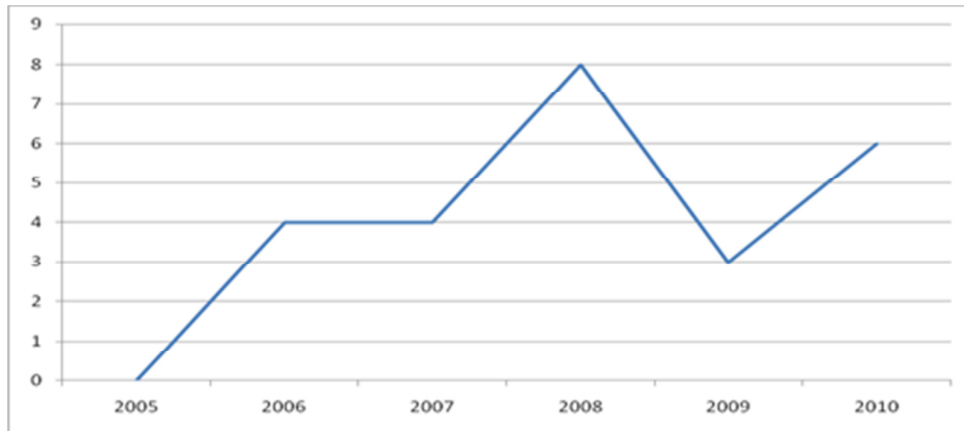
As Doenças Tropicais e o Controle de Vetores

O conhecimento da fauna vetorial e do comportamento destes nas áreas indígenas é fundamental para que alternativas de controle vetorial, cultural e ecologicamente correta, possam ser adotadas com vistas à interrupção da transmissão de doenças. Segundo Santos, 2009, várias espécies foram encontradas naturalmente infectadas na Amazônia e incriminadas como vetores principais ou secundários, em situações particulares. O comportamento das espécies vetoras influencia o padrão epidemiológico local, além de que, uma mesma população de insetos pode apresentar variações comportamentais em resposta a alterações externas, como a influência de medidas de controle e alterações no ambiente da região, por exemplo, aumentando a complexidade da dinâmica da transmissão das endemias (Santos, 2009). Ressalta-se os casos de malária notificados pelo SIASI entre 2005 a 2010 revelam que no último ano, aproximadamente 30% da população foi infectada, conforme Gráfico 12-2.

A ocorrência de antropozoonoses como as leishmanioses, por exemplo, em áreas indígenas, evidencia a carência de ações sistemáticas e continuadas de atenção básica à saúde, agravado pela deficiência nos sistemas de informação em saúde, que não contemplam, entre outros dados, o domicílio e a identificação étnica, dificultando a construção do perfil epidemiológico do paciente indígena. De acordo com Coimbra Jr e Santos, 2001, o complexo quadro de saúde indígena está diretamente relacionado aos processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais, decorrentes da expansão de frentes demográficas e econômicas nas diversas regiões do país, que exerceram influência sobre os determinantes e os perfis da saúde indígena, com a introdução de patógenos externos

responsáveis por graves epidemias, bem como os impactos causados em decorrência da construção de barragens hidrelétricas e atividades extrativistas.

Gráfico 12-2 Casos de malária (todas as formas) entre os Karipuna, entre 2005 a 2010.



Fonte SIASI, 2011

O caso das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs e HIV/AIDS em populações indígenas

É relevante considerar que, devido às características históricas de resposta a epidemia de AIDS, as habilidades no manejo e acompanhamento de pessoas vivendo com HIV e AIDS tem se restringido as estruturas especializadas do SUS. Contudo, nas regiões onde há equipes com experiências neste manejo, deve-se construir uma estratégia que aperfeiçoe o potencial resolutivo do serviço de saúde indígena, conciliando habilidades técnicas com incorporação de significados e valores culturais das comunidades indígenas.

São necessários ao controle das DSTs: promover nas unidades de saúde, ações educativas e acesso aos insumos de prevenção como preservativos; estabelecer estratégias de busca dos (as) parceiros (as), respeitando os princípios da ética, sigilo e cidadania, no contexto de cada cultura, prevenindo assim, infecções e reinfecções; encaminhar aos serviços de referência os casos que necessitem de atendimento especializado.

A dificuldade de acesso em algumas regiões é fator essencial para incorporação de uma resposta eficaz à vulnerabilidade para a infecção pelo HIV. Neste sentido, a simplificação do teste, permitindo a coleta na própria área, é estratégica como viabilizadora do diagnóstico precoce. Métodos como o teste rápido para HIV ganham importância nesse contexto de vigilância sobre os impactos e prevenção de agravos à saúde.

Vulnerabilidade, Sexualidade e Prevenção

Para a elaboração crítica e produtiva de estratégias que respondam às necessidades da população indígena e estejam em sintonia com a política nacional de prevenção das

DST/AIDS, devem ser considerados três eixos norteadores: *vulnerabilidade, sexualidade e prevenção* das DST/AIDS. Identificar as vulnerabilidades e abordar temas relacionados à vivência da sexualidade nas comunidades indígenas constitui-se passos necessários para o desenvolvimento de ações de prevenção das DST/AIDS, apesar de extremamente delicados do ponto de vista da abordagem.

Devemos sempre lembrar que a exposição às DST/AIDS está diretamente relacionada à maneira como vivenciamos nossa sexualidade. Isto implica em uma delicada reflexão sobre mitos, crenças, valores e convenções sociais que, em muitas situações podem deixar um sujeito ou um grupo mais vulnerável à infecção pelo HIV e por outras DST.

Quando planejamos as ações de prevenção devemos primeiro identificar o contexto com o qual vamos trabalhar, por exemplo, o uso de álcool e situações de abuso sexual e violência, podem gerar relações sexuais desprotegidas. Devemos também considerar o acesso que a população tem aos serviços de saúde e a qualidade dos mesmos, identificando as vulnerabilidades programáticas que podem dificultar o acesso da comunidade aos insumos de prevenção e à atenção integral à saúde.

A vulnerabilidade social às DST/AIDS nas populações indígenas pode ser observada pela intensificação das relações dessas populações com a sociedade envolvente: frequência e permanência dos indígenas nas áreas urbanas e nas terras indígenas afetadas por projetos de exploração de recursos naturais e expansão econômica. Além de causar grande impacto ambiental, essa situação agrega inúmeras possibilidades de aumento da exposição as DST/AIDS. A condição socioeconômica de vida das populações indígenas também está entre os fatores de vulnerabilidade.

Questões socioculturais relativas à saúde reprodutiva da mulher indígena

As investigações realizadas no país sobre saúde reprodutiva e saúde da mulher, seja na área da socioantropologia ou epidemiologia, desenvolveram-se, sobretudo em contextos urbanos, de modo que o conhecimento dos determinantes socioculturais, ambientais e biológicos da saúde reprodutiva da população indígena no Brasil se constitui uma grande lacuna no contexto das pesquisas étnicas. Por um lado temos que os estudos antropológicos não tem abordado aspectos específicos de saúde, e os estudos epidemiológicos sobre saúde da mulher indígena, por sua vez, tendem a ser restritos, enfocando as infecções sexualmente transmissíveis e o câncer ginecológico. O desconhecimento de questões básicas da saúde da mulher indígena caminha paralelamente com a precária infraestrutura física e organizacional dos serviços de saúde e, desta forma, não se torna possível o adequado acompanhamento dos impactos sobre a saúde que advém das mudanças socioculturais a que estão expostas as populações indígenas (COIMBRA JR, GARNELO, 2004).

Estes autores apontam que as discussões no campo da saúde reprodutivas esbarram numa quase absoluta ausência de dados, como informações sobre fecundidade, mortalidade, morbidades e migrações. No entanto, identificaram questões amplas relativas ao universo indígena, constatando elevados níveis de fecundidade das mulheres indígenas, via de regra superiores a 5 – 6 filhos, em comparação as mulheres não indígenas. Apontaram como possíveis determinantes a valorização sociocultural das famílias numerosas, as elevadas uniões conjugais, início da vida sexual relativamente cedo e o curto intervalo entre os partos.

Além disso, indicaram que estudos de caso observaram aumento da fecundidade, sobretudo em grupos que se recuperaram das graves crises associadas ao estabelecimento do contato com a sociedade nacional, exatamente o caso da população indígena Karipuna e Karitiana.

A tendência da demografia indígena caminha, portanto, no sentido de manutenção das altas taxas de natalidade, o que diverge da população brasileira em geral, em que a redução no número médio de filhos no Brasil tem como causa a difusão maciça de métodos anticoncepcionais. Embora haja ausência de estudos sistemáticos sobre a penetração destas práticas nas comunidades indígenas, existem indicadores que apontam para a oposição dos indígenas a quaisquer práticas contraceptivas, inclusive o uso do preservativo masculino. Políticas públicas nacionais tem difícil penetração em contextos indígenas locais, que contam com mediadores etnopolíticos do sexo masculino que se posicionam contrários a práticas difundidas de planejamento familiar ou controle de DST's.

Esta situação foi pontuada por indígenas durante as entrevistas para o diagnóstico da situação de saúde dos Karitiana, em que o uso de métodos anticoncepcionais, indígenas e não indígenas, atendia critérios socioculturais e mostrou ser uma decisão masculina. Além disso, descreveram que reuniões entre profissionais de saúde e mulheres indígenas sobre as temáticas da saúde da mulher não tem tido resultados efetivos tanto do ponto de vista da saúde pública, (pois os indígenas relatam que não utilizam preservativos masculinos) quanto do ponto de vista indígena, que embora mulheres recebam conhecimentos especializados, não tem poder sobre a mudança da dinâmica social. A implementação de políticas e programas na área de saúde da mulher para a população indígena em questão deve, necessariamente, envolver indígenas e lideranças masculinas, tendo em vista que a divisão de gêneros não se faz produtiva nesses grupos.

A política de realização de exames preventivos em mulheres indígenas Karitiana também não tem tido a eficácia almejada pelos serviços de saúde devido a mesmas questões. As mulheres só o realizam mediante autorização masculina e em hipótese alguma quando ainda não iniciaram a vida reprodutiva ou quando já não mais possui mais filhos, o caso das indígenas mais velhas. Da mesma forma, políticas de incentivo ao controle ginecológico de doenças devem ser trabalhadas em grupos não restritos às mulheres para que sejam atingidas.

Sobre as condições específicas da saúde da mulher indígena, Coimbra Jr. e Garnelo (2004) ressaltaram que, embora grande parte dos agravos à saúde ocorram em diferentes graus de intensidade de acordo com etnias ou classes sociais, as doenças carências, como anemia, e as doenças parasitárias endêmicas, como malária e verminoses, podem ser associadas à situações de gravidez de risco entre mulheres indígenas, com conseqüente aumento da taxa de aborto, parto prematuro, baixo peso do recém nascido e morte materna. Ressaltaram também que as mudanças socioculturais e ambientais tem impactos sobre o aumento da incidência de doenças metabólicas, cardiovasculares, obesidade e alcoolismo. Inquéritos realizados com mulheres Surui (Rondonia), Parakanã (Pará) e população indígena do Alto Xingu (Pará) indicaram elevadas prevalências de DST's e lesões ginecológicas de etiologia variada, mastopatias, além de queixas generalizadas de dores no baixo ventre, dispareunia e leocorréia. Os autores indicaram, ainda, estudos que apontam para o aumento nos casos de câncer, em especial de mama e cérvico-uterino, aparentemente raros no passado. Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de maior dimensionamento desta demanda entre os

Karipuna e Karitiana, visto a ausência de informação, atenção à saúde da mulher indígena e abordagens educativas diferenciadas que atendam as especificidades socioculturais das populações indígenas Karipuna e Karitiana.

Outro ponto preocupante em relação a saúde pública trata-se da prática do consumo abusivo de álcool, que entre os indígenas é sabida e dada no contexto histórico do contato com a sociedade nacional. Anterior ao contato o uso de bebidas fermentadas a base de amido era contínua, porém não havia o grau alcoólico necessário para o entorpecimento. Por ocasiões de festas e rituais havia um processo de fermentação que potencializava a embriaguez, sendo estes momentos não freqüentes. Hoje, contudo há ocorrência não pouco freqüente de uso abusivo de álcool e isto implica em problemas da ordem de organização social e relação entre os moradores, que possuem algum grau de parentesco, em grande maioria. Com o aumento da população de Porto Velho e maior desmatamento e assentamento de pessoas no entorno das TIs especula-se maior risco ao consumo de álcool e drogas por estas comunidades. Neste sentido justifica-se uma abordagem de grupos focais específicos através de ações de prevenção e educação em saúde. Ressalta-se que homens jovens são o grupo populacional evidenciado com de maior risco nas aldeias visitadas.

Saúde Bucal e sua interface com a questão nutricional e de qualidade de vida

Em grupos humanos expressivamente caçadores-coletores, a freqüência de cárie tende a ser mínima. Já nas economias mistas e, sobretudo, nas baseadas em agricultura, a ocorrência de lesões cariosas é mais expressiva (Arantes, 2001). O aumento na prevalência de cárie pode ser atribuído usualmente à adoção de dieta mais rica em carboidratos oriundos da agricultura. Além disso, mudanças na forma de preparo dos alimentos, que passaram a ser consumidos preferencialmente cozidos, tornando-os mais moles e adesivos, teriam facilitado o acúmulo de placa, o que eleva o potencial cariogênico. Tendo em vista os demais programas de agricultura e sustentabilidade que estão propostos, prescindem ações de monitoramento que estejam atentas ao incremento de incidência de etiologias cariogênicas.

Em relação à saúde bucal, diversos autores têm apontado para a necessidade de pesquisas que contemplem grupos étnicos específicos, minorias e migrantes, dentre outros, a fim de contribuir para o melhor conhecimento acerca da multicausalidade da cárie e dos diferentes padrões assumidos por essa doença no mundo, bem como para levantar informações relevantes para o planejamento de serviços de saúde em contextos específicos (Pilot, 1988; Walker, 1987; Winter, 1990). No Brasil, por exemplo, é muito pouco conhecida o quadro de saúde bucal entre os povos indígenas, o que se relaciona com uma situação de invisibilidade e desconhecimento sobre as condições de saúde dessas populações de um modo geral (Coimbra Jr. & Santos, 2000). Desse quadro, resulta uma grande escassez de informações qualitativas e quantitativas sobre o estado de saúde bucal, apesar das intensas mudanças sócio-econômicas e ambientais pelas quais vêm passando esses povos, incluindo subsistência e dieta, que são aspectos reconhecidamente propiciadores de alterações no perfil de saúde bucal (Santos & Coimbra Jr., 1994). O senso comum é o de que os impactos decorrentes do contato com a sociedade nacional, sobretudo nas formas de subsistência, envolvendo mudanças na dieta com a entrada de alimentos industrializados e do açúcar refinado, repercutem negativamente na saúde bucal e no perfil nutricional, em linhas gerais. Deste modo, entende-se ser necessária a sistematização das informações geradas pelo serviço de saúde bucal indígena, orientando a implantação de novas ações que deverão ser subsidiadas, a partir do entendimento da redução de impactos e compensação em saúde, visto a aceleração da mudança no cenário socioeconômico e ambiental que se espera na região de Porto Velho.

A nutrição e a dieta apresentam forte influência sobre o binômio saúde/doença da cavidade bucal. Primeiramente porque o estado nutricional do indivíduo influencia na formação da estrutura dental, resposta frente aos microorganismos na mucosa e secreção salivar. Depois porque a dieta pode provocar a erosão do esmalte dental e a doença carie. A carie dentária, por sua vez, afeta de maneira negativa a qualidade de vida do indivíduo, que com dor e inflamação apresenta ansiedade e problemas sociais, além de alterar a função da mastigação e, com isso, a ingestão de alimentos (PASSONI, ZORETTO; 2011). O expressivo aumento no consumo de alimentos industrializados, como açúcar refinado e alimentos com alto potencial cariogênico, isto é, ricos em carboidratos fermentáveis, tem influenciado no aumento da prevalência de cáries entre populações indígenas, como os Xavante no estudo de Santos, Arantes e Coimbra Jr (2001). Portanto, além de difundir entre indígenas a prática de higienização oral adequada, programas preventivos devem incentivar a manutenção de práticas alimentares tradicionais, reconhecidamente mais adequadas à saúde bucal.

O aumento na ingestão de alimentos industrializados também tem interferido negativamente na saúde bucal dos indígenas, que passaram a ingerir alimentos com alto potencial cariogênico e hoje enfrentam problemas de cárie dentária com muito mais frequência que em tempos passados. Isso porque, embora práticas de higienização dental sejam atualmente mais difundidas pelo serviço de saúde local, o hábito de escovação e floração não foi incorporado com a mesma rapidez que os novos hábitos alimentares.

Também se observam prejuízos à segurança alimentar e nutricional, visto que houve diminuição da diversidade da dieta, pela queda no consumo de alimentos locais e introdução de novos hábitos alimentares, com alimentos industrializados de baixa qualidade nutricional. Com isso aumenta o risco a doenças infecciosas, pela baixa na imunidade que uma dieta inadequada em proteínas, vitaminas e sais minerais pode causar. Ocorre aumento do risco a doenças crônicas degenerativas não transmissíveis (DCNT), como hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares, e situações de sobrepeso e obesidade, quando indivíduos mantêm dietas hipercalóricas e hábitos não saudáveis, como ingestão de bebidas alcoólicas, sal, açúcares e gorduras em excesso. Também ocorrem desequilíbrios nutricionais como desnutrição e anemia. Estas informações foram identificadas durante atividade diagnóstica.

12.2.1.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Fortalecer o sistema de monitoramento e avaliação em saúde, identificando e qualificando as informações pertinentes ao processo de vigilância em saúde, otimizando a capacidade resolutiva das ações em saúde, frente aos agravos que surjam e se potencializem com a instalação das hidrelétricas do Madeira.

12.2.1.3. Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
Rastrear dados de morbidade e mortalidade no SIASI	Acompanhar e descrever as flutuações de morbi-mortalidade nas aldeias indígenas	Relatórios de situação por etnia
Compilar dados de utilização dos serviços municipais e estaduais de	Acompanhar e descrever as flutuações de morbi-mortalidade nas aldeias indígenas	Relatórios de situação por

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
saúde pelos indígenas		etnia
Desenvolver um sistema de consolidação de informações em saúde pertinente a CASAI de Porto Velho	Otimizar a capacidade de gerenciamento da unidade de saúde	Estimativa de fluxo assistencial da unidade anual
Realizar rastreamento sistemático para as principais doenças transmissíveis endêmicas na região e enteroparasitoses	Identificar precocemente agravos a saúde, orientando o foco da assistência terapêutica e necessidades de intervenção;	Cobertura populacional por etnia
	Instruir intervenções em situações de surtos e ocorrências repentinas de doenças transmissíveis	Cobertura populacional por etnia
Realizar monitoramento anual da qualidade da água disponível nas aldeias	Identificar alterações na qualidade da água consumida e potencial contaminação	Redução da incidência de gastroenterites e parasitoses intestinais
Realizar monitoramento e análise de informação referente às condições de saúde bucal	Discriminar a demanda assistencial a partir do levantamento de necessidades, proporcionando a incorporação de procedimentos coletivos e individuais em locais onde não há consultórios odontológicos	Consolidado de informações em saúde bucal
	Proporcionar ações integradas com as áreas da saúde e a utilização de diversos espaços sociais para o desenvolvimento de ações coletivas de saúde bucal	Otimização da assistência disponível em odontologia
Identificar e descrever situações de risco relacionados ao uso de álcool e drogas entre os indígenas	Estruturar conjunto de ações aplicáveis para o controle e redução do consumo de álcool	Registro de consumo abusivo no SIASI
	Conscientizar quanto a utilização de substâncias entorpecentes nas aldeias	
Identificar nas aldeias Karitiana e Karipuna o número de moradores e tipo dormitório ou local onde passam a noite	Fazer dimensionamento do material necessário para instituir medidas de bloqueio.	Número de pessoas identificadas
Programar medidas ambientalmente corretas de controle de vetores nas aldeias	Subsidiar e complementar as ações do subprograma de Vigilância em Saúde efetivando a quebra da cadeia de transmissão em doenças endêmicas	Incidência de doença de vetores
Distribuir e instalar mosquiteiros impregnados nas aldeias Karitiana	Impedir o contágio e transmissão nas aldeias	Incidência de doença de vetores
Distribuir e instalar mosquiteiros impregnados na aldeia Karipuna	Impedir o contágio e transmissão nas aldeias	Incidência de doença de vetores

Objetivos específicos	Metas	Indicadores
Realizar ações de vacinação em cães e gatos na Terra Indígena Karitiana	Assegurar a saúde de animais domésticos	Número de animais tratados
Realizar ações de vacinação em cães e gatos na Terra Indígena Karipuna	Assegurar a saúde de animais domésticos	Número de animais tratados
Desenvolver ações de terapia veterinária	Assegurar a saúde de animais domésticos	Número de animais tratados

12.2.1.4. Metodologia

Constitui-se como princípio básico deste projeto de vigilância a proteção da população indígena dos agravos em saúde devido às endemias existentes na região que tendem a se potencializar, bem como estar atento a inserção de novas entidades mórbidas oriundas das alterações ambientais e provenientes do incremento populacional esperado, além da transição socioeconômica e cultural que se acentua neste momento de maior expansão das frentes econômicas na região de Porto Velho e entorno. Os dados serão coletados na Secretaria Municipal de Saúde, na Secretaria Estadual de Saúde, na Secretaria Especial de Saúde Indígena e nos demais sistemas de informação em saúde que registram a utilização dos serviços de saúde da cidade, dentro e fora da rede do SUS. A análise sistemática destas informações bem como dos dados produzidos pelos demais sub-programas de monitoramento descreverá a situação de saúde destas etnias e produzirá subsídio de conhecimento para a condução das atividades de saúde nesta região impactada pelos empreendimentos, bem como permitirá a coordenação do programa de saúde identificar as etapas necessárias a serem desencadeadas.

A) Processamento de Dados e Informações

Através da contratação de mão de obra em epidemiologia pretende-se realizar rastreamento de dados de morbi-mortalidade indígena ao longo dos anos, junto ao Sistema de Informação em Saúde do Índio – SIASI do DSEI Porto Velho. Essas informações serão consolidadas em relatórios anuais que pretendem descrever a situação de saúde das etnias sob avaliação. Outros sistemas de informação em saúde também deverão ser alvo de coleta de dados como, por exemplo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, bem como as bases de dados das secretarias de saúde do município de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Deverá ser organizado um sistema de informação para atuação na CASAI de Porto Velho e para isso será estruturado uma base de dados a ser proposta ao DSEI para execução naquele serviço de saúde indígena. Este trabalho favorecerá o potencial resolutivo do sistema de saúde indígena local. Todas estas ações serão mediadas e moduladas por este serviço de epidemiologia, sendo indispensável à permanência desta mão de obra com intensidade de atividade plena. Entende-se que a incorporação destas atividades pelo DSEI Porto Velho evidencia um bom resultado a este programa e dimensiona o subsídio necessário a execução destas ações em saúde.

B) Detecção e Rastreamento em Doenças Transmissíveis

Serão elaborados ações de rastreamento em doenças transmissíveis e identificação de etiologias causadoras de agravos em saúde, inclusive casos suspeitos de dengue. O levantamento de informações fruto da coleta de dados primários emergirá como principal instrumento de monitoramento de agravos em saúde decorrente de maior potencial de transmissibilidade de doença em populações humanas. Para efetivação das ações de rastreamento ao longo dos anos serão parceiros órgão com o Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia – LACEN e o Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho – DSEI. Serão utilizadas tecnologias de alta sofisticação e baixa densidade como testes rápidos e coleta, preparo e análise de amostras nas próprias aldeias, utilizando estas medidas como rastreamento. Estas atividades pretendem se adequar a demanda de serviços do DSEI Porto Velho e serão orientadas pelo coordenador deste programa de saúde indígena.

C) Monitoramento em Saúde Bucal

Serão planejadas ações de avaliação e monitoramento da situação de saúde bucal das aldeias Karitiana e Karipuna. Dados oriundos do serviço de saúde indígena deverão ser compilados e analisados. Posteriormente serão planejadas ações de monitoramento nas aldeias. Para isto, serão elaborados projetos de investigação mediante as informações coletadas junto ao DSEI e elaboração de formulários e metodologias apropriadas. Serão realizadas visitas a cada uma das aldeias e exame físico bucal para levantamento do índice de cárie nas aldeias. Após análise destes dados deverão ser planejadas atividades de intensificação de fluoretação em parceria com o DSEI Porto Velho.

D) Saúde Animal e Controle de Zoonoses

Ações de medicina veterinária e cuidados em saúde de animais domésticos deverão ser realizadas durante a execução dos programas. Intervenções de tratamento, orientação e erradicação de cães errantes deverão ser avaliadas junto às comunidades assegurando a saúde da população. Deverá ser acionada o Centro de Controle de Zoonoses do município de Porto Velho, no intuito de contribuir com recursos humanos e imunobiológicos. Referente ao controle de vetores, serão levantadas as informações necessárias ao fornecimento de mosquiteiros, identificando o número de moradores e a descrição do tipo de dormitórios e especificação dos locais de pernoite. Pretende-se identificar métodos alternativos de combate a vetores que forem identificados como potencialmente elementos de risco a saúde humana.

12.2.1.5. Elementos de Custo

RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Quantidade em meses
Consultor em Epidemiologista durante a execução dos programas	48
Médico ou enfermeiro com experiência em Saúde Pública	18
Técnico em laboratório com experiência em doenças transmissíveis	8
Odontólogo para consultoria	12
Agente Indígena	8

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Computador	2	Intel Core i7 de quatro núcleos de 2,4GHz SDRAM DDR3 4GB 1333MHz - 2x2GB Drive Serial ATA de 750GB, 5400 rpm SuperDrive 8x (DVD±R DL/DVD±RW/CD-RW) Tela widescreen brilhante de alta resolução do MacBook Pro de 17 polegadas Teclado da Apple (US) + Manual do Usuário (Português)
HD externo	2	HD externo Samsung 1 TB (1064)
Pen drive	2	Kingston 4g
Impressora multifuncional	1	TASKalpha 300 ci Kyocera
Radio Motorola	2 pares	PRO5150 elite ou Cobra Cxr 725
Toner para impressora	10	Toner laser color e preto
Armário para escritório	2	De aço com três prateleiras, duas reguláveis
Impressora ploter	1	HP T2300
Mouse	2	Mouse óptico
Caixa térmica	4	Invicta 45 l

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
s grandes		
Caixas térmicas pequenas	4	Invicta 24 l
Caixa térmica elétrica	2	Cooler termoelétrica
Kit de teste rápido para HIV	2000u	
Kit de teste rápido para Hepatite B e C	2000u	
Kit de teste rápido para malária	2000u	
Microscópio óptico	2	
Frasco coletor	4000u	Frasco com tampa

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
es para material biológico		
Caixas de luvas de procedimento	5cx	Luva látex para procedimento, tamanho médio, caixa com 100
Material para preparo de cultura biológica		-
Tubo de falcon	200	Tubo com tampa
Swab haste longa	200	Swab estéril descartável c/ haste plástica flexível e longa (15cm) - embalado individualmente em capa protetora plástica (caixa com 100 unidades).
Pipeta de Pauster 5ml	2000	Pipeta de plástico
Botija de Gás de 8Kg	2	

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Caixas de luvas de procedimento	5	Luvas descartáveis
Caixa arquivo	10	Maleta arquivo com 10 pastas suspensas
Caixa plástica (tupperware)	10	Caixa com tampa
Caderneta de campo	10	
Canetas (cx c/ 25)	2	
Pastas plásticas com elástico	30	Pasta plástica 20mm
Fita gomada (rolo)	10	
Cartolina (pacote c/ 10)	5	

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
CD Virgem (pacote c/ 25)	1	
Papel A4 (resma)	10	
Swab haste longa	200	Swab estéril descartável c/ haste plástica flexível e longa (15cm) - embalado individualmente em capa protetora plástica (caixa com 100 unidades).
GPS	1	GPS (GPSMAP 62s Garmin ref. 010-00868-01)
Insumos e medicamentos veterinários	-	Fundo para medicamentos e insumos veterinário
Cartão de Memória GPS	2	
Microscópio óptico	2	Aumento: 40X a 1600X Desenho moderno ergonômico Tubo tipo siedentopf, 160 mm, inclinação de tubo de 30º, com rotação de 360º com pino de trava, ajuste interpupilar de 55mm á 75mm, ajuste de dioptria +/- 5 : Ocular: WF 10X (18mm) e P 16X (11mm) Objetiva Acromática: 4X, 10X, 40X (R), 100X (R)OIL. Revolver reverso p/ quatro objetivas Platina mecânica, movimento X 70mm Y 30mm em botões conjugados a direita, escala vernie. Condensador Abbe 1.25 NA com íris diafragma, porta filtro e movimento por pinhão e cremalheira. Focalização: Macrométrico com área de trabalho 13mm.

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
		Micrométrico com curso de 0,002mm por divisão. Macro e Micro conjugado em botões bilaterais Iluminação: Lâmpada halógena 6V 20W com ajuste de intensidade luminosa, filtro azul 32 mm, verde 32mm Tensão de entrada 90VAC ~ 240VAC (chaveamento automático). Manual de instruções em português Embalagem: Caixa de isopor e papelão
Mosquitos impressos	600	Marca Basf
Lâmina para microscópio	100	Lâmina de vidro
Corantes		A especificar
Caixa plástica grande	4	Caixas grandes com tampa
Caixa plástica pequena	4	Caixas pequenas com tampa
Rolos de algodão	50	-
Álcool	50	-

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Bisturi	2 -	
Caixa porta Lâminas	4 -	
Lance tas	1 0 0 0	
Óculos protetores	5 -	
Estante para tubo de ensaio	1 0 -	
Canetas (cx c/ 25)	1 -	
Pastas plásticas com elástico	2 0 -	
CD Virgem (pacote c/	1 -	

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
25)		
Papel A4 (resma)	10	-
Fita adesiva	2	-
Caixa térmica grande	2	Invicta 45 l
Caixa térmica pequena	10	Invicta 24 l
Armadilha luminosa para captura de insetos - stickfly V15	50	CARACTERÍSTICAS: - Consumo 22,5W - Peso 1kg - Lâmpadas 1x15w - Volts 110 ou 220v - Área de Proteção 22m ² - Dimensões (CxLxA) 75x15x25cm - Utiliza refil adesivo 400x135mm - Acompanha 2 unidades de refil

12.2.1.6. Cronograma

PBA SAÚDE				
PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4

	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Processamento de Dados e Informações em saúde (DSEI/ SESAU/SEMUSA)	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Detecção e Rastreamento de Doenças Transmissíveis (DSEI/ SESAU/SEMUSA)	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto
Monitoramento de Saúde Bucal e levantamento de índice de cárie nas aldeia Karitiana e Karipuna	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto	Alto	Alto	Médio	Alto
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.2.1.7. Articulação Institucional

Universidade de Rondônia - UNIR, Secretaria Estadual de Saúde- SESAU, Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI Porto Velho, Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-RO

12.2.1.8. Interação com Outros Programas Ambientais

Plano Básico Ambiental Componente Indígena UHE Jirau.

12.2.1.9. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Decreto 3.156/1999 - Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos nºs 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências.

Lei 9.836/1999 – Lei que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o subsistema de atenção à saúde indígena, que cria regras de atendimento diferenciado e adaptado às peculiaridades sociais e geográficas de cada região.

Portaria 254/2002 do Ministério da Saúde - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Portaria nº 648/ GM, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Portaria nº 325/GM, de 21 de fevereiro de 2008. Estabelece prioridades, objetivos e metas do Pacto pela Vida.

Portaria 1.163/1999 do Ministério da Saúde - Dispõe sobre as responsabilidades na prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no Ministério da Saúde e dá outras providências.

Portaria 254/2002 do Ministério da Saúde - Aprova a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

Portaria 70/2004 da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) – Aprova as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

12.2.1.10. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ SOCIAL ANTRPOLOGIA	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	12212148-8

12.2.1.11. Referências Bibliográficas

ARANTES, Rui. SANTOS, Ricardo. V. COIMBRA JR., Carlos E. Saúde bucal na população indígena Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (2): 375 – 384, mar-abr, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999. Dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 1999a. Seção 1, p. 37.

GARNELO, Luiza. COIMBRA JR., Carlos E. A. Questões de saúde reprodutiva da mulher indígena no Brasil. In: MONTEIRO, Simone. SANSONE, Livio. (org.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. P. 153 - 163.

GARNELO, Luiza; BRANDAO, Luiz Carlos e LEVINO, Antônio. Dimensões e potencialidades dos sistemas de informação geográfica na saúde indígena. Rev. Saúde Pública [online]. 2005, vol.39, n.4, pp. 634-640. ISSN 0034-8910.

IPARJ (1989) Povos Indígenas, suas populações e áreas, e os graus de impacto provocado pelas usinas hidrelétricas compreendidas no Plano 2010. Relatório da 1ª etapa de trabalho, contrato ECE 568/89 Eletrobrás – IPARJ, Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica número 25. Rio de Janeiro: 2009.

KOIFMAN, Sergio et al. Cancer cluster among young Indian adults living near power transmission lines in Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brazil. Cad. Saúde Pública [online]. 1998, vol.14, suppl.3, pp. S161-S172. ISSN 0102-311X.

KOIFMAN, Sergio. Geração e transmissão da energia elétrica: impacto sobre os povos indígenas no Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2001, vol.17, n.2, pp. 413-423. ISSN 0102-311X.

LEMOS, Pablo N. Et al. O modelo de atenção à saúde bucal no Médio e Alto Xingu: parcerias, processos e perspectivas. Ciência e saúde coletiva, 15 (Supl. 1). 2010. P. 1449 - 1456.

MELO, Juliana Rízia Félix de; MACIEL, Silvana Carneiro; OLIVEIRA, Rita de Cassia Cordeiro de e SILVA, Antonia Oliveira. Implicações do uso do álcool na comunidade indígena Potiguara. Physis [online]. 2011, vol.21, n.1, pp. 319-333. ISSN 0103-7331.

MOURA, Patrícia Garcia de; BATISTA, Luciana Rodrigues Vieira e MOREIRA, Emilia Addison Machado. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. Rev. Nutr. [online]. 2010, vol.23, n.3, pp. 459-465. ISSN 1415-5273.

PASSONI, Daniela F. ZARDETTO, Cristina G. Dieta, Fluor e Carie Dental. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 235 - 250.

Sá DR, Souza-Santos R, Escobar AL, Coimbra Jr CE. Malaria epidemiology in the Pakaanóva (Wari') Indians, Brazilian Amazon. Bull Soc Pathol Exot. 2005;98(1):28-32.

Santos RLC et al. Vetores de malária em duas reservas indígenas da Amazônia Brasileira. Rev.Saúde Pública 2009;43(5):859-68

Santos RLC, Sucupira, IMC, Lacerda RNL, Fayal AS, Póvoa MM. Inquérito entomológico e infectividade durante epidemia de malária no município de Anajás, Estado do Pará, Brasil. Rev Soc Bras Med Trop. 2005;38(2):202-4. DOI: 10.1590/S0037-86822005000200018

12.2.2. Monitoramento Da Água – Interface Com Componente Proteção Territorial. Termo De Referência Funai - 2010

A água tem importância fundamental para as comunidades indígenas. São nos igarapés ou rios próximos de suas casas que eles buscam a água para beber, preparar os alimentos, banhar-se ou mesmo para pescar.

Os recursos hídricos são suscetíveis a diversos fatores, tanto por causas naturais, como por causas antrópicas. Assim, é importante monitorar parâmetros limnológicos que indiquem possíveis alterações uma vez que, conhecendo os indicadores que denunciam as mudanças, há uma maior possibilidade de atuação eficaz na solução do problema, ou ao menos na orientação por tomada de medidas mitigadoras. O monitoramento de parâmetros físicos, químicos e biológicos dos mananciais presentes nas TIs Karipuna e Karitiana, fornecerá, portanto, dados sobre as condições das águas que estas comunidades estão consumindo, permitindo acionar órgãos competentes no caso de eventuais alterações nas características das águas resultantes de intervenções fora das TIs.

Cabe lembrar também que, devido ao adensamento em comunidades indígenas, somados a inadequada deposição de esgoto e dejetos, é comum a ocorrência da contaminação dos corpos d'água por agentes patogênicos nessas comunidades (RIOS et al. 2007), o que depõe a favor de análises periódicas de potabilidade.

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Detectar possíveis mudanças na qualidade da água dos rios/igarapés das aldeias.	Comunicar periodicamente órgãos competentes (IBAMA, Policia Ambiental, SEDAM, ICMBio) as condições das águas para intervenções por parte destes, caso necessárias; Gerar informações sobre a qualidade da água dos rios/igarapés para que as comunidades possam fazer um uso seguro desse recurso.	Série de dados das características físico-químicas e biológicas dos pontos de monitoramento de cada aldeia, coletados periodicamente; Comunicações realizadas periodicamente.
Monitorar a potabilidade dos poços das aldeias.	Garantir uma água de qualidade nos poços que abastecem as aldeias.	A potabilidade da água, de todos os poços das aldeias, monitoradamente.

12.2.2.1. Monitoramento dos recursos hídricos – Método e amostragem

Na TI Karipuna serão monitorados dois poços artesanais e uma fonte que estão instalados na aldeia Panorama e oito estações em rios/igarapés mantendo a abrangência espacial do diagnóstico (Tabela 12-6). Na TI Karitiana são cinco poços nas várias aldeias e quatro estações amostrais em rios e igarapés, também conforme o diagnóstico (Tabela 12-7). Além dos poços listados acima para as duas TIs, quando houver a instalação de novos poços, esses também devem ser monitorados juntamente com os demais.

Parâmetros físicos, químicos e biológicos serão analisados nesses pontos de acordo com a relação da Tabela 12-8 considerando aqueles de fácil detecção em campo (parâmetros físicos), os que apresentaram alguma alteração no diagnóstico e ou que podem se indicadores de alterações decorrentes da intensificação do uso das terras fora das TIs (nutrientes e clorofila), ou, ainda, que indicam potabilidade.

Os valores encontrados para os respectivos parâmetros devem ser conferidos segundo os padrões de potabilidade da PORTARIA 518/2004 Ministério da Saúde para os poços artesianos e para as águas superficiais, segundo a resolução CONAMA Nº 357. Nas avaliações das condições das águas superficiais é preciso considerar que as estações localizadas próximas às comunidades, também são utilizadas para o consumo de água, preparo de alimento e lavagem dos utensílios domésticos. Sendo assim, embora os critérios de potabilidade da PORTARIA 518 não se apliquem para esses tipos de ambiente, os parâmetros relacionados a algum fator que represente perigo (coliformes termotolerantes, por exemplo) para a saúde humana devem ser analisados com especial atenção.

As coletas devem ser realizadas em períodos adequados para que obtenham dados característicos de cada um dos quatro períodos hidrológicos (seca, enchente, cheia e vazante).

Para a TI Karipuna, em cada Relatório Anual, deve ser feito um retrospecto com os dados possíveis de serem relacionados no estudo do EIA, do Diagnóstico Socioambiental e com o Programa de Monitoramento Limnológico do PBA (Programa Básico Ambiental) da Santo Antônio Energia. Essa avaliação visa comparar a evolução dos principais parâmetros ao longo do tempo.

Tabela 12-6 Lista com as coordenadas geográficas das estações de monitoramento da qualidade da água dos poços, igarapés e rios da TI Karipuna.

Estação	Coordenadas geográficas (Datum WGS 1984)
POÇOS	
Posto de Saúde	-09 45.25495' -64 19.11412'
Escola	-09 53.71040' -64 19.13231'
Pátio	-09 45.30000' -64 19.09000'
RIOS/IGARAPÉS	
Jaci Paraná #1	-09 35.09199' -64 22.73790'
Jaci Paraná #2	-09 45.30700' -64 18.99000'
Jaci Paraná #3	-09 53.84500' -64 18.88100'
Formoso	-09 53.82516' -64 19.15121
Ig. Trindade	-09 48.09319' -64 18.38136'
Ig. Fortaleza	-09 35.24855' -64 22.91924'

Estação	Coordenadas geográficas (Datum WGS 1984)
Ig. Katsiká	-09 45.20339' -64 19.06439'
Ig. Aripã	-09 45.32734' -64 19.17580'

Tabela 12-7 Lista com as coordenadas geográficas das estações de monitoramento da qualidade da água dos poços, igarapés e rios da TI Karitiana.

Estação	Coordenadas geográficas (Datum WGS 1984)
POÇOS	
FUNASA (Central)	-09 17.77728' -64 00.20001'
Escola (Central)	-09 17.72838' -64 00.23014'
Comunitário (Central)	-09 17.72098' -64 00.09563'
Comunitário (Bom Samaritano)	-09 19.26198' -64 03.85406'
Comunitário (Candeias)	-09 17.47290' -63 46.69462'
RIOS/IGARAPÉS	
Ig. Sapoti #1	-09 17.89974' -64 00.12163'
Ig. Sapoti #2	-09 17.65405' -64 00.16788'
Ig. Preto	-09 11.27000' -63 56.84900'
Candeias	-09 17.45234' -63 46.79527'

Tabela 12-8 Relação das variáveis limnológicas que serão monitoradas nos rios/igarapés e poços nas TIs

Variável	Águas superficiais	Poços artesianos
FÍSICAS		
Temperatura do ar	X	X
Temperatura da água	X	X
Profundidade	X	
Velocidade	X	
Transparência	X	X
Condutividade	X	X

Variável	Águas superficiais	Poços artesianos
Cor verdadeira	X	X
Turbidez	X	X
Sólidos totais	X	X
QUÍMICAS		
PH	X	X
Oxigênio dissolvido	X	X
Demanda bioquímica de oxigênio	X	X
Fósforo total	X	
Ortofosfato	X	
Nitrogênio total	X	
Nitrato	X	
BIOLÓGICAS		
Clorofila a	X	
Coliformes totais	X	X

12.2.2.2. Cronograma

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Monitoramento dos recursos hídricos																
Legenda: Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.2.3. Processos Formativos em Saúde

12.2.3.1. Introdução e Justificativas

Atualmente, pode-se constatar um significativo crescimento demográfico entre os povos indígenas do Brasil, fato este associado aos esforços de conservação do ambiente natural, estabilização das relações interétnicas, demarcação das terras indígenas e melhoria do acesso aos serviços de atenção básica de saúde. No entanto, o perfil da morbidade está caracterizado por patamares altos de incidência de gastrintestinais agudas, malária, infecções respiratórias, tuberculose, desnutrição e doenças sexualmente transmissíveis. Observa-se que em áreas indígenas, onde a população está em estreito relacionamento com a sociedade nacional, como é o caso dos Karipuna e Karitiana, o aparecimento de novo perfil de morbidade, relacionados às mudanças no comportamento e estilo de vida. Assim, problemas como HIV, alcoolismo, hipertensão arterial, diabetes, câncer, cárie e doença periodontal, tendem a ser cada vez mais frequentes. Ocorre que a equipe de saúde encontra-se sobrecarregada e despreparada para lidar com esta situação problemática.

Esses atores, responsáveis em lidar diretamente com estas questões de saúde nas comunidades indígenas, necessitam de uma bagagem de conhecimento diferenciada, que traga consigo algo a mais que a simples formação técnica oferecida nas escolas de saúde. É necessária uma formação adicional que tangencie questões das ciências sociais, antropologia, etnologia, medicina tropical, nutrição, saúde reprodutiva, crescimento e desenvolvimento, urgência e emergência, saúde da família, ou seja, uma ampla revisão de conceitos e temáticas, além de uma reflexão sobre o olhar indígena acerca do processo saúde-doença. Ou seja, faz-se necessário a inserção de todos os profissionais envolvidos, desde o Agente Indígena de Saúde - AIS e Agente Indígena de Saneamento – AISAN, bem como os demais profissionais da Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena - EMSI. O contínuo processo de formação profissional em saúde pode ser apontado como meio de qualificação dos serviços prestados e ferramenta útil na mudança dos indicadores de saúde. Neste sentido, a identificação do grau de conhecimento dos AISs e AISANs bem como a oferta de conteúdos básicos constitui-se etapa necessária para adequar a disponibilidade assistencial em saúde indígena frente à nova demanda de saúde esperada, devido a impactos em saúde gerados pelas UHEs.

O AIS é um interlocutor entre a terapêutica tradicional indígena e a medicina ocidental. Sua formação deve ser baseada no diálogo intercultural, respeitando e considerando os pajés ou curadores tradicionais. Neste sentido, atividades de capacitação deverão considerar a visão de mundo e os conceitos do processo saúde-doença, o adoecer e o cuidar/curar, característicos de cada cultura, estabelecendo uma relação de complementaridade a favor da saúde e bem estar da população. Embora o grau de escolaridade não seja um fator limitante para o ingresso na formação inicial, os AIS e AISAN encontram muita dificuldade para acompanhar os módulos do curso de formação oferecidos pelo órgão da saúde indígena, principalmente em relação à Matemática e ao Português (leitura e interpretação). Esta demanda de escolarização vem sendo constantemente apresentada nas reuniões ligadas ao processo de formação nos DSEI como um empecilho para o acompanhamento do curso e redução dos problemas de desempenho dos AISs.

A alta rotatividade de profissionais em saúde indígena foi apontada pelo relatório de gestão do DSEI Porto Velho como um problema na qualidade da assistência em saúde. Capacitar estes profissionais em saúde, além de ser estratégico neste momento de transição em saúde

pública, fortalecerá o sistema de atenção à saúde indígena, o que garante rápido e eficaz atendimento aos indígenas, procedimento fundamental para a melhoria da atenção básica à saúde e controle de doenças e agravos em saúde. Investimentos em capacitação profissional, neste contexto de população circunscrita, traduz uma otimização dos cuidados e assistência, garantindo a maior resolutividade frente aos problemas que se instalarão na região de um modo mais amplo.

Outro foco de atenção deste sub-programa é a própria comunidade indígena como um todo. Devido o possível surgimento de surtos e agravos em saúde que potencialmente podem causar graves danos a saúde e vida das pessoas na região, como por exemplo, é o caso das doenças sexualmente transmissíveis, justificam-se ações de educação e orientação das coletividades. Neste sentido as ações de educação em saúde visam formar opinião e garantir acesso à informação básica aos indígenas para que não venham a se posicionar de forma vulnerável às possíveis formas de infecção. Além de melhorar o auto cuidado, ações educativas podem incentivar o controle social em ações de prevenção de doenças e agravos à saúde.

12.2.3.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Pretende-se com o programa, desenvolver ações formativas que instrumentalizem os diversos profissionais envolvidos, com mecanismos de compreensão e ação, visando atender as novas demandas de saúde, bem como dispor para a população aldeada informações pertinentes e de fácil compreensão.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicador
Identificar déficit de formação técnica entre os AISs e AISAN e oferecer módulos de capacitação necessários	Dispor instrumentação técnico-operacional para dar suporte e desenvolvimento às ações de monitoramento e prevenção em saúde indígena.	Registro de ações de saúde
Ministrar cursos de capacitação em indigenismo e saúde indígena e cursos de capacitação para AIS e AISAN nas aldeias	Capacitar profissionais de nível superior e médio para abordagem em saúde comunitária e etnicamente diferenciada Aumentar a capacidade resolutiva em saúde por parte dos recursos humanos Reduzir expressivamente o encaminhamento de indígenas para a cidade e serviços da rede do SUS;	Maior produtividade em saúde dos AIS e AISAN
Elaborar material bibliográfico específico que instrumentalize ações em saúde preventiva como cartazes e ilustrações	Dispor para a população indígena material de educação em saúde, de fácil acesso e compreensão	Produção bibliográfica em saúde
Realizar atividades formativas em saúde e controle de doenças nas aldeias junto à população segregando por grupos e temas	Discutir com os diversos grupos da comunidade, questões de saúde identificando potencialidades resolutivas e novas demandas em saúde	Redução da incidência de doenças de contágio

Objetivos específicos	Metas	Indicador
Realizar oficinas sobre saúde ambiental, coleta seletiva e manejo de dejetos, por grupos de interesse	Desenvolver uma consciência coletiva sobre o manejo e responsabilidade pelo lixo produzido	
	Orientar processos de trabalho coletivo e identificar futuros atores sociais no âmbito da saúde ambiental	

12.2.3.3. Metodologia

A) Instrumentalização para Agentes de Saúde Indígena

Serão organizados os cursos em distintos momentos e em consonância com as demais atividades deste PBA, de um modo geral e que garanta a integralidade do alcance destas ações. Serão ministrados ao longo do tempo de execução do subprograma, cursos orientados aos AISs e AISAN nas seguintes temáticas:

1) **Doenças Endêmicas** - Busca qualificar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), para atuarem em suas comunidades identificando os problemas de saúde relacionados às doenças endêmicas, decorrentes das mudanças do perfil epidemiológico nas comunidades indígenas.

2) **Manejo das DST/AIDS** - busca qualificar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), para atuarem em suas comunidades identificando os problemas de saúde relacionados às DST/AIDS e hepatites virais de transmissão sexual e hematogênica, decorrentes das mudanças do perfil epidemiológico nas comunidades indígenas.

3) **Parasitoses Intestinais e Doenças de Pele** - Busca qualificar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), para atuarem em suas comunidades identificando os problemas de saúde relacionados às parasitoses intestinais e doenças de pele, decorrentes da mudança do perfil epidemiológico nas comunidades indígenas.

4) **Saúde da Mulher, da Criança e Saúde Bucal** - Busca qualificar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) para atuarem em suas comunidades identificando os problemas de saúde nas diversas fases do ciclo biológico e desenvolvendo ações de promoção à saúde da mulher, criança e saúde bucal.

5) **Saúde do Adulto e Urgência e Emergência** – Busca qualificar os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) para atuarem em suas comunidades atendendo às necessidades de saúde dos adultos e principalmente aqueles que já são idosos, enfocando suas atividades fundamentalmente na promoção da saúde, buscando resolução precoce e livre de riscos para esta população.

Pretende-se em parceria com a SESAI adquirir material bibliográfico necessário para a execução destes cursos, valorizando assim os programas de formação em saúde indígenas já existentes no ministério da saúde. A princípio a idéia é que a SAE contribua com a logística e subsídios necessários a execução das ações. Será necessária também a adequação de uma agenda de atividades junto aos indígenas de modo que esta seja flexível à interação dos programas de saúde e demais sub-programas deste PBA como um todo.

Os cursos de capacitação estarão também diretamente relacionados aos sub-programas anteriormente delineados como no caso do sub-programa de Saneamento e o de Infraestrutura em Saúde. Neste contexto enfatiza-se o processo de capacitação dos AISAN

que visa possibilitar estes a identificar as condições ambientais da comunidade e os mananciais disponíveis para o abastecimento de água; reconhecer as doenças relacionadas com a água, dejetos e lixo, e promover melhorias nas condições de saneamento; promover e orientar a execução de sistemas alternativos para abastecimento de água, destino de dejetos, melhoria habitacional e controle de vetores e roedores de acordo com a realidade de sua comunidade; auxiliar e supervisionar na operação dos sistemas de abastecimento de água e outros projetos de saneamento implantados na sua área de atuação, bem como a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos; executar inquéritos sanitários domiciliares e auxiliar em estudos preliminares para a implantação de pequenas obras de saneamento como proteção de fontes, poços rasos, cisternas, banheiros, fossas secas, fossas sépticas e outros.

Serão também programadas junto ao LACEN-RO atividade de capacitação em microscopia. Esta capacitação será destinada aos indígenas que forem indicados pela comunidade e através de manifestação de interesse. Ressalta-se que foi mencionado o interesse pelos profissionais indígenas de saúde, AIS e AISAN na fase de diagnóstico, em receber este treinamento.

12.2.3.4. Instrumentalização para Profissionais da Saúde Indígena

Serão realizadas ainda atividades de capacitação e aperfeiçoamento direcionadas ao pessoal de nível médio e superior em 4 módulos nas seguintes temáticas propostas:

1) **Introdução à Saúde de Populações Indígenas** - O curso "Introdução à Saúde dos Povos Indígenas no Brasil" pretende apresentar um panorama da temática saúde indígena. Será discutido como a partir da análise do processo saúde-doença é possível melhor compreender a dinâmica de relações entre os povos indígenas e a sociedade nacional envolvente. O curso também enfatizará comparações entre o quadro epidemiológico dos povos indígenas e aquele da população brasileira em geral, com vistas a análises de determinantes e gênese de desigualdades.

2) **Introdução à Antropologia Médica** – Conhecimento sobre compreensão dos fenômenos relacionados ao processo saúde/doença, tanto individual como coletivamente e cosmologia indígena em saúde.

3) **Epidemiologia e Sistemas de Informação em Saúde** - Discussão sobre registro, uso do sistemas de informação e operacionalização da informação em saúde. Principais indicadores epidemiológicos e suas implicações para o gerenciamento em saúde.

4) **Saúde Reprodutiva e Saúde da Mulher Indígena** - O curso "Saúde Reprodutiva e Saúde da Mulher Indígena" pretende rever os principais temas nos campos da saúde reprodutiva e saúde da mulher, enfatizando os desafios para a implementação de programas em populações culturalmente diferenciadas. Serão abordadas metodologias aplicadas à realização de pesquisas operacionais sobre o tema entre comunidades indígenas, assim como a implementação e avaliação de programas. Serão também discutidas abordagens preventivas das doenças sexualmente transmitidas e câncer entre mulheres indígenas.

Pretende-se através de parceria com Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia – CESIR (<http://www.cesir.unir.br/cesir.html>), elaborar estratégias para a execução destes

módulos de capacitação juntamente com a anuência da SESAI no sentido do planejamento ao longo dos anos e inclusão destas agendas nas atividades dos profissionais em saúde indígena. Estes cursos, para os profissionais de nível médio e superior terão duração em média de 40 horas e contarão com a parceria da UNIR para oferecimento de salas de aula.

12.2.3.5. Educação em Saúde Pública e Saúde Ambiental

Mudanças de hábitos e comportamentos em saúde pressupõem novos conceitos e discussão permanente sobre mudanças no cotidiano da realidade sanitária e epidemiológica. No contexto transcultural que se insere esta discussão deve-se observar também aspectos cosmológicos e de como o indígena entende seu corpo, a interação com o meio e os enfrentamentos sociais que permeiam a saúde. Diante destas necessidades serão abordados temas relacionados aos impactos previstos devido à mudança no contexto regional esperado e alteração ambiental, redução de caça e pesca e exaustão gradativa de recursos naturais, dependência dos produtos industrializados e conseqüente poluição ambiental derivada deste consumo. Serão realizadas oficinas e reuniões que visam discutir os seguintes 7 temas:

- 1) **Doenças Endêmicas** – Pretende construir junto com os indígenas informações pertinentes ao conhecimento da população da cadeia de transmissão e efeitos potenciadores do surgimento de problemas em saúde;
- 2) **DSTs/AIDS** – Discutir com grupos focais situações de risco e dinâmica endêmica para os agravos de interesse.
- 3) **Saúde Bucal** – Conscientização e construção de cartazes com grupos focais sobre saúde bucal;
- 5) **Nutrição e Alimentação** – Fatores que interferem na saúde humana a partir do cotidiano alimentar indígena.
- 6) **Gestão de resíduos sólidos e Saúde ambiental** – Manejo dos resíduos sólidos, identificação de potencial reciclável e uso de equipamentos de limpeza. Manejo de resíduos sólidos orgânicos e a necessidade de participação na oficina de compostagem (produção de adubo a partir de resíduos orgânicos) realizado pelo Programa de Produção e Sustentabilidade.
- 7) **Gestão de efluentes** – Discutir os princípios da agroecologia na gestão de água cinza (proveniente da limpeza dos domicílios) e água negra (proveniente dos vasos sanitários). Deve-se prever ações práticas em um projeto experimental para o tratamento de efluentes, como sistemas de filtragem e construção de fossas sépticas, a partir de técnicas agroecológicas reconhecidamente mais sustentáveis⁶.
- 8) **Saúde da Mulher Indígena** – Orientações em saúde e debates sobre qualidade de vida e saúde.

⁶ Verificar exemplos práticos, como sugeridos pelo ECOCENTRO (<http://www.ecocentro.org/vida-sustentavel/saneamento/>) e pelo IPEA (<http://www.ipemabrazil.org.br/institutoweb13.htm#Banheiro>) Com o manejo adequado, os dejetos humanos se transformam em fertilizante para o solo.

Cada atividade formativa terá a duração de 10 h desenvolvidas em 2 dias pelo profissional em campo. A metodologia de cada temática deve prever atividades teóricas e práticas para a população como um todo e para grupos específicos. O público-alvo é a população indígena Karitiana e Karipuna, fortalecendo a interação interétnica, organizadas em grupos focais. Cada oficina deverá prever a produção de material bibliográfico educativo em linguagem acessível e no idioma de interesse e com ilustrações indígenas.

Quadro 12-1 Resumo – Processos Formativos em Saúde

ATIVIDADE FORMATIVA	ETAPAS /CARGA HORÁRIA	ETAPAS/ ENCONTROS	PÚBLICO ALVO
Instrumentalização para Agentes da Saúde indígena	5 x 100h	5	AIS e AISAN
Instrumentalização para Profissionais da Saúde indígena	4 x 40h	4	Profissionais de saúde indígena de nível médio e superior
Educação em saúde pública e saúde ambiental	8 x 10 h	8	População indígena Karitiana e Karipuna

12.2.3.6. Elementos de Custo

RECURSOS HUMANOS	
Descrição	Quantidade carga horária
Mestre em Ciências da Saúde e/ou Antropologia que atue na área Saúde Indígena	40 h x 4
Médico ou Enfermeiro com experiência em Saúde Indígena	100h x 5
Profissional de Saúde graduado com experiência em Saúde Indígena para realizar Oficinas de educação em saúde e meio ambiente nas TIs	40 h x 14
Agentes indígenas	8 meses

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIA L/ ATIVIDADE	Q T	DESCRIÇÃO
Computador	1	Intel Core i5 dual core de 2,4GHz SDRAM DDR3 4GB 1333MHz - 2x2GB Drive Serial ATA de 500GB, 5400 rpm SuperDrive 8x (DVD±R DL/DVD±RW/CD-RW) Teclado da

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIA AL/ ATIVIDA DE	Q T	DESCRIÇÃO
		Apple (US) + Manual do Usuário (Português)
Extensão elétrica	1	Com três tomadas, 10 m
Projetor multimídia	1	Projetor Portátil Multimídia
Serviços de gráfica		Cartazes, material bibliográfico
Aquisição de material audiovisual – DVD	20	
Caixa Tupperware grande	2	
Materiais de papelaria		QT
Caixa arquivo		50
Caixa plástica (tupperware)		2
Quadro magnético branco (1,20m x 0,90m)		1
Pincel para quadro branco (cx)		3
Apagador para quadro branco (unid)		1
Caderneta de campo		10
Borracha branca (unid)		30
Lápis (cx c/ 12)		2
Canetas (cx c/ 25)		2

RECURSOS MATERIAIS		
MATERIA AL/ ATIVIDADE	Q T	DESCRIÇÃO
Giz de Cera (pacote c/12)	30	
Canetinhas coloridas (kit c/ 12)	30	
Pastas plásticas com elástico	30	
Fita gomada (rolo)	3	
Cartolina (pacote c/ 10)	5	
CD Virgem (pacote c/ 25)	1	
Papel A4 (resma)	2	

12.2.3.7. Cronograma

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Ações de educação em saúde pública e saúde ambiental – OFICINAS						Alto		Alto		Alto		Alto		Alto		Alto
Atividade formativa para AIS e AISAN – CURSOS EM MÓDULOS						Médio				Médio				Médio		
Instrumentalização em Saúde Indígena profissionais - CURSOS EM MÓDULOS						Médio				Médio				Médio		
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.2.3.8. Articulação Institucional

Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, Distrito Sanitário Especial Indígena de Rondônia - DSEI Porto Velho, UNIR; Fundação Oswaldo Cruz Manaus;

12.2.3.9. Interação com Outros Programas Ambientais

Educação e Valorização Cultural, Programa de Valorização de Práticas Indígenas de Alimentação e Saúde, Programa de Produção e Sustentabilidade, oficina de compostagem (produção de adubo a partir de resíduos orgânicos); Programa Básico Ambiental – componente indígena UHE Jirau

12.2.3.10. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1999. Lei Orgânica do SUS: dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Promoção da Saúde, com o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394/96

12.2.3.11. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO			FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA CAMBUY	OLIVEIRA	SANCHO	NUTRIÇÃO/ ANTROPOLOGIA SOCIAL	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES			ENFERMEIRO	CI 12212148-8

12.2.3.12. Referências Bibliográficas

MEYER, Dagmar E. Estermann; KLEIN, Carin and ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. *Educ. rev.* [online]. 2007, n.46, pp. 219-239. ISSN 0102-4698.

Morais, P. & Ferreira, R.N.C. A Formação de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. DEPARTAMENTO DE SAÚDE INDÍGENA FUNASA - MS, Brasil - 1999 a 2006.

Ministério da Saúde, 2004. SGETS/DEGES. Termo de referência para a execução da formação do profissional agente comunitário de saúde – versão preliminar. Mimeo. Brasília. Referencial para a formação de agentes comunitários indígenas de saúde / proposta elaborada pela Associação Saúde Sem Limites. -- São Paulo : Saúde Sem Limites, 2005.

SOUZA, Greice de Brito; SA, Pedro Henrique do Rosário Nogueira de; JUNQUEIRA, Simone Rennó and FRIAS, Antônio Carlos. Avaliação dos procedimentos coletivos em saúde bucal: percepção de adolescentes de Embu, SP. *Saude soc.* [online]. 2007, vol.16, n.3, pp. 138-148. ISSN 0104-1290.

12.2.4. Avaliação Nutricional e Segurança Alimentar

12.2.4.1. Introdução e Justificativas

As condições de alimentação e nutrição dos povos indígenas no Brasil ainda são exiguamente conhecidas. É possível averiguar na literatura que as desordens carências são os principais problemas de ordem nutricional entre os indígenas, além da ocorrência de obesidade e problemas metabólicos (Ribas, 2003). A desnutrição infantil assume proporções preocupantes, com prevalências de anemia e déficits de altura superiores às médias regionais e nacionais, enquanto a obesidade entre os adultos começa a constituir um sério problema em algumas etnias, associada ao surgimento de doenças crônicas não-transmissíveis. Dado o contexto de mudança no cenário socioeconômico, decorrente dos empreendimentos hidrelétricos, onde há uma significativa diminuição do poder de compra de alimentos por parte dos indígenas e a crescente dificuldade de produção de alimentos na área indígena, visualiza-se um prognóstico insatisfatório do ponto de vista da disponibilidade de gêneros alimentícios e segurança nutricional. Observa-se ainda a perda de elementos tradicionais de plantio e cultura alimentar, e diminuição da manutenção de práticas da cultura alimentar, que agravam a situação das doenças relacionadas à nutrição inadequada.

A diminuição no acesso a recursos alimentares, como caças e peixes, foi atribuído ao aumento na invasão das TI's por madeireiros, pescadores, caçadores e grileiros, além do aumento nos desmatamentos, temas apontados nos estudos de impacto ambiental e contemplados na matriz de impacto. De modo geral, foi observado que caças estão cada vez mais distantes das habitações, demandando maior tempo e esforço para garantir carne para as famílias. Também foram observadas que determinadas espécies de peixes importantes à alimentação já não são encontradas com facilidade, além de muitas estarem em quantidades reduzidas. A disponibilidade de oferta de alimentos locais é agravada nos períodos de chuvas, em que as atividades de caça, pesca e roçado ficam comprometidas. A produção de alimentos no roçado também foi afetada, visto que roças familiares e coletivas são abandonadas quando indígenas, sobretudo os homens da casa, saem para atividades na cidade, situação que se tornou mais freqüente. Este quadro gera o gradativo aumento da dependência por alimentos industrializados, que além de prejudiciais à saúde, interferem na manutenção de preparos tradicionais.

Ao passo que os Karitiana e Karipuna dependem dos produtos industrializados para garantir a subsistência, visto que não são auto-suficientes em termos produtivos e, ainda, incorporaram hábitos alimentares ocidentais, atualmente sofrem com o aumento do preço das mercadorias na cidade, reflexo do crescimento populacional vivenciado por Porto Velho. Como a dependência dos alimentos industrializados já está instaurada há anos, o aumento dos preços faz com que muitos não consigam adquirir suprimentos em quantidade para a família, passando por momentos de privação. Ressalta-se que não se trata de falta absoluta de alimentos, visto que os indígenas dispõem de alimentos locais, como macaxeira, frutos e

caças. Todavia, os indígenas não dispensam o consumo de alimentos exóticos, como o café, o açúcar, o arroz, o feijão, o óleo, o sal, o macarrão e biscoitos, e ocorre frustração quando não podem garanti-los em quantidade para a família.

Como as idas para a cidade se tornaram mais constantes e houve aumento na renda de algumas famílias depois da instalação da UHE Santo Antônio, por outro lado, alguns indígenas passaram a ter maior poder de compra. Um conjunto de situações incentiva o consumismo e a má alimentação, desde o maior contato com o comércio e propagandas, até a necessidade de maior praticidade no preparo de refeições, visto que houve mudanças nas atividades cotidianas que alteraram dinâmicas comunitárias de produção e beneficiamento de alimentos no local. Isso potencializa o processo de mudanças de hábitos alimentares e, por sua vez, expõe indígenas aos agravos à saúde provenientes de uma alimentação essencialmente industrializada, desde síndromes metabólicas até aumento da incidência de cáries dentárias, por se tratar de alimentos com maior capacidade cariogênica em um contexto histórico em que hábitos ocidentais de higiene bucal não são priorizados. Houve, ainda, situações de diminuição no nível de atividades físicas e gasto calórico, contribuindo para o aumento dos casos de sobrepeso e obesidade.

Ocorre um processo globalizado de transição epidemiológica, em que se identificam importantes alterações nos padrões saúde/doença das populações, que ocorre concomitante ao processo de transição nutricional, pois alterações na dieta e estilo de vida resultam em modificações na composição corporal dos indivíduos e perfil de saúde. Se os principais problemas de saúde historicamente se davam em decorrência de doenças infecciosas associadas à desnutrição, fome e condições sanitárias ambientais inadequadas, atualmente a elevada prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) associadas ao estilo de vida urbano-industriais exigem cada vez mais a atenção dos órgãos de saúde pública (MONDINI, GIMENO; 2011).

O I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos indígenas, realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), com financiamento do Banco Mundial, sob encomenda da FUNASA, confirma que o processo de transição epidemiológica acomete as populações indígenas. Os dados foram coletados aleatoriamente em 5.277 domicílios, em 113 aldeias. Foram examinadas informações de 6.285 crianças e de mais 6.707 mulheres de 14 a 49 anos. Os resultados apontaram que uma de cada cinco crianças indígenas de até cinco anos no Brasil tem estatura menor do que o esperado para a sua idade e mais da metade sofre de anemia. Na Região Norte, a situação mostrou ser ainda mais grave: 41,1% estava abaixo da estatura esperada para a idade e 66% tinha anemia. De acordo com o inquérito, quase 38% das crianças indígenas nortistas tiveram diarreia na semana que antecedeu à pesquisa. Entre as mulheres indígenas, chamou a atenção a ocorrência de problemas de saúde verificados na população urbana não indígena: peso acima do normal (30,2%); obesidade (15,7%); e pressão arterial (8,9%); e também problemas de nutrição como anemia: 32,7% em mulheres e 35,2% em gestantes.

Estudos realizados em 2010/2011 com índios Xavantes dos territórios de sangradouro e São Marcos, no leste de Mato Grosso, indicaram que dos 935 indígenas acima de 18 anos avaliados, 33% das mulheres e 15% dos homens apresentavam diabetes melitos tipo 2, e ainda 34,2% encontravam-se pré-diabéticos. A obesidade, que favorece o aparecimento da doença, atinge 51,1% das mulheres e 46% dos homens, sendo possível afirmar que metade

dos adultos xavantes pesquisados apresentavam obesidade. O médico e pesquisador Vieira-Filho, da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), que está entre os pesquisadores que realizaram o estudo, avalia que a base dos problemas está na mudança dos hábitos alimentares tradicionais, em que indígenas abandonaram roçados e costumes, por críticas de “civilizados incultos”, como o de comerem insetos que fornecia aporte protéico às dietas. Ao realizar estudos com indígenas Xicrins e Gaviões Parcatégês do Pará, constatou que a política desenvolvimentista do Estado que levou para o interior das terras indígenas estradas de rodagem e linhas de eletricidade, levou também agravos como diabetes. Com o dinheiro das indenizações, indígenas passaram a comprar alimentos industrializados, a origem do problema.

Esta situação apontada indica que o incremento de renda entre indígenas pode trazer sérios riscos à saúde se eles não forem acompanhados periodicamente, o que justifica a atenção redobrada entre os indígenas Karipuna e Karitiana. Ao se constatar os fatores de risco para um conjunto de doenças de ordem alimentar e nutricional, verifica-se que os indígenas Karipuna e Karitiana vivenciam o processo de transição epidemiologia concomitantemente ao processo de transição nutricional. Com a expansão das frentes econômicas, desmatamento e agora a chegada efetiva do complexo hidrelétrico, a diversidade da dieta tem sido afetada pela escassez de alimentos locais e houve aumento da dependência dos alimentos industrializados, além de mudanças nos hábitos alimentares tradicionais, com impactos significativos na saúde.

O programa de vigilância alimentar e nutricional propõe, portanto, conhecer em profundidade a situação nutricional e doenças correlacionadas dos indígenas em questão para identificar exatamente quais os principais agravos e indivíduos em risco. As evidências epidemiológicas tornam-se necessárias para direcionar intervenções que trabalhem a partir do controle dos fatores de risco indicados. A partir da identificação da realidade e ações de atenção básica, bem identificar como políticas públicas poderão ser direcionadas para as diferentes situações.

12.2.4.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Monitorar a situação alimentar, nutricional e socioeconômica das etnias a fim de identificar indivíduos e grupos em situação de risco, apoiando a execução de ações e políticas de segurança alimentar e nutricional.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
1. Identificar ações já desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e os dados produzidos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN indígena nos últimos dois anos. Analisar	Descrever as ações e atividades desenvolvidas pelo SISVAN indígena, delinear o perfil histórico das políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição indígena, bem como produzir um documento com os resultados já levantados pelo	Indicar como ocorreu a implementação das ações de vigilância alimentar e nutricional no âmbito das ações básicas de saúde no SUS (Portaria nº 2.246, de 18 de outubro de 2004), o cumprimento à Lei Orgânica de Segurança

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	INDICADORES
estas informações em nutrição e saúde junto ao SISVAN Indígena e o subprograma de Vigilância em Saúde.	SISVAN Indígena nos últimos dois anos, a fim de traçar a evolução do perfil nutricional dos indígenas acompanhados pelo sistema.	Alimentar (Lei nº11.346) e as ações de promoção da alimentação saudável em comunidades indígenas (Portaria 2.405/2002 do Ministério da Saúde).
2. Produzir periodicamente informações sobre o estado nutricional, a situação alimentar, a introdução de novas práticas alimentares, a realidade socioeconômica, o acesso a direitos e benefícios sociais, bem como a efetividade de ações implantadas na área da segurança alimentar e nutricional.	Estruturar instrumentos de avaliação para identificar a situação alimentar, nutricional e socioeconômica de 100 % dos indígenas no primeiro ano. Acompanhar a evolução dessas informações no mínimo duas vezes ao ano, ao final dos períodos de seca e de chuvas, com indivíduos e grupos de risco. Inserir dados e informações em relatórios.	Relatórios anuais preenchidos adequadamente indicam se a coleta de dados foi feita com 100% dos indígenas. Relatórios com a periodicidade semestral indicam se indivíduos e grupos de risco estão sendo acompanhados.
3. Sistematizar dados sobre a situação alimentar e estado nutricional dos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), indicando indivíduos e grupos em situação de risco.	Indicar situações emergenciais de insegurança alimentar. Descrever os indivíduos e grupos em situação de risco.	Indicadores de consumo alimentar, antropométricos, clínicos e biológicos utilizados pela Organização Mundial de Saúde – OMS e Ministério da Saúde – MS.
4. Subsidiar ações para sanar distúrbios alimentares, nutricionais e de saúde encontrados, desde medidas emergenciais até ações estruturantes em conformidade com políticas públicas já existentes.	Apoio à execução ações e políticas de segurança alimentar e nutricional com vistas a promover a saúde nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada.	Adequação aos objetivos e diretrizes definidos pela Política Nacional de Segurança Alimentar (Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010).

12.2.4.3. Metodologia

1. Realizar pesquisa bibliográfica e documental sobre a alimentação e nutrição dos indígenas Karitiana e Karipuna. Obter, sistematizar e analisar os dados do SISVAN indígena do DSEI Porto Velho, bem como descrever o processo histórico de

implantação de políticas públicas de alimentação e nutrição entre os indígenas, como os programas de alimentação escolar, programa Bolsa Família, programas de suplementação de nutrientes, vigilância alimentar e nutricional, distribuição de cestas de alimentos, entre outros. Produzir um relatório com estas informações em parceria com o DSEI Porto Velho.

2. Primeira etapa para monitoramento da situação socioeconômica, alimentar e nutricional: Estruturar instrumentos e métodos de vigilância alimentar e nutricional que contemplem: 1) **Indicadores socioeconômicos**, que apontem o acesso à renda, direitos e benefícios sociais, bem como as especificidades das diferentes famílias; 3) Indicadores de consumo alimentar, disponibilidade de itens alimentares e introdução de novas práticas; 2) **Indicadores antropométricos** de peso e altura/estatura, preconizados para cada fase do ciclo de vida dos indivíduos (lactantes, crianças, gestantes, adolescentes, adultos, idosos), e de circunferência abdominal para adultos; 3) **Indicadores biológicos e clínicos** para identificar anemia, diabetes e hipertensão. Realizar trabalhos de campo de acordo com o cronograma de atividades. Para levantar a situação socioeconômica, priorizar a presença de um antropólogo acompanhando as ações do profissional de saúde responsável. Indicadores antropométricos, clínicos e biológicos devem ser mensurados por nutricionista e técnico de enfermagem, cujas ações devem integrar as experiências e ações da EMSI, priorizando realizar atividades de campo junto a essas equipes. Período: aplicar os instrumentos e métodos de avaliação uma vez ao ano com a totalidade dos indígenas (público-alvo). Selecionar indicadores e aplicar com indivíduos e grupos de risco identificados (público-alvo) semestralmente, ao final dos períodos de seca e chuva.
3. Segunda etapa para monitoramento da situação socioeconômica, alimentar e nutricional: processar, analisar, interpretar e divulgar dados sobre a situação alimentar e estado nutricional dos indígenas no pólo-base de Porto Velho, a partir de indicadores atualizados e preconizados para a população em questão. Apontar situações emergenciais de insegurança alimentar. Indicar indivíduos e grupos em situação de risco. Descrever os indivíduos e grupos em situação de risco nutricional, baixo peso, sobrepeso e obesidade. Indicar a prevalência de anemia, diabetes e hipertensão. Acompanhar o padrão de crescimento e desenvolvimento das crianças. Caracterizar situações de anemia e baixo peso em gestantes e crianças. Verificar indivíduos em risco aumentado para DCNT. Produzir relatórios semestrais compactados e relatórios anuais descritivos. Período: até dois meses após os trabalhos de campo, de acordo com o cronograma de atividades.
4. Elaborar e implantar ações de intervenção integradas às políticas públicas já existentes e aos programas do PBA. Deve-se planejar desde medidas emergenciais até ações estruturantes. Portanto, priorizar acompanhar de forma contínua as famílias alvo de preocupação e, nos casos emergenciais, planejar ações de intervenção em saúde, alimentação e nutrição, como exames laboratoriais complementares e suplementos alimentares não garantidos pelo serviço de saúde. Para tanto, um fundo está previsto a atender estes casos mais críticos. Para promover a segurança alimentar e nutricional, de modo a prevenir e sanar distúrbios alimentares, nutricionais e de saúde, deve-se planejar ações interligadas a políticas existentes e aos

programas do PBA. No programa de Produção e Sustentabilidade, acompanhar o adequado suprimento de produtos agrícolas e da criação animal, bem como a garantia de renda para as famílias indígenas. No programa de Proteção Territorial, verificar a efetividade de ações que garantam o provimento de alimentos locais das atividades de caça, pesca e extrativismo. No sub programa de Revitalização das Práticas Indígenas de Alimentação, incentivar a manutenção de práticas de beneficiamento dos alimentos indígenas e de comensalidade aldeã. O sub programas de Processos Formativos em Saúde, por sua vez, deverá prever oficinas de educação nutricional e hábitos de vida saudáveis. Garantir o controle social indígena durante todas as tomadas de decisão. Elaborar relatórios periódicos. Período: subsequente à entrega de relatórios do monitoramento da situação socioeconômica, alimentar e nutricional, de acordo com o cronograma de atividades.

12.2.4.4. Elementos de Custo

RECURSOS HUMANOS		
Descrição	Quantidade carga horária	
Consultor com formação em sociologia e saúde	1 x 8 meses	
Nutricionista com experiência em Saúde Pública	1 x 16 meses	
Técnico em enfermagem	1 x 8 meses	
Agente Indígena	4 x 8 meses	
RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Computador	1	Intel Core i7 de quatro núcleos de 2,4GHz SDRAM DDR3 4GB 1333MHz - 2x2GB Drive Serial ATA de 750GB, 5400 rpm SuperDrive 8x (DVD±R DL/DVD±RW/CD-RW) Tela widescreen brilhante de alta resolução do MacBook Pro de 17 polegadas Teclado da Apple (US) + Manual do Usuário (Português)
Caixa tupperware	2	
Pen drive	2	Kingston 4
Balança	2	Balanças de plataforma digital, portáteis e com precisão de 50 ou 100g
Balanças pediátrica	2	Balanças pediátrica digital, portáteis e com precisão de 5 ou 10g

RECURSOS HUMANOS		
Descrição		Quantidade carga horária
Estadiômetro	2	Estadiômetros com precisão de 0,1cm
Antropômetro	2	Antropômetros infantil ou infantômetro com precisão de 0,1cm
Baterias/pilhas	10 cx	Baterias e pilhas para aparelhos digitais
Fita métricas	4	Fitas métricas flexível e inelástica, com 0,5 a 1cm de largura
Hemoglobinômetros Portáteis	2	Deve proporcionar análise de amostra de sangue capilar, venoso ou arterial. Deve acompanhar manual e material para calibração.
Microcurvetas para hemoglobinômetros	2000	Descartáveis para hemoglobinômetros – caixa com 50
Glicosímetros	4	De glicose portátil, com display digital e calibração automática
Kit de fitas testes para glicosímetro	1000	Caixa com 50 tiras
Lancetas para medidor de glicose	1000	Caixa com 100
Tensiômetro digital	3	Tensiômetro de pulso digital portátil
Fundo para exames e suplementos alimentares		Fundo para laboratoriais complementares em situações risco

12.2.4.5. Cronograma

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Levantamento de dados, políticas e ações em SAN (DSEI)			■	■												
Monitoramento da situação socioeconômica, alimentar e nutricional					■			■					■			■
Apoio à execução de ações e políticas de segurança alimentar e nutricional					■		■		■	■			■		■	

Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004. Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Portaria nº 2.608/ GM, de 28 de dezembro de 2005. Define recursos financeiros da vigilância em saúde para incentivar a estruturação de ações de vigilância e prevenção de doenças e de agravos não-transmissíveis por parte das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde das capitais brasileiras.

Portaria Interministerial nº 1.010, de 08 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola.

Portaria nº 2.362, de 1º de dezembro de 2005. Reestrutura o Programa Nacional de Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo – DDI, designado por Pró-Iodo.

Portaria nº 730, de 13 de maio de 2005. Institui o Programa Nacional de Suplementação de Ferro, destinado à prevenir a anemia ferropriva e dá outras providências.

Portaria nº 729, de 13 de maio de 2005. Institui o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A e dá outras providências.

Portaria nº 33, de 13 de janeiro de 1998. Adota valores como níveis de IDR para vitaminas, minerais e proteínas

12.2.4.9. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ SOCIAL ANTRPOLOGIA	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	CI 12202148-8

12.2.4.10. Referências Bibliográficas

CNDSS (Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde). As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. Relatório Final. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. Disponível em: <http://www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio.pdf>

WELSH, S., DAVIS, C., SHAW, A. Development of the food guide pyramid. Nutrition Today, Annapolis, v.27, n.6, p.12-23, 1992.

Philippi, Sonia Tucunduva et al. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. Rev. Nutr., Abr 1999, vol.12, no.1, p.65-80. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v12n1/v12n1a06.pdf>> Acesso em 28/08/2011.

LEITE, Maurício Soares; SANTOS, Ricardo Ventura and COIMBRA JR., Carlos E. A.. Sazonalidade e estado nutricional de populações indígenas: o caso Wari', Rondônia, Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23, n.11, pp. 2631-2642. ISSN 0102-311X.

KEPPLE, Anne W. GUBERT, Muriel B. CORREA, Ana M S. Instrumentos de Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 73 - 97.

VASCONCELOS, Francisco de A. G. Avaliação Nutricional de Coletividades. 4ª Ed. Florianópolis: editora da UFSC, 2007.

ESTER, Longdon E. Políticas Públicas de Saúde Indígena: implicações para minorias e saúde reprodutiva. In: MONTEIRO, Simone. SANSONE, Livio. (org.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. P. 211 - 226.

LEÃO, Marília M. RECINE, Elisabetta. O Direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 471 - 488.

CARDOSO, Andrey M. MATTOS, Inês E. KOIFMAN, Rosalina. Prevalência de fatores de risco para doenças cardiovasculares na população Guarani-Mbyá do estado do Rio de Janeiro. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (2): 345 – 354, mar-abr, 2001.

Ministério da Saúde: Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2008.

ESCOBAR, Ana Lúcia. SANTOS, Ricardo V. COIMBRA JR., Carlos E. Avaliação nutricional de crianças indígenas Pakaanóva (Wari), Rondônia, Brasil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil. Recife 3 (4): 457 – 461, out/ dez, 2003.

KONSTONTYNER, Tulio. BRAGA, Josefina. TADDEI, José. Anemias carenciais. . In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 197- 209.

FUCHS, Sandra. FUCHS, Flavio. Hipertensão Arterial Sistêmica. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 471 - 488.

LUFT, Viian. SCHIMIDT, Maria. DUNCAN, Bruce. Diabetes Melito. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 310-323

MONDINI, Lenise. GIMENO, Suely. Transição Nutricional: Significado, Determinantes e Prognóstico. In: TADDEI Et al. Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. P. 562-575.

Índios Obesos: dieta dos brancos induz índios à obesidade. REVISTA PLANETA, ano 39, edição 479. Editora Três: Nov/ 2011.

12.3. Subprograma de Práticas Tradicionais Indígenas de Alimentação e Saúde

Partindo-se do pressuposto de que existem muitas formas de conhecimento, bem como vários caminhos para a construção de sistemas de conhecimentos, não se deve conceber nenhuma forma de saber como único ou superior. Saberes são culturalmente constituídos pelos diferentes povos, relacionados às experiências históricas e às regiões onde vivem. Portanto, existem formas diferenciadas de se conceber o mundo e interagir com ele. Com o processo saúde doença não poderia ser diferente, pois cada povo experiência de uma forma única a concepção de saúde e as intervenções terapêuticas.

Os povos indígenas vivenciam há milhares de anos uma relação bastante íntima com a natureza, de forma que o conhecimento terapêutico é baseado em experimentações que perpassam gerações por sua eficácia, que induz estratégias de manutenção. A utilização de plantas e elementos naturais não é isolada das práticas xamânicas, que permeiam a relação com o transcendente por reconhecerem sua importância nos processos de cura.

A estigmatização dos saberes indígenas por povos dominantes, que colocam o conhecimento biomédico em posição hierarquicamente superior às demais formas de saberes, tende a difundir a desvalorização dos processos de cura e prevenção de doenças que não se enquadrem nos preceitos de um saber científico. Ocorre que o próprio saber biomédico foi culturalmente constituído pela comunidade científica, e como tal, não é universalmente aplicável, tendo em vista que nem sempre é eficaz. Isso ocorre, sobretudo, quando envolve a cura de doenças cujas origens, e conseqüentemente as formas de tratamento, vão além do plano biológico, como foi concebido entre os indígenas Karipuna e Karitiana.

Além da utilização de plantas medicinais, o tratamento historicamente perpassa um conjunto de processos que buscam a harmonização com as reconhecidas forças da natureza e seres espirituais, de modo que animais são sacrificados, cantos são invocados e rezas são proferidas, em ritos que reconhecem que a cura da natureza espiritual humana é tão importante quanto a cura do corpo físico. Os alimentos mostraram ter essa propriedade de nutrir corpos, mas, sobretudo, as relações, sejam elas sociais ou as relações com o transcendente em circuitos de reciprocidade.

As trocas que ocorrem na produção, distribuição e consumo de alimentos estão inscritas em um sistema de prestações totais, que pressupõe as obrigações de dar, receber e retribuir, como indicou Mauss (1974, p. 45). Prestações e contra-prestações feitas de forma voluntárias são, no fundo, rigorosamente obrigatórias. Isso porque não se trata de simples trocas de bens e riquezas por parte dos indivíduos. Troca-se, sobretudo, gentilezas que alimentam as relações sociais, pois são as coletividade que se obrigam mutuamente, trocam e contratam. Para o autor a reciprocidade produz efeitos não só sobre o homem, mas também sobre as almas dos mortos que a ele assistem e sobre a natureza. Considera que os espíritos dos mortos e dos deuses são os verdadeiros proprietários das coisas e dos bens do mundo, o que faz com que seja ainda mais necessário estabelecer trocas com eles, e ainda mais perigoso não trocar. Acredita-se, com isso, ser possível afastar maus espíritos e más influências, já que as dádivas, tanto aos homens quanto aos deuses, tem por objetivo comprar a paz.

A falta de reconhecimento e a desvalorização das práticas tradicionais indígenas de alimentação e saúde teve início no tempo da colonização e remete a um longo processo de resistências e concessões dos indígenas ante povos dominadores. Hoje mais do que nunca encontram-se ameaçadas as estratégias de manutenção de tais práticas entre os indígenas Karipuna e Karitiana. Eles vivenciam a estreita relação com o ambiente urbano e as formas diferenciadas de viver, comer, tratar as doenças, e assim por diante, com repercussões em mudanças de hábitos do grupo refletidas no aldeamento. Além disso, já não dispõe dos recursos naturais que subsidiam as práticas indígenas.

Desta forma, a unidade social das etnias tem se demonstrado fragmentada, não mais se observando um sistema de aprendizado tradicional capaz de perpetuar para as próximas gerações as informações sobre o uso e preparo de medicinas e alimentos tradicionais. Muitos indígenas abordados neste estudo, embora reconheçam a importância da manutenção de práticas culturais, não desenvolvem estratégias suficientemente capazes de alterar profundamente a realidade, pois estão imersos em um sistema socioeconômico bastante complexo e aquém da organização no aldeamento. Buscar estratégias conjuntas entre indígenas e membros da sociedade para que a valorização das práticas indígenas reflita em mudanças positivas em amplos aspectos, ambientais, sociais, culturais e econômicos, é um desafio que merece investimento, pois pode minimizar os efeitos negativos de um modelo global de desenvolvimento que por vezes não condiz com os preceitos indígenas.

Mas para reconhecer o valor dos saberes indígenas, antes é preciso conhecê-los a fundo. Pesquisas e registros sistemáticos desses conhecimentos e das teorias específicas que os organizam se fazem necessárias, pois só depois de se perceber as lógicas internas é que se torna possível comparar a outras formas de conhecimento, de outros grupos e de outros povos. Este processo permite reconhecer diferenças que indicam que o mundo não é feito só de biodiversidades, mas também de sociodiversidade. A preservação da biodiversidade depende necessariamente de se valorizar as diferenças culturais e sociais entre os povos. Se durante séculos esses conhecimentos indígenas foram capazes de garantir uma boa qualidade de vida para esses povos, eles devem ser levados em consideração na construção de políticas e estratégias de ação (IEPÉ, 2007).

No processo saúde doença o diálogo entre conhecimentos indígenas e não indígenas amplia as possibilidades de resolução de situações problemáticas em saúde pública e de melhoria da qualidade de vida. Por um lado, sistemas indígenas de alimentação e saúde têm recebido a atenção de pesquisadores que reconhecem as propriedades medicinais de plantas e as características funcionais dos alimentos. Por outro lado, indígenas se beneficiam de conhecimentos e tecnologias ocidentais consideradas fundamentais na atualidade. Instituir meios para que ocorram essas trocas se mostra essencial para a sobrevivência material e imaterial das etnias estudadas.

A organização do programa é delineada conforme organograma:



12.3.1. Revitalização das Práticas Alimentares Indígenas

12.3.1.1. Introdução e Justificativas

A potencialização das mudanças na organização social em decorrência da instalação do empreendimento, em que indígenas alteraram atividades cotidianas em busca de renda, produtos e serviços na cidade, fez com que diminuíssem as práticas coletivas de produção e beneficiamento de alimentos locais. Com isso houve prejuízos à interação comunitária e garantia de alimentos locais, pois no cotidiano não se priorizam as atividades coletivas de caça, agricultura, coleta de frutos e plantas como em tempos passados. A manutenção de práticas de comensalidade aldeã foi alterada, visto que a organização de festas e ritos tradicionais também exige práticas coletivas para o preparo em quantidade de alimentos como a chicha, a pamonha e carnes de caças e peixes, e esses eventos já não ocorrem com frequência.

Com a contínua transição cultural a que estão expostas as populações indígenas houve a progressiva substituição de itens alimentares locais por itens industrializados, processo que foi impulsionado pelo maior contato com a cidade e aumento da circulação de dinheiro nas aldeias, o que tem contribuído para a diminuição da diversidade da dieta e o consumo de alimentos prejudiciais à saúde, com o conseqüente surgimento de doenças, bem como distúrbios metabólicos e digestivos.

Ocorre que, se tais alimentos chegam rapidamente às aldeias, o mesmo não se dá com as informações sobre os agravos à saúde em decorrência do consumo em excesso de aditivos alimentares artificiais, açúcares, sódio, gordura saturada, gordura trans, e um conjunto de alimentos com calorias vazias, isto é, ricos em energia, porém pobres em nutrientes. É o caso de pães, bolachas, refrigerantes, balas, açúcar refinado, chocolates, sucos de pacote, embutidos, temperos artificiais, observados no cotidiano das aldeias pesquisadas. A presença desses alimentos na dieta cotidiana tende a diminuir a procura por alimentos frescos e locais, como frutas, tubérculos, raízes, folhas e cereais. Ocorre inadequação da ingestão de fibras, vitaminas, minerais e de um conjunto de elementos bioativos presentes nos alimentos funcionais e que contribuem para a manutenção da saúde e prevenção de doenças.

O meio ambiente também fica prejudicado quando as práticas alimentares não estão integradas em um sistema equilibrado de trocas entre o homem e a natureza. Isso porque o plantio das mais variadas espécies vegetais contribui para a proteção e fertilidade do solo, situação que não ocorre em sistemas de monocultivo. Houve diminuição na variedade do plantio de espécies que compõe a alimentação, sendo que inclusive algumas não são mais encontradas nas terras indígenas. Com isso ingredientes importantes para o preparo de alimentos não estão presentes, ou mesmo não são garantidos em quantidade, o que impossibilita a frequência do consumo desses preparos.

A etnografia dos preparos alimentares indígenas se mostra uma estratégia propícia para obter informações específicas a alimentação. Ressalta-se que a forma como os alimentos são preparados na atualidade refletem as mudanças e permanências no sistema alimentar tradicional. As alterações nos modos de preparo são decorrentes de mudanças nos ingredientes utilizados, que foram acrescentados, retirados ou substituídos; nos instrumentos e equipamentos, que foram igualmente acrescentados, retirados ou substituídos; e ainda em decorrência de alterações na força de trabalho familiar e local. Identificar essas situações permite investigar como indígenas vivem e avaliam os processos de mudança nos padrões alimentares, quais alimentos tradicionais são considerados importantes de serem mantidos no cotidiano, como garantir que estejam presentes, e, ainda, avaliar a necessidade da dependência aos alimentos industrializados bem como incorporar esses alimentos sem prejuízos à saúde.

A realização de um estudo etnográfico sobre a culinária indígena durante oficinas culinárias é uma estratégia que propicia além do registro, momentos de trocas de saberes indígenas e não indígenas. Permite também a elaboração de vídeos documentários e materiais didáticos sobre esta temática que pode, além de garantir um registro inédito sobre a cultura alimentar dos indígenas, proporcionar momentos de discussão sobre alimentação e saúde que contribuirão para valorização e revitalização da cultura alimentar dos indígenas.

A proposta de realização de oficinas culinárias entre os indígenas Karipuna e Karitiana foi inspirada na experiência das pesquisadoras Garnelo e Baré (2009), que organizaram oficinas culinárias para registro etnográfico das receitas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro. Para as autoras a comensalidade representa uma importante dimensão da vida social, uma vez que “favorece a manutenção de vínculos de afeto entre consangüíneos e reduz as tensões entre os não-parentes, que utilizam o espaço alimentar para reforçar o sistema de obrigações recíprocas que sustenta a vida social”. Com a realização da pesquisa ação, descreveram que mulheres indígenas, entusiasmadas com o valor cultural e nutricional dos alimentos de seus ancestrais, passaram a desenvolver um senso crítico sobre as consequências negativas da mudança alimentar, fazendo um contraponto das ameaças à saúde representada pela ingestão de “comidas artificiais”.

As mudanças nos hábitos alimentares indígenas, em que muitos preparos tradicionais foram substituídos por comidas “do branco”, têm bases históricas iniciadas no processo colonizatório e potencializadas com o maior contato dos indígenas com a cidade, em que sentimentos de vergonha e inferiorização levaram à negação da etnicidade. A ruptura desta realidade, portanto, deve ser um processo longo e contínuo para a efetiva mudança de hábitos. Indígenas tradicionalmente reconhecem a relação entre alimentação e saúde, sendo que atividades educativas práticas visam retomar esses conhecimentos em confronto com as

novas práticas alimentares da modernidade. As pesquisas científicas mais atuais indicam a supremacia de regimes alimentares de povos e comunidades tradicionais que vivem em sistemas equilibrados de trocas entre homens e a natureza. Valorizar e revitalizar a alimentação ancestral pode fortalecer a organização comunitária e ter repercussões positivas na melhoria da saúde pública e na preservação do meio ambiente ao promover a soberania e segurança alimentar, o que demonstra a magnitude que este programa pode alcançar.

12.3.1.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Dar visibilidade às práticas alimentares tradicionais dos grupos indígenas, através de ações de identificação, divulgação e valorização de conhecimentos e significados cosmológicos da culinária indígena, que ocorram concomitantemente a um processo de educação alimentar e nutricional.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicador
Identificar saberes e práticas sobre os diferentes preparos culinários e ingredientes utilizados que compõe a dieta indígena.	Produzir um relatório por aldeia com a lista de preparos culinários e informações específicas, previamente delimitadas, sobre cada preparo.	Relatórios com informações amplas sobre alimentação indígena, contemplando bibliografias, pesquisas e diagnósticos já publicados, bem como trabalhos de campo.
Realizar oficinas culinárias para que o registro etnográfico de receitas tradicionais possa revigorar rotinas de comensalidade aldeã e proporcionar momentos de trocas de saberes sobre cultura, meio ambiente, alimentação e saúde.	Selecionar um conjunto de preparos tradicionais, providenciar ingredientes e realizar o feitiço desses pratos, durante oficinas culinárias que proporcionem rodas de conversa para trocas de saberes.	A lista com a participação indígena em todas as etapas indicará a efetividade das oficinas proporcionarem integração comunitária.
Registrar os encontros em documentários de vídeo e produzir material bibliográfico bilíngüe com o registro de informações sobre comidas tradicionais indígenas da população Karitiana e Karipuna	Realizar registro de áudio visual e imagens que possibilite a produção de documentários em vídeo e a produção de materiais didáticos, um por etnia, ilustrados e bilíngües com informações das pesquisas etnográficas e oficinas culinárias.	Um vídeo documentário por etnia. Reprodução de 50 cópias Karipuna. 200 cópias Karitiana
Promover ações continuadas de valorização das práticas alimentares indígenas com grupos focais.	Realizar encontros periódicos para registros etnográficos e rodas de conversas com grupos.	Manter registros etnográficos de preparos alimentares realizados no cotidiano e em períodos de ritos e festas, e relatórios das ações desenvolvidas.

12.3.1.3. Metodologia

De acordo com os objetivos específicos:

- 1 Sistematizar informações sobre os preparos que compõe a dieta alimentar dos indígenas Karipuna e Karitiana por meio de levantamento de bibliografias, pesquisas e diagnósticos já realizados, bem como trabalho de campo para coleta de informações faltantes e incompletas. Produzir um relatório que possibilite identificar a diversidade de preparos; ingredientes utilizados, ressaltando a origem (local, regional, industrializado) e disponibilidade desses ingredientes; instrumentos e equipamentos utilizados; participantes em cada etapa de preparo; o período e a frequência de consumo dos preparos no cotidiano e em ritos e festas. Duração: 2 meses, 1 mês para pesquisas e 1 mês para trabalho de campo e organização de atividades com indígenas.
- 2 Realizar oficinas culinárias em um processo de pesquisa ação, pois ao mesmo tempo em que conhecimentos da culinária local serão levantados e registrados durante pesquisa etnográfica, buscar-se-á valorizar a cultura alimentar e estimular práticas indígenas inseridas no contexto da alimentação saudável. Para isso oficinas culinárias serão organizadas por profissional de saúde com experiência em antropologia. O processo ocorrerá respeitando regras sociais indígenas, como as divisão sexual do trabalho, os espaços de uso familiar e coletivo, adequação ao calendário e disponibilidade dos indígenas, em um processo que proporcione trocas de conhecimentos e garanta a autonomia indígena sobre as decisões. As etapas são: 1) pré-definir funções entre indígenas e equipe técnica; 2) adequar um local para a realização das oficinas que permita a realização de processos culinários; 3) selecionar um conjunto de preparos tradicionais a serem produzidos durante as oficinas práticas; 4) providenciar ingredientes (função reconhecidamente masculina), 5) realizar o feitiço de pratos (função reconhecidamente feminina) e coleta de informações específicas sobre cada preparo; 6) proporcionar momentos coletivos de degustação dos preparos e rodas de conversa sobre valorização cultural e as repercussões da alimentação local na melhoria da saúde e na sustentabilidade das terras indígenas. Realizar registro de imagens e material áudio-visual. Fazer a descrição de cada preparação alimentar, que deve contemplar informações amplas que revelem aspectos da cultura alimentar, como nome do preparo na língua; história sobre a origem; instrumentos e equipamentos utilizados; local de preparo; ingredientes utilizados; o tempo de preparo; a validade e formas de conservação; os “segredos” culinários; e os participantes em cada etapa. Também se deve ressaltar quando e porque são consumidas, para se trazer à tona as situações de prescrição, restrição, interdição e associações, relacionadas a situações específicas, como a fase do ciclo de vida, o estado de saúde, o período do dia e à época do ano. Duração: quatro meses. Duas oficinas por aldeia (Karipuna, Karitiana Central, Joari, Candeias) em diferentes épocas do ano, de modo a contemplar a etnografia de preparos sazonais (seca/chuvas). A organização e execução de cada oficina ocorrerão ao longo de duas semanas, totalizando 16 semanas de atividades. Cada oficina terá a duração de 20 h divididas em 5 encontros de 4h. Entrega de certificados aos participantes. Público-alvo: ressalta-se que as mulheres são as responsáveis por preparar as refeições da família, sendo, portanto, o público-alvo prioritário das oficinas culinárias propostas. Os demais indígenas

naturalmente também serão atingidos pelo processo, pois estarão envolvidos em diferentes etapas na revitalização de práticas alimentares.

- 3 Catalogar e constituir um banco de dados e imagens das preparações alimentares indígenas produzidas durante as oficinas. Produzir um vídeo documentário por etnia. Produzir um material bibliográfico por etnia, nas etapas: 1) registro de imagens das diferentes etapas do processo de realização das oficinas culinárias; 2) da produção de textos bilíngües sobre as especificidades de cada preparação; 3) da editoração das imagens e textos; 4) revisão e adequação do material produzido com os indígenas, 5) impressão; 6) publicação. Indígenas deverão participar de todas as etapas do processo. Duração: enquanto ocorrerem as oficinas e três meses após o término para finalizar produção de materiais e documentários.

- 4 Sistematizar metodologias e realizar encontros para fortalecer as ações continuadas de revitalização e valorização de práticas alimentares indígenas. Atividades devem priorizar ações práticas que envolvam diferentes grupos indígenas, como escolares, jovens, mães, agricultores. Devem-se priorizar períodos em que seja possível registrar informações e imagens sobre saberes e práticas alimentares indígenas, como épocas de preparo de alimentos específicos e períodos de ritos, festas e rezas. O profissional técnico responsável deverá formular planos de curso anuais, contendo metodologia e conteúdos para cada módulo. Duração: atividades ao longo de dois anos. Os encontros ocorrerão na aldeia Karitiana e Central, onde se reunirão indígenas do Joari e Candeias no mesmo encontro. Encontros serão trimestrais com carga horária de 8 horas subdivididas em dois dias de atividades. Entrega de certificados aos participantes. Público-alvo: população indígena Karipuna e Karitiana. Produzir relatórios ao final de cada encontro. Monitorar e avaliar as ações semestralmente, verificando o cumprimento dos objetivos e metas.

Quadro 12-2 Resumo – Atividades Práticas

ATIVIDADE / ETAPA	CARGA HORÁRIA	ENCONTROS	PÚBLICO ALVO
1 - Oficinas culinárias – aldeias Karipuna, Central, Joari e Candeias	40h divididas em 2 etapas de 20h	8 - cada um em 5 etapas de 4h	População indígena Karipuna e Karitiana
2 - Atividades continuadas para revitalização de práticas alimentares nas aldeias Karipuna e Central	128 h divididas em encontros trimestrais de 8h	16 encontros por TI	População indígena Karipuna e Karitiana

12.3.1.4. Elementos de Custo

RECURSOS HUMANOS		
Descrição	Quantidade carga horária	
Profissional com experiência em alimentação indígena	16 meses	
Fotógrafo com experiência em antropologia visual	4 meses	
Serviço de gráfica (editar vídeo e material bibliográfico)	4 meses	
Agente Indígena	4 X 8 meses	
RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Gravador digital	1	
Carregador veicular	1	
Caixa Tupperware	2	
Filmadora	1	
Máquina fotográfica	1	
Canetas (cx c/ 25)	2	
Lápis (cx c/ 12)	2	
Giz de Cera (pacote c/12)	30	
Canetinhas coloridas (kit c/ 12)	30	
Pastas plásticas com elástico	30	
Fita gomada (rolo)	3	-
Cartolina (pacote c/ 10)	5	-
CD Virgem (pacote c/ 25)	1	-
Papel A4 (resma)	2	Sulfite A 4 75g 500 fls
Material bibliografico	150	Capa: 30x42.8cm, 4x4 cores Tinta Escala em Supremo Alta Alvura 300g. CTP Incluso. Prova

RECURSOS HUMANOS		
Descrição	Quantidade carga horária	
		Xerox, . Prova Digital;
DVD documentário	50	25 Karitiana e 25 Karipuna
Fundo para aquisição de utensílios, instrumentos e produtos alimentares locais	8 encontros	-

12.3.1.5. Cronograma

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sistematizar informações sobre preparos alimentares indígenas			Alto	Alto												
Realizar oficinas culinárias, o registro dos encontros e produção de vídeo documentário e material bibliográfico					Alto	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto						
Ações continuadas de revitalização e valorização de práticas alimentares indígenas											Alto			Alto		Alto
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.3.1.6. Articulação Institucional

Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, Universidade de Rondônia - UNIR; Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Manaus;

12.3.1.7. Interação com Outros Programas Ambientais

Plano Básico Ambiental Componente Indígena UHE Jirau. Valorização Cultural, Produção e Sustentabilidade

12.3.1.8. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Lei 8.813, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da lei 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC e dá outras providências.

Portaria nº 52, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação do Programa de Fomento e Valorização das Expressões Culturais e de Identidade dos Povos Indígenas.

Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional de patrimônio imaterial e dá outras providências.

12.3.1.9. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ ANTROPOLOGIA SOCIAL	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	CI 12212148-8

12.3.1.10. Referências Bibliográficas

Associação Nossa Tribo. Cartilha Saúde e alimentação do povo Xavante, Terra indígena de Pimentel Barbosa, MT. Cooperação UNESCO/ Associação Nossa Tribo/ Projeto Nutrição Infantil para o Povo Xavante. Coleção Nossa Tribo, v.3. Mato Grosso, 2006.

COIMBRA JR., Carlos Everaldo A.. Estudos de Ecologia Humana entre os Suruí do Parque Indígena Aripuanã, Rondônia: 1. O uso de larvas de Coleópteros (Bruchidae e Curculionidae) na alimentação. Rev. Bras. Zool. [online]. 1983, vol.2, n.2, pp. 35-47. ISSN 0101-8175.

CONTRERAS, Jesús. In CANESQUI, A; GARCIA, R(org). Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: Antropologia e Nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 129-145.

COIMBRA JR., Carlos E. A. Estudos de ecologia humana entre os Surui do Parque Indígena Aripuanã, Rondônia. 1. O uso de larvas de coleópteros (bruchidae e curculionidae) na alimentação. Revista Brasileira de Zoologia. V. 31. São Paulo, 2 (2): 1984. P. 35 – 47.

DAMATTA, Roberto. 1987. Simbolismo da comida no Brasil. In: O Sal da Terra: Alimentação e Culturas. O Correio, ano 15, nº 7, julho 1987.

FREYRE, Gilberto. Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociedade do doce no Nordeste canavieiro do Brasil - FUNDAJ. Recife: Editora Massangana, 1987

GARNELO, Luiza. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2007, vol.14, suppl., pp. 191-212. ISSN 0104-5970.

GARNELO, Luiza; BARÉ, Gilda (Org.). Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro – AM. Manaus: Ed. Fiocruz, 2009.

JUNQUEIRA, Carmen and PAGLIARO, Heloisa. O saber Kamaiurá sobre a saúde do corpo. Cad. CRH [online]. 2009, vol.22, n.57, pp. 451-462. ISSN 0103-4979

LEITE, MAURÍCIO SOARES. Transformação e Persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

Ministério da Saúde: Guia alimentar para a População Brasileira: promovendo a alimentação saudável. Série A. Normas e manuais técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2008.

OLIVEIRA, Nilce de. CASQUEIRO, Adriana S. Ritos de Comensalidade Festiva na Bahia. In: FREITAS, Maria do Carmo S. de; FONTES, Gardênia A. V. ; OLIVEIRA, Nilce de (org). Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura. Salvador: EDUFBA 2008. P. 56-87.

PAIVA, Claudia. Em busca de reconhecimento. Entrevista com o cacique Sizino Karitiana. A revolta dos índios. A invasão das reservas, a fome e as doenças são alvo de denúncias do cacique Sizino Karitiana. Revista Momento Brasil. Ano IX. Edição 89. Setembro 2011.

VELDEN, Felipe. F. V. Circuitos de Sangue: corpo, pessoa e sociabilidade entre os Karitiana. In ver. Habitus. Goiânia, v. 5, n. 2, p. 275 – 300, jul/dez. 2007.

12.3.2. Terapêutica Tradicional e Cosmologia em Saúde

12.3.2.1. Introdução e Justificativas

Na Constituição Federal o poder público reconhece o direito das comunidades indígenas ao território tradicionalmente ocupado para garantir as atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar e à reprodução física e cultural, segundo usos e costumes. Ocorrem, entretanto, diferentes situações que corroboram para a vulnerabilidade das terras indígenas, com repercussões em amplos âmbitos da vida social indígena, como a reprodução de sistemas e regimes tradicionais.

Nas TI's Karipuna e Karitiana as alterações dos ambientes naturais historicamente promoveram a escassez de recursos utilizados em ritos de cura e festas tradicionais, como plantas e animais, diminuídos consideravelmente em relação ao passado. Isso tem impedido a frequência dessas festas tradicionais e trabalhos espirituais que promovem proteção à saúde, e mesmo a diminuição das plantas medicinais e elementos naturais importantes em processos de cura, porém não mais encontradas de acordo com os relatos dos indígenas. A vulnerabilidade dessas terras indígenas, que já se constitui demasiada, tende a ser potencializada com a instalação e operação das UHEs, corroborando para o

desaparecimento de espécies de plantas e elementos das florestas que compõe a terapêutica indígena .

A falta de continuidade de determinadas tradições relacionadas ao processo saúde doença entre os indígenas deste estudo apresenta bases históricas que envolvem não apenas alterações nos ambientes naturais, como também mudanças na organização social e nas práticas indígenas advindas da interação com a cultura ocidental. Novas práticas religiosas foram assimiladas, bem como houve a inserção de doenças desconhecidas pelas comunidades indígenas. Foi relatada a dificuldade em se lidar com as doenças que vieram do contato com os brancos, as quais o sistema tradicional muitas vezes não possuía meios de lidar, como o caso da malária e da tuberculose, dentre outras. Diante desse limite curativo, muitos remédios ocidentais passaram a ser indispensáveis, e os remédios indígenas, por sua vez, foram secundarizados. Essa situação mantém e se torna complexa na atualidade, em meio às novas doenças e sobrecarga de demanda nos serviços de saúde das aldeias em decorrência do empreendimento.

Medicinas tradicionais, embora amplamente utilizadas em práticas preventivas, tem uso restrito nos processos curativos, em que o é remédio da cidade que passa a ter o uso regular no cotidiano. O pajé, que tradicionalmente era uma referência no tratamento à saúde, ou está ausentes ou não tem sido requisitados em processos de cura. O único pajé identificado, Cizino Karitiana, refere que seu trabalho encontra-se limitado, e hoje ele é consultado por poucos. Não apenas o pajé, mas inúmeros agentes sociais que possuem conhecimentos especializados, “os mais velhos”, tem se deparado com limitações. A prática terapêutica e mesmo a transmissão do conhecimento encontra barreiras advindas do desinteresse de populações mais jovens, imersas em novas dinâmicas sociais. Os mais velhos reconhecem que a ampliação do contato com a cidade, bem como a inserção de agentes não indígenas nas aldeias, tem exercido influências nas práticas culturais do grupo.

Neste contexto, temos os profissionais de saúde que atuam com os indígenas. A histórica falta de diálogo entre saberes tradicionais e biomédicos se reflete no desconhecimento das medicações e tratamentos locais pelo sistema dominante e acarreta na não valorização do sistema tradicional. Ademais, profissionais de saúde não tem incentivo à formação específica em Saúde Indígena e nem dispõe de tempo para troca de saberes, em um processo no qual os regimes e sistemas de saúde ocidental e ameríndia não se complementam terapêuticamente.

A terapêutica tradicional, portanto, vem perdendo gradativamente efetividade e credibilidade nas aldeias, comprometendo a perpetuação entre os indivíduos. Embora as práticas indígenas convivam de forma híbrida com muitas práticas biomédicas no processo saúde doença, houve preocupação dos indígenas mais velhos quanto ao domínio e formas de transmissão do conhecimento terapêutico, considerados em risco eminente de desaparecimento. Valorizar as práticas indígenas e incentivar diálogos entre os diferentes atores pode possibilitar mudanças neste âmbito. Este programa pretende garantir que ocorram encontros entre indígenas e entre indígenas e profissionais de saúde para incentivar a troca de informações vitais à manutenção da cultura indígena Karitiana e Karipuna.

Sabe-se que a transmissão de conhecimentos entre indígenas ocorre no viver durante atividades cotidianas e rituais, de modo que se pode questionar a real necessidade de

momentos específicos para este fim, e além do mais, interpelados por especialistas não indígenas como se propõe. Ocorre, entretanto, que para que se mantenha a continuidade nas formas de transmissão de conhecimentos locais hoje, ampliar o contato com agentes externos parece ser um caminho interessante por diferentes motivos.

Primeiramente ressalta-se que a presença desses agentes já ocorre em terras indígenas em trocas nem sempre bem sucedidas. Em relação aos serviços de saúde tem-se que profissionais de saúde, embora colaborem em procedimentos vitais de atenção à saúde, tem dificuldades em conceber os saberes indígenas. Garnelo & Buchillet (2006, 231) enfatizam as dificuldades características destas relações de trabalho e interação cultural com povos indígenas, ressaltando o desconhecimento e as percepções negativas dos profissionais de saúde que retratam indígenas como “ignorantes promíscuos e resistentes às intervenções médico-sanitárias”. Essa situação foi descrita pelas autoras como uma barreira potencial ao acesso e à utilização dos serviços de saúde pelos índios. Tal barreira, entretanto, pode ser minimizada com a ampliação do conhecimento das produções culturais indígenas e do reconhecimento dos profissionais acerca de sua importância para a preservação das condições de vida e da saúde dos povos indígenas.

A base da política de saúde indígena, implementada pelo governo a partir do ano de 1999, tem em seus preceitos a adaptação dos projetos e das ações em saúde ao contexto epidemiológico e sociocultural local. Tais preceitos pressupõem que profissionais de saúde tenham certo grau de entendimento e respeito com relação às características socioculturais dos povos enfocados pelas ações de saúde, particularmente as concepções e práticas em matéria de saúde doença (Garnelo & Bulchillet, 2006: 231). Esses conhecimentos deverão ser trabalhados por especialistas em saúde indígena durante os processos formativos em saúde para profissionais. Este subprograma de valorização das práticas terapêuticas indígenas, por sua vez, busca que os próprios indígenas possam repassar aos profissionais de saúde informações fundamentadas na cosmologia dos grupos.

Especialistas em saúde indígena que apresentam maior sensibilidade a pluralidade dos processos saúde doença podem, por sua vez, colaborar na execução deste PBA em sentido a colaborar demais agentes no respeito e valorização das práticas locais de cuidado à saúde. Ao demonstrarem experiências de outros povos que atuam com êxito na preservação de recursos locais, podem incentivar a participação indígena em políticas e ações de proteção territorial, fortalecendo o programa do PBA indígena. Trabalhar os conhecimentos biomédicos no sentido de esclarecer o limite entre a eficácia e os prejuízos do uso de medicamentos biomédicos também pode incentivar o uso consciente de substâncias e compostos não indígenas. Discutir sobre a implementação da política de saúde indígena em termos locais pode garantir o controle social em saúde, e ter repercussões na continuidade de práticas locais. A identificação de indígenas com conhecimentos especializados sobre terapêutica e que anseiam por repassar estes conhecimentos tradicionais, mas que não tem tido momentos de visibilidade, incentiva a valorização desses indígenas ao lado dos demais profissionais durante encontros e oficinas previstas neste PBA. O incentivo a construção de espaços indígenas onde conhecimentos tradicionais possam ser trabalhados, como a demanda de auxílio aos Karitiana para a construção uma tradicional, também pode fortalecer a retomada de atividades coletivas que há tempos não são realizadas, como festas locais, ritos de cura e preparo de medicinas.

Sabe-se, entretanto, que nem todo o conhecimento tem livre divulgação e entendendo ser o indígena o único que pode conceber a permeabilidade na transmissão de conhecimentos em terapêutica tradicional na sua comunidade, todo o repasse e sistematização de informações deve respeitar o limite entre saberes divulgáveis, seja para brancos, seja ao coletivo indígena, conforme demonstrado no diagnóstico. Portanto, agentes indígenas devem acompanhar todos os encontros previstos, de modo que a decisão sobre o que pode ou não ser difundido é uma escolha local as quais profissionais não devam interferir.

O processo educativo das oficinas não visa nenhum tipo de pesquisa científica ou divulgação de informações. Se houver esta demanda, indígenas quem deverão se pronunciar, em um processo de respeito a autonomia e protagonismo desses grupos e em acordo às legislações vigentes. Atualmente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN instituído pela Medida Provisória nº 2.186-16/01, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados. O CGEN regulamenta as diretrizes constitucionais e os princípios enunciados na Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB (1992) e apresenta implicações práticas diretas sobre o desenvolvimento da pesquisa, novas tecnologias e novos produtos obtidos a partir da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, bem como dos eventos relacionados à sua comercialização, envolvendo inclusive a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos mesmos (MMA, 2011).

As informações sobre o uso de plantas têm sido consideradas como conhecimento tradicional associado, enquanto que informações sobre a mitologia não necessariamente envolve conhecimento tradicional associado. Pela definição presente na MP, o conhecimento tradicional associado é a informação ou prática, individual ou coletiva, de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. O acesso a conhecimentos tradicionais associados para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico precisa necessariamente de autorização. Bases de dados e cadastros de conhecimentos tradicionais associados devem seguir os critérios estabelecidos pelo CGEN ou por legislação específica, uma vez que estes conhecimentos integram o patrimônio cultural brasileiro (AZEVEDO, ALVARES, 2005).

Há, portanto, consenso de que conhecimento tradicional associado facilita ou possibilita o acesso ao patrimônio genético. Portanto, a presente proposta de realização de oficinas para troca de conhecimentos entre indígenas, especialistas e profissionais de saúde, previstas neste sub programa, deve necessariamente prever meios para o controle de informações que possam incidir em situações adversas como a biopirataria. Por isso, se o acesso ao conhecimento tradicional associado for para qualquer finalidade prevista na MP, deve-se solicitar autorização de acesso ao CGEN. Se houver previsão de ingresso em Terra Indígena é preciso solicitar autorização específica à FUNAI, inclusive para que seja possível a obtenção da anuência prévia da comunidade indígena – pré-requisito à obtenção da autorização do CGEN.

Como estratégia de controle interno, a divulgação de quaisquer informações deve passar necessariamente pelos indígenas organizados em encontros que possibilitem a discussão, e em respeito ao poder de decisão das autoridades indígenas. A utilização da linguagem indígena, tanto verbalmente quanto em documentos escritos, também parece uma estratégia local eficaz para restringir a comunicação de práticas e saberes não divulgáveis.

12.3.2.2. Objetivos

A) Objetivo Geral

Dar visibilidade às práticas terapêuticas dos grupos indígenas Karitiana e Karipuna, através de ações de identificação e valorização de conhecimentos e significados cosmológicos do processo saúde doença, incentivando a troca de saberes entre indígenas e entre indígenas e profissionais de saúde.

B) Objetivos Específicos, Metas e Indicadores

Objetivos específicos	Metas	Indicador
Sistematizar informações sobre as práticas terapêuticas indígenas Karitiana e Karipuna.	Produzir um relatório por aldeia.	Informações em conformidade com estudos já realizados e atualizados pelo trabalho de campo e com anuência dos indígenas.
Estabelecer momentos de diálogo entre indígenas para valorização dos conhecimentos tradicionais, evidenciando a importância dos indígenas com conhecimentos especializados na transmissão de saberes e práticas da terapêutica tradicional.	Fortalecer a identidade dos grupos indígenas e incentivar o controle social indígena na implementação de políticas e ações de saúde indígena.	Indígenas organizados e fortalecidos politicamente, protagonistas nos processos de permanências e mudanças no âmbito das práticas em saúde indígena.
Estabelecer momentos de diálogo entre indígenas e profissionais de saúde para troca de saberes.	Inferir sobre a valorização dos saberes indígenas no sistema de saúde local.	Profissionais de saúde reconhecem e respeitam práticas indígenas no cuidado à saúde.

12.3.2.3. Metodologia

1. Primeiramente deve-se sistematizar informações sobre as práticas terapêuticas e cosmologia em saúde dos indígenas Karitiana e Karipuna por meio de consulta a pesquisas e materiais já divulgados, bem como novos estudos etnográficos. Trabalhos de campo e reuniões devem ser organizados a fim de identificar os indígenas com conhecimentos especializados, as diferentes formas de transmissão de saberes, bem como mapear a existência, procedência e disponibilidade de elementos naturais utilizados nas práticas de cura, relatando possíveis dificuldades enfrentadas para a permanência de práticas terapêuticas indígenas. Produzir um relatório por aldeia contendo a descrição de medicinas e práticas em saúde tradicionais, os elementos naturais utilizados e os diferentes detentores dos conhecimentos. Um agente indígena deverá acompanhar todas as ações, desde pesquisas até produção de relatórios, tendo em vista a necessidade de se respeitar o limite de investigação e disponibilização desses saberes, nem sempre divulgáveis entre todos os grupos indígenas. O profissional designado para esta etapa deve possuir experiência em

antropologia da saúde. Duração: três meses, entre estudos teóricos, trabalhos de campo e produção de relatório.

2. Esta segunda etapa prevê a organização de encontros e oficinas práticas entre indígenas e profissionais para discussões e atividades que permeiam a transmissão de conhecimentos sobre a terapêutica indígena e cosmologia em saúde. Dois profissionais devem estar presentes durante o processo, aquele especialista em antropologia da saúde que realizou estudos prévios, e um especialista em saúde indígena com experiência em saúde pública. O antropólogo auxiliará a evidenciar a lógica indígena de atenção à saúde, enquanto o profissional de saúde, por sua vez, deverá evidenciar a ótica dos serviços de saúde. Essa equipe busca inferir sobre a troca de saberes entre indígenas com conhecimentos especializados e a população local, a fim de fortalecer sentimentos de co-responsabilidade com o bem-estar coletivo, e o controle social na implementação de políticas e ações em saúde indígena. A metodologia prevê a organização de atividades práticas, como incursões na mata, preparo de elementos naturais, rodas de cantos de cura, rodas de conversa sobre mitologia, e assim por diante, atendendo as demandas locais. Duração: dois anos. Encontros trimestrais de 8 horas em dois dias, em cada TI, com subsequente produção de relatórios aprovados pelos indígenas. Informações que não puderem ser evidenciadas, não farão parte dos relatórios, que devem discorrer essencialmente sobre o andamento dos encontros. Ao final desses encontros vê-se buscar sistematizar informações a serem discutidas com os profissionais de saúde locais, seja de forma oral, escrita ou audiovisual, a ser decidido em cada encontro. Público-alvo: população indígena Karipuna e Karitiana.
3. A terceira etapa deve ocorrer de modo subsequente aos encontros realizados entre os indígenas. As informações evidenciadas pelos indígenas em encontros anteriores devem ser repassadas aos profissionais de saúde locais em encontros periódicos. Ressalta-se que esta etapa depende da anuência dos serviços locais de saúde (DSEI), que deve aprovar e liberar profissionais para atividades que se destacam daquelas de rotina. Portanto, não se tem a garantia de que esses encontros poderão ocorrer, assim como não se pode prever a periodicidade dos mesmos. No entanto, ressalta-se que parcerias com o serviço de saúde do município se fazem interessantes para incentivar diálogos entre indígenas e EMSI, a fim de ampliar o conhecimento desses profissionais e o consequente respeito às práticas terapêuticas indígenas. Determinadas práticas terapêuticas tradicionais podem passar a estarem inseridas no contexto de atenção à saúde indígena, respeitando limites éticos e judiciais. Com isso, espera-se que a política de saúde indígena tenha escopo em contextos locais, com repercussões observadas a médio e longo prazo e que caminhem em sentido a corroborar para a saúde pública, o bem-estar e o fortalecimento da identidade dos indígenas. Duração de quatro anos. Encontros semestrais de 8 h reunindo as duas TIs e a equipe de profissionais de saúde na aldeia Central. Público-alvo: população indígena Karipuna e Karitiana e profissionais de saúde.

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	ENCONTROS	PÚBLICO ALVO
1 – Grupos focais sobre terapêutica entre indígenas	128 h divididas em encontros trimestrais de 8h	16 encontros por TI	População indígena Karipuna e Karitiana
2 – Grupos focais sobre terapêutica indígena entre indígenas e profissionais de saúde	64 h divididas em encontros semestrais de 8 h	8 encontros	População indígena Karipuna e Karitiana e profissionais de saúde

12.3.2.4. Elementos de Custo

RECURSOS HUMANOS		
Descrição	Quantidade carga horária	
1 Profissional com experiência em antropologia da saúde	16 meses	
1 Profissional com experiência em saúde indígena	16 meses	
Agente Indígena	4 x 8 meses	
RECURSOS MATERIAIS		
MATERIAL/ ATIVIDADE	QT	DESCRIÇÃO
Gravador digital	1	
Filmadora	1	
Máquina fotográfica	1	Com cartão de memória
Canetas (cx c/ 25)	2	
Lápis (cx c/ 12)	2	
Canetas (cx c/ 25)	2	
Giz de Cera (pacote c/12)	30	
Canetinhas coloridas (kit c/ 12)	30	
Pastas plásticas com elástico	30	

Fita gomada (rolo)	3	
Cartolina (pacote c/ 10)	5	
CD Virgem (pacote c/ 25)	1	
Papel A4 (resma)	2	Sulfite A 4 75g 500 fls
CONSTRUÇÃO CIVIL		
Descrição		Quantidade carga horária
Fundo para a construção da oca das medicinas tradicionais		1 aldeia Karitiana Central

12.3.2.5. Cronograma

PBA SAÚDE																
PROJETOS	Ano 1				Ano 2				Ano 3				Ano 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Sistematizar informações sobre as práticas terapêuticas indígenas																
Grupos focais sobre terapêutica entre indígenas – OFICINAS																
Grupos focais sobre terapêutica indígena entre indígenas e profissionais de saúde – OFICINAS																
Legenda:																
Grau de resolução																
Alto	Quando depende da iniciativa do empreendedor															
Médio	Quando tem parceira com alguma instituição															
Baixo	Quando depende de decisão ou ação de terceiros															

12.3.2.6. Articulação Institucional

Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, Universidade de Rondônia - UNIR; Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ Manaus,

12.3.2.7. Interação com Outros Programas Ambientais

Sub-Programa de Revitalização de Práticas Alimentares Indígenas, Programa de Vigilância em Saúde, Programa de Valorização Cultural, Programa de Produção e sustentabilidade,

Programa de Proteção Territorial. Plano Básico Ambiental Componente Indígena - UHE Jirau.

12.3.2.8. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

Constituição Federal de 88, Arts. 231 e 232 e Lei n.6001/73 – Estatuto do Índio

Convenção de Diversidade Biológica, Decretos nº 4.946/2003, nº 3.945/2001

Medida Provisória 2186-16, de 23 de agosto de 2001, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios, dentre outros aspectos relacionados.

Lei Nº 9.836, de 23 de setembro de 1999 – Também conhecidas como Lei Arouca. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

12.3.2.9. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE OU IDENTIDADE
ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY	NUTRIÇÃO/ ANTROPOLOGIA SOCIAL	CRN 8 Nº 4192
CRISTIANO ALVES	ENFERMEIRO	CI 12212148-8

12.3.2.10. Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.836/99, de 23 de setembro de 1999. Estabelece o subsistema de atenção à saúde indígena no âmbito do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1999b. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas. 2.ed. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999. Dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 1999a. Seção 1, p. 37.

BAINES, Stephen G.. **Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia.** *Rev. Antropol.* [online]. 2000, vol.43, n.2, pp. 141-163. ISSN 0034-7701.

Conklin, Beth A.O sistema médico Wari' (Pakaanóva). In: Santos, Ricardo V; Coimbra Junior, Carlos. Saúde e povos indígenas. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 1994. p.161-88.

OLIVEIRA, Ronaldo Lima de (2003) Idéias para a Construção de uma Nova Política Indigenista in “I Encontro de Estudos: Questão Indígena”. Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Presidência da República, Brasília, pp. 131-141.

PELLON, Luiz Henrique C. e VARGAS, Liliana A.. Cultura, interculturalidade e processo saúde-doença: (des)caminhos na atenção à saúde dos Guarani Mbyá de Aracruz, Espírito Santo. Physis [online]. 2010, vol.20, n.4, pp. 1377-1397. ISSN 0103-7331.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. Medida Provisória 2186-16/01 - Acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios - e decreto regulamentador. Brasília, 2011. Disponível em <<http://homologw.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=89&idConteudo=6172>>.

AZEVEDO, Cristina Maria; SILVA, Fernanda Álvares. Coordenação Técnica. Regras para Acesso Legal ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Departamento do Patrimônio Genético. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/institucional/cartilha.pdf>>.

ELEMENTO DE CUSTO DOS PROGRAMAS DE SAÚDE INDÍGENA

Passagens aéreas para profissionais de outros estados

PASSAGENS		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	QT
Sub programa terapêutica tradicional — grupos focais com indígenas	Passagem aérea da região sul para Porto Velho – 18	10 x 2
Sub programa terapêutica tradicional – grupos focais com profissionais de saúde	Passagem aérea da região sul para Porto Velho	8 x 2
Sub programa de revitalização das práticas alimentares – oficinas culinárias e ações continuadas	Passagem aérea da região sul para Porto Velho – 22	10 x 2
Sub programa de revitalização das práticas alimentares	Passagem aérea de Manaus para Porto Velho	2 x 2
Sub programa processos formativos em saúde –	Passagem aérea Curitiba-PVH-Curitiba	4 x 2

com profissionais		
Vigilância em Saúde	Passagem aérea Rio-PVH-Rio	1 x 2
Sub programa processos formativos em saúde – com indígenas	Passagem aérea de Manaus para Porto Velho	2 x 2
Sub-programa Controle de Vetores	Passagem aérea do Rio-PVH-Rio	2 x 2

Hospedagens e diárias para profissionais de outros Estados

PASSAGENS E DIÁRIAS		
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	QT
Sub programa terapêutica tradicional – ETAPA 1	Hospedagens e diárias	10
Sub programa terapêutica tradicional – ETAPA 2	Hospedagens e diárias	8
Sub programa de revitalização das práticas alimentares – ETAPA 1 E 2	Hospedagens e diárias	10
Sub programa de revitalização das práticas alimentares	Hospedagens e diárias	2
Sub programa processos formativos em saúde – com profissionais	Hospedagens e diárias	4
Vigilância em Saúde	Hospedagens e diárias	1
Sub programa processos formativos em saúde – com indígenas	Hospedagens e diárias	2
Sub-programa Controle de Vetores	Hospedagens e diárias	2

13. Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural

13.1. Breve contextualização do desenvolvimento amazônico

A história na Amazônia segue passos arquétipos que se sucederam durante os últimos dois séculos. O modo mais corrente de contá-la é reconduzir o tempo à economia da borracha, para que se sigam repetidas formas de exploração dos recursos naturais. No entanto, nos permite configurar cenários de contato entre o ocidente e os povos indígenas.

Na segunda metade do século XIX, os seringueiros da empresa gomífera foram os primeiros brancos que, de forma continuada e sistemática, por meio da migração nordestina, entraram em contato com os povos indígenas. Este movimento se estende até a II Guerra Mundial (1939-1945). O primeiro ciclo da borracha passa por graves crises, especialmente a partir de 1910, quando a competição com a Malásia se torna insustentável.

Um novo ciclo de exploração se dá nos anos de 1940, desta feita associado a interesses militares. Com o término dos conflitos, novamente a empresa seringueira entra em crise, não sobrevivendo sequer três décadas após o fim da Guerra.

A história de Rondônia apresenta uma característica marcante, pois o contato com os indígenas tem a singularidade de articular frentes como, por exemplo, no caso da empresa seringueira e da Ferrovia Madeira Mamoré (1880-1912). Ambas atingem os povos indígenas e os “incorporam” no curso de um período histórico de pouco mais de 30 anos.

A história de Rondônia é marcada também pelo garimpo e mineração. Nas décadas de 1950 e 1960 se dá a primeira corrida pela cassiterita. As décadas que se seguiram à “corrida pela cassiterita”, ou seja, os anos de 1970 e 1980 serão marcados pela abertura de estradas, pela exploração madeireira e pela instalação da pecuária, sendo que entre 1970 e 1980 o avanço de frentes econômicas se faz no bojo de políticas públicas. Em 30 anos, entre 1950 a 1980, quatro frentes concomitantes, a da mineração, a da exploração madeireira, a da pecuária e a de programas de desenvolvimento econômico, como o Polonoroeste⁷, implementado em 1980 atingem Rondônia.

Em 1990 o Governo Estadual toma uma nova medida e cria o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia⁸ (Planaflo), cuja missão se constituía no desenvolvimento sustentável a partir do ordenamento territorial. Na teoria, significava regularizar as áreas de ocupação do Estado, proteger unidades de conservação e demarcar terras indígenas. Embora receba críticas, foi o

⁷ O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste) teve como objetivo dotar de “infraestrutura necessária” parte do Mato Grosso e todo o Estado de Rondônia para receber os migrantes que chegavam à região. Não obstante, neste período ocorre a pavimentação da BR-364, no trecho que liga Porto Velho-RO a Cuiabá-MT. Rondônia foi alvo de críticas do movimento ambientalista. Entre os anos de 1980 a 1991 a população do Estado de Rondônia dobra, chegando a mais de 1.130.000 pessoas.

⁸ Suas ações buscariam equilibrar a ocupação do território pelas atividades econômicas de agricultura, pecuária, mineração e atividade madeireira, minorando seus impactos com a conservação de diversidade biológica e cultural no Estado, bem como, sanar conflitos fundiários e o mau uso dos recursos naturais. O Plano durou 145 meses, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002.

primeiro momento em que o Estado de Rondônia incluiu povos indígenas em suas ações governamentais.

O século XXI apresentaria à Rondônia e aos indígenas da Bacia do Madeira, em nosso caso específico, aos Karitiana e Karipuna, a água como um “novo” recurso natural do Estado. Um novo projeto econômico atinge Rondônia, desta feita, o Programa de Aceleração do Crescimento⁹ (PAC).

Neste sentido, de fins da década de 1980 até primeira década do século XXI a Amazônia rondoniense é marcada por grandes projetos governamentais estruturantes. Tais projetos deixaram cicatrizes históricas nas populações indígenas. A questão a ser abordada no Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural, reside em trazer a tona a singularidade histórica da implantação desta UHE, enquanto um dos elementos constitutivos de transformação cultural entre os povos indígenas.

Atualmente o minério, a madeira, a terra e a água são os capitais explorados na região. Em conjunto essas frentes econômicas geram pressões sobre as terras indígenas. Uma vez que a Amazônia deixou de ser pensada enquanto um vazio demográfico¹⁰ (SOUZA MARTINS, 2009) passou a ser ressignificada como o local onde está 66% (CARNEIRO, 2009, p. 18) do potencial energético do país.

13.2. Justificativa

No contexto arrolado acima, utilizar a interessante metáfora de Granado (2007) na qual interligar sistemas elétricos é análogo a gerar conflitos e tensões sociais, atentamos que tanto mais será eficiente o processo de mitigação, quanto mais atentos estiverem empreendedores e equipes técnicas às expectativas e aos interesses das comunidades afetadas. A implantação de uma UHE é um novo aspecto do contato intercultural que está enleado pela proporção que o empreendimento assume diante dos indígenas.

Um dos aspectos culturais definidores deste contato reside na validade de conhecimentos. Sabe-se que povos distintos possuem sistemas e regimes de conhecimentos distintos. Este fato nos conduz a um aspecto importante. A universalidade de um conhecimento não existe em si mesma, pois ao passo que conhecer é um ato universal aos humanos, as formas de alcançá-lo podem variar intensamente. Em síntese, os povos detêm múltiplos métodos e objetos a conhecer. Isto nos leva a conclusão de que um conhecimento pode ser étnica e localmente referenciado.

Os povos indígenas Karipuna e Karitiana refletem exatamente esta problemática. Não obstante, suas populações foram praticamente extintas e apenas hoje começam a se

⁹ O Programa de Aceleração do Crescimento está em sua 2ª fase, lançada em março de 2010. Este programa tem seis eixos, a saber: (i) Transportes; (ii) Energia; (iii) Cidade Melhor; (iv) Comunidade Cidadã; (v) Minha Casa, Minha Vida; (vi) Água e Luz para Todos. Se argumento principal é gerar emprego e renda para o Brasil. Um dos caminhos escolhidos para tal reside na construção civil. A UHE de Santo Antônio é uma das obras do PAC. Esta fase do Programa dedica atenção especial ao setor elétrico, além de outras fontes de geração de energia, como: exploração de petróleo e gás, combustíveis renováveis e pesquisa mineral. (<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia>)

¹⁰ Os estudos de José de Souza Martins Seus nos levam a refletir sobre o avanço de modos de produção capitalistas em áreas de fronteira, bem como encontro de distintas formas de economia, de um lado se tem as locais ou tradicionais que tendem a ser suplantadas pelas que se inserem de maneira inédita na região.

reconstituir, a diminuição física consolidou um processo de hiper valorização do conhecimento ocidental.

Um dado e, ao mesmo tempo um impacto localizado entre os relatos Karitiana e Karipuna foi o desconhecimento sobre os passos que levam ao licenciamento ambiental, bem como de um vocabulário próprio ao tema, como, por exemplo: PBA, Mitigação ou Compensação. Palavras chave aos indígenas, pois são os filtros que tornam tangíveis os impactos percebidos por esses povos. Isso se desdobra em sentimentos de incerteza, insegurança e medo. São sensações que atingem as estruturas mais elementares da vida cotidiana, como é o caso da produção dos roçados e o trabalho diário. Batiti Karipuna, cacique da aldeia Panorama nos disse que: *“O medo de alagar deixa a gente assim. Você não sabe. Fica todo mundo doido, não trabalha direito, não faz o roçado, não pesca”* (comunicação durante trabalho de campo na etapa de Validação, 26.10.2011). Já a indígena Milena Karitiana, agente indígena de diagnóstico nos disse que: *“E se alagar toda a terra, e se tomar conta de toda a aldeia? O que a gente faz?”* (comunicação durante trabalho de campo na etapa de Validação, 25.10.2011). Todavia, as sensações têm um fundo que não residem exclusivamente no campo psicossocial. Antes ainda, há um embate epistemológico, no qual a síntese se realiza diante da seguinte pergunta: *o conhecimento indígena é capaz de mensurar um impacto ambiental?* Essa pergunta alimenta as ações de mitigação deste programa, pois o seu tratamento aplaca a tensão entre os conhecimentos indígenas, correntemente classificados como percepção e os conhecimentos ocidentais, classificados como técnicos.

Considerando que o EIA, apontou como grandes impactos o “incremento populacional a partir do início das obras das hidrelétricas” (EIA, FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005, p. 257); que o RIMA aponta a “pressão à população tradicional” (RIMA, FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005, p. 51), a “pressão exercida por agricultores, pecuaristas e garimpeiros”, (RIMA, FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005, p. 60), o “aumento da pressão sobre as Terras Indígenas.” (IDEM, idem); um fluxo migratório extraordinário para a região motivado pela abertura de milhares de novos postos de trabalho que altera aspectos culturais da população local (RIMA, FURNAS/ODEBRECHT/LEME 2005, p. 80), e ainda, que os relatos dos indígenas Karitiana e Karipuna questionam a concentração de conhecimento como forma de poder; sendo a Terra Indígena Karitiana, a mais próxima da área de influência direta, distando em linha reta, 47 km do reservatório da UHE de Santo Antônio, constitui-se enquanto um dos pontos mais vulneráveis às pressões antrópicas e alterações culturais e, não menos vulnerável é a Terra Indígena Karipuna, na qual habitam os últimos sobreviventes desse povo. Considerando ainda que os Karipuna, bem como os Karitiana apontam transformações culturais e sociais acentuadas e refletidas no bojo das discussões sobre o processo de mitigação dos impactos ambientais e, apresentados em tabela mais adiante, tomamos enquanto princípio redutor de impactos para este programa, a criação de intercursos de saberes para constituirmos um terreno de cooperação epistemológica no sentido aldeia para cidade.

O intensificado contato com a sociedade nacional seja por obras que deslocam um contingente de trabalhadores não índios para as aldeias, nas quais estes são em maior número que a própria população aldeã, como se deu no caso das construções da escola e do Posto de Saúde na aldeia Panorama (Karipuna) ou por reuniões que deslocam para as cidades um número significativo de pessoas, em geral de 10 a 15 indivíduos, algo que

representa entre 1/3 a 50% da população Karipuna e aproximadamente 5% dos Karitiana; Identificou-se entre os Karitiana e Karipuna que os contextos específicos de aprendizagem não escolar e, portanto, de transmissão de conhecimentos culturais, historicamente enfraquecido, fragiliza-se cotidianamente. Adultos em idade produtiva e os mais velhos são levados ao deslocamento constante para a cidade, abandonando os cuidados internos que se tem com cada parente na aldeia.

A criação de um Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural torna-se estratégico no processo de mitigação dos impactos da UHE Santo Antônio, para que a cosmologia ocidental, experimentada historicamente por essa população, não suplante os modos de vida indígena. Em síntese este Programa buscará reduzir os efeitos negativos dos seguintes impactos:

IMPACTOS
Alterações no cotidiano das aldeias;
Maior presença de língua portuguesa nas aldeias;
Maior deslocamento de indígenas para a cidade de Porto Velho;
Distanciamento das pessoas de suas atividades cotidianas, com enfraquecimento da economia de trocas e fragilização das relações de parentesco;
Aumento da dependência de recursos financeiros para a manutenção de atividades tradicionais;
Conflitos internos gerando impactos na organização social, em especial na manutenção das lideranças indígenas;
Diminuição da realização de festas e rituais em virtude da redução de animais de caça associados;
Redução de contextos não escolares de aprendizagem e transmissão de saberes;
Rupturas nas linhas de transmissão de conhecimentos;
Conflito epistemológico, onde a experiência indígena cotidiana não é tomada enquanto um indicador de impacto ambiental;
Baixa valorização dos conhecimentos tradicionais;
Ausência de conhecimento por parte dos indígenas acerca dos conceitos que orientam o processo de licenciamento ambiental e de mitigação de impactos;
Insegurança dos Karitiana e Karipuna em relação às dimensões do impacto da obra, para as gerações atuais e futuras, especialmente sobre os seus territórios e áreas de vida;

Minorar os impactos visualizados durante os estudos iniciais da obra, em sua fase de instalação, que se desdobraram no tempo, multiplicando suas formas e, sobretudo, os impactos atuais, no momento em que a Usina entrará em funcionamento, com a primeira de suas 44 turbinas é um dos princípios deste programa.

Este Programa busca que os mais velhos e seus conhecimentos sejam reconduzidos a patamares de respeito e eficácia anteriores; que os jovens retomem os esforços de

aprendizagem acerca dos conhecimentos tradicionais e, ainda, que compreendam a relação entre cultura e direitos indígenas.

Os povos, objetos deste PBA e do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural são espelhos tanto das formas de contato, quanto das próprias estratégias de sobrevivência que ambos se engajaram. No atual contexto, Karitiana e Karipuna são reflexos dos grandes símbolos de progresso. Fortalecer sua cultura e sua identidade política, ou seja, étnica, é passo importante para minorar os efeitos da epistemologia do desenvolvimento econômico no interior das aldeias, atualmente medida pela soma entre o rio como um valor econômico e a cultura como unidade étnica. O último esforço reside em que o propalado desenvolvimento trazido à floresta com a construção de empreendimentos, não gere um desenraizamento dos saberes locais.

13.3. Meta

A partir das experiências de contato, em especial no contexto de mitigação de impactos ambientais tem-se como metas para esse Programa: (i) a criação de indicadores indígenas que associem conhecimentos ocidentais e tradicionais na avaliação dos impactos ambientais, (ii) valorização plena dos saberes indígenas e dos atores mais velhos das aldeias; (iii) Fortalecimento de práticas locais e de relações comunitárias e de parentesco na atualização do conhecimento tradicional. (iv) Desenvolvimento de capacidades a partir do conhecimento tradicional;

13.4. Público alvo

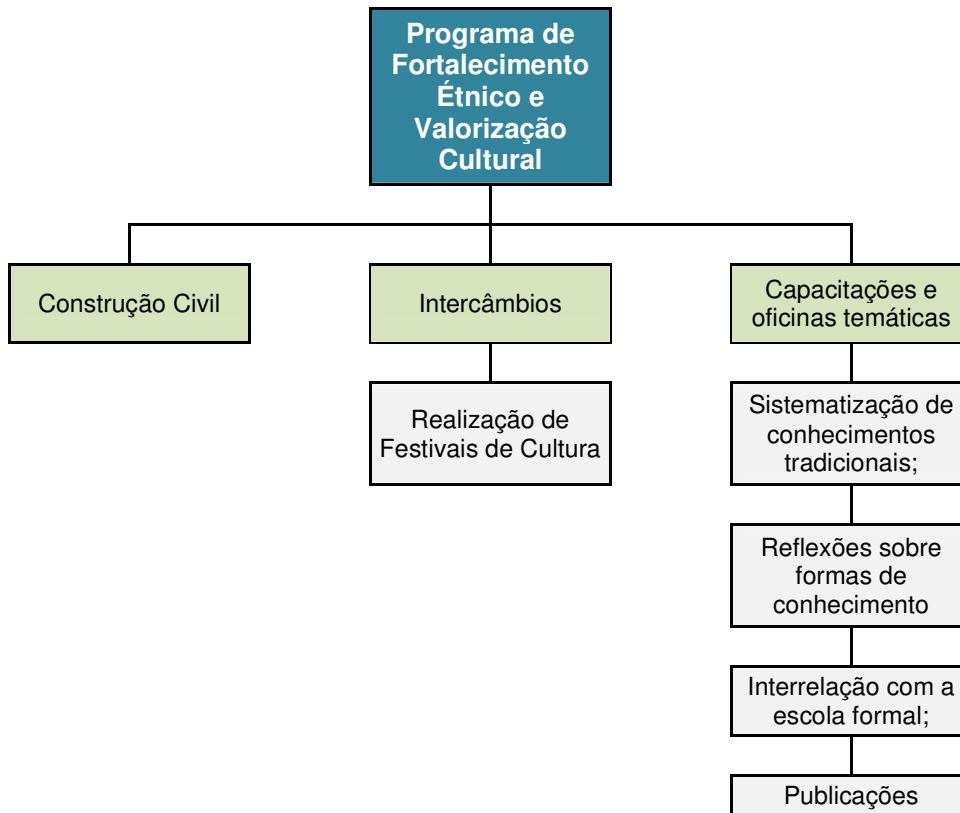
O público-alvo indireto do programa perfaz uma população de aproximadamente 400 pessoas, cujo 90% residem em aldeias Karitiana, a saber: Central, Bom Samaritano, Joari e Candeias. Os outros 10%, da etnia Karipuna, vivem na aldeia Panorama, às margens do rio Jacy-Paraná. Há duas principais faixas etárias a serem atingidas, os mais velhos e os mais jovens que cursaram o primeiro ciclo de formação do ensino fundamental.

13.5. Metodologia

13.5.1. Estrutura do Programa

Este Programa será composto pelas seguintes linhas de ações: (i) construção civil; (ii) Intercâmbios; (iii) capacitações e Oficinas Temáticas;

Figura 13-1 Organograma do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural



13.6. O programa e suas linhas de ações

13.6.1. Introdução e Justificativas

Subdividido em três linhas de ações: (i) construção civil; (ii) Intercâmbios; (iii) capacitações e oficinas temáticas, busca-se construir, a partir dos impactos aos Karitiana e Karipuna novos parâmetros de reflexão acerca da ideia de desenvolvimento. Essa é uma das expressões chave para se compreender a construção das hidrelétricas na bacia do rio Madeira. Busca-se, neste programa, a criação de medidas alternativas para recriação desta ideia.

As ações em curso intentam cristalizar uma experiência concreta de cooperação técnica entre os saberes ocidentais e indígenas em processos de estudos, pesquisas, avaliações e monitoramento concernentes aos impactos atuais e futuros da UHE Santo Antônio. Observamos que um dos impactos da construção das hidrelétricas a ideia de que os brancos sabem mais, são mais poderosos e por isso, capazes de construir empreendimentos do porte da UHE de Santo Antônio. *“Só branco mesmo é que faz isso. Só branco é que constrói aquilo. Aquilo vai durar para sempre”* (CIZINO KARITIANA, Entrevista, 19.10.2011).

Notadamente, as experiências indígenas foram ao longo da história, consideradas: “artesanal, pré-industriais ou limitadas”, não obstante sua eficácia. Até o momento as concepções sobre ciência das populações indígenas¹¹ não tiveram condições históricas de ganhar corpo. Este dado deve ser acrescido do fato de que a Amazônia é alvo permanente de projetos de inspiração desenvolvimentista.

Os povos indígenas são detentores de expressões culturais particulares, permanentemente recriadas, e que levam em consideração as profundas transformações que vêm afetando os contextos de produção e transmissão de saberes tradicionais. Ressaltamos aspectos promissores para a valorização das comunidades, das formas de pensamento, dos conhecimentos, das práticas culturais e das artes indígenas.

Vale frisar que é imprescindível a articulação deste programa com os demais concernentes a esse PBA, políticas públicas e, é claro, o interesse dos próprios indígenas, não apenas pela inter-relação das atividades educativas constantes nas diversas atividades dos outros programas, mas por ser imprescindível que se alcance soberania, segurança de território, de saúde e de cultura, garantindo os cursos próprios dos modos de vida. E aqui podemos citar Valéria Macedo¹² em seu comentário sobre Roy Wagner:

“ (...) iniciativas de “resgate” ou “valorização” cultural, cada vez mais recorrentes em políticas públicas ou protagonizadas por ONGs, em que o investimento é feito na preservação ou resgate de costumes, artefatos ou técnicas, desconsiderando muitas vezes que tais populações estão sendo privadas de dar curso aos modos de vida ou estilos de criatividade que resultaram nesses produtos. No dizer de Marcio Goldman, o que está faltando ali não é propriamente Cultura, mas a vida.”

O conhecimento indígena não será tratado como um repertório de ervas medicinais ou listagem de espécimes vegetais, tampouco, o conhecimento tradicional será tomado como um retrato do passado. Ao contrário, daremos ao conhecimento indígena tratamento análogo ao ocidental, isto é, privilegiaremos suas experiências e registraremos os seus desenvolvimentos.

13.6.2. Linhas de ações

- a) **Capacitações e oficinas temáticas:** *consolidar experiências indígenas de observação, compreensão e análise da diversidade de situações que os cercam, bem como dos sistemas e regimes de conhecimento próprios aos Karitiana e Karipuna. (novas tecnologias)*
- b) **Intercâmbios:** *propiciar o conhecimento de práticas e soluções indígenas inovadoras sobre os problemas relativos a identidade, revitalização cultural e desenvolvimento sustentável.*

¹¹ Ver Alfredo Wagner Berno de Almeida em Antropologia dos Archivos da Amazônia (2008, p. 132)

¹² MACEDO, Valéria. O homem como xamã de seus significados. A invenção da cultura de Roy Wagner e o campo aberto para a reinvenção da antropologia. PPGAS/USP. Disponível em: <http://nansi.abaetenet.net/abaetextos>

- c) **Construção civil:** *construir espaços que sirvam de meio de sociabilização entre os indígenas, bem como centro onde ocorram variadas atividades formativas.*

13.6.3. Objetivos

13.6.3.1. Objetivo Geral

Reduzir os impactos negativos sobre a cultura indígena, a partir dos modos de vida aldeã, sua economia, organização social, concepções acerca do saber e da aprendizagem, bem como à realização de festas e rituais;

13.6.3.2. Objetivos Específicos

a) **Capacitações e oficinas temáticas:**

- Realizar oficinas temáticas junto aos Karitiana e Karipuna em: (i) técnicas e procedimentos ocidentais de estudos, pesquisas, acompanhamento e avaliação de impactos socioambientais; (ii) sobre conhecimento tradicional e conhecimento científico;
- Realizar oficinas temáticas junto aos Karitiana e Karipuna para a produção de variadas formas de documentos em áudio visual;
- Realizar oficinas para a realização de Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna;
- Realizar oficinas temáticas junto às populações Karitiana e Karipuna para a sistematização de conhecimentos tradicionais em relatórios, livros e enciclopédias;
- Estimular a criação de um grupo de jovens pesquisadores indígenas;
- Desenvolver temas específicos para a pesquisa indígena entre os Karitiana e os Karipuna; Incentivar a inclusão de temas referentes ao PBA no currículo das escolas Karitiana e Karipuna;
- Desenvolver publicações bilíngues acerca dos conhecimentos tradicionais indígenas;
- Favorecer o fortalecimento linguístico;

b) **Intercâmbios:**

- Intercambiar com outros povos indígenas amazônicos (a definir), em especial aqueles localizados na bacia do rio Madeira, processos de sistematização de conhecimentos indígenas
- Realizar festivais culturais entre os Karipuna e Karitiana;

c) **Construção civil:**

- Construir espaços multiuso onde se realizarão atividades do PBA e demais atividades relacionadas a educação e valorização cultural
- Construir uma cozinha coletiva na Aldeia Central Karitiana
- Validar os projetos arquitetônicos junto as comunidades

13.6.3.3. Metas e produtos em relação aos objetivos

a) **Capacitações e oficinas temáticas:**

- Capacitação 20 indivíduos, homens ou mulheres, entre os povos Karitiana e Karipuna sobre temas relacionados a estudos, pesquisas, acompanhamento e avaliação de impactos ambientais;
- Documentação e Sistematização de reflexões Karitiana e Karipuna sobre temas correlacionados aos saberes tradicionais e aos conhecimentos científicos;
- Capacitação de cerca de 10 jovens indígenas Karitiana e Karipuna na filmagem, produção, direção e edição áudio visual e a realização de 2 filmes com temática a definir (1 karitiana e 1 karipuna);
- Criação de um conjunto de ações que cristalizem experiências concretas de cooperação técnica entre os saberes ocidentais e indígenas;
- Participação dos jovens indígenas matriculados nas escolas, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;
- Realização de publicação com os resultados do Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna;
- Criar 01 (um) grupo de jovens pesquisadores indígenas entre os Karipuna;
- Criar 01 (um) grupo de jovens pesquisadores indígenas entre os Karitiana;
- Criar 01 (um) conjunto de temas de pesquisa indígena;
- Publicação de 08 (oito) livros bilíngues;
- Publicação de 02 (duas) gramáticas, sendo 01 em língua Karipuna e 01 em língua Karitiana;
- Realização de 02 (dois) festivais culturais envolvendo as 04 aldeias Karitiana;
- Realização de 02 (dois) festivais culturais envolvendo os Karipuna e povos indígenas da mesma família lingüística.

b) **Intercâmbios:**

- Realização de quatro (04) viagens para intercambio técnico e cultural junto a povos indígenas amazônicos, em especial aqueles localizados na Bacia do rio Madeira;

c) **Construção civil:**

- Construir espaços multiuso onde se realizarão atividades do PBA e demais atividades relacionadas a educação e valorização cultural
- Construir uma cozinha coletiva na Aldeia Central Karitiana
- Validar os projetos arquitetônicos junto as comunidades

13.6.3.4. Indicadores do Programa

a) **Capacitações e oficinas temáticas:**

- Percentual de indígenas capacitados ao término da concessão da primeira licença de operação;
- Ter documentado um conjunto de reflexões e debates sobre os temas relacionados aos saberes tradicionais e conhecimentos científicos no contexto de mitigação e

compensação de impactos ambientais, ao término da concessão da primeira licença de operação;

- Criar um grupo mínimo de 10 jovens Karitiana e Karipuna para os temas de pesquisa;
- Ações que articulem experiências concretas de cooperação técnica entre os saberes ocidentais e indígenas;
- Incorporação de temáticas transversais ao currículo escolar;
- Publicação dos resultados do Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna.
- Temas do conhecimento tradicional sistematizado;
- Envolvimento dos professores, pais de alunos e lideranças indígenas;
- Criação dos grupos de pesquisa;
- Percentual de temas para pesquisa elaborados pelos Karitiana e Karipuna;
- Total de publicações e distribuição às escolas indígenas, bem como a divulgação aos governos locais e entidades de apoio às sociedades indígenas em Rondônia;
- Total de publicações e distribuição às escolas indígenas, bem como a divulgação aos governos locais e entidades de apoio às sociedades indígenas em Rondônia;

b) Intercâmbios:

- Adaptação e incorporação de práticas inovadoras de outros povos indígenas em distintos ou semelhantes contextos;
- Total de festivais culturais realizados.

c) Construção civil:

- Construção dos espaços;
- Apropriação dos espaços pela comunidade.

Quadro 13-1 Síntese - Relação entre objetivos específicos, metas e indicadores

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
A) Capacitações e oficinas temáticas:		
<p>Realizar oficinas temáticas junto aos Karitiana e Karipuna em técnicas e procedimentos ocidentais de estudos, pesquisas, acompanhamento e avaliação de impactos socioambientais;</p>	<p>Capacitação 20 indivíduos, homens ou mulheres, entre os povos Karitiana e Karipuna sobre temas relacionados a estudos, pesquisas, acompanhamento e avaliação de impactos ambientais;</p>	<p>Percentual de indígenas capacitados ao término da concessão da primeira licença de operação;</p>
<p>Realizar oficinas temáticas junto aos Karitiana e Karipuna para a reflexão sobre conhecimento tradicional e conhecimento científico;</p>	<p>Documentação e Sistematização de reflexões Karitiana e Karipuna sobre temas correlacionados aos saberes tradicionais e aos conhecimentos científicos;</p>	<p>Ter documentado um conjunto de reflexões e debates sobre os temas relacionados aos saberes tradicionais e conhecimentos científicos no contexto de mitigação e compensação de impactos ambientais, ao término da concessão da primeira licença de operação; Criar uma turma mínima de 10 pessoas, Karitiana ou Karipuna;</p>
<p>Realizar oficinas temáticas junto aos Karitiana e Karipuna para a produção de variadas formas de documentos em áudio visual;</p>	<p>Capacitação de 10 jovens indígenas Karitiana e Karipuna na filmagem, produção, direção e edição áudio visual;</p>	<p>Percentual de indígenas capacitados ao término da concessão da primeira licença de operação;</p>
<p>Favorecer o empoderamento técnico e científico dos povos indígenas Karitiana e Karipuna;</p>	<p>Criação um conjunto de ações que cristalizem experiências concretas de cooperação técnica entre os saberes ocidentais e indígenas;</p>	<p>Ações que articulem experiências concretas de cooperação técnica entre os saberes ocidentais e indígenas;</p>
<p>Incentivar a inclusão de temas referentes ao PBA no currículo das escolas Karitiana e Karipuna;</p>	<p>Participação dos jovens indígenas matriculados nas escolas, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio;</p>	<p>Incorporação de temáticas transversais ao currículo escolar;</p>

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Realizar oficinas para a realização de Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna	Realização de publicação com os resultados do Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna	Publicação dos resultados do Inventário Participativo de Patrimônio Imaterial Karitiana e Karipuna e incorporação transversal no currículo escolar
Realizar oficinas temáticas junto às populações Karitiana e Karipuna para a sistematização de conhecimentos tradicionais em relatórios, livros e enciclopédias;	Escolher a melhor maneira de sistematização dos conhecimentos tradicionais	Temas do conhecimento tradicional sistematizado;
Estimular a criação de um grupo de jovens pesquisadores indígenas;	Criar 01 (um) grupo de jovens pesquisadores indígenas entre os Karipuna; Criar 01 (um) grupo de jovens pesquisadores indígenas entre os Karitiana;	Reuniões específicas para o tema; Envolvimento dos professores, pais de alunos e lideranças indígenas; Criação dos grupos de pesquisa;
Desenvolver temas específicos para a pesquisa indígena entre os Karitiana e os Karipuna;	Criar 01 (um) conjunto de temas de pesquisa indígena;	Percentual de temas para pesquisa elaborados pelos Karitiana e Karipuna;
Desenvolver publicações bilíngues acerca dos conhecimentos tradicionais indígenas;	Publicar 08 (oito) livros bilíngues;	Total de publicações e distribuição às escolas indígenas, bem como a divulgação aos governos locais e entidades de apoio às sociedades indígenas em Rondônia;
Favorecer o fortalecimento linguístico;	Publicar 02 (duas) gramáticas, sendo 01 em língua Karipuna e 01 em língua Karitiana;	Total de publicações e distribuição às escolas indígenas, bem como a divulgação aos governos locais e entidades de apoio às sociedades indígenas em Rondônia;
B) Intercâmbios		
Intercambiar com outros povos indígenas amazônicos, em especial aqueles localizados na bacia do rio Madeira processos de sistematização de conhecimentos indígenas;	Realização de quatro (04) viagens para intercâmbio técnico e cultural junto a povos indígenas amazônicos, em especial aqueles localizados na Bacia do rio Madeira;	Adaptação e incorporação de práticas inovadoras de outros povos indígenas em distintos ou semelhantes contextos;

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
Realizar festivais culturais entre os Karipuna e Karitiana;	Realizar 02 (dois) festivais culturais envolvendo as 04 aldeias Karitiana; Realizar 02 festivais culturais envolvendo povos indígenas da mesma família linguística dos Karipuna;	Total de festivais culturais realizados;
C) Construção Civil		
Construir espaços multiuso onde se realizarão atividades do PBA e demais atividades relacionadas a educação e valorização cultural e validar os projetos arquitetônicos junto as comunidades	Construir espaços multiuso onde se realizarão atividades do PBA e demais atividades relacionadas a educação e valorização cultural	Construção dos espaços; Apropriação dos espaços pela comunidade.
Construir uma cozinha coletiva na Aldeia Central Karitiana	Construir uma cozinha coletiva na Aldeia Central Karitiana	Construção do espaço Apropriação do espaço pela comunidade.

13.6.4. Metodologia

O subprograma de Valorização dos Conhecimentos Tradicionais enfatiza a criação de intercursos de cooperação entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos ocidentais, na tentativa de criar uma proposta de desenvolvimento onde noções e cosmologias consagradamente dissonantes possam integrar-se na busca pela real mitigação dos impactos socioambientais efetuados durante o processo de instalação, tanto quanto aqueles coetâneos a operação da UHE Santo Antônio. Os campos abordados neste programa estão delineados através de um conjunto de oficinas temáticas participativas, na reflexão sobre a produção do conhecimento humano, na publicação de vídeos e livros, bem como na estruturação de espaços físicos.

Este programa busca fazer interagir atores de diversos grupos etários, funções sociais e gênero. Este programa deverá contar com a consultoria especializada de indígenas das duas etnias, cujo notório saber se alcançou cotidianamente.

Haverá o acompanhamento pelo coordenador indígena a partir do Programa de Gestão do PBA, escolhido por suas associações ou comissões criadas no interior das aldeias. Suas funções residem em: (i) mediar os processos de negociação e execução do Projeto Básico Ambiental; (ii) definir os grupos focais que participarão das oficinas temáticas; (iii) buscar soluções para problemas advindos da execução do subprograma; (iv) criar meios de compreensão e tradução entre conceitos em língua indígena e em português; (v) exercer o papel de mediadores e tradutores entre o empreendedor e a aldeia, bem como entre a equipe técnica e a aldeia. (vi) realizar a articular interna da aldeia em face dos objetivos e metas do Programa.

Ao mesmo tempo método e horizonte teórico é imprescindível o intercuro de conhecimentos ocidentais e indígenas. Esta soma proporcionará ao subprograma a definição de temas de estudos, pesquisas, capacitações bem como a elaboração de novos projetos ou ações. Definirá ainda a interlocução com outros Programas e Subprogramas, especialmente nos temas associados ao conhecimento tradicional.

A participação não indígena se refere à elaboração de relatórios mensais, ao assessoramento e ao acompanhamento referentes à implementação e gestão do subprograma, que perpassa desde a assessoria aos indígenas, o monitoramento de reuniões, até os eventos de capacitação. Ao término dos primeiros 06 meses de subprograma, o mesmo sofrerá uma avaliação inicial, com vistas a corrigir encaminhamentos metodológicos e ações, caso necessário.

Será responsabilidade dos assessores não indígenas a elaboração de relatórios mensais sobre as atividades realizadas. Esses relatórios serão apresentados a cada dois meses ao comitê gestor e ao empreendedor.

13.6.4.1. Contratação e estruturação de equipe técnica

Serão necessários profissionais com experiência em temas de projetos culturais ou educação indígena ou em impactos ambientais em terras indígenas, sendo indicada ainda experiência em projetos de pesquisas acadêmicas. Estes profissionais devem ter,

preferencialmente, pós-graduação stricto sensu. Devem ainda ter experiência no trato de situações de tensão, conflito e metodologias participativas.

Haverá a necessidade da contratação de consultorias especializadas em linguística, sendo 01 profissional para a língua Karitiana e 01 profissional para a língua Karipuna; 01 pedagogo com experiência na área de produção de materiais didáticos específicos às populações tradicionais; 01 biólogo com experiência na temática indígena, 01 advogado com experiência na temática indígena, preferencialmente no trato de questões sobre patrimônio cultural ou propriedade intelectual junto a populações tradicionais; 01 antropólogo ou historiador ou sociólogo com experiência em etnologia e temáticas de interculturalidade; e 01 (uma) equipe de áudio visual.

13.6.4.2. Síntese das atividades concernentes aos objetivos específicos ao programa

- a) **Capacitações e Oficinas Temáticas¹³**: O quadro a seguir resume as atividades, estabelecendo o número de etapas, período mínimo de horas/aula, bem como, o perfil dos profissionais necessários;

CONJUNTO TEMÁTICO 01		
TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS OCIDENTAIS DE ESTUDOS, PESQUISAS, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS;		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	44h X 04 ETAPAS = 176 h	20
Descrição	Este conjunto temático tem como objetivo estimular e fornecer ferramentas analíticas para que os indígenas melhor compreendam as questões relativas ao conjunto de ações referentes ao processo de mitigação ao qual estão incluídos.	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é um empreendimento? • O que é impacto? • O que é uma avaliação de impactos? • O que é mitigação? • O que é compensação? • O que é indenização? • Legislação sobre impactos ambientais em Terras Indígenas? • Como acompanhar um impacto ambiental na minha aldeia? • Outros contextos de povos indígenas e impactos de empreendimentos? 	

¹³ Os conteúdos das oficinas são definidos a partir de perguntas iniciais (OLIVEIRA, 2004), que lhes fornecem o primeiro formato. Estas perguntas poderão ser desdobradas em todas as etapas das oficinas. Observa-se que os profissionais, assim como as horas técnicas indicadas podem ser alteradas, desde que não causem prejuízos técnicos aos produtos finais.

PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Advogado – 44h Biólogo – 44h Antropólogo, historiador ou cientista social – 88h Linguista especialista em língua Karitiana – 44h Linguista especialista em língua Karipuna – 44h Agente Indígena – 176h		
CONJUNTO TEMÁTICO 02		
REFLEXÃO SOBRE CONHECIMENTO TRADICIONAL E CONHECIMENTO CIENTÍFICO;		
POVOS: POVO: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
02	44h X 02 ETAPAS = 88h	20
Descrição	Este conjunto temático tem como objetivo estimular e fornecer ferramentas analíticas para que os indígenas melhor compreendam a relação entre saberes tradicionais, conhecimento tradicional e conhecimento científico. Serão observadas questões relativas à valorização e sistematização dos saberes indígenas;	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é conhecimento? • O que é ciência para o ocidente? • Como os não indígenas fazem para conhecer? • O que é conhecimento para os indígenas? • Como os indígenas fazem para conhecer? • O que é conhecimento tradicional? • O que é conhecimento científico? • Qual é a importância do conhecimento tradicional para o mundo? 	
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Antropólogo, historiador ou cientista social – 88h Linguista especialista em língua Karitiana – 20h Linguista especialista em língua Karipuna – 20h Agente Indígena – 88h		
CONJUNTO TEMÁTICO 03		
PRODUÇÃO E EDIÇÃO EM AUDIO VISUAL		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	110h X 04 ETAPAS = 440	10
Descrição	Este conjunto temático busca fornecer técnicas básicas para a produção de vídeos etnográficos. Intenta-se que os indígenas possam utilizar novas tecnologias de variadas	

	formas, desde a valorização cultural, a afirmação étnica, a reivindicação de direitos ou registros do cotidiano da aldeia;	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é imagem? • Como fazer imagens em uma câmera? • O que é um roteiro? • Como escrever um roteiro? • O que é produção áudio visual? • Como produzir um vídeo etnográfico? • Produções etnográficas de indígenas no país; • Experiências de outros povos indígenas na utilização de vídeos etnográficos nas escolas; 	
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Equipe de áudio visual – 440h Agente Indígena – 440h		
CONJUNTO TEMÁTICO 04		
INCLUSÃO DE TEMAS REFERENTES AO PBA NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
03	44h X 03 ETAPAS = 132h	50
Descrição	Este conjunto temático busca estimular a reflexão sobre a inclusão de temas transversais ao currículo escolar oficial. Espera-se que a escola acolha em seu currículo uma das atuais problemáticas desses povos, que é o processo de mitigação no qual estão incluídos	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é interculturalidade? • O que é um currículo? • Como valorizar os conhecimentos tradicionais dentro da minha escola? • Qual é a relação que a escola tem com a minha aldeia? • Como incluir novos temas no currículo da minha escola? • O que é um projeto político pedagógico? 	
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Pedagogo – 132h Biólogo – 44h Antropólogo, historiador ou cientista social – 44h Agente Indígena – 132h		
CONJUNTO TEMÁTICO 05		
JUVENTUDE INDÍGENA, ESCOLARIZAÇÃO E PESQUISAS NA ALDEIA		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		

ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	44h X 04 ETAPAS = 176h	50
Descrição	Este conjunto temático busca estimular a formação de grupos de jovens pesquisadores indígenas. No atual contexto onde cada vez mais indígenas acessam a escola formal e o número de pesquisas em etnologia cresce, acredita-se que a formação de pesquisadores indígenas pode se tornar uma ferramenta de empoderamento.	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é pesquisa? • Quais são as técnicas de se fazer pesquisa? • Como uma pergunta pode se tornar uma pesquisa? • Por que é importante pesquisar? • Como os jovens podem produzir conhecimento junto à escola da sua aldeia? • Por que é importante que jovem adquira saberes com os mais velhos? • Por que é importante que os indígenas se tornem pesquisadores? 	
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Pedagogo – 176h		
Antropólogo, historiador ou cientista social – 176h		
Agente Indígena – 176h		
CONJUNTO TEMÁTICO 06		
OFICINAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL INDÍGENA		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	44h X 04 = 176h	30
Descrição	As oficinas têm como objetivo apresentar conceitos básicos para o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Promover o reconhecimento dos indígenas como detentores de formas de expressão culturais particulares e permanentemente recriadas, contribuindo para seu fortalecimento cultural, social e político.	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é cultura para os não indígenas? • O que é tradição para os não indígenas? • O que é patrimônio cultural? • O que é patrimônio cultural imaterial? • Por que é importante valorizar a cultura? • O que é cultura para os povos indígenas? • O que é diversidade cultural? • O que é um inventário de patrimônio cultural? • Como pode ser realizado um inventário de patrimônio cultural imaterial com a participação das pessoas da aldeia? • Como documentar tradições vivas? • Qual é a relação entre cultura, identidade e direitos indígenas? • Qual são as leis que preservam e resguardam os conhecimentos indígenas? 	
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Advogado – 20h		
Antropólogo, historiador ou cientista social – 176h		

Agente Indígena – 176h

CONJUNTO TEMÁTICO 07

TEMA: SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

POVOS: KARITIANA E KRIPUNA

ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	44h X 04 = 176h	20
Descrição	Este conjunto temático visa estimular a sistematização dos conhecimentos indígenas como uma ferramenta para valorização cultural.	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Como organizar os conhecimentos que temos aqui na aldeia? • Quais são as formas de sistematização de conhecimentos não indígenas? • Como ocorre transmissão de conhecimento entre uma geração e outra na aldeia? • Todos os conhecimentos podem se transformar em livros, vídeos ou DVDs? • Quais são as dificuldades para se transformar um registro linguístico em escrita? • O que é tradução? • Quais as dificuldades em se traduzir palavras da língua indígena para a língua portuguesa e da língua portuguesa para a língua indígena? • Quais temas são importantes para se transformar em livros, CDs ou DVDs para a escola indígena? 	

PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA

Linguista especializado em língua Karitiana – 88h

Linguista especializado em língua Karipuna – 88h

Antropólogo, historiador ou cientista social – 176h

CONJUNTO TEMÁTICO 08

TEMA: POLÍTICA LINGÜÍSTICA E USOS SOCIAIS DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E PORTUGUESA

POVOS: KARITIANA E KRIPUNA

ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
06	44h X 06 = 264h	20
Descrição	Este conjunto temático tem como objetivo estimular a reflexão sobre os usos da língua materna em contextos de transição linguística do monolinguismo em língua indígena para o bilingüismo, no caso Karitiana, e para o monolinguismo em língua portuguesa no caso Karipuna.	
Conteúdo Programático Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • O que é uma língua minoritária? • O que é uma língua majoritária? • Uma língua pode desaparecer? • O que é língua materna? • O que é monolinguismo? • O que é bilingüismo? 	

- O que é um registro oral?
- O que é um registro escrito?
- Qual são as diferenças entre um registro escrito e um registro oral?
- Minha língua indígena está ameaçada?
- O que é uma política lingüística?
- Os mais velhos falam uma língua diferente dos mais jovens?
- Qual é a relevância do conhecimento e do uso das ferramentas para a documentação lingüística e antropológica para preservar e registrar as línguas indígenas?
- Por que valorizar, fortalecer e revitalizar línguas e tradições indígenas?;

PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA

Linguista especializado em língua Karitiana – 264h

Linguista especializado em língua Karipuna – 264h

Antropólogo, historiador ou cientista social – 264h

Agente Indígena – 264h

Total de Conjuntos Temáticos: 08

Total de etapas: 29

Total de horas técnicas não indígenas: 2656

Total de horas de agente indígena: 1628

- b) **Intercâmbios:** *O quadro a seguir resume as atividades, estabelecendo o número de etapas, período mínimo de horas/aula, bem como, o perfil dos profissionais necessários;*

GRUPO DE INTERCÂMBIO

OUTROS POVOS INDÍGENAS AMAZÔNICOS, EM ESPECIAL AQUELES LOCALIZADOS NA BACIA DO RIO MADEIRA

DESCRIÇÃO

Os intercâmbios têm como princípio a troca de experiências exitosas ou não no campo das relações entre os indígenas e não indígenas. Espera-se que os Karitiana e Karipuna possam visualizar práticas e soluções indígenas inovadoras sobre os problemas relativos a identidade, revitalização cultural e desenvolvimento sustentável.

POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
ETAPAS	CARGA HORÁRIA	PESSOAS POR TURMA
04	88 h X 04 = 352h	20
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Linguista especializado em língua Karitiana – 88h Linguista especializado em língua Karipuna – 88h Antropólogo, Historiador ou Cientista Social – 352h		
GRUPO DE FEESTIVAIS CULTURAIS		
POVOS: KARITIANA E KARIPUNA		
DESCRIÇÃO		
Os festivais culturais são meios de estimular a sociabilização entre os grupos Karitiana e os Karipuna, assim como exclusivamente entre os próprios Karitiana ou exclusivamente dos Karipuna com povos da mesma família lingüística. Espera-se que, por meio dos festivais que as gerações mais jovens conheçam e se identifiquem com as festas e rituais tradicionais de seus povos.		
ETAPAS	PERÍODO ESTIMADO	PESSOAS POR TURMA
04	04 semanas	Não se aplica
PROFISSIONAL ESPERADO E CARGA HORÁRIA INDICADA		
Antropólogo, Historiador ou Cientista Social – 176h		

Total de Etapas: 08

Total de horas técnicas: 704

- c) **Construção civil:** O quadro a seguir resume as atividades, apontando o local onde será realizada a construção, bem como suas características gerais;

Descrição	Local
Espaço multiuso, com características arquitetônicas indígenas, no estilo oca tradicional, medindo 100m ² ; mista de alvenaria e madeira; assoalhada em alvenaria, com instalações elétricas e hidráulicas, para comportar variadas atividades, inclusive com cozinha e hospedagem de profissionais externos às aldeias;	01 Aldeia Candeias - Karitiana
	01 Aldeia Joari - Karitiana

Cozinha comunitária equipada e com refeitório.	01 Aldeia Central - Karitiana
--	-------------------------------

13.6.4.3. Relação entre as linhas de ação e as áreas culturais Katitiana e Karipuna

O quadro a seguir resume a relação entre as linhas de ação deste subprograma e as áreas culturais Karitiana e Karipuna.

Quadro 13-2 Relação entre setores das culturas indígenas Karitiana e Karipuna

LINHAS DE AÇÃO	ÁREAS CULTURAIS
Construção civil	SOCIABILIZAÇÃO; ORGANIZAÇÃO SOCIAL; SISTEMAS E REGIMES DE CONHECIMENTO; LÍNGUA INDÍGENA
Intercâmbios	
Capacitações e Oficinas Temáticas	

13.6.5. Elementos Estimados de Custo

13.6.5.1. Recursos humanos

- Equipe técnica permanente:

01 Profissional especialista que atuará em tempo integral na execução e coordenação do Subprograma

- Consultorias:

Pedagogo, Linguistas, Antropólogo ou Historiador ou Cientista Social, Biólogo, Advogado, Equipe de audiovisual.

Quadro 13-3 Equipe técnica permanente*

Descrição	Quantidade em meses
Profissional especialista que atuará em tempo integral na execução e coordenação do Subprograma	48

Quadro 13-4 Subprograma de valorização dos conhecimentos tradicionais*

<i>Descrição</i>	<i>Quantidade estimada em horas</i>
<i>Profissionais especialistas que atuarão em momentos específicos do Subprograma, de acordo com cronograma executivo</i>	3360
<i>Agentes Indígenas</i>	1628

13.6.5.2. Recursos materiais

Quadro 13-5 Material Permanente Previsto

Materiais	Quantidade	Descrição
Câmera Fotográfica	5	Pixels efetivos da câmera: 14.5M 1/2.33" / Primary Color Filter; Aspecto: 4:3 / 3:2 / 16:9; Formato de Gravação da Imagem (foto): JPEG; DPOF compatível; Marca: LEICA DC VARIO – ELMAR; Distância Focal (Focal Length): f=4.1~49.2mm (25~300mm - equiv. 35mm); Zoom Óptico: 12x - Zoom Inteligente de 16x; Zoom Digital: 4x; Zoom Óptico Extra: 23.4x; Detecção de Tremulação das Mãos (Mega OIS): Sim (Power OIS); Detecção de Movimento para ajuste ISO: Sim; Detecção de Face (Face Detection): Sim; Detecção de Cena (Intelligent Scene): Sim; Exposição Inteligente (Intelligent Exposure): Sim; Correção Digital de Olhos Vermelhos: Sim; Monitor: LCD 3.0" (460K pixels); LCD Inteligente: Sim; Exposição Manual: Sim; Foco Manual: Não; Sensibilidade ISO: Auto / 80 / 100 / 200 / 400 / 800 / 1600 - Modo Alta Sensibilidade de 1.600 até 6.400; Captura Contínua: Sim; Formato de Gravação da Imagem em Movimento: AVCHD Lite. QuickTime Motion JPEG; Dimensões (LxAxP): 103.3 x 59.6 x 32.6mm; Peso (aparelho) (g): 196 g; Bateria: Íon de Lítio; Carregador de bateria: Incluído; Adaptador AC: Não; Durabilidade da Bateria (Qtd fotos): Aprox. 300 fotos (de acordo com norma CIPA); Memória Interna: Aprox. 15MB; Cartão de Memória: SD. SDHC. SDXC Memory Card; Outras Funções: GPS; Reconhecimento de Face (Face Recognition): Sim; AF Tracking (Auto Foco em Movimento): Sim;
Gravador digital de voz	5	Memória incorporada 2 GB; Conexão a PC; Microfone incorporado Mono; Formato de gravação mp3P romoção Deltavale; Formato de reprodução mp3; Tipo de bateria AAA x2; Número máximo de pastas 400; Número máximo de ficheiros 4074; Número máximo de ficheiros numa pasta 199; Entradas e Saídas:Entrada para auscultadores;Entrada para microfone; Porta USB (com cabo); Entrada para cartão de memória MicroSD/M2 até 16G; Funções de gravação: Scene Select; Filtro de corte; Adicionar/substituir gravação; Não Aceita Gravação entre dispositivos de memória; Gravação operada por voz; Funções de reprodução: Digital Pitch Control (controlo da velocidade); Corte de ruído (corte de ruído inteligente); Repetição A-B; Pesquisa fácil; Reprodução de alarme; Funções de edição: Marca de faixa; Apagar, Proteger, Dividir, Mover ficheiros, Cópia de Ficheiro; ACOMPANHA: 1 x Software para PC (CD-ROM); 2 x Pilha Sony (alcalina, AAA); 1 x Cabo USB; 1 x Manual em Inglês e Espanhol Impresso.
Câmera Filmadora	2	Sinal de Vídeo com sistema de cor NTSC, padrão EIA. Formato de de gravação de filme - Vídeo (MPEG2-PS), Áudio (Dolby Digital 2ch), Dolby Digital Stereo Creator. Formato de arquivo de fotos compatível com DCF Ver.2.0, Exif Ver.2.21 e MPF Baseline. Mídia de gravação (Filme/Foto) - Disco rígido Interno de 80 GB ou "Memory Stick PRO Duo" / Cartão de memória SD (Classe 2 ou mais rápido). Na medição da capacidade da mídia, 1 GB equivale a 1 bilhão de bytes e uma parte deles é utilizada para o gerenciamento dos dados. A capacidade que um usuário pode utilizar é de aprox. 79,3 GB

Materiais	Quantidade	Descrição
		<p>Lente 50 x (Óptica, 1 800 x (Digital) F1,8 ~ F4,7. Comprimento do foco de $f = 1,8 \text{ mm} \sim 90 \text{ mm}$. Quando convertido para uma câmera fotográfica de 35 mm - Para filmes 39 mm ~ 1 950 mm (16por9) Para fotos 44 mm ~ 2 200 mm (4por3) Temperatura da cor [AUTO], [UM TOQUE], [INTERIOR] (3 200 K), [EXTERIOR] (5 800 K). Iluminação mínima de 3 lx (lux) ([RET.OB.AUT] é ajustado para [LIGAR], velocidade do obturador 1/30 segundo) Conector remoto A/V Tomada de saída de áudio/ vídeo e Tomada USB mini-AB. Tela LCD com Imagem de 6,7 cm (tipo 2,7, relação de aspeto 16por9) e Número total de pixels de 230 400 (960 x 240). Requisitos de alimentação CC 6,8 V/7,2 V (bateria) CC 8,4 V (Adaptador CA) e Consumo médio de energia durante a gravação na câmera com brilho normal é de 2,1 W. Temperatura de operação e Armazenagem de 0°C a +40°C e -20°C a +60°C respectivamente. Bateria recarregável modelo NP-FV30 com voltagem máxima de saída de CC 8,4 V, voltagem de saída de CC 7,2 V, Voltagem de carga máxima de 8,4 V DC, Corrente de carga máxima de 2,12 A, Capacidade de 3,6 Wh (500 mAh), Tipo Li-ion.</p>
Câmera Filmadora HDV Pro	2	<p>Marca/modelo: Sony / HVR-HD1000N HDV: 1080/60i DV:480/60i (NTSC) Dispositivo de Captação de Imagem: Sensor CMOS ClearVid de 1/2,9" Lente: Lente Zoom Carl Zeiss Vario-Sonnar T*, 10x (Ótico), Diâmetro de Filtro de 37mm Resolução Horizontal: 1080 Linhas Sensibilidade: 11 lux Iluminação Mínima: 4 Lux f1.6 a 18 dB Smear Vertical: Não Especificado pelo Fabricante Filtros Integrados: Não Especificado pelo Fabricante Monitor LCD: Clear Photo LCD Plus, 2,7", Formato 16:9 Visor: 132.000 Pixels, Formato 16:9 Casamento de Scan: Sim Slot de Cartão de Memória: Sim, "Memory Stick Duo" Faixa de Velocidade de Obturador: 1/2-1/10000 Seleção de Ganho: Não Formato da Fita: Gravação e Reprodução HDV Gravação e Reprodução DV Velocidade da Fita: HDV: 18,8mm/s - Modo DV SP: 18,8mm/s Relação Sinal-Ruído: Não Especificado pelo Fabricante Tempo Máximo de Gravação: HDV: 63 minutos (com Fita PHDVM-63DM) - DV: 63 minutos (com Fita PHDVM-63DM)</p>

Materiais	Quantidade	Descrição
		<p>Faixa Dinâmica de Áudio: Não Especificado pelo Fabricante Formato de Sinal de Áudio: HDV MPEG1 Audio Layer II DV 16 bits/48kHz Modo de 2 Canais 12 bits/32kHz Modo de 4 Canais Resposta de Freqüência de Áudio: 20Hz a 20kHz Relação Sinal/Ruído: Não Especificado pelo Fabricante Conectores de Entrada e Saída: Vídeo Componente: 3 RCAs (1 Saída) Vídeo Composto: 1 RCA (1 Saída) S-Video: Mini-DIN de 4 Pinos (1 Saída) HDMI (1) Entrada/Saída HDV/DV: Interface i.LINK (IEEE 1394, Conector de 4 Pinos) Saída de Áudio L/R: 2 RCAs Entrada de Áudio: Mini-Jack Estéreo Headphone: Mini-Jack Estéreo LANC: Mini-Jack Estéreo USB: Conector Tipo B Requisitos de Alimentação: Adaptador AC: 8,4 VDC - Bateria: 7,2 VDC Consumo de Energia: HDV: 4,6W - DV: 4,4W Temperatura Operacional: 32-104 °F (0°-40°C).</p>
Bateria de longa duração	2	<p>Bateria recarregável InfoLITHIUM de alta duração Elevada capacidade de 6,8 V / 14,0 Wh / 2060 mAh Carregamento rápido Tecnologia de baterias ActiFORCE para maior capacidade, carregamentos mais rápidos e indicação de capacidade restante mais precisa e rápida DCR-SX20, DCR-SX20K, DCR-SR20, HDR-CX130, HDR-CX560, HDR-XR160, HDR-PJ10, HDR-TD10 + LINHAS 2010, 2009, 2008, 2007 Garantia: 3 meses</p>
Bateria para	2	Sony NP-F570 - Pack de Bateria Recarregável - Compatível HXR-MC2000 e HVR-HD1000

Materiais	Quantidade	Descrição
câmera HDV		
Bolsa para câmera filmadora	2	Bolsa para câmera filmadora, com revestimento interno em camurça para proteger ao máximo a câmera. Compartimentos laterais e frontal para armazenar acessórios como carregador, cabo USB, lente grande angular e bateria extra.
Bolsa para câmera filmadora profissional	2	Bolsa para Camera Filmadora de tamanho grande. Modelo ideal para Panasonic AG-DVC7 / AG-DVC20 - AG-DVC60 e Sony HDR-FX1, HDR-FX7. Dimensões: C50cmxL30cmxA25cm.
Cabo extensor	5	Cabo extensor USB de 10 cm que possibilita a transferência dos vídeos da filmadora direto pro HD externo sem usar computador; Compatibilidade: Todos os modelos das linhas Handycam 2011, 2010, 2009, 2008, 2007; Conexões: USB; Comprimento do cabo: aprox. 10 cm
GPS	2	GPSMAP 62s Garmin ref. 010-00868-01
Cartão memória para GPS	2	Cartão memória
Cartão de memória para filmadoras	8	Cartão memória
Tripé	5	Trpé para câmera filmadora
Computador	2	Intel Core i5, de quatro núcleos, 2,7GHz; 8GB de SDRAM DDR3, 1333MHz - 2x4GB; Drive Serial ATA de 1TB; AMD Radeon HD 6770M com 512MB de GDDR5; Apple Magic Mouse; Teclado Apple com teclado numérico (US) + Manual do Usuário (Português); Apple Battery Charger; Cabo Apple; Thunderbolt (2m)
Software para edição de vídeo	2	Adobe Premiere Pro ou Final Cut
Quadro branco	3	Medidas de: 1,20m x 0,90m
Fogão de camping	2	de ferro c/ duas bocas

Materiais	Quantidade	Descrição
Fundo de manutenção anual	1	Recurso para eventuais reparos em equipamentos

Alimentação Estimada por Etapa

Deve ser previsto, para todos os dias de atividades deste programa, alimentação para todos os participantes, respeitando-se o princípio estipulado neste PBA de priorizar os alimentos produzidos nas próprias TI's.

Quadro 13-6 Passagens aéreas estimadas

Descrição	Quantidade
Passagens aéreas para consultores, considerando trechos de ida e volta, tendo como referência as regiões norte-sul	55

Quadro 13-7 Transporte para intercâmbios

Descrição	Quantidade
Aluguel de Ônibus para Realização dos Intercâmbios e Festivais	16

Quadro 13-8 Publicações

Descrição	Quantidade
Capa: 30x42.8cm, 4x4 cores Tinta Escala em Supremo Alta Alvura 300g. CTP Incluído. Prova Xerox, . Prova Digital;	600

Quadro 13-9 Materiais de Consumo por Etapa

Descrição	Quantidade
KIT material de papelaria	37
Botijão de gás	2
Caixa de isopor (70l)	2
Coador de café	2
Colete Salva Vidas	6
Desinfetante	6
Detergente	4
Diesel (média / litro)	750
Espanja	5
Isqueiro (pacote c/12)	1
Fogão de camping (de ferro c/ duas bocas)	2
Fósforo (pacote c/ 10 cxs)	3

Descrição	Quantidade
Garraões termicos para água (5l)	2
Guardanapo (pacote com 50 u)	20
Hidrosteril (60 ml)	4
Mata inseto (inseticida - 300 ml)	10
Óleo dois tempos (barco dos índios)	35
Panelas	8
Pano de prato	6
Papel higiênico (pacote c/12)	6
Papel toalha (pacote c/2)	10
Pilhas (alcalina AA - cx c/ 12)	10
Pratos	30
Sabão em pedra (1kg c/5)	2
Sabão em pó (1kg)	4
Talheres (conjunto c/4)	4
Vela (pacote c/8)	3

13.6.5.3. Construção civil

Quadro 13-10 Infraestrutura - Espaço multiuso

Descrição	Local
Espaço multiuso, com características arquitetônicas indígenas, no estilo oca tradicional, medindo 100m ² ; mista de alvenaria e madeira; assoalhada em alvenaria, com instalações elétricas e hidráulicas, para comportar variadas atividades, inclusive a hospedagem de profissionais externos às aldeias;	01 Aldeia Candeias 01 Aldeia Joari
Cozinha comunitária equipada e com refeitório, para comportar a preparação e alimentação dos participantes das atividades deste programa e do PBA	01 Aldeia Central

13.6.5.4. Total Geral

Quadro 13-11 Total de Elementos de Custos Estimados do Programa

Total de Elementos de Custos Estimados do Programa de Educação e Valorização Cultural	
Recursos Humanos	Equipe Técnica Permanente
	Profissionais Especialistas e Agentes indígenas
Recursos Materiais	Material Permanente
	Alimentação
	Material Didático
	Passagens Aéreas
	Transporte para Intercâmbios
	Publicações

13.6.6. Cronograma de atividades do Subprograma de Valorização dos Conhecimentos Tradicionais

Quadro 13-12 Cronograma das atividades

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
EQUIPE TÉCNICA																
Contratação e estruturação de equipe técnica	■	■														
RELATÓRIOS																
Relatórios de acompanhamento e monitoramento	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
CONSTRUÇÃO CIVIL																
Definição de Projeto Arquitetônico e Contratação de Equipe	■	■	■													
Validação dos Projetos Junto as Comunidades			■													
Construção			■	■	■	■	■	■								
OFICINAS TEMÁTICAS																
Validação dos Conteúdos das Oficinas e Contratação de Equipe Técnica	■	■														
Realização das oficinas			■		■			■	■			■	■			■

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
PUBLICAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO																
Contratação de empresa especializada																
Publicação																
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS																
Avaliações trimestrais																
Avaliações anuais																
Avaliação final																

GRAU DE RESOLUÇÃO



Alto (Quando depende da iniciativa do empreendedor)



Médio (Quando tem parceria com alguma instituição)



Baixo (Quando depende da decisão ou ação de terceiros)

13.6.7. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do presente Programa terão por base os relatórios mensais elaborados pelas equipes de campo e relatórios semestrais das atividades que serão elaborados pelos coordenadores do PBA e que serão encaminhados à FUNAI, Ministério Público e Santo Antônio Energia. Tais relatórios serão apresentados e discutidos com as comissões indígenas de cada TI impactada de forma a garantir ampla compreensão e participação indígena no andamento do processo.

13.6.8. Articulação Institucional

Para a realização do subprograma será necessário a formação de articulação entre as associações indígenas Karitiana e Karipuna, o empreendedor e diversas outras instituições públicas e privadas.

As principais instituições e atores envolvidos no subprograma são:

- Associações indígenas (Karitiana e Karipuna);
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio;
- SAE - Santo Antônio Energia;
- UNIR – Universidade Federal de Rondônia;
- SEDUC;
- SEMED;
- IPHAN;
- PBA da UHE JIRAU

13.6.9. Interação com outros Programas Ambientais

Este programa deve ser transversal aos demais programas, pois toma a cultura como modo de conhecer e não apenas como diacríticos sociais. Deve-se estabelecer através do Programa de Gestão uma interação com as atividades previstas nos outros programas deste PBA.

13.6.10. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

- Constituição Federal de 1988;
- Resolução 003 do Conselho Nacional de Educação;
- Convenção 169 da OIT;
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Direitos Indígenas;

13.6.11. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

A seguir segue a relação de técnicos responsáveis pela elaboração do Subprograma de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural:

Quadro 13-13 Técnicos responsáveis

TÉCNICO		FORMAÇÃO
Subcoordenador	Paulo Roberto Nunes Ferreira	Historiador, MsC
Apoio/Pesquisador	Bruno Menucci	Sociólogo

13.6.12. Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce: Introdução in: Albert, Bruce & Ramos, Alcida Rita (Orgs). *Pacificando o branco: cosmologias do contato norte- amazônico*. São Paulo: Unesp. 2002.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. *Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. PUC-SP. 2001

AQUINO, Terri Vale de. *KAXINAWÁ: de seringueiro —caboclo a peão —acreano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 1977.

BONILLA, Oiara. O bom patrão e o inimigo voraz: predação e comércio na cosmologia Paumari. *Mana*, v. 11, n. 1, p. 41-66, 2005.

CALAVIA, Oscar Sáez. À procura do Ritual. As Festas Yaminawa no Alto Rio Acre, *Antropologia em primeira mão* nº 33, UFSC, 1998.

CALAVIA, Oscar Sáez. Moinhos de vento e varas de queixadas. O perspectivismo e a economia do pensamento. *MANA* 10(2):227-256, 2004.

CALAVIA, Oscar Sáez. História Pictográfica in Lévi-Strauss: leituras brasileiras/ Rubem Caixeta de Queiroz e Renarde Freire Nobre, organizadores, - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CALAVIA, Oscar Sáez. La Barca que Sube y la Barca que Baja. Sobre el Encuentro de Tradiciones Médicas. *Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina*. —, n.1 (1995).— Florianópolis : UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1995.

CALAVIA, Oscar Sáez *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Editora Pioneira. 1976.

CALAVIA, Oscar Sáez. *Enigmas e soluções: exercícios de etnologia e crítica*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

CALAVIA, Oscar Sáez. Identidade étnica, identificação e manipulação. *SOCIEDADE E CULTURA*, V. 6, N. 2, (p. 117-131). JUL./DEZ. 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

CARDOSO, Marina D. Políticas de saúde indígena e relações organizacionais de poder: reflexões decorrentes do caso do Alto Xingu, in Saúde dos Povos Indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Esther Jean Langdon e Luiza Garmelo (org.). Contracapa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo Atlas de pressões e ameaças às terras indígenas na Amazônia brasileira / Arnaldo Carneiro Filho, Oswaldo Braga de Souza. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2009.

CAVALCANTE DA CUNHA, Manoel Estébio. O acre e a educação escolar indígena, intercultural, diferenciada e bilíngüe. 2009. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade, área de concentração: Linguagem e Educação. Universidade Federal do Acre.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução 003/1999.

CUNHA, Manula Carneiro. 1998. Pontos de Vista sobre a Floresta Amazônica. MANA 4(1):7-22.

CUNHA, Manula Carneiro. Cultura com aspas e outros ensaios: Cosac & Nayf – 2009.

DALMOLIN, Francisco Gilberto. O papel da escola entre os povos indígenas da Amazônia ocidental: de instrumento de exclusão a recurso para emancipação sociocultural. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, área de Fundamentos em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, 2004.

DESCOLA, Philippe. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. Mana [online].1998, vol.4, n.1, pp. 23-45. ISSN 0104-9313. doi: 10.1590/S0104-93131998000100002.

E. CAMARGO, A. CORBERA, B. FRANCHETTO. Oficina de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas. IEL – UNICAMP. Campinas-SP, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. Revista Brasileira de Educação. (p. 16-35). Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Nº 23.

FAUSTO, Carlos. Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FOLLER, Maj-Lis. Intermedicalidade: a zona de contato criada por povos indígenas e profissionais de saúde, in Saúde dos Povos Indígenas: reflexões sobre antropologia participativa . Esther Jean Langdon e Luiza Garmelo (org.). Contracapa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

FONSECA, Mary Gonçalves. Casa de Escrever no Papeo: A Escola Tuparí da Terra Indígena Rio Branco, Rondônia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia. 2011.

FURNAS/ODEBRECHT/LEME. Estudo de Impacto Ambiental – EIA dos Aproveitamentos Hidrelétricos (AHEs) Santo Antônio e Jirau. 2005.

GALLOIS, D. T. 2006. Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas. Iepé. Disponível em: www.institutoiepe.org.br. Acessado em 01/09/2011

GIL, Laura Pérez. Corporalidade, ética e identidade em dois grupos pano. Revista Ilha, 2003. Florianópolis-SC.

GORDON, César. Economia selvagem. Ritual e mercadoria entre os índios Xikri Mebêngôkre. São Paulo: Unesp, 2006.

GRANADO, Eliana M. Interligando sistemas elétricos com tensões sociais, in *Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais*, p131. Verdum Ricardo ET al. Brasília: INESC, 2007

GRANERO, Fernando Santos. Hacia uma antropologia de lo contemporáneo in *Globalizacion y cambio em La Amazônia indígena/ Fernando Santos Granero (Org.) Vol 01. Biblioteca Abya-Yala nº 37.*

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. O Ponto de Vista dos Professores Indígenas: entrevistas com Joaquim Maná Kaxinawá, Fausto Mandulão Macuxi e Francisca Novantino Pareci. Entrevista. Em Aberto, Brasília, v. 20, n. 76, p. 154-176, fev. 2003.

INGOLD, Tim (org.) Key debates in Anthropology. Londres: Routledge, pp. 55-98.

INGOLD, Tim (org.). The New Modernities in Property, Substance and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things. New Jersey: Transactions Publishers, 1999.

INGOLD, Tim (org.) .The concept of society is theoretically obsolete.|| In: INGOLD, Tim (org.) Key debates in Anthropology. Londres: Routledge, pp. 55-98. 1996.

LAGROU, Els. A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawá, Acre). Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

LATOUR, Bruno. Entrevista: Por uma Antropologia do centro. MANA 10(2):397-414, 2004.

LATOUR, Bruno. Não congelarás a imagem||, ou: Como não desentender O debate ciência-religião. MANA 10(2):349-376, 2004.

LEÃO, A. C. S.; AZANHA, G.; MARETTO, L. C. Estudo socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do rio Madeira (UHES Jirau e Santo Antônio) – Diagnóstico final e avaliação de impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru-Eu-Wau-wau – Brasília: 2004

FURNAS/ODEBRECHT/LEME, 2005. Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Relatório Técnico.

KAHN, Marina & FRANCHETTO, Bruna. EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: conquistas e desafios. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./ (p. 05-11) set. 1994. MELATTI, Julio Cezar. "Os Patrões Marúbo", p.155-198, Anuário Antropológico/83.

MACEDO, Valéria. O homem como xamã de seus significados. A invenção da cultura de Roy Wagner e o campo aberto para a reinvenção da antropologia. PPGAS/USP. Disponível em: <http://nansi.abaetenet.net/abaetextos>

McCALLUM, Cecília. Morte e pessoa entre os kaxinawá. MANA 2(2):49-84, 1996.

McCALLUM, Cecília. Alteridade e sociabilidade kaxinauá: perspectivas de uma antropologia da vida diária. RBCS. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029091998000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2007. Pré-publicação. <doi:10.1590/S0102-69091998000300008>.

McCALLUM, Cecília. Gender and sociality in Amazonia. How Real People are made. Oxford. New York. 2001.

McCALLUM, Cecília. Escrito no corpo: gênero, educação e socialidade na Amazônia numa perspectiva Kaxinawá. Vol. 19, nº. 33, JAN/JUN, 2010. ISSN 0104-7043.

MARTINS, José de Souza. *Frenteira* - A degradação do Outro nos confins do humano, 2ª edição, rev. e atualizada, Contexto, 2009.

MONTE, Nietta Lindenberg. Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado/ Rio de Janeiro: Editora Multiletra, 1996.

MONTE, Nietta Lindenberg. Textos para o currículo escolar indígena, in Práticas Pedagógicas na Escola Indígena. Aracy Lopes da Silva e Marina Kawall Leal Ferreira(Orgs.) São Paulo: Global, 2001(Série Antropologia e Educação).

MPE. Relatório de Vistoria: aldeia indígena da nação Karitiana. Porto Velho: Ministério Público do Estado de Rondonia, 2005. 34p.

NAVEIRA, Miguel Alfredo Carid. /YAMA/YAMA: os sons da memória. Afetos e parentesco entre os Yaminawa. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009.

NAVEIRA, Miguel Alfredo Carid. Imagens dos Yaminahua In Faces da Indianidade / Maria Inês Smiljanic Borges, José Pimenta, Stephen Grant Baines. – Curitiba: Nexo Desing, 2009.

NEVES, Josélia Gomes. Cultura Escrita em Contextos Indígenas. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara – SP. Universidade Estadual Paulista. Júlio de Mesquita Filho. 2010.

OLIVEIRA, G. M. INTERESSE, PESQUISA E ENSINO. Uma Equação para a Educação Escolar no Brasil: A experiência da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Florianópolis. Florianópolis – SC. Editora IPOL; Secretaria de Educação de Florianópolis, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos —índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OVERING, Joanna. Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica. *Mana*, v. 5, n. 1, p. 81-107, 1999.

RAMOS, Alcida Rita. —Ethnology Brazilian Style||, *Cultural Anthropology*, Vol. 5, no.4, 1990, p.452-472.

RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs. Nº 28, Junho de 1995.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo de resultados. *Tempo Brasileiro*, nº 100, janeiro-março de 1990. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. *Série Antropologia*. Brasília, 2007.
SAHLINS, Marshall. O —Pessimismo Sentimental|| e a Experiência Etnográfica: Por Que a Cultura não é um —Objeto|| em via de extinção (PARTE I). *MANA* 3(1):41-73, 1997.

SEEGER, Anthony, Roberto Damatta e Eduardo Viveiros de Castro. 1979. —A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras||. *Boletim do Museu Nacional*, 32, pp. 2-19.

SILVA, Aracy Lopes da & FERREIRA, Marina Kawall Leal (Orgs.). *Série Antropologia e Educação*. São Paulo: Global, 2001.

SILVA, Rosa Helena Dias da. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena. *Cad. CEDES [online]*. 1999, vol.19, n.49, pp. 62-75. ISSN 0101-3262.

SOUZA, Marcela Stockler Coelho de. A dádiva indígena e a dívida antropológica: o patrimônio cultural entre direitos universais e relações particulares. *Série Antropologia*. Brasília, 2007.

STOLZE, Tânia Lima. O que é um corpo? *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 22 (1): 9-20, 2002.

STRATHERN, Marilyn. 1996. —The concept of society is theoretically obsolete.|| In:

VILAÇA, Aparecida. Comendo como gente. *Formas do canibalismo Wari' (Pakaa Nova)''*: Editora UFRJ/ANPOCS, 1992.

VENERE, Mario Roberto. Políticas Públicas para Populações Indígenas com Necessidades Especiais em Rondônia: O Duplo Desafio da Diferença. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia. 2005.

VERDEJO, M. E. Diagnostico Rural Participativo: Guia Prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. Xp.

VERDEJO, M. E. O que significa tornar-se outro: xamanismo e contato interétnico na Amazônia. RBCS, v. 15, n. 44, out. 2000.

VIVEIROS DE CASTRO. Os pronomes ameríndios e o perspectivismo ameríndio||. Mana, vol. 2(2):115-144. 1996.

VIVEIROS DE CASTRO. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (Org.). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). 2. ed. São Paulo, Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO. O nativo relativo. Mana. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WEBER, Ingrid. Escola Kaxi História, cultura e aprendizado escolar entre os Kaxinawá do rio Humaitá (Acre). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. 2004.

WEBER, Ingrid. Escola Kaxi História. Um copo de cultura: os Huni Kuĩ (kaxinawá) do rio Humaitá e a escola. Rio Branco – AC, EDUFAC, 2006.

WILLAMS, Raymond. Palavras-Chave: Um vocabulário de cultura e sociedade/ Tradução de Sandra G. Vasconcelos. – Boitempo, 2007.

14. Programa de Articulação Indígena e Gestão do PBA

Introdução

Entre os maiores desafios de processos de planejamento e execução de ações voltadas à mitigação e compensação de impactos em áreas indígenas, tais como o presente processo oriundo da construção da UHE Santo Antonio, consiste na gestão de pessoas, prazos e recursos inerentes a estas ações. Processos como estes emergem da interface entre lógicas organizacionais bastante distintas, a indígena, a empresarial e de Estado.

Considerando tal complexidade inerente a implementação das ações aqui apresentadas, o Programa de Articulação Indígena e Gestão do PBA pretende constituir um espaço de articulação intra e inter aldeão e interétnico, onde as ações dos demais programas implementados sejam discutidas, avaliadas, monitoradas e gerenciadas. Desta forma, é objetivo deste Programa fomentar a gestão das ações mitigatórias e compensatórias que compõe o presente Projeto Básico Ambiental ao espaço das aldeias, onde essas ações sejam passíveis de serem discutidas amplamente pelas comunidades, garantindo a participação e a interação direta e contínua entre os indígenas e equipe técnica.

Um primeiro passo neste sentido é a criação de Comissões Aldeãs em cada terra indígena envolvida neste processo. Estas emergirão de formas de organização social próprias das comunidades envolvidas, sendo responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações do Projeto Básico Ambiental a partir dos critérios locais.

Os técnicos responsáveis por acompanhar as ações e projetos, por sua vez, formarão em conjunto com as Comissões Aldeãs e os representantes da Funai, os Comitês Gestores Locais, onde tanto as perspectivas e decisões técnicas quanto indígenas poderão ser debatidas e orientadas dialogicamente. É fundamental que esta instância seja efetivada no espaço aldeão.

A partir desta orientação busca-se garantir um diálogo permanente entre órgãos públicos, empreendedor, técnicos e comunidades indígenas, assim como possibilitar a construção dialógica das ações a serem implementadas, o que entre outros benefícios contribui para a efetiva implementação das ações acordadas e para a garantia de ampla participação das comunidades indígenas neste processo.

Paralelo aos Comitês Gestores Locais operará o Comitê Gestor Geral, o qual será composto pela seguinte estrutura mínima: 2 representantes da Santo Antonio Energia, 2 representantes do MPF, 2 representantes da Funai, 2 representantes da Equipe Técnica e 3 representantes indígenas de cada TI (para o caso Karitiana se sugere que 1 representante por aldeia). A atribuição deste Comitê será acompanhar a execução administrativa/ financeira do empreendedor, assim como as ações de execução do PBA. Sendo definida a responsabilidade do empreendedor de executar as aquisições, contratações, etc . necessárias às atividades descritas nos Planos de Trabalho elaboradas no âmbito do Comitê

Gestor Local, assim como a contabilidade e prestação de contas do processo. O Comitê Gestor Geral terá voto paritário.

Cabe ao empreendedor, em conjunto com as instituições envolvidas, FUNAI e MPF e com as comunidades indígenas elaborar um acordo jurídico-administrativo que permita conduzir com eficiência, estabilidade e segurança os Programas delineados e firmados em Termo de Acordo assinado pelas partes.

Um aspecto que não deve ser subestimado é a dificuldade das lideranças locais na administração dos problemas comunitários, portanto, se faz necessária a contratação de equipe com formação e experiência adequadas, de forma que sua atuação consista em uma capacitação continuada e cotidiana dos indígenas envolvidos no processo. As dificuldades dos líderes locais na gestão de recursos como aqueles previstos no presente PBA, consiste, além do envolvimento na rotina diária de sua comunidade, na sobrecarga com tarefas de representação em uma série de fóruns externos dedicados a formatação das políticas públicas voltadas aos indígenas. Dentre estes fóruns podemos citar: ICMS Ecológico, MPF, conselhos de saúde indígena, gestão de unidades de conservação, educação escolar, entre outros. Tais lideranças raramente contam com subsídio pessoal, por isto, no caso de agricultores, são obrigados a abandonar suas atividades produtivas, ou no caso de índios que são professores, a ausentar-se de sua atividade.

A dedicação integral da liderança indígena tradicional na organização e coordenação de sua comunidade justifica sua remuneração para acompanhamento das ações, ou a de indígena por ela indicado, de modo que será previsto um co-coordenador indígena remunerado, para cada TI, sendo requisito que esse resida em tempo integral na TI que representa.

Como apontado acima, a implantação do Projeto Básico Ambiental se dará através de dois níveis com os seguintes comitês: COMITÊ GESTOR GERAL e os COMITÊS GESTORES LOCAIS, ambos com supervisão da FUNAI e fiscalização do MPF.

O COMITÊ GESTOR GERAL é o órgão de coordenação administrativa/ financeira do PBA e a ele estão vinculados os COMITÊS GESTORES LOCAIS. O COMITÊ GESTOR GERAL terá como atribuição: indicar a contratação e supervisionar os recursos humanos e disponibilizar a logística necessária aos técnicos, assim como, adquirir, entregar e realizar a contabilidade de todos os equipamentos, maquinários e outros bens nos tempos previstos nos Planos Anuais elaborados pelos Comitês Gestores Locais.

Cada COMITÊ GESTOR LOCAL será composto por uma Comissão Aldeã definida pelas comunidades indígenas, por representante da Funai e pela equipe técnica de campo, os quais serão responsáveis pelo planejamento, execução e monitoramento das ações do PBA. O COMITÊ GESTOR LOCAL será a instância responsável pelo planejamento e execução das ações descritas nos Programas.

Cada COMITÊ GESTOR LOCAL deverá elaborar e apresentar um Plano Executivo Anual que contemple os recursos materiais, humanos e todo equipamento/ maquinário necessário à execução das ações planejadas. Tal Plano Anual de cada TI será encaminhado ao Empreendedor que estará responsável por adquirir e entregar em tempo hábil os itens apontados pelos Planos Anuais, conforme ações previstas no PBA. O Empreendedor estará

sujeito às deliberações do COMITÊ GESTOR GERAL que terá o atributo de fiscalizar o cumprimento adequado destas ações.

A composição das COMISSÕES ALDEÃS que compõe os COMITÊS GESTORES LOCAIS será responsabilidade de cada terra indígena, sendo esta uma instância de organização que buscará assegurar a plena agência indígena no processo. É mister notar que as reuniões dos Comitês Gestores Locais terão caráter público e deverão ocorrer nas TI's, sendo a participação livre assegurada para as pessoas residentes nas TI's.

Com a elaboração dos Plano Anuais, os Comitês Gestores Locais, através da equipe técnica e representantes indígenas, encaminha a lista de recursos materiais e pessoais necessários à execução das ações previstas. Após a análise e aprovação desses documentos, a SAE emitirá documento formal para as Terras Indígenas informando sobre a aquisição dos recursos discriminados através de carta de crédito com pagamento direto ao fornecedor ou liberação dos recursos em conta corrente da Associação, de acordo com as características de cada ação a ser executada.

Sobre a equipe técnica de campo, é recomendável que resida em Porto Velho, a fim de assegurar sua dedicação integral e exclusiva nas tarefas delineadas e a manter interlocução direta com as pessoas envolvidas e afetadas pelo empreendimento. Outrossim, é prevista a participação de consultores cuja dedicação é variável de acordo com cada Programa do presente PBA.

É mister notar que o presente documento representa a consolidação de um Projeto Básico, que visa orientar as ações que serão executadas, mas que, necessariamente, será alvo de modificações ao longo de sua implementação. Toda ação planejada no presente documento será alvo de discussão local no âmbito dos Comitês Gestores Locais, sendo as modificações e adaptações que se mostrarem necessárias alvo de aprovação das mesmas, do empreendedor e Funai.

A equipe técnica e o próprio Programa de Articulação Indígena e Gestão do PBA será coordenada por antropólogo com experiência e aceitação entre as populações em questão. Deverá ser locado um escritório na cidade de Porto Velho com vistas a sediar o PBA-Componente Indígena, sendo o material de escritório, informática, logística e hospedagens também previstos nos Programas Ambientais.

14.1. Subprograma de Gestão do PBA

14.1.1. Justificativa

A principal justificativa do presente Subprograma emerge da necessidade de constituir uma estrutura que contemple a gestão dos diversos Programas, ações e atores envolvidos no presente PBA. Não obstante as características bastante distintas das diversas linhas de ação e dos profissionais, é mister notar que se trata de um único processo e que é fundamental potencializar ao máximo a participação das comunidades indígenas em sua implementação.

Desta forma se propõe através do Subprograma de Gestão do PBA, que as ações de cada Programa e Projeto que compõe o presente PBA serão coordenadas por lideranças

indígenas remuneradas que serão apontadas pela comunidade. Tais lideranças indígenas, denominadas de Coordenadores de Campo, serão responsáveis pelo monitoramento local e execução de ações deliberadas pelo Comitê Gestor Local.

Nas duas terras indígenas, o Projeto de Gestão Local do PBA será coordenado por uma liderança indígena que será responsável geral pela execução das ações previstas e pela realização de reuniões internas e com a equipe técnica.

Desta forma, a gestão dos recursos aplicados na realização dos Programas Ambientais – Componente Indígena deverá ser realizada através de reuniões periódicas nas terras indígenas impactadas.

O coordenador indígena local do PBA deverá constituir com os demais coordenadores indígenas dos Programas a comissão aldeã, ainda que esta não se deva restringir a essas lideranças. Tal comissão terá como atributo a avaliação e planejamento das ações previstas.

A comissão aldeã, demais lideranças indígenas, Funai e a equipe técnica responsável irão compor o Comitê Gestor Local, ao qual caberá a avaliação e deliberação de ações implementadas através do presente PBA, assim como a elaboração dos Plano Anuais a serem encaminhados à SAE.

Exclusivamente à equipe técnica caberá o monitoramento do processo mitigatório, o qual será constituído de relatórios descritivos das reuniões mensais do Comitê Gestor Local de cada área indígena impactada, constituindo uma memória das deliberações e acordos. Tais relatórios irão compor um relatório anual das ações implementadas pelos Programas Ambientais das terras indígenas Karitiana e Karipuna, tal documento será destinado a Coordenação da União das Nações Indígenas de Rondônia, Norte do Mato Grosso e Sul do Amazonas Funai, Ministério Público Federal e SAE.

14.1.2. Objetivo Geral

Oportunizar a participação indígena em todas as etapas de implementação das ações vinculadas ao processo de gestão e execução dos Programas e garantir a efetiva realização de todas as ações previstas no PBA.

Quadro 14-1 Relação entre objetivos específicos, metas e indicadores

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
<p>Criar um espaço de diálogo permanente entre órgãos públicos, empreendedor, equipe técnica e as comunidades indígenas;</p>	<p>Fomentar a constituição de uma Comissão Indígena em cada aldeia para acompanhamento das ações e composição do Comitê Gestor Local;</p> <p>Constituir os Comitês Gestores Locais. Este Comitê será composto pela Comissão Aldeã de cada TI, Equipe Técnica e representante da Funai. O Comitê Gestor Local terá como atribuição a elaboração dos Planos de Trabalho anuais por Programa, sua execução e monitoramento;</p> <p>Criar Comitê Gestor Geral composto por 2 representantes da SAE, 2 representantes do MPF, 2 representantes da Funai, 2 representantes da Equipe Técnica e 2 representantes indígenas de cada TI. A atribuição deste Comitê acompanhará a execução administrativa e financeira do empreendedor, assim como as ações de execução do PBA. Sendo definida a responsabilidade do empreendedor de executar as aquisições,</p>	<p>Manifestações das comunidades indígenas e de representantes de órgãos indigenistas</p>

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
	<p>contratações, etc. necessárias às atividades descritas nos Planos de Trabalho elaboradas no âmbito do Comitê Gestor Local, assim como a contabilidade e prestação de contas do processo. O Comitê Gestor Geral terá voto paritário, cada aldeia terá voto com valor hum (1) totalizando cinco (5) votos para as comunidades indígenas, SAE, MPF, Funai e Equipe Técnica terão voto valor dois (2) para o voto de cada ator, totalizando dez (10) votos para as instituições envolvidas e equipe técnica. O valor total será de quinze (15) sendo que decisões que eventualmente culminem em empate deverão ser rediscutidas.</p>	
<p>Gerir os Programas Básicos Ambientais em nível local;</p>	<p>Elaborar e monitorar a execução dos Planos de Trabalho Anuais no âmbito dos Comitês Gestores Locais;</p>	<p>Percentual de atividades previstas nos Planos de Trabalho Anuais realizadas nos prazos previstos;</p>
<p>Informar as lideranças e organizações indígenas relacionadas a este processo sobre o andamento detalhado do empreendimento e da execução das medidas mitigadoras e compensatórias dos</p>	<p>Realizar as reuniões dos Comitês Gestores Locais mensalmente nas respectivas TI's.</p>	<p>Efetiva realização periódica das reuniões dos Comitês Gestores Locais.</p>

OBJETIVOS ESPECIFICOS	METAS	INDICADORES
programas correlatos;		
Articular todas ações e instituições envolvidas no processo de implementação dos Programas, assim como constituir o mecanismo através do qual serão realizadas as contratações e o monitoramento dos demais Programas. Todas ações do PBA deverão ser geridas pelo Subprograma de Gestão, através de sua equipe técnica permanente.	Assegurar a execução das ações conforme os princípios contidos no Subprograma de Gestão, garantindo a efetiva participação indígena em todo o processo de planejamento e execução das atividades e também a centralidade da estrutura gestora contida no presente Subprograma.	Manifestações das comunidades indígenas e de representantes de órgãos indigenistas
Possibilitar a modificação de Programas propostos através de oficinas participativas no caso de mudanças drásticas nas ações previstas;	Assegurar o caráter decisório dos Comitês Gestores Locais desde que as deliberações estejam em consonância com as ações previstas no PBA.	Manifestações das comunidades indígenas e de representantes de órgãos indigenistas
Estabelecer procedimentos e instrumentos técnico-gerenciais e logísticos necessários para a implementação e a execução dos Programas de compensação, bem como dos Programas de mitigação, referentes ao componente indígena;	Assegurar estrutura logística completa (como discriminado no item recursos materiais) à equipe técnica antes do início das ações; Viabilizar participação dos integrantes indígenas em todas as reuniões do Comitê Gestor Geral;	Disponibilidade de estrutura logística nos prazos estipulados;

14.1.3. Público – Alvo

- Comunidades Indígenas impactadas: Karitiana e Karipuna.

14.1.4. Procedimentos Metodológicos

- Constituição de equipe técnica permanente que será responsável pela coordenação de todo PBA, composta por: 1 antropólogo, 1 gerente administrativo, 1 advogado, 1 profissional do meio ambiente e 1 profissional de saúde, todos com experiência de trabalho com populações indígenas e pós-graduação stricto sensu;
- Contratação do Coordenador do PBA;
- Criação de Sala Temática Indígena para as atividades de planejamento, gestão e coordenação do PBA;
- Organização de fórum de discussão com participação indígena no processo de planejamento, monitoramento e execução dos Programas através das reuniões periódicas do Comitê Gestor Local, nas TIs;
- Realização de reuniões com representantes indígenas, equipe de campo, coordenadores do PBA e agências indigenistas para organizar e planejar as atividades dos Programas nas Terras Indígenas;
- Elaboração de relatórios semestrais (internos) por Programa pelas equipes de campo e relatórios anuais a serem encaminhadas aos órgãos competentes;
- Reuniões periódicas da equipe técnica de campo e coordenação técnica como forma de viabilizar a atuação interdisciplinar dos técnicos de forma dialógica, para estabelecer processos de pesquisa e ação durante a realização das atividades;
- Realização anual de reunião do Comitê Gestor Geral com participação de todas instituições previstas.
- Elaboração de Plano de Trabalho Anual por Programa, no âmbito do Comitê Gestor Local.

14.1.5. Elementos de Custo

14.1.5.1. Recursos humanos

- 1 Antropólogo Coordenador do Programa e da Equipe Técnica.
- 1 Antropólogo Consultor
- 1 Co-coordenador Karitiana

- 1 Co-coordenador Karipuna
- Coordenadores dos Programas
- 1 gerente administrativo;
- 1 advogado;

14.1.5.2. Recursos materiais

- Escritório com sala de trabalho e sala de reunião
- Veículo simples;
- Veículo 4X4;
- Dois telefones celulares;
- Um telefone fixo;
- Cinco computadores/notebook;
- Uma impressora;
- Demais materiais de escritório;
- Mobiliário para cinco profissionais e para sala de reunião.

14.1.5.3. Construção civil

Previsto e detalhado dos Programas específicos que demandam Infraestrutura;

14.1.6. Cronograma

Quadro 14-2 Cronograma de atividades do Subprograma de Articulação Indígena e Gestão do PBA.

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Constituição de equipe técnica	■	■														
Contratação do Coordenador do PBA	■															
Reuniões periódicas do Comitê Gestor Local;	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Reuniões com representantes indígenas, equipe de campo, coordenadores do PBA e agências indigenistas para organizar e planejar as atividades dos Programas nas Terras Indígenas;	■				■				■				■			
Elaboração de relatório semestrais (internos) por Programa pelas equipes de campo e relatórios anuais a serem encaminhadas aos órgãos competentes;		■		■		■		■		■		■		■		■
Elaboração de Plano de Trabalho Anual por Programa, no âmbito do Comitê Gestor Local.		■			■				■				■			

14.1.7. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do presente Programa terão por base os relatórios semestrais elaborados pelas equipes de campo e relatórios anuais das atividades que serão elaborados pelo coordenador do Programa e que serão encaminhados à FUNAI, Ministério Público e Santo Antônio Energia. Tais relatórios serão apresentados e discutidos com as comissões indígenas de cada TI impactada de forma a garantir ampla compreensão e participação indígena no andamento do processo.

14.1.8. Articulação Institucional

- Ministério Público Federal (MPF);
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Associações indígenas Karitiana e Karipuna;

14.1.9. Interação com outros Programas Ambientais

Este programa é transversal todo o corpo do PBA. Ao passo que seu objetivo é a integração e articulação entre as ações e atividades de cada Subprograma, tendo como maior indicador a efetiva participação indígena na tomada de decisões e gestão deste processo em seu conjunto, bem como, responsável indireto pela transparência das ações do PBA. Por estes motivos este Programa interage direta e transversalmente aos outros Subprogramas.

14.1.10. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção OIT 169

14.1.11. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA
Paulo Roberto Homem de Góes	Antropólogo	---	---

14.2. Subprograma de Articulação Inter-aldeã e Interinstitucional do PBA

14.2.1. Justificativa

Este Subprograma pretende constituir um espaço de articulação das lideranças e comunidades indígenas envolvidas com o processo de gestão e execução dos Programas Ambientais da UHE Santo Antonio e Jirau. Tal espaço viabilizará não apenas a troca de experiência inter-aldeã referente a um processo comum a todas as TI's, mas também promoverá a articulação interinstitucional e o conseqüente monitoramento e fiscalização do processo por órgãos fiscalizadores e promotores de políticas indigenistas, tais como o Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

As reuniões ocorrerão anualmente nas sucessivas terras indígenas, em sistema de rodízio. As reuniões do Fórum Interaldeão serão acompanhadas por representantes do Ministério Público Federal, Funai, SAE e Equipe Técnica. Tal Fórum Interaldeão terá duração mínima de 3 dias,, com a participação das lideranças e comunidades indígenas, sendo concebido como um espaço de formulação, troca de saberes e avaliação dos Programas implementados nesses diferentes contextos.

14.2.2. Objetivo Geral

Criar um fórum de discussão inter-aldeã para formulação e avaliação das ações implementadas nas oito TI's no âmbito do PBA;

14.2.2.1. Objetivos Específicos

- Criar um espaço dialógico permanente entre órgãos públicos, empreendedor, equipe técnica e as comunidades indígenas;
- Fomentar reuniões inter-aldeãs com a participação de lideranças das oito terras indígenas e com acompanhamento técnico;
- Criação de Fórum Interaldeão e Interinstitucional de Avaliação e Discussão das ações implementadas dentro do escopo do PBA com periodicidade anual;
- Viabilizar a troca de experiência entre comunidades indígenas vinculadas ao PBA;

14.2.3. Metas

- Mediação interinstitucional para permitir a participação das agências indigenistas no processo de discussão dos Programas;
- Realizar reuniões anuais do Fórum Inter-Aldeão composto por representantes indígenas dos Comitês Gestores Locais;

- Discutir diretrizes gerais para avaliação das ações executadas nas TI's;

14.2.4. Indicadores

- Manifestações das comunidades indígenas e de representantes de agências indigenistas;
- Efetiva constituição e operacionalização das instâncias designadas;
- Realização do Fórum anual com participação de representantes das oito TI's e respectivos Comitês Gestores Locais.

14.2.5. Público – Alvo

- Comunidades Indígenas impactadas pela UHE Santo Antônio e UHE Jirau;

14.2.6. Procedimentos Metodológicos

- Criação do Fórum Interaldeão abrangendo as comunidades indígenas impactadas pelas UHE's Santo Antonio e Jirau.
- Estabelecimento, no âmbito do Fórum Interaldeão, de cronograma de reuniões anuais de Avaliação e Monitoramento do PBA.
- Realização de reuniões com periodicidade anual entre representantes dos Comitês Gestores Locais e demais indígenas interessados, como forma de fomentar a troca de experiências referentes às ações que estarão sendo desenvolvidas no âmbito dos diferentes PBA's. Essas reuniões se realizarão durante vários dias, e serão um espaço para formulação, troca de saberes e avaliação dos Programas, através de oficinas específicas para cada um deles;
- Elaboração de relatorias das reuniões anuais do Fórum Interaldeão das Comunidades Indígenas impactadas por Santo Antonio e Jirau.

14.2.7. Cronograma

Quadro 14-3 Cronograma de atividades do Subprograma de Articulação Interaldeã e Interinstitucional do PBA.

ATIVIDADES	ANO 1				ANO 2				ANO 3				ANO 4			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Criação do Fórum Interaldeão abrangendo as comunidades indígenas impactadas pelas UHE's Santo Antonio e Jirau	■	■														
Estabelecimento, no âmbito do Fórum Interaldeão, de cronograma de reuniões anuais de Avaliação e Monitoramento do PBA na 1ª reunião do Fórum				■												
Realização de reuniões com periodicidade anual entre representantes dos Comitês Gestores Locais e demais indígenas interessados, como forma de fomentar a troca de experiências referentes às ações que estarão sendo desenvolvidas no âmbito dos diferentes PBA's. Essas reuniões se realizarão durante vários dias, e serão um espaço para formulação, troca de saberes e avaliação dos Programas, através de oficinas específicas para cada um deles;				■			■				■					■
Elaboração de relatorias das reuniões anuais do Fórum Inter-aldeão				■			■				■					■

14.2.8. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação do presente Programa terão por base os relatórios semestrais elaborados pelas equipes de campo e relatórios anuais das atividades que serão elaborados pelo coordenador do Programa e que serão encaminhados à FUNAI, Ministério Público e Santo Antônio Energia. Tais relatórios serão apresentados e discutidos com as comissões indígenas de cada TI impactada de forma a garantir ampla compreensão e participação indígena no andamento do processo.

14.2.9. Articulação Institucional

- Ministério Público Federal (MPF);
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- Associações indígenas Karitiana e Karipuna;
- Consórcio Energia Sustentável do Brasil;

14.2.10. Interação com outros Programas Ambientais

Interação com todos os programas do PBA - CI

14.2.11. Legislação Aplicável e Requisitos Legais

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção OIT 169

14.2.12. Responsáveis Técnicos pela Elaboração

TÉCNICO	FORMAÇÃO	CONSELHO DE CLASSE	CTF IBAMA
Paulo Roberto Homem de Góes	Antropólogo	---	---